



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS JATAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Vanito Viriato Marcelino Frei

**A PRODUÇÃO DE CAJU E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO DISTRITO DE
ANGOCHE, NAMPULA – MOÇAMBIQUE**

Jataí-GO
Março, 2013

Vanito Viriato Marcelino Frei

**A PRODUÇÃO DE CAJU E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO DISTRITO DE
ANGOCHE, NAMPULA – MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPG-GEO *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí/CAJ-UFG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do espaço nos domínios do cerrado brasileiro.

Linha de Pesquisa: Organização e gestão do espaço rural e urbano do cerrado brasileiro.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho.

Jataí-GO

Março, 2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
BSCAJ/UFG**

F881p

Frei, Vanito Viriato Marcelino.

A produção de caju e a dinâmica socioespacial no distrito de Angoche, Nampula - Moçambique [manuscrito] / Vanito Viriato Marcelino Frei. - 2013.

208 f. : il. figs. tabs.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

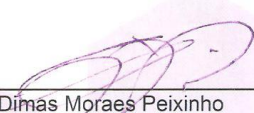
1. Caju – Produção.
2. Organização socioespacial.
3. Angoche – Moçambique.

CDU:634.573 (679.3)

Vanito Viriato Marcelino Frei

TÍTULO: "A Produção de caju e a dinâmica socioespacial no distrito de Angoche, Nampula-Moçambique".

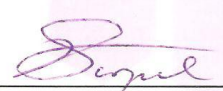
Dissertação DEFENDIDA e APROVADA em 01 de março de 2013, pela Banca Examinadora constituída pelos membros:



Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho
Presidente – CAJ/UFG



Prof. Dr. Frederic Jean Marie Monie
Membro Externo – UF/RJ



Prof. Dr. Iraci Scopel
Membro Interno - CAJ/UFG

UFG

Jataí - Goiás
Brasil

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Vanito Viriato Marcelino Frei				
E-mail:	vanitofrei@yahoo.com.br				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não					
Vínculo empregatício do autor	Universidade Pedagógica de Moçambique - Nampula				
Agência de fomento:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Sigla:	CNPq		
País:	Brasil	UF:	GO	CNPJ:	
Título:	A PRODUÇÃO DE CAJU E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO DISTRITO DE ANGOCHE, NAMPULA – MOÇAMBIQUE				
Palavras-chave:	INCAJU. Produção de caju. Dinâmica socioespacial. Distrito de Angoche				
Título em outra língua:	CASHEW PRODUCTION AND SOCIOSPATIAL DYNAMIC IN ANGOCHE DISTRICT, NAMPULA-MOZAMBIQUE				
Palavras-chave em outra língua:	INCAJU. Cashew production. Sociospatial dynamic. District of Angoche.				
Área de concentração:	Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	01/03/2013				
Programa de Pós-Graduação:	Geografia – Campus Jataí – Universidade Federal de Goiás				
Orientador (a):	Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho				
E-mail:	dimaspeixinho@yahoo.com.br				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: / / 2013

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Dedico...

Ao pequeno *Ito*, meu filho, fonte de minha inspiração.

Ao meu tio Rito José Maria (*in memoriam*), a quem devo a minha infância.

À minha avó Rita Fábula David (*in memoriam*), pela proteção e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

À Deus pela dádiva da vida, saúde e fôlego que me tem dado em tornar realidade a minha trilha acadêmica e particularmente à concepção dessa pesquisa.

À minha família, pela confiança e credibilidade depositadas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho pela atenção prestada e pela sábia orientação e contribuição metódica oferecida, sem a qual seria muito complicada, senão impossível, a elaboração do presente trabalho. Para além de orientador, o Prof. Dimas como carinhosamente gostei de chamá-lo mostrou-se, ao longo destes anos uma pessoa compreensiva e benevolente. De orientador, passou a interlocutor, a conselheiro e a amigo.

Ao Governo da República de Moçambique por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e ao Governo da República Federativa do Brasil por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por terem tornado possível a minha formação no Brasil.

À Universidade Federal de Goiás (UFG) por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus Jataí e de todos seus docentes, por me terem aceitado como seu estudante e por todo o apoio moral e material oferecidos.

À Universidade Pedagógica de Moçambique (UP), Delegação de Nampula, pela permissão para a continuação dos meus estudos.

Ao Governo do distrito de Angoche na pessoa do administrador dr. Rodrigues Artur Ussene, pela hospitalidade e apoio material oferecidos durante a realização da pesquisa de campo em Angoche.

Aos Engenheiros Rui Matos e Isac Mabota do INCAJU - Nampula e Angoche respectivamente, pelo apoio técnico oferecido e pela atenção e colaboração prestadas no fornecimento de informações e dados úteis à pesquisa.

Ao senhor Fábrica meu colaborador e tradutor de campo, pelo incondicional apoio prestado na identificação dos produtores de castanha de caju, nos diversos postos administrativos e localidades por onde andamos para aplicação dos questionários.

Ao dr. Mendes da Costa Tomo, meu “amigo pessoal”, pela amizade e apoio material oferecidos durante a realização da pesquisa de campo em Moçambique.

Aos colegas e amigos do Departamento de Ciências Sociais da UP-Nampula, particularmente ao Hátimo Moniz e Sérgio Taibo pelo encaminhamento da minha candidatura junto ao MCT – Moçambique em Maputo.

Aos amigos moçambicanos da UFG: Hélsio, Saide, Suzete, Bata e Mafavisse, e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus Jataí: Susy, Cinara, William, Dayane, Uilton, Hudson, Michaela, Michely, Roberto, Flávio e Fernanda pela amizade e apoio moral oferecido.

Ao Michel Franco, o amigo de todos os momentos e a sua família Carvalho Franco pelo precioso afago familiar em Jataí.

Ao Val, meu “parceiro”, pelas noites de *forró* algures em Jataí.

A todos, o meu muito obrigado!

Jataí-GO, março de 2013

[...] produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis [...]

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço [...]

(MILTON SANTOS, 1996).

RESUMO

Esse trabalho que se define como pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, é fruto de revisão bibliográfica e documental e de sistematização de dados coletados no campo, sendo que a evidência dos resultados apresentados baseou-se numa amostra de 60 agregados familiares (AF) selecionados no distrito de Angoche (DA). O trabalho fornece informações sobre o processo histórico da organização da produção de caju (*Anacardium occidentale*, L) em Moçambique e sua relação com a organização do espaço produtivo local, particularmente do DA. Desse modo, o trabalho tem como objetivo geral analisar a dinâmica socioespacial no DA, pela compreensão, da constituição e organização do processo de produção da castanha de caju. Em termos específicos, o trabalho visa: 1) caracterizar e analisar a organização socioespacial da produção de caju, nos diferentes estágios da história de Moçambique, 2) examinar as políticas traçadas no âmbito do desenvolvimento do setor de caju e os impactos sobre a organização socioespacial da produção, 3) analisar como as transformações socioespaciais desencadeadas pela produção de caju em Angoche, participam na sua conformação espacial. Visando atingir esses objetivos, o trabalho empreendeu esforço no sentido de responder as seguintes questões: 1) qual é a importância do caju na organização socioespacial de Angoche? 2) como a cultura do caju participa na conformação e na dinâmica socioespacial de Angoche? Os resultados da pesquisa apontam para um aumento no volume de castanha de caju produzida pelos AF no DA, como resultado das políticas do Instituto de Fomento do Caju (INCAJU) que investe em iniciativas de revitalização do parque cajuícola nacional, mediante o repovoamento e o manejo integrado do cajueiro, com impacto no aumento da área plantada com caju. Desse modo, constatou-se que em Angoche a cultura do caju é explorada na quase totalidade em regime de sequeiro e em consorciação com culturas básicas alimentares. Constatou-se ainda que mesmo em regime de consorciação, a cultura de caju em Angoche, está alterando e/ou extinguindo antigas formas de organização do espaço produtivo local e, criando ao mesmo tempo, novas formas de produzir no campo. Esta constatação se justifica pelo fato de os pequenos produtores de caju se encontrarem a plantar cada vez mais cajueiros, quer pela maximização das terras destinadas ao cultivo de culturas alimentares, quer pela expansão e/ou agregação de novas áreas de cultivo e a introdução de novas tecnologias de produção. No que se refere a sua estrutura, o trabalho encontra-se dividido em duas partes: num primeiro momento, buscou-se analisar a organização socioespacial da produção de caju em Moçambique e as políticas concebidas para o desenvolvimento do setor desde a época colonial, passando pelo período pós-independência e da guerra civil até o ano de 2011. Num segundo momento, são apresentados os resultados empíricos da pesquisa, com os quais se analisa a dinâmica socioespacial do DA desencadeada pela cultura do caju.

Palavras-chave: INCAJU. Produção de caju. Dinâmica socioespacial. Distrito de Angoche.

ABSTRACT

This work which defines itself as a qualitative, descriptive and exploratory research, is the result of the bibliographic and documental review and of the systematization of the data collected in the field, being that the evidence of the results was based on a sample of 60 aggregate familiars (AF) selected in the district of Angoche (DA). The work provides information about the historical process of organization of the cashew production (*Anacardium occidentale*, L) in Mozambique and its relation with the local productive space organization, particularly in the DA. This way, the work has as general objective to analyze the socio spatial dynamic in the DA, by the comprehension of the constitution and organization of the cashew nut production process. In specific terms the work aims: 1) to characterize and analyze the socio spatial organization of the cashew production, in the different stages of the Mozambican history, 2) to examine the established policies in the development ambit of the cashew sector and the impacts upon the socio spatial organization of the production, 3) to analyze how the socio spatial transformations unchained by the cashew production in Angoche participate in its spatial configuration. Aiming to reach those goals, the work undertook an effort in the direction of responding the following guiding questions of the research: 1) what's the importance of cashew in the socio spatial organization of Angoche? 2) how does the cashew culture participate in the socio spatial conformation and dynamic of Angoche? The results of the research pointed to an increase on the volume of the cashew nut produced by AF in DA, as result of the policies of the Instituto de Fomento do Caju (INCAJU) which invests on revitalization initiatives of the national cashew park, through the resetting and the integrated handing of the cashew tree, with impact of the increase of the cashew planted area. That way, it was verified that in Angoche the cashew cultivation is explored in its almost totality in the dry regime and in combination with basic food cultivations. It was also verified that even in the regime of combination with basic food cultivations, the cultivation of cashew in Angoche, is changing and or extinguishing ancient forms of the local productive space organization and, creating at the same time, new ways of producing in the field. This verification is justified by the fact that the small producers of cashew are planting more and more cashew trees, or by the maximization of the farmlands destined to the cultivation of food cultures, or by expansion and/or the aggregation of new cultivation areas and the introduction of new production technologies. On what it refers to the structure, the work is shared in two parts: on a first moment, it aimed to analyze the production socio spatial organization of cashew in Mozambique and the policies conceived for the development of the sector since the colonial age, passing the post independence period and the civil war until de year of 2011. In a second moment the empirical results of the research are presented, with which we analyze the socio spatial dynamic of the DA, unchained by the cashew cultivation.

Key-words: INCAJU. Cashew production. Socio spatial dynamic. District of Angoche.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação percentual dos principais países produtores na oferta mundial de castanha de caju, (1994-2004).	35
Gráfico 2 – Evolução da produção mundial e área colhida com castanha de caju (1994-2004).	36
Gráfico 3 – Área colhida com castanha de caju nos principais países produtores (1994-2004).	37
Gráfico 4 – Distribuição mundial da produção, processamento e exportação de ACC, 2008.	40
Gráfico 5 – Estimativa do consumo aparente de ACC (em toneladas).	41
Gráfico 6 – Consumo de nozes e castanha segundo regiões e países (em toneladas).	41
Gráfico 7 – Posição relativa de Moçambique no contexto mundial de produção de castanha de caju, (1967-2010).	42
Gráfico 8 – Árvores tratadas/pulverizadas e famílias beneficiadas no país (2000-2004).	90
Gráfico 9 – Número de árvores tratadas/pulverizadas por províncias (2000-2004)..	91
Gráfico 10 – Comportamento do valor pago ao produtor (2000-2004).	93
Gráfico 11 – Novos plantios de caju por províncias (1999-2004).	109
Gráfico 12 – Dinâmica da evolução da produção nacional do caju, safras (2007-2011).	119
Gráfico 13 – Número de AF segundo formas de aquisição de terra para o cultivo do caju.	138
Gráfico 14 – Número de agregados familiares segundo tipo de exploração agrícola.	156
Gráfico 15 – Número de agregados familiares segundo sexo do chefe do AF.	156
Gráfico 16 – Número de mudas distribuídas e área plantada com novas mudas no DA (2008-2012).	167
Gráfico 17 – Evolução da produção de caju em Angoche, campanha (2006 - 2011).	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Análise comparativa da situação relativa da África com outros produtores mundiais.....	44
Quadro 2 – Fatores para classificação da tipologia das explorações agrícolas.....	150
Quadro 3 – Tipologia dos pequenos produtores de caju.....	151
Quadro 4 – Síntese dos sistemas agrícolas de caju identificados em Angoche.	164

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Problemas com o processo de produção e distribuição de mudas no distrito de Angoche.....	106
Figura 2 – Algumas doenças e pragas que afetam os cajueiros em Moçambique.	118
Figura 3 – Formas de localização dos cajueiros.....	155

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1– Casa em construção como resultado do negócio da castanha.	163
Foto 2 – Comércio informal da amêndoa de castanha.	189

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Moçambique.....	27
Mapa 2 – Distribuição do cajueiro em Moçambique, 1970.....	62
Mapa 3 – Localização do distrito de Angoche.	123
Mapa 4 – Zonas Agroecológicas de Moçambique.....	124
Mapa 5 – Distribuição geográfica dos solos de Moçambique, 1972.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Importação mundial de castanha de caju, 2006.....	38
Tabela 2 – Exportação mundial de castanha de caju, 2006.....	38
Tabela 3 – Maiores exportadores de amêndoa de castanha de caju-ACC, 2006.	39
Tabela 4 – Importações mundiais e principais importadores de ACC, 2006.....	42
Tabela 5 – Evolução da produção nacional e área colhida com castanha de caju (1962-1974).	58
Tabela 6 – Distribuição do cajueiro em Moçambique (1968 e 1970).	60
Tabela 7 – Estimativa do número de árvores e de terra ocupada pelo cajueiro, 1970.	63
Tabela 8 – Comportamento da produção nacional e área colhida com castanha de caju (1974-1978).....	68
Tabela 9 – Comportamento da produção nacional e área colhida com castanha de caju (1979/1980-1983/1984).	72
Tabela 10 – Produção de castanha de caju por províncias (1980-1993).	76
Tabela 11 – Variação percentual anual de quantidades e preços da castanha (1994/1995=100).	83
Tabela 12 – Variação das margens brutas da exportação da castanha em bruto (em US\$/kg).	83
Tabela 13 – Produção nacional de castanha de caju (1987/1988-1997/1998).	85
Tabela 14 – Produção de castanha de caju por províncias (1993-1996).	86
Tabela 15 – Evolução dos custos por planta pagos pelo produtor (2000-2004).	94
Tabela 16 – Limpeza de cajueiros por província, (2003-2005).	97
Tabela 17 – Podas fitossanitárias realizadas (2003-2005).	97
Tabela 18 – Número de autoempregos gerados com o tratamento químico de cajueiro no país (2000-2004).	99
Tabela 19 – Evolução da produção nacional de caju (2007-2011).	101
Tabela 20– Clones identificados no Centro de Investigação de Nassuruma-Nampula.	107
Tabela 21– Número de Jardins clonais implantados (2000-2005).	107
Tabela 22 – Área plantada com novos cajueiros pelo setor familiar (2000-2005). .	110
Tabela 23 – Novas plantações comerciais por províncias (1999-2004).	111

Tabela 24 – Número de explorações com cajueiros por província segundo o tipo de exploração, 2010.	113
Tabela 25 – Número de árvores de cajueiro por províncias, segundo o tipo de exploração, 2010.	115
Tabela 26– População total e densidade populacional de Angoche em relação a província, 2007.	130
Tabela 27– Ocorrência e causas de conflito de terra no distrito de Angoche.	132
Tabela 28– Produção e área colhida com as principais culturas alimentares no distrito de Angoche, campanhas (2006/2007 – 2011/2012).	144
Tabela 29 – Número de agregados familiares segundo tamanho de área ampliada para o cultivo de caju e as razões de ampliação, campanha 2011/12.	169
Tabela 30– Número de AF segundo área plantada com castanha (entre a integração na atividade e a campanha 2011/2012).	170
Tabela 31– Limpezas realizadas e número de famílias beneficiadas no DA (2008-2011).	172
Tabela 32– Podas fitossanitárias realizadas e número de famílias beneficiadas no DA (2008-2011).	173
Tabela 33 – Número de cajueiros pulverizados e famílias beneficiadas no DA (2008-2011).	173
Tabela 34 – Número de agregados familiares segundo a produção média anual de caju.	177
Tabela 35 – Número de agregados familiares segundo o número médio de cajueiros.	179
Tabela 36 – Número de agregados familiares segundo a produtividade das árvores.	180
Tabela 37– Número de AF segundo a utilização de mão-de-obra familiar e contratada e número de horas gastas com o cultivo de caju.	181
Tabela 38– Número de AF segundo tipo de castanha vendida, mercados e renda adquirida.	190
Tabela 39 – Destino da castanha de caju e do falso fruto.	192

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

%	Porcentagem
ACC	Amêndoa de Castanha de Caju
AF	Agregado(s) Familiar(es)
AGRICOM	Empresa de Comercialização de Produtos Agrícolas
BM	Banco Mundial
°C	Graus Celsius
CAP	Censo Agropecuário
CNSL	Cashew Nut Shell Liquid
CR	Cultura(s) de Rendimento
DA	Distrito de Angoche
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EA	Exploração Agrícola
EAF	Exploração Agrícola Familiar
EAP	Exploração Agropecuária
EAPE	Exploração Agropecuária Empresarial
EAPF	Exploração Agropecuária Familiar
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital (vulgo sete milhões)
FMI	Fundo Monetário Internacional
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
GTC	Grupo de Trabalho sobre o Caju
H	Homem
ha	Hectare
hab	Habitantes
IBW	Instituições de <i>Bretton Woods</i>
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INCAJU	Instituto de Fomento do Caju
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPDM	Programa de Investigação, Produção e Distribuição de Mudas

JFS	João Ferreira dos Santos
kg	Quilograma
km	Quilômetros
M	Mulher
MAE	Ministério de Administração Estatal
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MINAG	Ministério de Agricultura
ONG	Organização Não Governamental
PARPA	Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta
PIB	Produto Interno Bruto
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RAS	República da África do Sul
SDAE	Serviço Distrital de Atividades Econômicas
SINDICAJU	Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Castanha de Caju e Amêndoas Vegetais do Estado do Ceará
t	Tonelada
TIA	Trabalho de Inquérito Agrícola
UE	União Europeia
UFG	Universidade Federal de Goiás
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
US\$	Dólar Norte Americano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
PARTE I: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CAJU EM MOÇAMBIQUE.....	26
1 DADOS DE CONTEXTO SOBRE MOÇAMBIQUE.....	27
2 CENÁRIO INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE CASTANHA DE CAJU	34
2.1 ANÁLISE COMPARATIVA DE MOÇAMBIQUE COM OUTROS PRODUTORES MUNDIAIS	42
3 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CAJU EM MOÇAMBIQUE.....	45
3.1 PERÍODO COLONIAL	45
3.1.1 Relações de apropriação territorial e de trabalho	45
3.1.2 Relações de dominação e mecanismos de produção de caju	52
3.1.3 Evolução e distribuição espacial da produção	58
3.2 PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	64
3.2.1 A produção de caju no regime «socialista» e as novas formas de organização do espaço produtivo do caju	64
3.2.2 O papel do Estado e a (re)organização socioespacial da produção do caju	71
3.2.3 O Banco Mundial e a crise da indústria do caju em Moçambique	77
3.3 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CAJU NO PERÍODO 2000-2011	87
3.3.1 A reestruturação espacial do novo modelo produtivo de caju	87
3.3.1.1 Pacotes tecnológicos gerados e disponibilizados	89
3.3.1.2 Renovação do parque cajuícola e a organização espacial da produção	99
3.3.2 Espacialização das explorações agrícolas com caju e do parque cajuícola nacional	113
3.4 A PROBLEMÁTICA DA PRODUÇÃO DE CAJU EM MOÇAMBIQUE	116
PARTE II: A PRODUÇÃO DE CAJU E A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ANGOCHE	122
4 DADOS DE CONTEXTO SOCIOESPACIAIS SOBRE O DISTRITO DE ANGOCHE	123
4.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	123
4.2 CLIMA E SOLOS	124

4.3 A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA.....	128
4.3.1 População	130
4.3.2 Estrutura fundiária.....	133
4.3.3 Estrutura agrária.....	140
5 PRINCIPAIS ATORES DO SETOR AGRÍCOLA DO CAJU	146
5.1 O INCAJU E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG).....	146
5.2 O SEGMENTO AGRÍCOLA FAMILIAR	148
6 SISTEMAS PRODUTIVOS DE CAJU IDENTIFICADOS NO DISTRITO DE ANGOCHE E SUAS CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS.....	153
6.1 SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR.....	157
6.1.1 Sistema produtivo baseado em AF chefiados por mulheres.....	157
6.1.2 Sistema produtivo baseado em AF chefiados por homens	159
6.2 SISTEMA PRODUTIVO COMERCIAL	160
7 A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CAJU EM ANGOCHE.....	165
7.1 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DE CAJU.....	166
7.1.1 O plantio de mudas e as formas de ocupação do espaço.....	166
7.1.2 O manejo integrado dos cajueiros e as formas de organização social da produção	171
7.1.3 Colheita.....	174
7.2 PRODUÇÃO.....	175
7.2.1 Posse de cajueiros.....	178
7.2.2 Produtividade das árvores.....	179
7.2.3 Mão-de-obra	181
7.3 CIRCUITOS ESPACIAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE CASTANHA	183
7.3.1 Comercialização interna da produção doméstica.....	183
7.3.2 Comercialização externa da produção	187
7.4 APROVEITAMENTO INDUSTRIAL DO PEDÚNCULO DA CASTANHA	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	198
GLOSSÁRIO.....	205

INTRODUÇÃO

O setor do caju em Moçambique tem uma importância estratégica para o desenvolvimento económico do país. A produção de caju gera renda para mais de um milhão de famílias rurais, podendo representar até 70% da receita monetária para essas famílias (Bill & Melinda Gates Foundation-GTZ, 2008). A comercialização de castanha de caju constitui importante atividade económica para pequenos, médios e grandes comerciantes. O processamento de castanha assegura emprego para milhares de trabalhadores no país, em particular nas zonas rurais do Norte e Sul de Moçambique, onde o cultivo do fruto melhor se adaptou aos solos arenosos e clima litorâneo das províncias de Nampula e Cabo Delgado, Gaza e Inhambane respectivamente.

Importado do Brasil a partir de meados do século XVI, no contexto da expansão mercantil portuguesa, o caju tornou-se numa das mais importantes culturas de rendimento² (CR) do país, que figurou como o maior produtor e exportador mundial de castanha de caju durante os princípios da década de 1970, com exportações acima de 200 mil toneladas (t) anuais de castanha *in natura*. Dados do INCAJU (2011) apontam que cerca de 40% dos AF rurais em Moçambique possuem cajueiros e aproximadamente 95% da castanha de caju produzida e comercializada no país provém das explorações agropecuárias familiares³ (EAPF) que por natureza, não ultrapassam em média os cinco hectares (ha) de área plantada e/ou colhida com castanha de caju⁴. Nessas EAPF a produção do caju aparece sempre consorciada com culturas alimentares básicas (mandioca, feijão, amendoim) dividindo espaço com outras CR (principalmente o coco) e, em outros casos, com atividades pecuárias que visam à subsistência das famílias.

² Segundo o Censo Agropecuário-CAP 2009-2010 trata-se de “culturas que em regra, são destinadas a venda como finalidade principal. Normalmente passam por um processamento industrial” (INE, 2011, p. 107).

³ “Exploração em que pelo menos 75% da mão-de-obra agrícola é fornecido pelo AF do produtor, e que não recebem salário. A área total da EAPF abrange todas as parcelas (*machambas*), próprias ou ocupadas em pleno uso, em pousio, terras com árvores de fruta, com pastagens privadas, hortas e outras pequenas parcelas (geralmente não consideradas *machambas*) à volta da casa. Ela constitui uma unidade de gestão autónoma em que grande parte das decisões é tomada pelo chefe do agregado familiar” (INE, 2011, p. 108).

⁴ De acordo com dados do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) a área mediana cultivada por uma pequena exploração é de 1.3 ha comparada com 6.0 ha para uma exploração média e 145 ha para uma grande exploração.

Entretanto, a construção histórica do setor do caju em Moçambique obedeceu a lógicas contraditórias de desenvolvimento desde a época colonial, momento em que o país era para Portugal apenas um fornecedor de matérias-primas, passando pelo período pós-independência marcado pela adoção das políticas de socialização do campo, da guerra civil e da liberalização da economia do caju. Volvido o processo de colonização, da guerra e da liberalização do setor, o país tem procurado desde finais da década de 1990, encontrar estratégias para a reorganização do setor com destaque para o subsetor da produção.

É nesse quadro que pelo Decreto n^o 43/97 de 23 de dezembro do Conselho de Ministros é criado o INCAJU, um órgão fundamentalmente encarregue para a definição das políticas, das estratégias e para a coordenação e supervisão das atividades realizadas no âmbito do setor, visando promover o plantio de cajueiros e a indústria nacional do caju. Neste contexto, o país prevê incrementar os níveis de produção de castanha de caju em cerca de 350 mil toneladas anuais a partir de finais de 2020 (INCAJU, 2011), um nível que a concretizar-se recolocará o país entre os maiores produtores e exportadores mundiais desta cultura, ao lado de países como o Vietnã, Índia e Brasil que se afiguram na lista dos principais países produtores de caju. Em termos de área plantada com castanha de caju, prevê-se igualmente uma expansão significativa dos atuais cerca de 80 mil hectares para pouco mais de 100 mil hectares até finais de 2020.

A região Norte do país e especialmente a zona costeira da província de Nampula, com destaque para o DA é a que apresenta maior potencial de crescimento dadas as condições agroecológicas favoráveis à prática da cajucultura, aliada aos investimentos que têm sido alocados e os esforços na implantação das políticas e estratégias adotadas para o setor, com impacto no (re)ordenamento do espaço produtivo local. No entanto, a relação entre o setor do caju e a organização do espaço produtivo moçambicano remonta dos finais da década de 1920, momento em que Portugal começou a incentivar o cultivo de culturas que mantinham alta cotação no mercado internacional⁵, em consequência da crise de superprodução que caracterizou a economia mundial durante esse período. A partir da década de 1950 foi intensificada a produção do caju em resultado da entrada em funcionamento das primeiras unidades de processamento de castanha no país. Nas

⁵ Como exemplos podem ser citados a castanha de caju e o algodão.

zonas do litoral, especialmente em Angoche e na província de Nampula, milhares de camponeses, incentivados muitas vezes, pelos proprietários das terras, optaram pela cultura do cajueiro em virtude da demanda do fruto no mercado indiano. Assim, a ocupação e a produção do espaço rural moçambicano, sobretudo ao longo da faixa costeira do país, estão de certa forma relacionada com a cultura do caju que em Angoche representa a principal CR praticada pelos AF. Esse setor produtivo se mantém, até os dias atuais, com certa influência na organização espacial daqueles lugares por onde se espalha e particularmente no DA, se for a considerar-se que a cultura do caju tende a instalar-se, principalmente em *machambas*⁶ antes destinadas a produção de culturas básicas alimentares como o milho e a mandioca.

Entre 1990 a 2000 a área colhida com caju no país aumentou de 40 mil hectares em 1990 para 69 mil hectares em 2000 (FAOSTAT, 2012), representando um aumento em torno de 72,5%. Em 2010 a área colhida com caju passou para pouco mais de 77 mil hectares, o equivalente a um aumento na ordem de 10% em relação ao ano de 2000. Do mesmo modo, os níveis de castanha produzida e comercializada no país aumentaram de 31 mil toneladas em 1990 duplicando para 62 mil toneladas em 2000 e para pouco mais de 112 mil toneladas em 2010 (LEITE, 1999; INCAJU, 2011, 2012). Esses aumentos constituem o resultado das políticas governamentais adotadas e implantadas pelo INCAJU visando a revitalização do parque cajuícola nacional, através do repovoamento e manejo integrado do cajueiro bem como do melhoramento por cruzamentos artificiais de clones mais produtivos.

Dada a importância da atividade cajuícola para o país e particularmente para a população do DA que tem no caju, uma das suas maiores fonte de rendimento e porque a maioria dos estudos sobre essa temática está voltada para a interpretação econômica, focados, sobretudo na indústria de processamento da castanha, entendeu-se que a construção de uma análise socioespacial pudesse contribuir para a compreensão dos nexos que se estabelecem na organização da produção, bem como a sua articulação com as transformações socioespaciais ligadas a produção do caju no DA.

A escolha por esse distrito como área de estudo, deveu-se ao fato de Angoche ter sido no passado colonial o maior parque industrial de caju no país, fato

⁶ Superfície/porção de terra separada de outras por fronteiras naturais (rios, montes) ou artificiais (estradas, sebes, demarcações com outras *machambas*) que se destina a produção agrícola (INE, 2011). No Brasil o significado do termo *machamba* seria equivalente ao de roça.

que demonstrou a sua importância quer no volume de castanha de caju produzida e/ou processada, quer na sua contribuição para o mercado nacional do caju; num momento em que Moçambique se colocava como líder mundial em quantidades de castanha produzida e comercializada. Dados do campo revelam que o DA é o segundo maior produtor de caju na província de Nampula, depois do distrito de Mogovolas. Hoje em dia, os AF rurais no distrito têm na cultura do caju a sua principal fonte de rendimento o que, de certo modo, permite pensar que o desenvolvimento deste setor está certamente conduzindo a transformações na dinâmica socioespacial do distrito.

Nesse quadro, o trabalho empreendeu esforço no sentido de responder as seguintes questões norteadoras da pesquisa: 1) qual é a importância do caju na organização socioespacial de Angoche? 2) como a cultura do caju participa na conformação e na dinâmica socioespacial de Angoche? Visando responder essas questões, o presente estudo buscou analisar a dinâmica socioespacial no DA, pela compreensão, da constituição e organização do processo de produção da castanha de caju. Desse modo figuram-se como objetivos específicos do trabalho, os seguintes: 1) caracterizar e descrever o processo de organização da produção de caju, nos diferentes estágios da história de Moçambique, especialmente em Angoche, 2) examinar as políticas traçadas no âmbito do desenvolvimento do setor de caju em Moçambique e os impactos sobre a organização socioespacial da produção de caju, 3) analisar como as transformações socioespaciais desencadeadas pela produção do caju em Angoche, participam na sua configuração espacial.

Para a obtenção dos resultados, o trabalho dividiu-se em cinco fases e/ou etapas: 1) revisão bibliográfica e documental, 2) elaboração, avaliação e aprovação do projeto de pesquisa 3) realização do trabalho de campo, 4) processamento de dados e informações e 5) análise dos resultados e redação da dissertação. A revisão bibliográfica e documental consistiu na leitura e análise de livros e documentos (monografias, dissertações, teses, legislações, artigos de revistas, relatórios de pesquisas, censos agropecuários, estatísticas locais, provinciais, nacionais e internacionais) especializados e/ou relacionados com o tema de pesquisa e com a área de estudo. Esta etapa do trabalho permitiu, por um lado, tanto a definição e delimitação do campo de estudo da presente pesquisa como também da idealização e elaboração dos instrumentos e mecanismos para a coleta de dados no campo. Por

outro lado, ela foi importante ao constituir-se na base para a reflexão teórica da realidade empírica deste estudo, na medida em que possibilitou identificar fatos que marcaram a história de desenvolvimento do processo de produção da castanha de caju em Moçambique e particularmente no DA. Paralelamente, foram efetuadas pesquisas na *Internet*, as quais não só serviram de suporte à pesquisa bibliográfica e documental sobre assuntos e/ou informações relacionadas ao estudo, como também permitiram o acesso a bases de dados cartográficos usados para a concepção de mapas constantes no trabalho.

O trabalho de campo objetivou a observação *in situ* e a coleta de dados empíricos e informações junto aos produtores de caju para o entendimento da organização do processo de produção da castanha no distrito. Esta etapa compreendeu quatro fases: a primeira teve lugar entre os dias 14 a 23 de fevereiro de 2012 e consistiu na realização do diagnóstico de campo visando identificar os produtores de caju e a confrontação entre os instrumentos de pesquisa e a realidade empírica do local. Nesta etapa, foram ainda aplicados questionários semiestruturados a 60 AF produtores de caju selecionados aleatoriamente em três dos quatro postos administrativos de Angoche: Angoche, Namaponda e Boila-Namitória. Os questionários incluíam, entre outras, questões ligadas ao perfil dos AF produtores de caju, a organização do processo de produção, aos mecanismos de processamento e comercialização da castanha de caju, o acesso a insumos agrícolas e crédito e formas de intervenção do Estado no apoio aos produtores.

Paralelamente, foram realizadas entrevistas a três categorias de respondentes diferentes: gestores públicos e privados, comerciantes e provedores ligados ao setor do caju na província de Nampula e no DA em particular. As entrevistas incluíam, entre outras, questões ligadas às políticas concebidas para o setor, os “prós e contra” da trajetória da indústria do caju em Moçambique, os desafios do Governo para com o setor, os mecanismos e regulamentos de comercialização, ligação entre o Estado e os produtores de caju e estes entre si. Com efeito, buscou-se no presente trabalho, garantir o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa, sendo que as informações fornecidas foram tratadas de forma confidencial e somente utilizadas para os objetivos do trabalho. Desse modo, os sujeitos participantes do questionário foram codificados segundo a ordem de aplicação dos respectivos questionários em Q1, Q2... até Q60 para designar o primeiro questionado, o segundo questionado e, assim sucessivamente. Por sua

vez, os entrevistados foram codificados em E1, E2... até E5 para designar o primeiro entrevistado, o segundo entrevistado e, assim sucessivamente.

A segunda fase do trabalho de campo que teve lugar entre os dias 05 a 09 de junho de 2012, também em Angoche e cidade de Nampula, objetivou visitar as unidades de processamento bem como a realização de entrevistas.

A terceira fase teve lugar entre os dias 17 a 20 de junho de 2012 e objetivou a aquisição de documentos e relatórios oficiais sobre políticas e atividades envolvendo o setor do caju, junto à Sede do INCAJU em Maputo.

A quarta fase se desenvolveu entre os dias 17 a 21 de dezembro em Fortaleza e Pacajus-Estado de Ceará-Brasil e objetivou a realização de entrevistas juntos aos pesquisadores da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), ligados à temática do caju, entrevistas com produtores e visita às indústrias de processamento e à Estação Experimental da EMBRAPA, em Pacajus.

Assim, a evidência apresentada neste estudo baseou-se numa amostra de 60 AF produtores de caju selecionados aleatoriamente no DA, sendo que para o entendimento analítico do objeto de pesquisa, buscou-se compreender a construção socioespacial na sua historicidade, com recurso ao método dialético. Nesse sentido, a perspectiva teórico-metodológica utilizada caminhou no sentido de compreender, em um movimento mais amplo, o setor em si e as mudanças ocorridas ao longo da sua história e em seguida, buscou-se estabelecer os nexos na organização da produção e sua relação com a dinâmica socioespacial no DA.

Os resultados do trabalho são apresentados em duas partes principais: na primeira parte, buscou-se analisar e compreender a organização socioespacial da produção de caju em Moçambique e os impactos das políticas concebidas para o setor, desde a época colonial, onde a ação do Governo foi decisiva para o incremento dos níveis de produção e espacialização do caju, principalmente ao longo da zona costeira do país; passando pelo período pós-independência, caracterizado pelo decréscimo nos volumes de castanha produzida e na redução da área colhida com caju [devido principalmente ao insucesso das políticas de socialização do campo adotadas nos primeiros anos da independência, à intensificação da guerra civil e a influência do Banco Mundial (BM)], que combinados foram determinantes para a deslocação das populações das suas áreas de cultivo e na falta de incentivos para a produção cajúcola; até ao período iniciado a partir do ano 2000, caracterizado por forte intervenção do Governo, que por meio do INCAJU,

busca recuperar os níveis de produção ao mesmo tempo em que tem expandido as áreas plantadas com caju através de novos plantios ordenados de cajueiros.

Pela análise do viés histórico da organização socioespacial da produção de caju em Moçambique, buscou-se identificar as mudanças e permanências na configuração do espaço produtivo e os nexos que se estabeleceram e/ou se estabelecem na organização da produção e sua relação com o espaço produzido. No conjunto dessa análise, foi possível compreender que o poder estatal foi sempre em cada momento da história do país, um fator determinante sobre o setor em si e a sua organização espacial.

Na segunda parte, faz-se a apresentação e discussão dos resultados empíricos do trabalho, onde o esforço empreendido caminhou no sentido de caracterizar o perfil dos AF produtores de caju em Angoche, ao mesmo tempo em que se buscou identificar e caracterizar a estrutura dos sistemas agrícolas de produção de caju praticados no distrito e sua repercussão nos modos de ocupação do espaço. De igual modo, baseando-se nos depoimentos dos AF produtores de caju, buscou-se compreender as mudanças desencadeadas pelo setor e sua influência na organização socioespacial do distrito, ao mesmo tempo em que se buscou também analisar as variáveis e os atores que estão na origem do reordenamento do setor que tem sido caracterizado por um novo processo de organização da produção, com impacto na organização do espaço produtivo local.

Assim, o trabalho buscou trazer contribuições teórico-metodológicas para a compreensão das formas de organização da produção de caju e da dinâmica socioespacial no distrito de Angoche, esperando, desse modo, minimizar o fosso que caracteriza a maioria dos estudos ligados ao setor, já que em Moçambique, a maior parte deles assumiu uma perspectiva econômica, com menor ênfase nas questões ligadas a organização da produção.

PARTE I: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CAJU EM MOÇAMBIQUE

Esta parte inicial da pesquisa tem como objeto de análise a organização socioespacial da produção de caju em Moçambique ao longo das principais fases que marcaram a trajetória histórica do país. O esforço dessa análise caminhou no sentido de buscar caracterizar os sistemas de produção agrícola do caju em Moçambique, com ênfase nas questões ligadas à organização da produção e aos mecanismos de seu controle, seus atores e políticas concebidas para o setor.

Essa análise e caracterização da trajetória histórica da cajucultura moçambicana se inicia no período colonial, momento em que o início da industrialização não comprometeu as solidariedades mercantis com a indústria indiana; passando pelo período pós-independência, caracterizado pela ruptura operada no sistema político e econômico; até ao momento iniciado a partir do ano 2000 com a entrada em funcionamento do INCAJU, onde as ações do Governo têm na renovação do parque cajuícola nacional, o seu principal foco.

Da mesma forma, buscou-se analisar as implicações para o setor do caju, da institucionalização da economia centralizada que caracterizou os primeiros anos da independência, bem como da liberalização e dos ajustamentos profundos que marcaram a sociedade moçambicana na década de 1990. Desse modo, o item começa com uma breve contextualização sobre a localização geográfica e divisão administrativa de Moçambique, o processo de construção histórica do país, sua população e o desenvolvimento do setor agrícola, com destaque para o setor do caju.

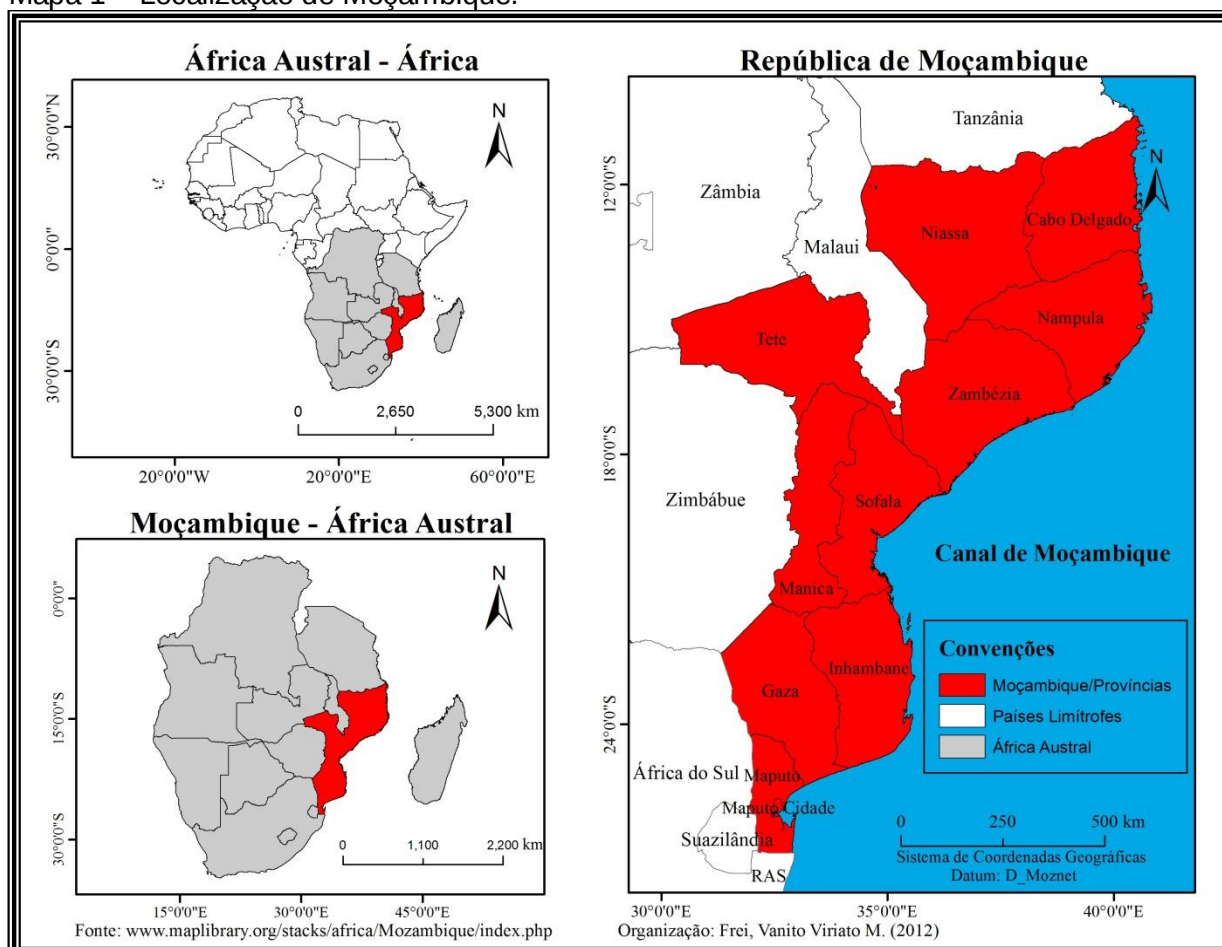
Em seguida, o item faz uma caracterização e análise da produção mundial do caju e, posteriormente, descreve e caracteriza as formas de organização socioespacial da produção do caju ao longo dos diferentes momentos que marcaram a história de Moçambique. Paralelamente, faz-se a análise das políticas econômicas traçadas e os impactos para a organização socioespacial da produção de caju em cada uma das fases históricas que caracterizaram o desenvolvimento social e econômico do país.

1 DADOS DE CONTEXTO SOBRE MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país geograficamente localizado na região da África Austral e na costa Sudeste do continente africano, defronte da Ilha de Madagascar, entre os paralelos 10° 27' Sul, a jusante do rio Rovuma e 26° 52' Sul, a montante do rio Maputo e Ponta de Ouro, e entre os meridianos 30° 12' Este, no rio Aruanga (Zumbo-Tete) e 40° 51' Este, na Ponta Quitangonha (Nacala-Nampula) (MUCHANGOS, 1999; FERRÃO, 2002).

O país faz fronteira a Norte com a Tanzânia, a Noroeste com o Malaui e a Zâmbia, a Oeste com o Zimbábue, a Sudoeste com a República da África do Sul (RAS) e a Suazilândia, a Sul, novamente com a RAS e a Este com o oceano Índico através do Canal de Moçambique, conforme o mapa 1. A superfície total do país é de 919.380 km² dos quais 786.380 km² constituem a terra firme, 13.000 km² águas interiores e 120.000 km² superfície marinha (MUCHANGOS, 1999; FERRÃO, 2002).

Mapa 1 – Localização de Moçambique.



Diferentemente do Brasil, a República de Moçambique organiza-se territorialmente em províncias, distritos, postos administrativos, localidades e povoações⁷, sendo que o termo município é utilizado para se referir às capitais provinciais e/ou as sedes distritais com estatuto de autarquia. Assim, incluindo a cidade de Maputo, o país subdivide-se em 11 províncias, 128 distritos e 43 municípios (Ministério de Administração Estatal-MAE, 2012)⁸, distribuídos em três regiões: Norte, Centro e Sul. Essa divisão toma em consideração tanto aspectos de natureza geográfica, como histórica, econômica, social e cultural.

Na região Norte do país encontram-se as províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula. No período colonial, esta região foi caracterizada principalmente pela prática da cultura obrigatória⁹ de algodão. À região Centro correspondem as províncias de Tete, Zambézia, Manica e Sofala. Durante a época colonial, a região foi caracterizada pela economia de plantações de monoculturas para exportação (arroz, cana-de-açúcar, copra¹⁰, sisal). Já a região Sul do país é constituída pelas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e Maputo-Cidade (capital do país). No passado colonial, essa região foi caracterizada principalmente pelo trabalho migratório para as minas da África do Sul.

De acordo com resultados do III Recenseamento Geral da População e Habitação realizado no país em 2007, Moçambique contava nesse ano com cerca de 20.226.296 habitantes dos quais 70,2% era considerada população rural e apenas 29,8% é que era considerada população urbana. Com relação a sua distribuição pelas províncias, observa-se que Nampula, ao Norte e Zambézia, ao Centro, são as províncias que concentram a maior população do país com respectivamente 3.985.613 e 3.849.455 habitantes, representando ambas as províncias aproximadamente 40% da população total do país em oposição à região Sul que concentra a menor população.

Em termos históricos, Moçambique foi um dos primeiros territórios a ser colonizado por um país europeu, no caso Portugal¹¹ e um dos últimos a ganhar a independência em 1975. Segundo Ferrão (2002) os portugueses chegaram a este

⁷ Artigo 7 da Constituição da República de Moçambique, 2004.

⁸ Ministério de Administração Estatal-MAE. Municípios de Moçambique. Disponível em <www.mae.gov.mz> Acesso: 05 nov. 2012.

⁹ Essas culturas são tidas como culturas de rendimento. Ver conceito de cultura de rendimento na nota de pé de página nº 2.

¹⁰ É a polpa de coco seca, geralmente destinada a indústria (INE, 2011, p. 106).

¹¹ A expansão portuguesa foi antes pelo contrário, um subproduto direto da pobreza de Portugal e não da sua riqueza. Ver NEWITT (1997, p. 32-35).

território da África Oriental a partir de 1453 quando o colonizador estabeleceu bases semiefetivas na zona costeira. Como território, Moçambique passou a fazer parte de Goa, um território português na Índia até o ano de 1752 quando o território de Moçambique teve a sua própria administração colonial. Em 1880, as fronteiras do território foram oficialmente demarcadas e, em 1888 quando a tesouraria do Estado português ficou sem meios devido aos custos administrativos para a manutenção das colônias, Moçambique foi subdividido em companhias majestáticas que foram garantidos monopólios virtuais e alguns direitos a medidas de soberania.

No campo econômico, o país apresentou ao longo dos tempos diversas características. Durante o longo processo de colonização, as relações econômicas entre Portugal e este território colonial foram caracterizadas principalmente pela exploração e pilhagem dos recursos naturais e dos homens nativos, sendo os investimentos portugueses pouco significativos e a maior parte da população moçambicana pertencendo ao setor familiar.

A partir de 1930 ano que marca o início do último período da ocupação portuguesa no país, Portugal adotou uma nova visão de gestão econômica da colônia culminando com a introdução de reformas que conduziram a um maior controle do território tanto administrativa como economicamente (ABRAHAMSSON, NILSSON, 1994). Na economia agrícola colonial, foi incentivado a partir da mesma década, o aumento do cultivo de culturas que mantinham altas cotações no mercado mundial, principalmente o algodão e o caju, como consequência da diminuição dos preços no mercado internacional de culturas alimentares decorrente da crise de superprodução de 1929. Nesse quadro, a produção e exportação da castanha de caju em Moçambique aumentaram significativamente durante o período colonial de 6.530 t em 1930 para cerca de 216.000 t em 1972 (HEDGES, 1999; LEITE, 1999), colocando o país na posição de maior produtor e exportador mundial de castanha de caju.

[...] em 1974, as receitas associadas ao comércio externo dos produtos do cajueiro representavam 21,3% do total das exportações da colônia [...]. Nesta altura, a economia do caju ganhava posição face ao algodão e ao açúcar, núcleos centrais da estruturação da economia colonial (representando respectivamente 11,1% e 20,9% do comércio externo do território). **Moçambique impunha-se então como o maior produtor mundial de castanha de caju** (190 mil toneladas, ou seja, 42,7% da produção total), o que lhe permitia por um lado, aprovisionar com matéria-prima as suas unidades de processamento [...] e, por outro, a manutenção do fluxo de castanha

para a Índia, nesse mesmo ano da ordem das 73 mil toneladas (LEITE, 1999, p. 3 grifo nosso).

Segundo dados do CAP 2009-2010, o parque cajuícola nacional era estimado em 2010 em cerca de 38 milhões de árvores de cajueiro das quais aproximadamente 98% encontram-se distribuídas pelas pequenas explorações¹². De acordo com o mesmo documento, existem no país perto de um milhão e meio de explorações com cajueiro entre pequenas, médias e grandes explorações, sendo a primeira categoria a mais representativa. Em termos de área ocupada, estima-se que foram colhidos perto de 80 mil hectares com castanha de caju no território nacional em 2011¹³.

Entretanto, o cultivo atual do caju remete, de forma geral, ao processo histórico dessa cultura no país. Desse modo, o desenvolvimento do setor do caju em Moçambique está ligado a três diferentes fases históricas e políticas que o país vivenciou e que correspondem igualmente a três modelos de desenvolvimento diferentes em que dadas as suas diferenças estruturais proporcionam diferentes formas de abordagem, da maneira de encarar a atividade agrícola e cada um com implicações sobre a organização social da produção e sobre também às formas de organização do espaço produtivo. O conhecimento do momento de desenvolvimento atual e a diferenciação dos anteriores permitem uma melhor compreensão da dinâmica atual e suas implicações sobre a organização socioespacial da produção e seus atores.

O primeiro momento corresponde à época colonial e a característica fundamental do modelo de desenvolvimento desta fase, foi a exploração que consistiu no aproveitamento máximo dos recursos naturais e dos homens locais para cumprimento dos objetivos da metrópole. Desse modo, verifica-se que na área rural promoveu-se a agricultura de média escala com ênfase para as monoculturas para exportação. Hoffman (2011) refere que ao abrigo do Código Comercial e Civil, os pequenos agricultores vindos de Portugal, os chamados *prazeiros*¹⁴, organizados em

¹² Siteo (2005) refere que o país possui cerca de 36 milhões de hectares de terra arável e que apenas 10% é que são realmente cultiváveis.

¹³ Estimativa calculada pelo autor.

¹⁴ Os *prazos* foram uma das formas que tomou a colonização portuguesa em Moçambique, quando após princípios do século XVI Portugal tentou ocupar o espaço através do sistema de *prazos da coroa* que se instalaram praticamente em territórios das atuais províncias da Zambézia, Sofala e Tete e vigoraram até a década de 1930 quando se procedeu a sua abolição formal. Os *prazos* eram do ponto de vista legal, constituídos por doações ou aforamentos régios de grandes propriedades de

sistemas de agricultura individual criavam as suas empresas agrícolas. Segundo a mesma autora, o sistema apoiava estes agricultores com créditos em espécie e em numerário, bem como, em fatores de produção, e por consequência houve aumento das áreas de cultivo para e dos agricultores colonos, aumento dos níveis de exportação das culturas de fomento e o alicerçamento da dominação colonial, com os nacionais (nativos) sem oportunidades de se afirmarem e crescerem. Para o setor do caju, o período colonial representou o auge da produção cajuícolá no país onde a produtividade por árvore variava em torno de 8 a 9 kg/planta e a produção total do país chegou a ultrapassar a cifra das 200 mil toneladas, colocando Moçambique entre os maiores produtores e exportadores de castanha de caju no mundo.

O segundo momento corresponde ao período pós-independência, subdividido em duas fases. Na primeira fase entre 1976 a 1987¹⁵ através da conscientização por meio de discursos políticos para a mobilização no sentido da participação das massas e a Lei 9/79 de 10 de julho para cooperativas agrícolas, criaram-se formas coletivas de produção (organização coletiva, sistema de cooperativas) buscando beneficiar os camponeses em geral, por meio de incentivos em termos de fatores de produção. A característica fundamental do modelo de desenvolvimento desse período foi o (socialismo)¹⁶, consistindo na planificação

terras, exclusivamente à mulheres portuguesas brancas, por um período de três gerações. A detentora estava legalmente obrigada a casar-se com português nascido na metrópole, a sucessão dava-se pela linha feminina, e somente no caso da ausência de filhas podiam os filhos homens herdar por uma geração. Ao impor a transmissão dos prazos por via materna, Portugal procurava obter um fluxo constante de mulheres europeias para manter a integridade racial da comunidade ultramarina. O sistema de aforamentos era distinto do sistema donatário praticado no Brasil, Açores, Madeira ou do Oriente. Em Moçambique, o sistema veio enquadrar juridicamente a propriedade que, de fato, já era exercida pelo colono branco e possuída pelos *cafres* (ver noção de *cafre* na nota de rodapé nº 36), transformando os primeiros em enfiteutas. O *prazo* moçambicano resultaria da combinação do sistema sesmaria da metrópole com as chamadas mercês nupciais praticadas em terras da Índia e o *mussoco* (nome atribuído ao imposto na língua local). Originalmente ali cobrado, o *mussoco* era um tipo de imposto de captação pago em gêneros alimentícios, cera ou marfim, no quadro de uma organização social com formas e aspectos tidos, por alguns autores, como feudais ou pré-capitalistas. Paulatinamente, porém, foi sendo monetarizado e acabou por tornar-se elemento central no processo de acumulação de capital colonial ao agir como mecanismo extra econômico para a aquisição de trabalho pelo Estado e colonos (NEWITT, 1997; ZAMPARONI, 1998).

¹⁵ O ano de 1987 representa o momento em que foi formalmente introduzido o Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) e assim a adesão de Moçambique aos programas de reestruturação econômica do BM e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a consequente abertura do país ao neoliberalismo.

¹⁶ Michel Cahan (1998) recusa a atribuição da natureza socialista à Frelimo no período pós-independência e refere-se como um modelo capitalista de Estado. Mosca no seu livro *Experiência «Socialista» de Moçambique* coloca a palavra socialista entre parênteses; pois os países socialistas da Europa, em meados dos anos 1980, recusaram a admissão de Moçambique como membro do Comecon, alegando, entre outras razões, a natureza não socialista (mas sim de orientação «Socialista») do regime de Maputo; segundo, pela capacidade de adaptação da Frelimo e dos seus principais dirigentes às mudanças e que a luta de poder sempre teve estratégias de longo prazo;

centralizada da economia, com os órgãos superiores a assumirem-se conhecer os problemas e necessidades sentidas pelas populações. Não obstante os avanços no quadro da organização coletiva do trabalho começaram a registrarem-se interferências negativas ligadas ao início e intensificação da guerra civil¹⁷ e a rejeição da maioria das populações ao processo de aldeamentos; que em conjunto afetaram a capacidade de influenciar positivamente os índices de produção e produtividade do caju ao mesmo tempo em que tornaram fraco o processo de troca comercial de produtos.

A segunda fase do período pós-independência com relação ao setor do caju, pode ser definida como aquela que vai de 1987 até sensivelmente o ano de 1997¹⁸ onde devido à crise económica em que Moçambique se encontrava mergulhado e; no contexto das mudanças político-econômicas internacionais várias medidas internas foram tomadas no país influenciando na mudança do modelo de desenvolvimento ora de característica centralizada, para um modelo neoliberal. Nesse quadro, Chambe (2011) refere que para o setor do caju esperava que, como resultado da liberalização do mercado, concorrência e aumento dos preços pudessem se transformar em incentivos para a renovação do parque cajuícola nacional e o consequente aumento da produção e produtividade.

O terceiro período corresponde ao pós-ajustamento estrutural e inicia-se a partir de finais de 1997. Esse período é marcado por uma maior intervenção do Governo que está investindo em iniciativas de revitalização das plantações de caju, mediante o repovoamento e o manejo integrado do cajueiro, o melhoramento das plantas por cruzamentos artificiais, identificação de clones tolerantes a doenças e pragas, o incentivo ao associativismo bem como a concessão de assistência técnica

terceiro, por existirem membros da Frelimo, que desde a sua fundação, nunca estiveram de acordo com a orientação imprimida pela aliança minoritária de natureza populista e radical de esquerda, quarto, a comunidade internacional e a guerra lutaram pela mudança da Frelimo e não por alternativas de poder. Ver Mosca (2005).

¹⁷ A guerra civil em Moçambique que envolveu a Renamo e a Frelimo iniciou-se em 1976, um ano após a proclamação da independência política do país e terminou com a assinatura dos Acordos de Paz em Roma, em 1992. Com a guerra, a Renamo objetivava desestabilizar o Governo de Moçambique e eventualmente provocar uma mudança do regime monopartidário e de natureza autoritária para o regime democrático. Mais informações sobre essa matéria, ver Ferrão (2002) e Newitt (1997).

¹⁸ O ano de 1997 é marcado pela criação do INCAJU que como se referenciou na introdução desse trabalho, é uma instituição nacional e de direito público, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, criada pelo Decreto nº 43/97, de 23 de dezembro e subordinada ao Ministério da Agricultura (MINAG) cujo objetivo principal é promover o plantio de cajueiros e a indústria nacional do caju e seus derivados, ou seja, a revitalização do setor (INCAJU, 2011). Esta instituição iniciou com as suas atividades apenas a partir do ano 2000.

aos camponeses produtores de caju, com o objetivo de recolocar o país entre os maiores produtores mundiais desta cultura.

Importa salientar que em Moçambique, não se dispõe de dados realmente confiáveis relativos aos volumes de produção e/ou volumes processados/exportados de castanha de caju e, principalmente de dados referentes à área colhida e/ou plantada com caju e do número de cajueiros existentes, sobretudo em nível local devido a vários motivos: 1) os dados relativos ao caju produzido e/ou comercializado nos distritos são coletados pelos *extensionistas* do INCAJU em visitas aos produtores, lojas e comerciantes locais. No entanto, os donos das lojas e os comerciantes nalgumas vezes temem que estas informações cheguem às autoridades fiscais, o que poderia levá-los a fornecer cifras inferiores aos volumes realmente comercializados; daí a tendência de a quantidade ser subestimada, 2) parte da castanha de caju produzida é processada e consumida pelas famílias e/ou vendida ao lado das rodovias. Esses volumes também não aparecem em nenhuma estatística¹⁹, 3) o INCAJU não dispõe de uma base de dados que permita obter e/ou aceder a qualquer informação relativa à produção do caju em Moçambique. Dentre outras dificuldades, estas foram certamente as que mais influências tiveram na concepção do presente trabalho.

¹⁹ Dados de campo revelam que entre 10% a 30% da produção vai para o setor informal, variando de região para região e conforme o tamanho das explorações agrícolas.

2 CENÁRIO INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE CASTANHA DE CAJU

Encontrado disperso em larga faixa do mundo tropical, o cajueiro, (*Anacardium occidentale, L*), é uma planta perene originária do Norte e Nordeste do Brasil, ao longo do corredor litoral entre o equador e os 10º de latitude Sul²⁰ (RIBEIRO, 2010). Esta planta foi importada para Moçambique a partir de meados do século XVI, no contexto da expansão mercantil portuguesa. Durante séculos, os comerciantes portugueses plantaram o cajueiro amplamente no continente asiático, especialmente, em Sri Lanka, Índia, Indonésia e Filipinas, e na costa da África Oriental, particularmente, em Madagáscar, Zanzibar, Tanzânia, Quênia e Moçambique para explorar a produção de castanha. A partir de então, o cajueiro foi progressivamente se disseminando por quase toda a faixa do litoral moçambicano, com maior incidência nas regiões Norte e Sul do país. Nampula e Cabo Delgado ao Norte, Zambézia ao Centro e Gaza e Inhambane ao Sul, são as províncias mais representativas em quantidades de castanha produzida e que apresentam maior potencial de crescimento.

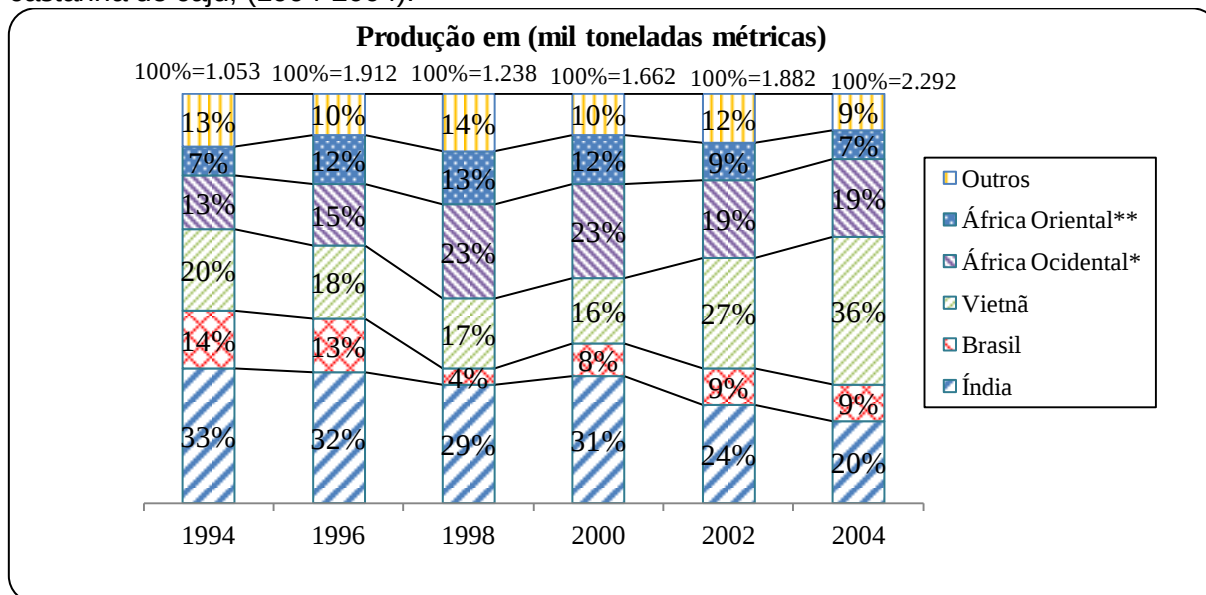
De modo geral, a sua produção encontra-se concentrada em países em desenvolvimento intertropicais, nas regiões de temperaturas mais elevadas e estação seca bem definida, onde o seu cultivo encontra condições ideais de crescimento. A rusticidade da planta permite que o seu cultivo se desenvolva em áreas onde outras culturas têm dificuldades de prosperar, enquanto a relativa facilidade do cultivo e a ocorrência da colheita na entressafra de outras culturas locais permitem a absorção de mão-de-obra pouco qualificada e abundante nas zonas rurais desses países (USAID, 2006)²¹. No contexto mundial de produção da castanha destaca-se o Vietnã, que está superando produtores tradicionais de castanha de caju como a Índia, o Brasil e outros países do continente africano. Em 2004, o Vietnã superou a Índia na produção de castanha²², conforme se pode observar no gráfico 1.

²⁰ Sobre as provas e fatos que apontam o Brasil como provável centro de origem do cajueiro, ver ANDRADE, Renata Aparecida de. **Evolução da Cultura do Caju no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.todafruta.com.br/porta1/icNoticiaAberta.asp?idNoticia=6009>>

²¹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional-USAID – Brasil. **Análise da indústria de castanha de caju**: inserção de micro e pequenas empresas no mercado internacional. Vol. I. Sucursal Brasil, novembro de 2006.

²² Ibidem (2006, p. 17).

Gráfico 1 – Participação percentual dos principais países produtores na oferta mundial de castanha de caju, (1994-2004).



Fonte: FAOSTAT, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Notas: *África Ocidental: Nigéria, Benin, Costa do Marfim, Guiné-Bissau. **África Oriental: Moçambique, Tanzânia, Quênia.

Conforme os dados constantes no gráfico 1 pode-se observar que ao longo da década de 1990 a Índia liderou a produção mundial de castanha de caju. A partir do ano 2002 verificou-se que a produção de castanha de caju do Vietnã superou a do Brasil e da Índia, colocando aquele país na posição de maior produtor mundial dessa cultura, seguido dos outros dois países respectivamente. Os países da África Ocidental: Nigéria, Benin, Costa do Marfim e Guiné-Bissau produziram em conjunto cerca de 400 mil toneladas no mesmo período. Já os países da África Oriental entre eles Moçambique, Tanzânia e Quênia distinguiram-se igualmente na produção mundial de castanha totalizando aproximadamente 165 mil toneladas (FAOSTAT, 2012; SINDICAJU, 2006).

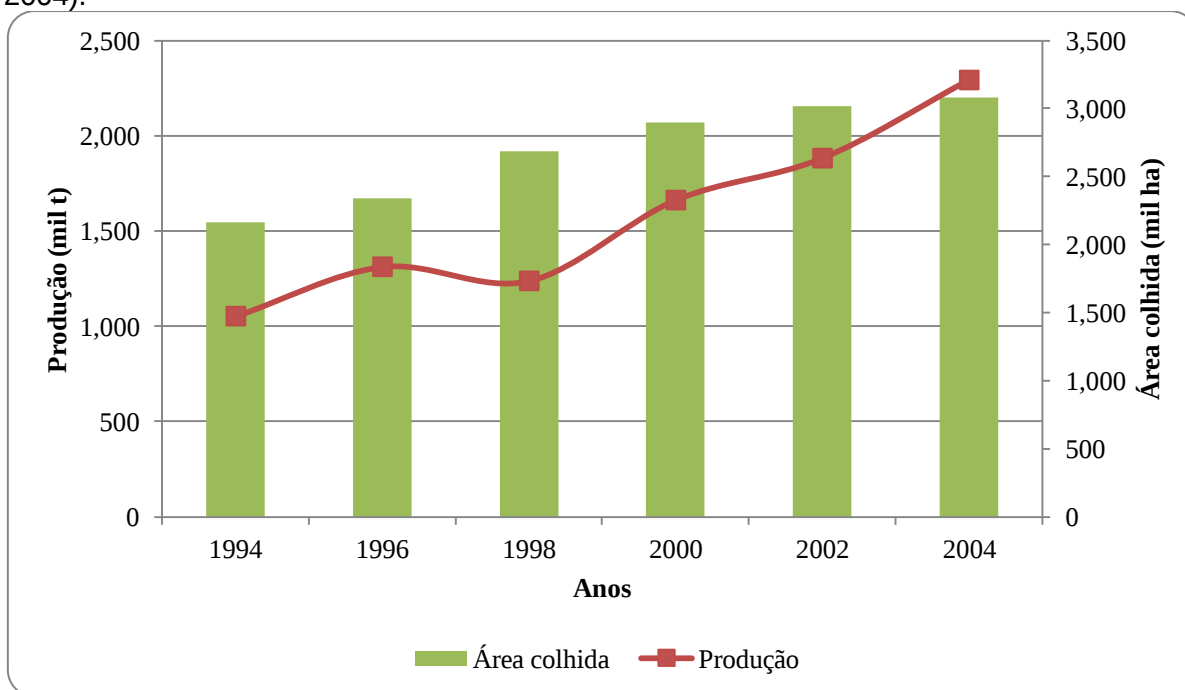
A localização estratégica da África Oriental tem um impacto decisivo para a colocação da sua produção no mercado internacional da castanha, dado que em termos de produção o seu contributo é inferior a 200 mil toneladas. Aliada a localização geoestratégica estão os baixos custos de transporte, cuja vantagem se vai agigantando à medida que os custos dos combustíveis aumentam.

Segundo a FAO (2012) em 2004 a produção mundial de castanha *in natura* alcançou 2,3 milhões de toneladas métricas para uma área colhida de 3,1 milhões de hectares, significando que entre 1994 a 2004 o volume produzido duplicou

enquanto a área colhida cresceu, mas em taxas bem inferiores, resultando em um aumento de produtividade pela utilização de variedades de cajueiros mais produtivos.

O desenvolvimento consistente de melhorias genéticas e de técnicas de manejo adequadas para o cajueiro tem permitido moldar a estatura da planta para a colheita, regular o tamanho e a cor da amêndoa e do pseudofruto, acelerar o início da produção e aumentar a produtividade dos pomares. O incremento de tecnologias e o cultivo de variedades de maior produtividade têm permitido um crescimento acelerado da oferta de castanha de caju *in natura* no mercado mundial, sempre dependente de políticas governamentais e de efeitos de intempéries climáticas nas áreas produtoras. O gráfico 2 mostra a evolução da produção mundial e área colhida com castanha de caju no período 1994-2004.

Gráfico 2 – Evolução da produção mundial e área colhida com castanha de caju (1994-2004).



Fonte: FAOSTAT, 2012.

Organização: Frei, 2012.

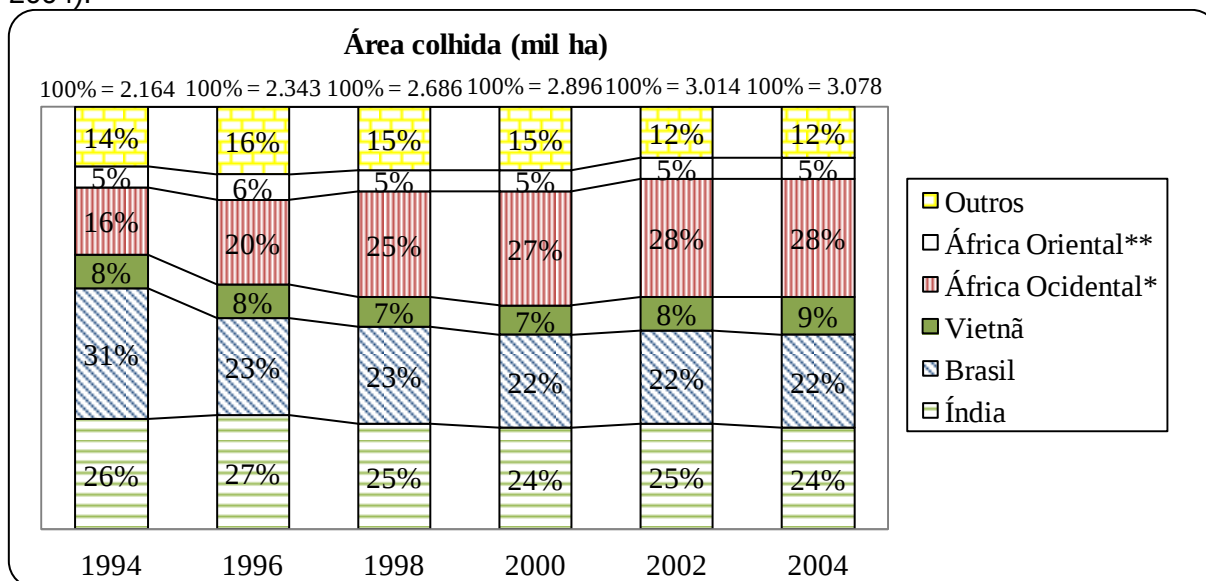
Da leitura do gráfico 2 pode-se observar que ao longo da década 1994-2004 a taxa mundial de crescimento médio anual da produção de castanha de caju *in natura* foi de 8,1%. Entretanto, no período 1998-2005 a mesma taxa foi de 9,6%, ou seja, houve um aumento percentual de 1,5%. A produtividade média da castanha

aumentou de 487 kg/ha em 1994 para 745 kg/ha em 2004 o que representou um aumento na ordem de 53% (FAO, 2012).

No Vietnã, cujo rendimento é o maior dentre os principais produtores mundiais, a produção média por hectare passou de 1.204 kg/ha para 2.705 kg/ha, na Índia, de 625 kg/ha para 692 kg/ha e na Nigéria, de 576 kg/ha para 1.971 kg/ha do triênio 1995/1996/1997 para o triênio 2005/2006/2007. No Brasil, o rendimento cresceu apenas 3% durante o período mencionado, mantendo o país o menor índice dentre os principais produtores: 269 kg/ha (GUANZIROLI, SOUZA FILHO, VALENTE JUNIOR, 2009).

Com relação à área colhida com castanha de caju, pode-se ler ainda no gráfico 2 que o tamanho da área passou de 2.164 mil hectares em 1994 para 3.078 mil hectares em 2004 a uma taxa de crescimento médio anual de 3,6%. O gráfico 3 mostra o comportamento da área colhida com castanha de caju nos principais países produtores.

Gráfico 3 – Área colhida com castanha de caju nos principais países produtores (1994-2004).



Fonte: FAOSTAT, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Notas: *África Oriental: Moçambique, Tanzânia, Quênia. ** África Ocidental: Nigéria, Benin, Costa do Marfim, Guiné-Bissau.

Vietnã e Índia, além de serem grandes produtores de castanha e amêndoa de castanha de caju (ACC), bem como grandes exportadores de ACC, estão entre os maiores importadores de castanha *in natura*. Em 2006, esses dois países foram

responsáveis por 88% das importações mundiais, destacando-se a Índia com 77%, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Importação mundial de castanha de caju, 2006.

Importadores de castanha de caju <i>in natura</i>						
Exportadores	Importação em 2006 (US\$ mil)	Importação em 2006 (t)	US\$/t	Crescimento anual da quantidade, 2002-2006 (%)	Crescimento anual do valor, 2002-2006 (%)	Participação no valor das importações mundiais, 2006 (%)
Mundo	220,893	358,445	616	3	-2	100
Índia	171,006	312,830	547			77
Vietnã	24,843	36,931	673	13	6	11

Fonte: Guanziroli, Souza Filho, Valente Junior, 2009.

Organização: Frei, 2012.

Os principais fornecedores de castanha de caju *in natura* são os países africanos e a Indonésia. Os países africanos costumam exportar a castanha de caju *in natura* para a Índia, que exerce um poder monopólico neste mercado, respondendo por aproximadamente 90% das importações mundiais de castanha *in natura*, utilizadas para complementar o abastecimento de seu grande mercado interno e para o atendimento aos seus contratos de exportação de amêndoa de castanha de caju. A tabela 2 apresenta os principais exportadores mundiais de castanha de caju.

Tabela 2 – Exportação mundial de castanha de caju, 2006.

Exportadores de castanha de caju <i>in natura</i>						
Exportadores	Exp. em 2006 (US\$ mil)	Exp. em 2006 (t)	US\$/t	Crescimento anual da quantidade, 2002-2006 (%)	Crescimento anual do valor, 2002-2006 (%)	Participação no valor das exp. mundiais, 2006 (%)
Mundo	222.176	336.722	606	3	-4	100
Costa do Marfim	91.331	210.728	433			41
Indonésia	41.901	56.556	741	10	4	19
Tanzânia	35.633	55.065	647	-11	-13	16
Moçambique	23.678	7.763	3,05	16	24	11

Fonte: Guanziroli, Souza Filho, Valente Junior, 2009.

Organização: Frei, 2012.

Notas: Exp. = Exportação.

Com relação às exportações de ACC, dados da CONTRADE (2008) apontam que em 2006 as exportações mundiais de ACC alcançaram US\$ 1,3 bilhão, com uma quantidade exportada de 280 mil toneladas. Os maiores exportadores mundiais de ACC foram a Índia, o Vietnã e o Brasil. No mesmo ano a Índia foi

responsável por 39% das exportações de ACC, seguida do Vietnã com 29% e do Brasil com 15%. No período 2002-2006 o valor das exportações de ACC cresceu 9% ao ano e 16% ao ano em quantidade.

Os preços médios de exportação mundial caíram 2% ao ano durante esse período, alcançando US\$ 4,55 por kg em 2006 (tabela 3). Entretanto, observa-se uma tendência de recuperação desde 2003. Destaca-se o enorme crescimento das exportações do Vietnã, que desde o início do ano 2000 deslocou o Brasil da segunda posição. Ainda em 2006 a Holanda figurou como o quarto maior exportador mundial de ACC. Embora o país não produza castanha, possui uma indústria que importa, processa e distribui para o resto da União Europeia (UE).

Tabela 3 – Maiores exportadores de amêndoa de castanha de caju-ACC, 2006.

Exportadores de ACC						
Exportadores	Exportação em 2006 (US\$ mil)	Exportação em 2006 (t)	US\$/t	Crescimento anual da quantidade, 2002-2006 (%)	Crescimento anual do valor, 2002-2006 (%)	Participação no valor das exportações mundiais, 2006 (%)
Mundo	1.276.221	280.691	4,547	16	9	100
Índia	498.402	101.888	4,892	10	3	39
Vietnã	365.277	85.932	4,251	22	12	29
Brasil	187.538	43.232	4,338	15	8	15
Holanda	106.943	21.466	4,982	39	31	8

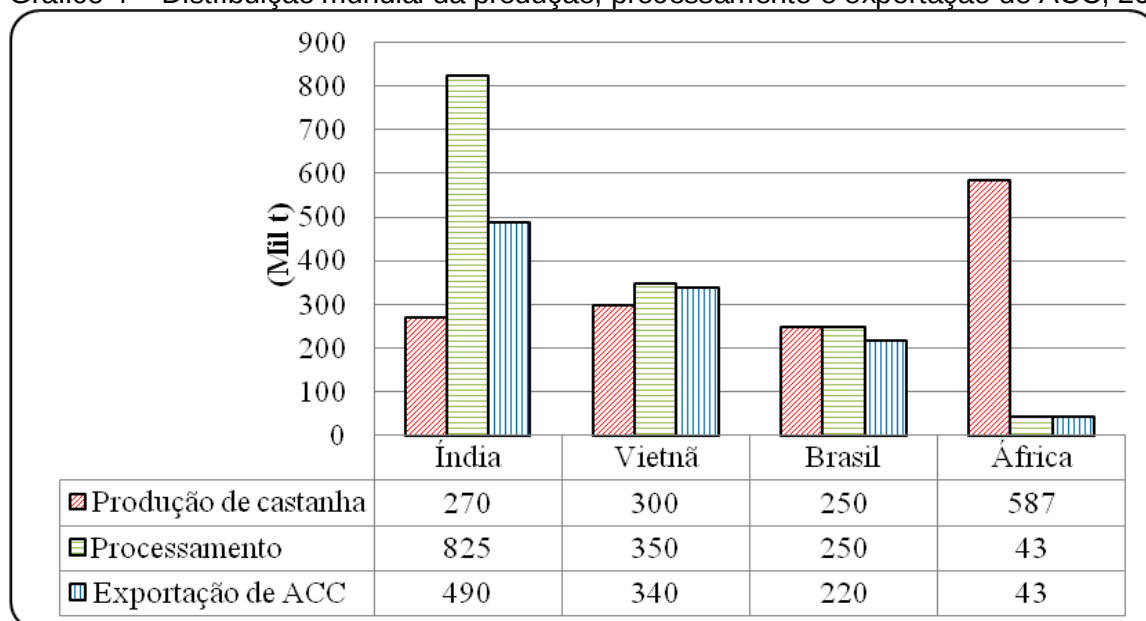
Fonte: Guanziroli, Souza Filho, Valente Junior, 2009.
Organização: Frei, 2012.

Segundo Guanziroli, Souza Filho e Valente Junior (2009) o destino das exportações indianas e vietnamitas esteve dividido de forma equilibrada entre os Estados Unidos da América (EUA) e a UE, enquanto o Brasil tem destinado cerca de 70% do valor de suas exportações para os EUA. Segundo os mesmos autores, os menores custos de frete do Brasil para os EUA explicam o direcionamento mais concentrado das exportações brasileiras para aquele mercado.

O crescimento da indústria processadora na África tem-se estabelecido como uma ameaça para a indústria indiana não apenas devido ao seu possível crescimento no mercado internacional de ACC, mas também a redução das exportações africanas de castanha. Sem o fornecimento africano, a sobrevivência da indústria indiana de ACC passa a depender do crescimento da produção doméstica de castanha. Outra ameaça a indústria indiana e também a indústria brasileira, é o crescimento tanto da produção de castanha quanto da capacidade de

processamento do Vietnã. Neste último, os custos de produção são baixos devido à elevada produtividade do trabalho, baixo custo da mão-de-obra e baixos custos de energia, além de incentivos governamentais. O gráfico 4 apresenta a distribuição da produção, processamento e exportação de ACC em 2008.

Gráfico 4 – Distribuição mundial da produção, processamento e exportação de ACC, 2008.



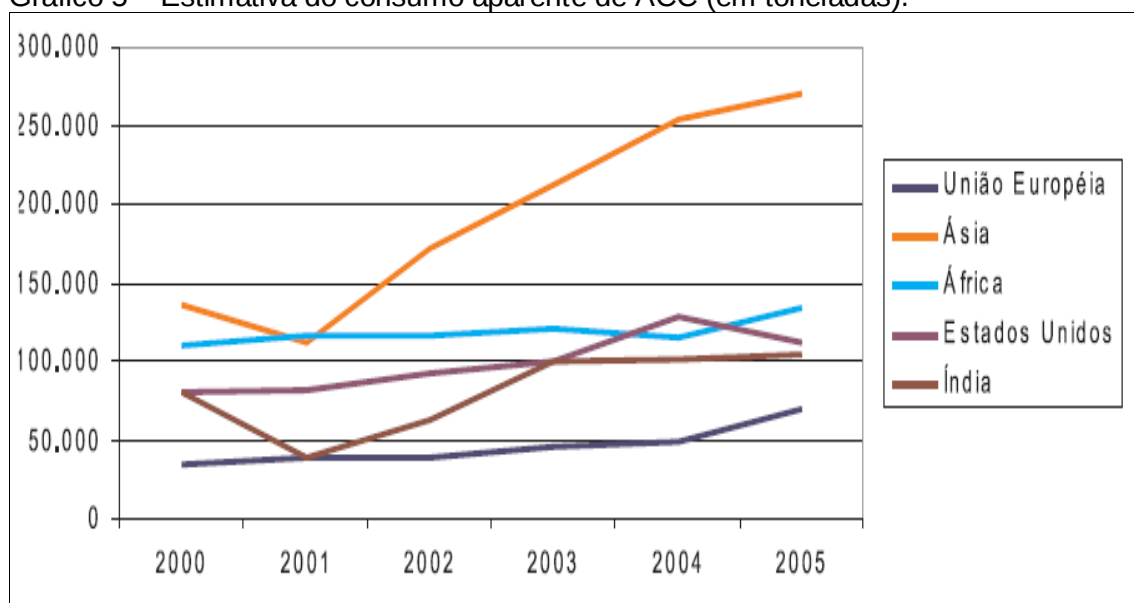
Fonte: INCAJU, 2011.

Organização: Frei, 2012.

Com relação ao seu consumo estima-se que no mundo sejam consumidas cerca de 500 mil toneladas de ACC (INCAJU, 2012). O gráfico 5 apresenta a evolução do consumo aparente de ACC²³, segundo estimativa realizada para os principais mercados consumidores: Índia, EUA, UE, bem como o conjunto da África e da Ásia. Observa-se elevado crescimento do consumo aparente na Ásia. O continente africano consome cerca de 10% da amêndoa consumida no mundo, sendo um mercado pouco expressivo (Ibidem, 2012).

²³ Consumo Aparente de ACC = (Produção + Importação – Exportação de castanha *in natura*) X 0,21 + Importação de ACC – Exportação de ACC.

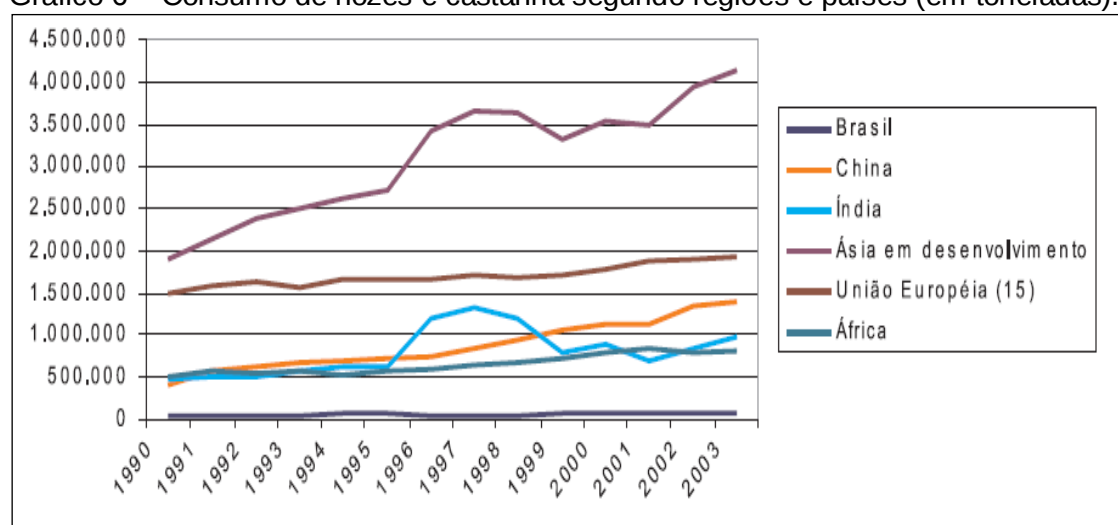
Gráfico 5 – Estimativa do consumo aparente de ACC (em toneladas).



Fonte: Guanzirolí, Souza Filho, Valente Junior, 2009.

A demanda de ACC está relacionada com o mercado de nozes e outras castanhas com as quais apresenta relações de substituição e complementaridade. Desse modo, a evolução do consumo de ACC pode também ser observada por meio de dados da demanda no mercado de nozes e castanha. Como se pode observar no gráfico 6 a demanda mundial por esses produtos tem crescido sistematicamente, em particular, nos países asiáticos como a China.

Gráfico 6 – Consumo de nozes e castanha segundo regiões e países (em toneladas).



Fonte: Guanzirolí, Souza Filho, Valente Junior, 2009.

Os maiores importadores mundiais de ACC são os EUA e a UE. Em 2006 os EUA foram responsáveis por 43% das importações mundiais, enquanto a UE, Holanda, Reino Unido e Alemanha foram responsáveis por 27%, conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Importações mundiais e principais importadores de ACC, 2006.

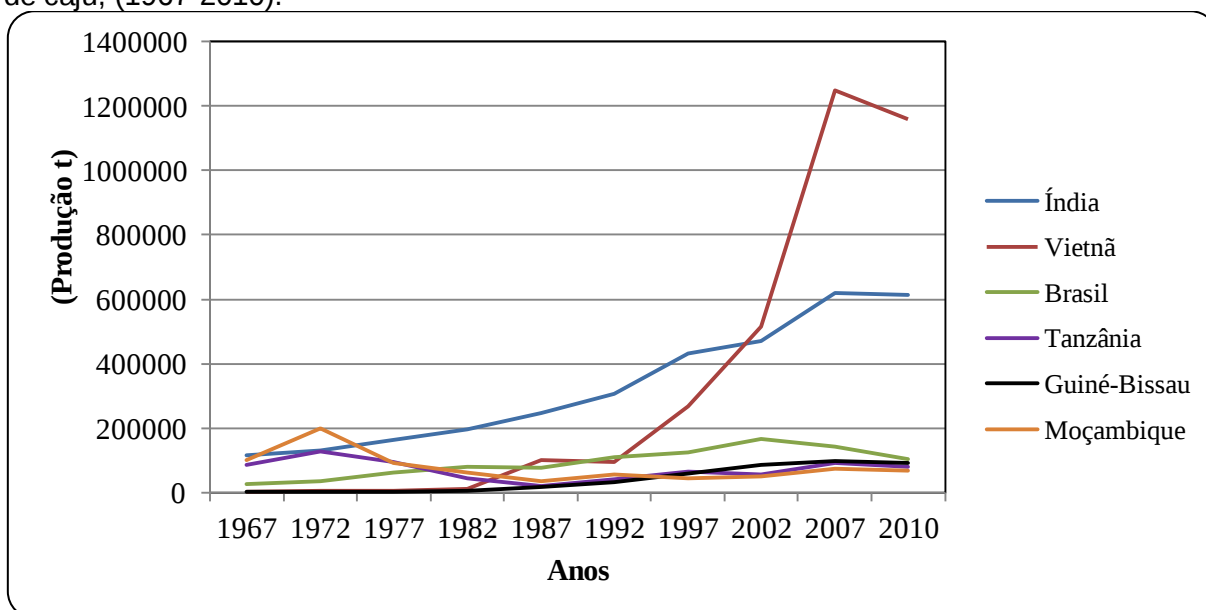
Exportadores de ACC						
Exportadores	Importação em 2006 (US\$ mil)	Importação em 2006 (t)	US\$/t	Crescimento anual da quantidade, 2002-2006 (%)	Crescimento anual do valor, 2002-2006 (%)	Participação no valor das importações mundiais, 2006 (%)
Mundo	1.231.354	272.165	4.524	16	9	100
EUA	525.167	115.087	4.563	11	5	43
Holanda	174.575	35.723	4.887	29	24	14
Reino Unido	85.265	21.377	3.989	25	24	7
Alemanha	73.439	14.459	5.079	21	15	6

Fonte: Guanziroli, Souza Filho, Valente Junior, 2009.

2.1 Análise comparativa de Moçambique com outros produtores mundiais

Uaciquete e Campos (2012) referem que a posição de Moçambique entre os países produtores modernos de caju tem sido relegada para entre outros, contribuindo apenas com cerca de 5% no mercado mundial, conforme se pode observar no gráfico 7.

Gráfico 7 – Posição relativa de Moçambique no contexto mundial de produção de castanha de caju, (1967-2010).



Fonte: FAOSTAT, 2012.
Organização: Frei, 2012.

Conforme dados constantes no gráfico 7 pode-se observar que desde a independência de Moçambique em 1975, o país perdeu a posição de maior produtor e exportador mundial de castanha de caju a favor de países como o Vietnã, a Índia e o Brasil que expandiram sua produção de caju, acompanhando o aumento quase exponencial da demanda por caju no mercado mundial. Como se referenciou, a população cajuícola estimada no país em 2010 era de cerca de 38 milhões de cajueiros, sendo que apenas cerca de 50% desse número é que se encontra em produção, e os restantes, ou são improdutivos ou têm acima de 30 anos, idade bioquimicamente crítica para seu potencial produtivo. O quadro 1 apresenta uma análise comparativa da situação da África com outros produtores mundiais de castanha de caju, tomando em consideração as seguintes variáveis: investigação e tecnologia, produção da castanha, mercados, pontos fortes e pontos fracos.

Quadro 1– Análise comparativa da situação relativa da África com outros produtores mundiais.

Variáveis	Países				
	Índia	Vietnã	Brasil	África Ocidental*	África Oriental**
Investigação e tecnologia	Tem uma boa base de investigação sobre o caju; Produz todo o equipamento para o processamento do caju.	Tem uma boa base tecnológica sobre caju; tem dos melhores rendimentos do caju do mundo.	Tem uma boa base de investigação sobre o caju; produz equipamento para o processamento do caju.	Possui baixos níveis de investigação sobre o caju; não produz qualquer equipamento para o processamento.	Possui baixos níveis de investigação sobre o caju; não produz qualquer equipamento para o processamento.
Produção da castanha em 2007	Produziu 620 mil toneladas, cerca de $\frac{1}{3}$ da produção mundial de castanha; ocupa 850 mil hectares de área plantada com caju.	Produziu 450 mil toneladas, aproximadamente $\frac{1}{4}$ da produção mundial de caju; em 2006 ocupava 330 mil hectares de área plantada com caju.	Produziu 250 mil toneladas, cerca de 12% da produção mundial; elevada produtividade; ocupa 74 mil hectares com cajueiros.	Produziu 450 mil toneladas, cerca de 22% da produção mundial; bons índices de produtividade e em geral castanha de boa qualidade.	Produziu 12% da produção mundial; baixa produtividade; castanha de menor qualidade; elevada infestação de doenças; produção do setor familiar.
Processamento	Detém a maior capacidade de processamento mundial de caju (1.2 milhões de toneladas); usa diversas técnicas de processamento industrial.	Tem a segunda maior capacidade mundial de processamento; tem uma mão-de-obra disciplinada e altamente produtiva.	Detém a terceira maior capacidade de processamento mundial de caju; usa diversas técnicas de processamento industrial; aproveita os subprodutos do caju.	É recente e ainda sem grande expressão; processam menos de 10% da sua produção total de castanha; mão-de-obra requer formação.	Privatizou o setor e converteu a tecnologia de processamento; processa menos de 30% da sua produção de castanha; mão-de-obra requer formação e é menos produtiva.
Mercados	É o maior importador de castanha <i>in natura</i> e exportador de amêndoa; 60% das suas importações vêm da África Ocidental e 25% de Moçambique e Tanzânia.	É o segundo maior importador de castanha de caju <i>in natura</i> . Em 2006 ultrapassou a Índia como exportador mundial de amêndoa, cerca de 40% da demanda mundial.	Importa, mas não exporta castanha de caju <i>in natura</i> ; processa toda a castanha de caju que produz; é o terceiro maior exportador mundial de amêndoa de caju.	É exportador de castanha <i>in natura</i> para a Índia e Vietnã; tem fraca presença no mercado mundial de amêndoa de caju.	É exportador de castanha <i>in natura</i> para a Índia e Vietnã; tem fraca presença no mercado mundial de amêndoa de caju.
Pontos fracos	Não dispõe de terra livre para plantar cajueiros; crescente dependência da importação de castanha.	Custo crescente da mão-de-obra; legislação limita a posse de terra a 2.0 ha.	Precisa renovar o parque cajuicola; custo crescente com mão-de-obra.	Fraca base de investigação; fraca capacidade de processamento.	Fraca base de investigação; fraca capacidade de processamento.
Pontos fortes	A produção e processamento do caju assumem importância crescente na economia.	A produção e processamento do caju estão assumindo importância crescente na economia; forte impulso público ao desenvolvimento do setor.	Tem uma tradição de processamento de caju.	A produção e processamento do caju estão assumindo importância crescente na economia; as condições agroclimáticas são boas e a qualidade da castanha é boa. Forte impulso público ao desenvolvimento do setor.	A produção e processamento do caju estão assumindo importância crescente na economia.

Fonte: INCAJU, 2011. **Notas:** *Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal. **Moçambique e Tanzânia.

3 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CAJU EM MOÇAMBIQUE

Neste item buscou-se analisar a construção histórica do setor do caju em Moçambique e sua relação com a organização do espaço produtivo. Assim, as ideias são apresentadas de acordo com os três grandes momentos que marcaram a história de Moçambique e que também estão ligados à história da cajucultura moçambicana: o período colonial, o período pós-independência e o período iniciado a partir do ano 2000.

3.1 Período colonial

Este item começa por uma caracterização e análise das relações de apropriação territorial e de trabalho desencadeadas na vigência do regime colonial português em Moçambique e, em seguida, análise a evolução e distribuição espacial da produção nacional de caju. Posteriormente, o item faz referência aos mecanismos de comercialização da castanha ao mesmo tempo em que apresenta uma análise dos problemas que caracterizaram a produção de caju em Moçambique durante o período colonial. A análise aqui empreendida caminhou no sentido de compreender as formas de organização e de controle da produção de caju durante esse período e como esses aspectos implicaram na organização do espaço produtivo nacional.

3.1.1 Relações de apropriação territorial e de trabalho

Em Moçambique, as primeiras explorações do cajueiro foram feitas pelos *prazeiros*²⁴ portugueses e as casas de investimento que entraram no negócio de bebidas alcoólicas fabricadas a partir do pedúnculo da castanha. Associados vieram os investimentos da RAS em portos e mercados no interior da zona Norte do país, que facilitaram significativamente uma produção dirigida para fins comerciais mais avançados, o que resultou no relativo aumento da produção e ampliação das áreas de cultivo (CHAMBE, 2011; BRAD, 2008).

As terras de cultivo haviam sido desde séculos, divididas entre colonos residentes e comerciantes. Na província de Nampula, por exemplo, durante o período de conquista, nos finais do século XIX e inícios do século XX, as propriedades foram-se expandindo em benefício de oficiais portugueses participantes na ocupação militar,

²⁴ Ver significado de *prazos* na nota de rodapé nº 14.

transformados em proprietários de grandes lotes de terra. O regime de trabalho instituído nessas propriedades no século XIX ficou conhecido na língua local por *muta-hanu*, isto é, a utilização de um tributo tradicional, pago aos senhores da terra que consistia no pagamento, aos proprietários, de uma renda em trabalho não remunerado nas plantações de cajueiros ou coqueiros.

Com a proibição da destilação e fabrico de bebidas alcoólicas na colônia em 1902, medida de proteção à exportação do vinho português, o caju, até então, utilizado essencialmente para fabricação de bebidas, passou a ser desprezado e muitos cajueiros foram substituídos por coqueiros para a venda da polpa de coco seca. No entanto, as condições mais vantajosas da produção da polpa de coco seca em algumas regiões do país (caso da província da Zambézia, por exemplo), reduziram a importância destas plantações e durante os anos 1920, assistiu-se a um desinteresse dos proprietários pelos terrenos. Os camponeses passaram a fazer um aproveitamento mais integral da terra, utilizando as plantações de caju, não só para bebidas e alimentação, como também para a venda da castanha aos comerciantes indianos que a exportavam diretamente para a Índia (HEDGES, 1999).

A súbita valorização em 1000% do caju, no mercado internacional, em 1933, provocou uma situação particular em todas as regiões produtoras. Em Angoche, por exemplo, as propriedades até então praticamente abandonadas ganharam nova importância, enquanto que inúmeros residentes procuraram, muitas vezes, por processos fraudulentos, obter direitos e concessão de terrenos para aquisição rápida de lucros. O antigo regime de *muta-hanu* foi reaproveitado e intensificado, as populações que viviam em todos os terrenos de antigas propriedades ou recém-ocupados foram obrigados à limpeza e apanha de caju, de modo gratuito como forma de pagamento de renda aos proprietários das terras, dado o regime de propriedade privada a que a terra estava sujeita. As plantações de caju alargaram-se, limitando-se ao mínimo os terrenos disponíveis para os camponeses fazerem as suas *machambas*.

Hedges (1999) refere que até 1936, já praticamente a maior parte dos terrenos da administração das regiões produtoras de caju na província de Nampula eram propriedade, legal ou ilegal, de particulares, europeus, asiáticos e assimilados, que coagiam cerca de 15 mil residentes, através de arrolamento dos habitantes e do apoio

de um grande número de capatazes. Com estes meios, a população foi obrigada a dar dois dias de trabalho, por semana, para além dos cinco dias na época da apanha. Esta exploração proporcionava, aos proprietários, um lucro três vezes superior ao que o Estado colonial cobrava, anualmente, do *imposto de palhota*²⁵ em toda a região. No entanto, o avanço da cultura do caju começou a entrar em choque com as atuações e interesses do próprio Estado colonial que na década de 1930 queria cobrar, com eficiência um imposto de palhota elevado, pagável em dinheiro e que era, na prática, uma taxa sobre as vendas de caju dos camponeses.

Contudo, até princípios da década de 1930 o cultivo do cajueiro em Moçambique teve pouca importância tanto comercial como em termos de expansão de área cultivada. Só a partir de meados da mesma década é que se assiste a uma transformação do setor, quando a indústria indiana, principal produtora de amêndoa de caju, lançou-se na procura de novas regiões abastecedoras, devido à incapacidade de seu mercado interno em assegurar o abastecimento suficiente dessa matéria-prima. Com o desenvolvimento da indústria de processamento de caju na Índia, e perante a necessidade de aumentar as receitas públicas, o Governo colonial, envolvendo as autoridades tradicionais²⁶, passou novamente a incentivar o cultivo do cajueiro.

²⁵ *Palhota* é o termo utilizado para designar o tipo de casa tradicional dos africanos, construída essencialmente com palha e barro. A cobrança do *imposto de palhota* em Moçambique foi uma das estratégias adotadas pela administração colonial visando intensificar a exploração da população nativa, sobretudo nas zonas rurais. O *imposto de palhota* consistia em que os donos de todas as *palhotas*, majoritariamente a população africana, obrigavam-se ao pagamento anual de imposto por cada palhota que empregassem como casa de habitação. Os visados poderiam pagar o referido imposto em dinheiro ou em gêneros, aceitos na razão de dois terços do valor que tiver no mercado. Os donos das palhotas que recusassem ao pagamento desse imposto ficavam obrigados a trabalhar durante um número preciso de dias para que, ao preço do salário local, pagassem a sua dívida aumentada de 50%. O *Imposto de palhota*, propriamente dito, remonta suas origens à prática de cobrança do *mussoco* na região dos *prazos* da Zambézia (SITOE, 2008; CORREIA, 2010; ZAMPARONI, 1998).

²⁶ Para José (2005b) as expressões «autoridade/chefe tradicional; autoridade gentílica; régulo» são construções do Estado colonial, algumas das quais reproduzidas acriticamente pelos governos saídos das independências nacionais. O autor utiliza estes termos para designar os sujeitos políticos (entre a população nativa) em contínua transformação e que assumem características heterogêneas, em função dos contextos em que se inserem e das diferentes fontes de legitimidade de que deriva o seu poder. Florêncio (1998) usa o conceito de autoridades tradicionais no sentido de designar os grupos ou indivíduos investidos de um poder legal institucionalizado, político ou outro aceite pela sociedade. Nesse sentido, o conceito prende-se então essencialmente com as instituições de poder pré-coloniais e não tanto com os indivíduos que executam essas funções. Estes podem ter sido substituídos, ou não, pelo sistema colonial e pelos estados independentes, no entanto, as instituições mantiveram-se, e não perderam legitimidade política. Dinerman (1999, p. 109-110) *apud* (JOSÉ, 2005b) refere que às autoridades tradicionais competia, entre outras tarefas, reforçar o controle e o recrutamento da mão-de-obra, garantir a cobrança de impostos, gerir as terras comunitárias, resolver conflitos e dirigir as

Posteriormente, com a instalação da indústria de processamento de caju em Moçambique, a partir dos anos 1950 a administração colonial adotou medidas protecionistas, limitando as exportações e controlando o licenciamento industrial²⁷.

Segundo Ribeiro (2010) este cenário econômico levou a uma alteração profunda da posição do cajueiro na economia moçambicana. Cronicamente afetada por desequilíbrios na balança de pagamentos, o Governo da colônia inverteu a sua política em relação a esta cultura, passando a incentivá-la. Nas zonas adequadas ao cajueiro, as autoridades coloniais conseguiram, em troca de algumas compensações diretas, envolver os régulos²⁸ na sua proteção e promoção. Com tempo, os camponeses começaram a olhar para a castanha como um produto que lhes permitia o acesso ao mercado através das cantinas do povo (que eram mercearias situadas nas zonas de produção e com grande ramificação em todo o território) e, quando viviam nas suas proximidades, das lojas das vilas. Leia-se a seguir parte do relato da entrevista com um produtor de caju em Angoche sobre algumas estratégias usadas pelo Governo colonial junto aos chefes locais e a população no sentido de garantir a produção da castanha de caju:

A ajuda que o Governo colonial dava era de apelar aos régulos e outros chefes; no sentido de sensibilizar a população a não praticar queimadas descontroladas, senão iriam queimar os cajueiros. As pessoas faziam essas atividades sozinhas, por vontade de cuidar dos cajueiros. Quando o colono conversa com régulo ele pagava pouco dinheiro, *matabicho*²⁹.

cerimónias mágico-religiosas. Desse modo, as autoridades tradicionais foram, assim, concebidas como uma extensão do poder colonial, funcionando como um instrumento de controle social. Sobre essa matéria ver entre outros Dinerman (1999); Meneses (2009); Santos (2000; 2003, 2003a; 2004).

²⁷ As medidas protecionistas, implantadas a partir dos anos 1950 até praticamente toda a década de 1960, envolviam desde a fixação anual pelos Serviços de Economia do preço mínimo da castanha a adquirir ao produtor (cujo cumprimento era de difícil verificação por parte da Administração), imposição de direitos aduaneiros mais penalizantes a castanha, bem como de sobretaxas. Procedeu-se ainda a condicionalidade regional das exportações, segundo as campanhas. Assim em 1971/1972, em todo o Sul do Save foi interdita a exportação; na Zambézia apenas 1.500 t eram autorizadas; a Norte do Zambeze, e até ao rio Ligonha livres para exportar estavam 60% das compras de cada exportador. (Todo o distrito de Moçambique constituía zona não regulada 'entre o Ligonha e o Lúrio-zona de maior concentração de cajal). Finalmente a zona a Norte do Lúrio e até Porto Amélia (atual cidade de Pemba) autorizadas eram apenas 60% das compras de cada exportador e a Norte totalmente livre para a exportação (zona afetada pela guerra de libertação e, portanto pouco acessível aos operadores') (LEITE, 1999).

²⁸ Sobre o conceito de régulo, ver nota de rodapé nº 26. Desde 2003, foi eliminada pelo Governo de Moçambique a figura do régulo e instituída a Povoação e a respectiva figura de Chefe de Povoação.

²⁹ Termo usado para se referir ao café da manhã. Nesse relato o termo *matabicho* foi usado no sentido figurado da palavra, significando uma recompensa simbólica feita pelo Governo colonial aos chefes tradicionais em virtude de seu trabalho junto às populações.

Naquele tempo pagava pelo menos 300, 150 escudos³⁰, depende número das pessoas que ele tem na sua povoação. Tantas pessoas que ele tem, tende receber mais. Parece tirava 1% do dinheiro de imposto que entrou e dava ao régulo. E por sua vez o régulo fazia a mobilização e sensibilização junto à população no sentido de evitarem as queimadas e tratem da poda e limpeza dos cajueiros (Entrevista-E1)³¹.

A esse respeito, Ribeiro (2010) afirma que a política colonial tinha no regulado³² um dos seus pilares para o incentivo à produção da castanha de caju. Segundo esse autor, a cada régulo era incumbido, a tarefa de controlar a realização das podas e das capinas, tão importantes para a produtividade dos cajueiros, em troca de uma «remuneração» não necessariamente monetária, mas que podia ser também em espécie entregue pelos camponeses a título de imposto. Normalmente consistia, aquando da época da apanha, numa lata de aproximadamente 15 kg de castanha e em cinco litros de aguardente por família.

Durante o período colonial, a produção da castanha de caju em Moçambique era feita tanto em pequenas e médias *machambas* dos produtores colonos como das famílias camponesas moçambicanas. Segundo Abrahamsson e Nilsson (1994) o sistema agrícola colonial era composto especialmente por plantações de bens de exportação, as pequenas e médias *machambas* de colonos individuais destinadas à produção local de bens alimentares para a população urbana portuguesa e a agricultura familiar da grande maioria da população nativa destinada à subsistência das famílias camponesas rurais.

A produção de monoculturas para exportação era da responsabilidade das companhias e/ou concessionárias³³ e contava com mão-de-obra barata das famílias

³⁰ Antiga unidade monetária utilizada em Moçambique durante a vigência do sistema político-econômico colonial, substituída pelo Metical (MT) e em Portugal pelo Euro (€). Foi criada em 22 de maio de 1911, cinco meses após a Proclamação da República Portuguesa, por Decreto do Governo Provisório. Em 1975, um dólar norte-americano era cambiado em Moçambique por cerca de 24 escudos (MOÇAMBIQUE PARA TODOS. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/01/samora-machel-auferia-60-mil-escudos-em-1975-e-sem-direitos-a-abonos-adicionais.html>; INFÓPEDIA. Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$historia-do-escudo-%28%29](http://www.infopedia.pt/$historia-do-escudo-%28%29)> Acesso: 17 nov. 2012).

³¹ Entrevista realizada com um produtor de caju durante o trabalho de campo no DA, no dia 07 de junho de 2012.

³² Moçambique, sob a administração colonial, foi chamado de colônia, depois província e era dividido em distritos que se subdividiam em circunscrições e estas em postos administrativos e regulados.

³³ Na sequência da realização da Conferência de Berlim entre 1884-1885, que determinou a partilha da África pelas potências europeias, Portugal foi forçado à ocupação efetiva das suas colônias. Dado as

camponesas nativas que permaneciam no campo. No entanto, o sistema de plantações provavelmente não trouxe muitas inovações no sistema de produção dos africanos, uma vez que essas plantações foram baseadas na utilização de mão-de-obra intensiva. Só na cultura do algodão é que os portugueses introduziram a utilização de pesticidas para o controle das pragas, principalmente nas regiões Norte e Sul do país onde o domínio desta tecnologia por parte das populações foi obrigatório.

A produção local de bens alimentares era da responsabilidade quase total de pequenos camponeses portugueses a quem lhes era distribuída terra em áreas especialmente férteis, ao mesmo tempo em que recebiam apoio estatal em créditos, insumos agrícolas e maquinaria e, por consequência houve aumento das áreas de cultivo para e dos agricultores colonos, aumento dos níveis de exportação das culturas de fomento e o fortalecimento da dominação colonial, com a população nativa sem mecanismos de ampliar sua produção. A agricultura familiar era extensiva e baseava-se na utilização de técnicas e instrumentos de trabalho rudimentares ao mesmo tempo em que se caracterizava por uma produtividade extremamente baixa.

Hedges (1999) refere que durante a época colonial, em todos os tipos de produção agrícola (tanto de monoculturas para exportação, como de produção de alimentos), o trabalho era efetuado pela população moçambicana, sendo importante o papel da produção camponesa no fornecimento de alimentos aos trabalhadores das plantações, das indústrias e *machambas* privadas. Estes trabalhadores eram migrantes sazonais, cujas famílias, além de manterem a casa, produziam para a sua subsistência

limitações humanas e financeiras que caracterizavam a sociedade portuguesa, Portugal optou pela promoção de investimentos privados sob a forma de «companhias majestáticas» ou «soberanas» orientadas para a produção de monoculturas obrigatórias (algodão, cana-de-açúcar, chá, coqueiro e arroz). As vantagens que os portugueses tiravam deste fato eram que as empresas dividiam com Portugal os impostos que a população pagava às empresas, bem como uma parte do lucro anual da companhia. Mosca (2005) refere que as companhias eram simultaneamente um forte aliado do Governo como, por outro lado, introduziam elementos de conflito, sobretudo no relacionamento com a população e com consequência no não cumprimento das leis e regulamentos de trabalho. Segundo esse autor, as companhias eram uma forma de colonização efetiva em momentos que Portugal demonstrava grandes dificuldades de provar às outras potências coloniais a capacidade de ocupação efetiva dos territórios, por outro lado, frequentemente não cumpriam a legislação do trabalho, os salários, as horas de jornada e, em muitos casos, eram comuns, o uso da violência nos procedimentos de recrutamento de mão-de-obra e a utilização de métodos coercivos de trabalho. A partir de finais do século XIX, foram constituídas três companhias, nomeadamente, a Companhia de Moçambique, da Zambézia e do Niassa as quais cobriam respectivamente os atuais territórios das províncias de Manica, Sofala e Tete, da Zambézia e das províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Sobre esta matéria ver MOSCA, João. *Economia de Moçambique século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 32-50. Ver também Newitt (1995, p. 321-334).

e do próprio migrante depois do seu regresso. Desse modo, a família camponesa passou a constituir a base de reprodução social do trabalhador migrante e, assim, a base fundamental de todas as formas de produção que dela dependiam.

Com esse sistema, nem plantações³⁴, nem indústrias, nem *machambas* privadas tinham que pagar um salário que alimentasse a família do trabalhador, o que era sempre justificativo da atribuição de salários muito baixos. Foi por essa razão que os empreendimentos na nova economia colonial preferiam o trabalho migratório, procurando o Estado colonial evitar, na medida do possível, o crescimento de uma força de trabalho permanente e estável, o que teria exigido salários mais elevados e melhores condições sociais (HEDGES, 1999).

Conforme se pode compreender, em Moçambique, as relações sociais de produção desencadeadas pelo processo de acumulação capitalista colonial se constituíram na exploração da força de trabalho nativa bem como das famílias camponesas. Por um lado, as famílias camponesas para além de produzirem para sua subsistência, eram incumbidas a tarefa de produzir alimentos para os trabalhadores nativos em serviço nos diversos setores de atividade econômica, garantido, desse modo, o Governo colonial, a utilização intensiva da mão-de-obra nativa.

Por outro lado, o capitalismo colonial forçou ao assalariamento dos camponeses nativos em resultado dos baixos preços praticados na compra do excedente de sua produção conduzindo a que as famílias camponesas não pudessem gerar renda suficiente para a satisfação de suas necessidades básicas. Sem alternativas, a única solução era o camponês (geralmente o responsável pela família) vender em períodos determinados a sua força de trabalho para os proprietários das plantações, das indústrias e *machambas* privadas, sendo que grande percentagem do salário pago era mais tarde utilizado para o pagamento de impostos, retornando novamente o dinheiro ao Governo colonial.

A esse respeito Martins (1990) e Oliveira (1991) escrevem que nas relações do modo de produção capitalista, o salário pago ao trabalhador é concebido como

³⁴ “É uma exploração com trabalho obrigatório, que produz especialmente para o mercado e obtém produtos agrícolas. A economia das plantações nasceu em todos os lugares em que a exploração agrícola, filha da conquista, coincidiu com a possibilidade de se praticarem cultivos intensivos e foi particularmente característica das colônias” (WEBER, 1964, p. 82). Seus produtos, em nossos tempos, são algodão, sisal, coqueiro, castanha de caju.

equivalente daquilo que ele necessita: os meios de vida necessários a sua reprodução social visando sempre no final, a obtenção de lucro gerado pela parte do trabalho não pago prestado pelo trabalhador. Essa transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado constitui-se em fonte de renda monetária que suplanta o rendimento com as suas culturas em sua propriedade. Nesse ponto de vista, é certo afirmar que a política econômica colonial em Moçambique atrelou-se nesses mecanismos de exploração visando garantir o máximo possível a acumulação de capital.

Da análise feita e conforme aponta Oliveira (1991) compreende-se que o desenvolvimento do modo de acumulação capitalista é ao mesmo tempo contraditório e desigual. Contraditório no sentido de que para seu desenvolvimento ser possível, para além da implantação das relações de trabalho assalariado que caracteriza o desenvolvimento capitalista ele tem que desenvolver aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo, ou seja, a utilização de relações de trabalho não capitalistas como o trabalho familiar camponês, por exemplo. É desigual no sentido de que os resultados econômicos produzidos a partir dessa relação, que são o salário e o lucro são profundamente desiguais em que o trabalhador perde e o capitalista ganha. Entretanto, essas desigualdades e contradições são ou podem ser diferentes quer social quer territorialmente dado que elas estão ligadas aos processos históricos específicos de cada região, país ou nação, ou seja, cada formação econômica-social concreta revela no seu interior esse processo desigual, contraditório espacial e temporalmente.

3.1.2 Relações de dominação e mecanismos de produção de caju

Discutindo a natureza das relações capitalistas de produção desencadeadas durante a vigência do regime colonial em Moçambique, Zamparoni (1998) refere que se os teóricos do colonialismo português eram cômicos de que era indispensável o capital abundante para desbravar o chão, para instalar as plantações, para abrir os caminhos, e baratear o custo de produção, também o eram de que este não bastava; era preciso também contar com a abundância desse instrumento de trabalho chamado homem, e

por isso as “fazendas” só prosperaram à custa mais ou menos brutal dos braços indígenas.

Esse mesmo autor refere que no quadro das colônias portuguesas da África Oriental, até então, não havia condições objetivas que levassem a uma proletarização imediata e voluntária das populações locais, ou seja, não se encontrava uma conjuntura na qual as pessoas fossem se oferecer como braços para o trabalho assalariado, pelo contrário, podiam evitar venderem-se, como força de trabalho, no circuito capitalista, pois mantinham a posse da terra, o mais básico meio de produção, e os instrumentos de produção, ainda que rudimentares (ZAMPARONI, 1998).

A esse respeito, Martins (1920) parafraseando Marx (s/d) coloca a seguinte questão: *“como os terrenos não têm dono, nem limite; por que iria o preto servir e enriquecer um colono, quando ele em pessoa pode plantar, colher e vender?”*. As formas produtivas não capitalistas, embora comportassem conflitos sociais não negligenciáveis, pois os camponeses indígenas não formavam um todo homogêneo e indistinto sem hierarquias em seu seio, conseguiam sustentar suas necessidades de consumo e os excedentes, em geral, convertidos em tributos pagos aos régulos e potentados diversos, quer africanos, afro-portugueses ou afro-islamizados, entravam no circuito de trocas; mas a terra era possuída, de formas e por mecanismos variados, pelos membros da comunidade que dela desfrutavam.

Nos marcos da economia mercantil, a utilização da força de trabalho africana, pelos europeus, em Moçambique, era esporádica e utilizada para cumprir missões específicas. Contudo, as novas características assumidas pelo capitalismo, a partir da segunda metade do século XIX, exigiam a criação, nas colônias, de uma força de trabalho permanentemente integrada à esfera produtiva. Mas como obtê-la? A força e a sujeição pareciam ser o único caminho, entretanto, antes de tudo, era necessário estabelecer uma identidade distinta para o *outro*, de tal maneira que a dominação pudesse ser exercida, sem qualquer constrangimento jurídico.

Mas a obra de criação de uma força de trabalho abundante, disciplinada e barata, para servir à acumulação em benefício dos agentes colonialistas, não se esgotou com a dominação militar e a promulgação de legislação coercitiva. Paralelamente à ocupação e, principalmente, após a sua consecução, variados foram

os mecanismos implantados para concretizar tal fim: espoliação das melhores áreas produtivas, relegando as populações rurais aos piores terrenos; adaptação e ampliação de impostos³⁵ diversos, sendo o principal deles, o de *palhota*; imposição do vinho colonial e proibição das bebidas ditas *cafreaais*³⁶, além do trabalho forçado³⁷ e do cultivo obrigatório³⁸; tudo isto contribuiu decisivamente para o surgimento de uma força de trabalho negra sub-proletarizada e sub-remunerada.

Corroborando com a ideia de vários autores³⁹, Chambe (2011) refere que o cultivo do caju no período colonial foi realizado com grandes sacrifícios sociais dos trabalhadores, devido às condições precárias de trabalho, o cultivo forçado e subdesenvolvimento para a população nativa. Citando Cabaço (s/d)⁴⁰ a mesma autora refere que se estava na presença de práticas hediondas de exploração do território através do “[...] trabalho forçado, dos impostos, dos castigos corporais, sem contar que a produção da época colonial em latifúndios e grandes complexos agroindustriais

³⁵ O pagamento de impostos não é estranho às sociedades africanas antes da chegada dos europeus. Na zona Sul do país, por exemplo, os súditos deviam pagar uma série de impostos aos chefes: o imposto sobre a colheita conhecido como *Chihundjo*; partes da caça e pesca efetuada; parte das bebidas fermentadas, a lavoura da *machamba* e a conservação das palhotas do chefe. Tais impostos eram pagos, pois o chefe, como intermediário entre os ancestrais e os vivos desempenhava determinante papel no equilíbrio comunitário, era o gestor das cerimônias propiciadoras de chuva, o proprietário simbólico dos bosques e dos animais neles existentes, o guardião da terra e de tudo que nela havia, tanto em seus aspectos materiais quanto espirituais, tendo, portanto, direitos distintos sobre seus frutos; recebia ainda taxas diversas por sua atuação como intermediário nas disputas entre súditos. No final do século XIX, entretanto, já mergulhados na economia monetária, os chefes passaram a exigir que seus súditos lhes pagassem impostos em dinheiro, sob os mais diversos pretextos (ZAMPARONI, 1998).

³⁶ O termo *cafre* deriva do árabe *kafr* com o significado de ingrato, renegado, infiel, ou seja, aplicado a quem não professava o islamismo. Quando os portugueses chegaram à costa oriental da África, adotaram o termo para referirem-se, particularmente aos habitantes da região do Cabo da Boa Esperança. Já a partir do século XVI o termo passa a ter o sentido de bárbaros, atrasados e selvagens. Com o tempo, o sentido pejorativo preponderou sobre o geográfico e deixou de referir-se exclusivamente aos povos da região da *cafraria*, alargando o seu uso para outros povos africanos. É com este sentido que é empregado, nos séculos XIX e XX, pelos portugueses em Moçambique.

³⁷ Em Moçambique o trabalho forçado era designado por *Chibalo*. Segundo Zamparoni (1998) o termo *chibalo*, ou variações do mesmo, surge na África Central e Austral abrangendo formas de trabalho forçado, mal pago ou mesmo não pago, trabalho *contratado*, trabalho compelido ou mesmo escravatura. O termo designa todo tipo de trabalho conscrito, seja ele realizado através de contratos, seja o trabalho prisional, realizado pelos detidos por *bebedeira*, *vadiagem* e outros pequenos crimes. O *chibalo* prevaleceu em Moçambique até 1961, data em que foi formalmente abolido. Caso o *mussoco*, não fosse pago, os «infratores» eram compulsivamente integrados no trabalho forçado, ou seja, no *chibalo*.

³⁸ O último período da ocupação portuguesa em Moçambique (1930-1961) foi marcado pela imposição aos camponeses nativos, ao cultivo forçado de culturas voltadas para a exportação, como o algodão por exemplo.

³⁹ JOSÉ, André Cristiano (2005); Ribeiro (2010); Siteo (2008).

⁴⁰ CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: novos traços em corpo envelhecido. Disponível em: <www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/livros/aladda/cabaco.rtf> Acesso: nov. 2012.

mostravam autênticos modos de produção escravagistas, com objetivo único de beneficiar os interesses da Coroa portuguesa” (CHAMBE, 2011, p. 15). A cobrança dos impostos tinha por objetivo forçar os moçambicanos a trabalhar nas plantações dos colonos, principalmente de cana-de-açúcar, arroz, algodão, chá, coqueiros e caju. Por outro lado, visava também forçar os moçambicanos ao assalariamento para obtenção de moeda que pagaria os impostos, assegurando-se assim a aquisição de mão-de-obra barata para as plantações e outros serviços, e a integração do campesinato no mercado⁴¹. A esse respeito, Martins (1990, p. 15 e 16) analisando as formas de apropriação do trabalho escravo pelo capital colonial escreve que:

[...] O capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho. Já que a sujeição da produção ao comércio impunha a extração de lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho e sim diretamente como mercadoria; mas não entrava também como capital, no sentido restrito, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada. [...]. Nesse sentido, as relações de produção entre o senhor e o escravo produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada. De outro lado, essas relações, sendo desiguais, não sendo fator, mas condições do capital produziam um trabalhador igualmente específico, cuja gênese não era mediada por uma relação de troca de equivalentes, mas era mediada pela desigualdade que derivava diretamente da sua condição de renda capitalizada [...]. A escravidão colonial definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial [...]. Desse modo, o regime escravista apoia-se na transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção, para o processo de circulação, instituindo a sujeição da produção ao comércio [...].

Para ser lançado nas relações sociais da sociedade escravocrata, o trabalhador era despojado de toda e qualquer propriedade, inclusive da propriedade de sua própria força de trabalho. Diversamente do que se dá quando a produção é diretamente

⁴¹ Sobre os paradigmas de dominação colonial em Moçambique, ver, entre outros, Zamparoni (1998); Hedges (1999); Newitt (1997).

organizada pelo capital (e não pela mediação da renda), em que o trabalhador preserva a única propriedade que pode ter que é a da sua força de trabalho, condição para entrar no mercado como vendedor dessa mercadoria, esse despojamento absoluto é a pré-condição para que o trabalhador apareça na produção, como escravo.

Para Martins (1981, 1990) a produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e de produção, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. Com relação ao caju, leia-se a seguir parte do relato da entrevista realizada com um produtor de caju no qual fica implícita a natureza das relações não capitalistas de produção desencadeadas na colônia de Moçambique:

O Governo colonial não dava nenhum tipo de ajuda. As pessoas trabalhavam porque não tinha o dinheiro. Ah, cada um estava arrasca⁴² para poder produzir a castanha para vender e ter dinheiro, para pagar os impostos, para comprar roupa para a mulher, para comprar roupa para as crianças. Nessa altura grande número das pessoas usava *mugonda*⁴³ porque não havia roupa. As pessoas faziam a poda e limpeza dos cajueiros por vontade própria, porque queriam dinheiro para comprar outras coisas. O apoio que ele dava uma pessoa quando tiver 3 ou 4 filhos não pagava imposto; era para as pessoas nascerem mais para os filhos poderem pagar imposto, porque uma pessoa, com três pessoas é grande vantagem três pessoas (Entrevista-E1)⁴⁴.

Da leitura do relato acima, pode-se compreender e conforme aponta Cardoso (1993) que embora não legalmente obrigados a realizar o cultivo forçado do fruto à semelhança do algodão e de outras culturas obrigatórias, os camponeses eram, na prática, compelidos, pelas administrações locais, ao tratamento dos cajueiros, obtendo através da apanha e venda da castanha de caju, moeda para pagamento de impostos

⁴² O mesmo que estar aflito, preocupado, necessitado.

⁴³ Nome na língua nativa de uma espécie de veste semelhante a uma fralda.

⁴⁴ Entrevista realizada no dia 07 de junho de 2012.

ou para outros fins, como a compra de bens de consumo ou utensílios de trabalho, por exemplo.

Sitoe (2008) aponta que durante o período colonial, uma das estratégias usadas pelos portugueses para assegurar a produção de caju nas zonas rurais de Moçambique foi o fomento obrigatório, ou seja, cada família era obrigada a produzir na sua *machamba* a castanha de caju; a qual devia mais tarde trocar na cantina/loja com produtos que naturalmente a família camponesa não podia extrair da sua *machamba*. Este assunto será discutido de forma sucinta nos pontos 7.3.1 e 7.3.2 desse trabalho, em que se analisam os mecanismos de comercialização interna e externa da castanha de caju.

A esse respeito, Mole (2000a) em sua tese de doutorado, apresentando os resultados da pesquisa de campo realizada na província de Nampula refere que para garantir o plantio e o aprovisionamento suficiente de castanha de caju para as unidades de processamento e para facilitar as receitas de exportação consequentes do valor acrescentado da amêndoa, a partir de 1920 até toda a década de 1960; os esforços das autoridades coloniais estavam concentrados principalmente em regiões produtoras de caju de alta densidade populacional. Nessas regiões, foi estabelecida, no âmbito da política colonial, uma rede de atores que para além dos camponeses, envolvia frequentemente as autoridades tradicionais e os proprietários de lojas rurais na promoção do cultivo do caju.

A luz dessa política era distribuída aos pequenos proprietários entre cinco a sete hectares de terra nos quais obrigatoriamente um hectare devia estar plantado com caju de forma ordenada. Aos camponeses, também lhes era obrigado o plantio de um hectare de caju em suas *machambas*. Aos chefes tradicionais cabia-lhes a responsabilidade de supervisionar o plantio e a manutenção das árvores junto à população e informar as autoridades coloniais sobre a observância dessas medidas por parte dos camponeses (MOLE, 2000a). Nesse processo, coerção e violência foram utilizadas. A estratégia foi mais tarde estendida, sobretudo para os camponeses para incluir o plantio de caju em qualquer pousio que não tivesse árvores. Além disso, os comerciantes dispostos a abrir lojas em áreas rurais recebiam incentivos econômicos,

principalmente fiscais, e eram obrigados a plantar árvores de caju em torno de suas lojas (LOPES NETO, 1981).

3.1.3 Evolução e distribuição espacial da produção

A cultura do cajueiro em Moçambique, conforme se discriminou concentra-se na faixa costeira, estendendo-se em agrupamentos desde o Norte ao Sul do país. Nesta faixa concentram-se solos e condições climáticas as mais favoráveis para o cultivo do cajueiro. Este assunto será retomado de forma sucinta na segunda parte do trabalho, quando se analisam e se caracterizam as potencialidades edafo-climáticas do DA.

Ascenso (1970) *apud* Lopes Neto (1981) afirma que a faixa onde vegetam os cajueiros tem um comprimento de mais de 2.000 km e uma largura que varia desde 20 até um máximo de 300 km. Embora em quase toda a faixa costeira ocorram agrupamentos de cajueiros é na região Norte do país onde existem as maiores concentrações. Entre 1962 a 1972 observou-se um aumento considerável tanto em termos de castanha produzida como de área colhida, conforme se pode ver na tabela 5.

Tabela 5 – Evolução da produção nacional e área colhida com castanha de caju (1962-1974).

Ano	Produção (t)	Área colhida com caju (ha)
Total	1.181.400	1.850.000
1962	108.000	180.000
1964	156.000	230.000
1966	119.000	190.000
1968	185.900	300.000
1970	184.000	290.000
1972	216.000	320.000
1974	213.400	340.000

Fonte: Leite, 1999; FAOSTAT, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Comparando os dados apresentados na tabela 5 pode-se deduzir que embora se tenham registrado volumes consideráveis de produção de castanha de caju durante o período 1962-1972, esses volumes podem ser considerados baixos quando comparados com o tamanho da área colhida. Esse fato pode ser explicado como se verá adiante, pelo ineficiente tratamento dos cajueiros com implicações na

produtividade das árvores, sobretudo no seio das famílias camponesas rurais moçambicanas onde o cajueiro era na maioria das vezes, tido como uma cultura extrativista representando mais colheita do que produção. A esse respeito, Lopes Neto (1981, p. 124) escreve que:

Apesar de o cajueiro representar uma importante fonte de renda para o agricultor moçambicano, do mesmo modo que nos outros países africanos produtores, este não lhe dispensa o mínimo de tratos culturais, pois sabe que na época da safra conta com a produção certa de castanha e com o pedúnculo, que é utilizado *in natura* na alimentação e para o fabrico caseiro de bebidas alcoólicas (mediante fermentação). Apenas onde ocorre o plantio de culturas de subsistência próximo aos agrupamentos de cajueiro, é que o nativo dispensa a este, ainda que de forma indireta, algum trato cultural. Nos povoamentos nativos, é comum a associação das culturas de abacaxi, milho, amendoim e batata-doce com agrupamentos de cajueiros [...].

Entre outros autores⁴⁵, Leite e Khouri (2011) referem que as análises da época colonial confirmam que, a exceção de três experiências de plantação ensaiadas a Sul do Save por empresas privadas, o caju permaneceu durante o período de colonização, e mesmo até a presente década uma cultura essencialmente espontânea e circunscrita à economia rural moçambicana. Com relação à distribuição espacial da produção de castanha de caju na colônia de Moçambique, os únicos dados de que dispõe o presente trabalho datam de finais da década de 1960 e princípios da década de 1970; e mesmo assim, não constituem dados completos no que se refere aos volumes produzidos e ao parque cajuícola nacional quer em termos de número de árvores existentes quer em termos de árvores em exploração, ou seja, em produção.

De acordo com Leite e Khouri (2011) existiam em 1968 cerca de 44.891.553 árvores de cajueiros das quais menos de 50% estariam em produção no país, dispersas em maior número nas províncias de Nampula e Inhambane (dotadas respectivamente de 11 e 8 milhões de cajueiros aproximadamente, com uma produção anual, em 1968, estimada em 85 mil e 60 mil toneladas).

As estimativas, para 1970 apresentam dados bastante controversos, principalmente entre os autores. Entretanto, os dados extraídos de Ribeiro (2010)

⁴⁵ Por exemplo, Mole (2000a); Nomisma (1987).

apontam para cerca de 61.152.970 árvores de cajueiros existentes no país das quais pouco mais da metade, ou seja, cerca 35.632.737 o equivalente a 58,3%, é que estariam efetivamente em exploração/produção, conforme se pode perceber na tabela 6. Se todos os cajueiros em exploração estivessem ordenados num compasso de 15m x 15m (medida usada pelo INCAJU), a área ocupada pela cultura em 1970 seria na ordem de 800 mil hectares. A quase totalidade das árvores em exploração, ou seja, cerca de 30 milhões de árvores era explorada em regime extrativista sendo o restante cultivado em plantações, abrangendo aproximadamente 100 mil hectares. A tabela 6 apresenta a distribuição por províncias do número de árvores de cajueiros existentes no país em finais da década de 1960 e princípios de 1970.

Tabela 6 – Distribuição do cajueiro em Moçambique (1968 e 1970).

Províncias	Parque Cajuícola					
	1968			1970		
	Árvores			Árvores		
	Existentes	Em exploração*	Produção* (t)	Existentes**	Em exploração**	Produção (t)
Região Norte						
Niassa	-	-	-	22.189	4.008	-
Cabo Delgado	-	2.606.217	20.000	4.495.375	2.480.387	-
Nampula	-	11.088.871	85.000	29.134.920	18.128.621	-
Região Centro						
Zambézia	-	1.924.939	15.000	7.942.930	3.846.847	-
Sofala	-	630.516	5.000	1.389.140	924.793	-
Região Sul						
Inhambane	-	8.045.046	60.000	13.242.536	7.704.332	-
Gaza	-	2.470.324	20.000	4.125.880	2.083.763	-
Maputo	-	690.412	5.000	800.000	459.986	-
Total nacional	44.891.553	27.456.325	210.000	61.152.970	35.632.737	184.000

Fonte: *Leite e Khouiri (2011, p. 56); **Ribeiro (2010, p. 239).

Nota: - Sem dados.

Da leitura dos dados constantes na tabela 6 observa-se que a maior produção da castanha de caju em Moçambique concentra-se na região Norte do país sendo a província de Nampula, a maior produtora com 11 milhões de árvores em 1968, ao que se assistiu a um aumento significativo em termos do número de árvores em exploração, tendo passado para cerca de 18 milhões de árvores em 1970, um aumento em torno de 63%. Importa, no entanto, salientar que esse aumento é definido não tanto pela

implantação de novos plantios de cajueiros, mas principalmente pela incorporação de cajueiros já existentes e em idade produtiva no sistema tradicional de cultivo das famílias camponesas rurais moçambicanas.

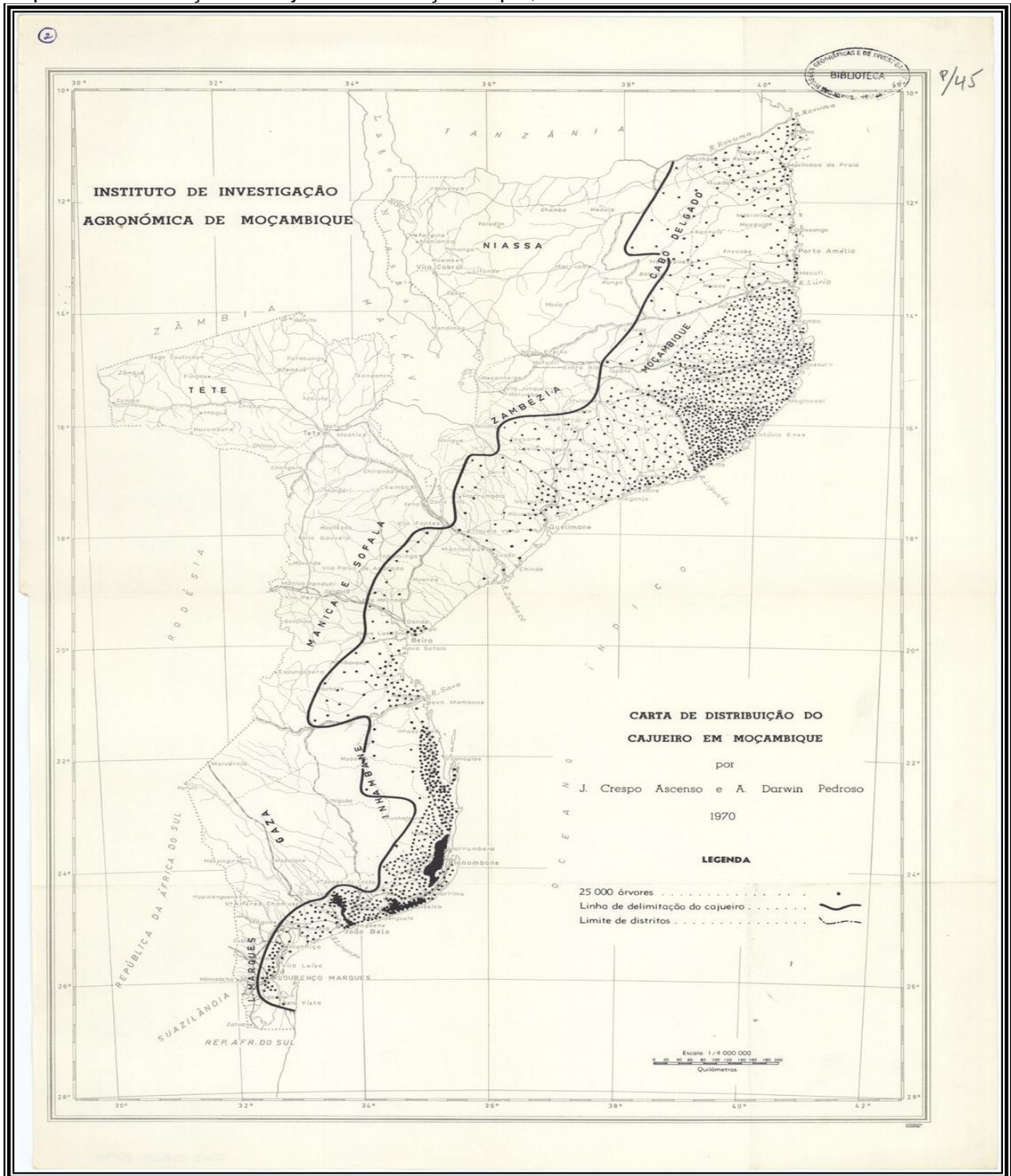
As províncias de Cabo Delgado ao Norte, Zambézia ao Centro e Inhambane e Gaza ao Sul do país apresentam igualmente grande potencial em termos de número de árvores de cajueiros e de castanha de caju produzida (mapa 2). Outro dado importante que certamente chama atenção é a discrepância entre o número de árvores existentes e o número de árvores em exploração quer em nível nacional, quer em nível provincial. Segundo síntese da bibliografia revista, esse fato resulta principalmente do abandono das árvores por parte das famílias camponesas que só a elas se ocupam aquando da apanha da castanha. Esse fato se constitui, aliás, numa das formas da cajucultura praticada em Moçambique, embora tanto no passado por meio do Governo colonial e hoje do Governo moçambicano, se tenha empreendido esforços no sentido de sensibilizar as populações ao tratamento dos respectivos cajueiros.

Com relação à produção Mole (2000a) em sua tese de doutorado, escreve que o sucesso histórico da produção de castanha de caju em Moçambique alcançado durante o período colonial, particularmente entre os finais da década de 1960 e princípios da década de 1970 tem sido largamente atribuído à replantação de cajueiros. De acordo com esse autor, os níveis de produção alcançados no início da década de 1970 são relatados como tendo sido o resultado de novas plantações que ocorreram entre 1950 e 1960 que se acredita ter parado a partir de 1965. Por outro lado, e como já discriminado, o aumento dos níveis de produção durante o período colonial está também relacionado à implantação de políticas que obrigavam não só a população, como também aos proprietários das lojas rurais ao cultivo forçado do caju, bem como o envolvimento de outros atores como régulos cuja tarefa consistia em sensibilizar e fiscalizar o cultivo e o tratamento de cajueiros junto às populações.

Durante o período colonial e mesmo até hoje, a semelhança do que acontece(u) em alguns países como, por exemplo, no Brasil, a cultura do cajueiro foi sempre relegada às áreas ditas marginais, pois pela rusticidade da planta é possível desenvolver o seu cultivo mesmo em condições de solos de baixa fertilidade natural e

baixa precipitação pluviométrica. O mapa 2 ilustra a tendência de distribuição territorial do parque cajuícola nacional no alvorecer da década de 1970.

Mapa 2 – Distribuição do cajueiro em Moçambique, 1970.



Fonte: <http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-0657-1970&zoom=1>
Acesso: 17 nov. 2012

Conforme o mapa 2 se todos os cajueiros em exploração estivessem ordenados no compasso de 15m x 15m, a área ocupada pelo cajueiro no país em 1970 estaria em torno de 810 mil hectares, com destaque para as províncias de Nampula (412 mil hectares) e Inhambane (175 mil hectares). Lopes Neto (1981) refere que 98% das explorações de caju se situavam abaixo de cinco hectares. A tabela 7 apresenta a distribuição do número de árvores de cajueiros em exploração e respectiva área ocupada com caju em 1970.

Tabela 7 – Estimativa do número de árvores e de terra ocupada pelo cajueiro, 1970.

Região	Províncias	Árvores em exploração*	Área a espaçamento 15m x 15m**
Norte	Niassa	4008	91
	Cabo Delgado	2.480.387	56.372
	Nampula	18.128.621	412.014
Centro	Zambézia	3.846.847	87.428
	Sofala	924.793	21.018
Sul	Inhambane	7.704.332	175.098
	Gaza	2.083.763	47.358
	Maputo	459.986	10.454
Total geral		35.632.737	809.833

Fonte: *Ribeiro (2010); **Dados calculados pelo autor.
Organização: Frei, 2012.

O processo de espacialização dessa cultura por entre as províncias não se deu a partir de um centro através do qual se foi ramificando a semelhança do exemplo da sojicultura no Brasil⁴⁶. De acordo com síntese da bibliografia revista e de entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em Moçambique, foi possível aferir que a espacialização da cultura do caju se deu quase que simultaneamente por todas as regiões do litoral moçambicano com características edafo-climáticas favoráveis ao cultivo da planta, nalgumas vezes ocupando terras ainda não exploradas e se definindo desse modo como a principal cultura implantada, mas principalmente foi por meio da consorciação com culturas alimentares que o cajueiro se foi espacializando na colônia de Moçambique.

⁴⁶ Sobre essa matéria ver, por exemplo, PEIXINHO, D. M. **A dinâmica socioespacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação de centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

O fato de o cajueiro se espacializar praticamente em simultâneo pode estar provavelmente associado às formas de ocupação do território pelo regime colonial português, por um lado, porque o processo de ocupação da colônia se deu de “fora para dentro” sendo as regiões litorâneas as primeiras a presenciarem tal fato e, só muito mais tarde é que os portugueses alcançaram as zonas localizadas no interior da colônia⁴⁷. Por outro lado, ao que parece ser a hipótese mais provável é que a ocupação do território por Portugal se desencadeou igualmente de forma simultânea um pouco por toda a faixa de Moçambique.

3.2 Período pós-independência

Neste item buscou-se analisar a organização socioespacial da produção de caju em Moçambique, com destaque para os impactos sobre os produtores envolvidos, da institucionalização da política de socialização do campo adotada nos primeiros anos da independência e da liberalização das exportações de caju durante a década de 1990. Desse modo, o item começa com uma análise das novas formas de organização da produção de caju introduzidas no período imediatamente a seguir a independência e suas implicações na organização do espaço rural moçambicano. Em seguida, faz-se a análise do papel desempenhado pelo Governo no reordenamento do espaço produtivo nacional durante esse período. Posteriormente apresenta-se a análise das implicações das políticas concebidas pelo BM na organização da produção e do espaço produtivo.

3.2.1 A produção de caju no regime «socialista» e as novas formas de organização do espaço produtivo do caju

Até 1974 Moçambique continuava sendo o maior produtor mundial de castanha de caju, com cerca de 40% da produção mundial. Representando 21,3% do total das exportações, o caju era uma das mais importantes fontes de divisas de Moçambique, chegando a superar os produtos tradicionais como o algodão e o açúcar. Com a independência do país em 25 de junho de 1975 e a consequente institucionalização de um sistema econômico de orientação “socialista” determinaram-se rupturas importantes

⁴⁷ Para mais informações sobre o processo de ocupação da colônia de Moçambique ver, por exemplo, NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América Lda. 1997.

no funcionamento da economia do caju influenciando negativamente duas componentes estruturantes do setor: por um lado, assistiu-se a uma desaceleração no ritmo da produção da castanha e, por outro, reduziu-se o dinamismo da indústria de descasque, situação que o desencadear da guerra civil, logo em 1976 viria progressivamente a agravar, com a deslocação massiva de populações das suas zonas de cultivo e o consequente abandono das plantações (LEITE, 1999).

Nas zonas rurais, o então Governo avançou com uma estratégia de desenvolvimento que visava a modificação do espaço rural, direccionando-o para a promoção da produtividade; nacionalização das plantações e unidades de processamento em particular de castanha de caju, incluindo a criação de cooperativas agrícolas com o início do movimento das aldeias comunais⁴⁸. Desse modo, introduziram-se novas formas de produção baseadas na socialização do campo e na cooperativização da produção e do trabalho bem como na propriedade coletiva dos meios de produção. Os meios pertenciam ao Estado e eram para o povo.

Teoricamente, pretendia-se a socialização do meio rural através de um processo radicalizado, onde a estatização do sector privado constituía um dos eixos de desenvolvimento. A cooperativização era considerada a via para envolver os camponeses na colectivização produtiva e social e tinha por objectivo eliminar o “individualismo”, a dispersão e as dificuldades de controle da população. Apenas estas duas formas de produção eram consideradas como integrantes no sistema de planificação centralizada. Os produtores de pequena escala e o setor privado, não eram incorporados nos planos e, sem afetação administrativa de recursos, tiveram dificuldades de reproduzir os ciclos produtivos⁴⁹.

Chambe (2011) refere que o processo de cooperativismo não somente abrangeu as propriedades dos colonos, nacionalizadas pelo Governo, como também as parcelas de terra da população nativa, justificando-se assim a resistência da população ao processo e consequente fracasso das políticas. Para o setor do caju e para os camponeses envolvidos na sua produção, a aplicação de tais políticas nunca chegou a surtir os efeitos desejados em virtude, principalmente, da rejeição da maioria da

⁴⁸ As aldeias comunais eram consideradas como uma das bases para o desenvolvimento do “socialismo”. Para o então Governo, as aldeias comunais eram definidas como a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo, com base em relações de produções socialistas.

⁴⁹ Revista Internacional em Língua Portuguesa (2008), III Série, n. 21, pp. 47-66.

população ao sistema de aldeamentos e da guerra civil. Combinados, estes aspetos concorreram para a paralisação da atividade agrícola e o decréscimo da produção. Leia-se a seguir parte do relato da entrevista com um produtor de caju que vivenciou no DA, a política das aldeias comunais implantada pelo Governo da Frelimo no período imediatamente a seguir a independência e o consequente descontentamento da população.

Foi obrigatório! Você estar aqui, eu estar ali, era vir tirar as minhas bagagens obrigatório, partir a minha casa, dizer manda para a aldeia! A população não gostava disso, gostar aonde? Quando disse até acabou! Cada um correu para lado dele, onde é que estava, porque você abandona suas coisas, suas plantações, cajueiros, mangueiras, laranjeiras. Aquele que tinha coragem até aproveita comprar. Comprava e deixava aí. Quando acabou essa coisa de aldeia comunal cada um correu para voltar para o lugar onde é que ele estava... e algumas plantações de cajueiros ficaram sem ninguém, sem dono e queimava com fogo [...] (Entrevista-E1).⁵⁰

A esse respeito, um estudo realizado por Araújo [1980 e 1990] sobre as aldeias comunais e o seu papel na distribuição da população rural em Moçambique aponta que um dos problemas surgidos no processo de implantação das aldeias comunais dizia respeito à localização geográfica das mesmas. De acordo com esse autor, durante a primeira fase do desenvolvimento deste novo tipo de povoamento, a localização era fruto do acaso ou de conhecimentos empíricos dos camponeses.

O movimento de criação de aldeias comunais não foi acompanhado por estudos físico e económicos-geográficos que fornecessem as bases científicas necessárias para uma correta localização tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista físico. É assim, que por vezes, surgiram aldeias em lugares contraindicados, sem articulação com a rede de estradas e com os centros urbanos. A relação entre a quantidade da população agrupada nas aldeias e os recursos naturais disponíveis revelava-se, por vezes, com desequilíbrios pronunciados, provocando escassez de terra arável e outras condições de que dependia a vida das famílias camponesas. Daí, a rejeição da maioria da população ao sistema de aldeamentos.

⁵⁰ Entrevista realizada no dia 18 de fevereiro de 2012 no posto administrativo de Boila-Namitória.

Para o Governo da Frelimo, a socialização do campo tinha como pressuposto transformar o povoamento disperso - típico da tradição rural moçambicana – numa outra forma de povoamento moderno por meio das aldeias comunais. Embora a medida tenha sido implantada com boas intenções governamentais, não foi assim compreendida pelo grupo alvo desta iniciativa. A população no meio rural deveria concentrar-se em aldeias comunais, como estratégia de transformação social e cultural dos camponeses, sendo a base produtiva e econômica formada em dois polos: as empresas estatais e as cooperativas.

De acordo com as linhas fundamentais estabelecidas pela Frelimo no Plano Prospectivo Indicativo para 1981-1990, o processo de socialização do campo devia assentar em dois fatores fundamentais: 1) no *desenvolvimento acelerado do setor estatal*, com base na grande exploração agrária e na mecanização a realizar principalmente por meio dos grandes projetos; 2) na *cooperativização do campo*, de modo a alcançar níveis altos de produtividade por meio da sua concentração em explorações de média e grande dimensão e na transformação socioeconômica do setor familiar, com o envolvimento dos camponeses no modo de vida coletiva nas aldeias comunais. Com efeito, o Governo apoiava as cooperativas, tanto por meio de preços preferenciais, de subsídios e créditos ao aprovisionamento de produtos como por meio de assistência técnica, da comercialização, abastecimento e mecanização.

Para o setor do caju, a concentração da população em aldeias comunais implicou no distanciamento das populações de suas terras de cultivo e no conseqüente abandono e/ou semiabandono das árvores, mostrado pela necessidade de percorrer longas distâncias entre as suas residências e os campos de cultivo⁵¹. Leite (2000) escreve que em função disso estavam assim ditadas entre outras, as razões que inviabilizaram o respectivo tratamento das árvores ou substituição por novas

⁵¹ Pereira (1997) escreve que na primeira fase de socialização do campo algumas das medidas pareceram ter um impacto bastante positivo, mas o projeto ficou condenado ao fracasso porque não tomou em conta a existência de estruturas sociais e clânicas, de poderes tradicionais, alheando-se das reais necessidades das populações. Apareceram as *machambas* do povo, mas os camponeses foram mantendo as suas *machambas* individuais e as suas casas nas suas comunidades rurais. Foi necessário por vezes destruir as casas dos camponeses para obrigá-los a viver nas aldeias comunais e assim demonstrar que aquela era a melhor opção. Com a perspectiva cega e convicta de combate ao obscurantismo e à ignorância, foram eliminados os poderes tradicionais, foram escolhidos e designados novos chefes das aldeias que muitas vezes coincidiram para surpresa das entidades políticas com as próprias chefaturas locais.

plantações, causando o envelhecimento do cajual e a consequente diminuição da produção. A deslocação das populações em virtude da guerra afetou seriamente a limpeza e poda dos cajueiros bem como a apanha da castanha; o ataque sistemático às *cantinas* provocou a quase completa paralisação do circuito de comercialização. As consequências foram negativas para o país: o decréscimo do ritmo da produção do caju diante do abandono das regiões rurais por parte dos produtores e a destruição da rede comercial existente. A tabela 8 apresenta o comportamento da produção de castanha de caju em Moçambique entre as campanhas 1974/1975 - 1978/1979.

Tabela 8 – Comportamento da produção nacional e área colhida com castanha de caju (1974-1978).

Campanha	Produção (t)	Área colhida com caju (ha)
1974/1975	213.400	340.000
1975/1976	188.000	300.000
1976/1977	122.000	200.000
1977/1978	91.500	150.000
1978/1979	61.000	110.000

Fonte: FAOSTAT, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Da leitura dos dados constantes na tabela 8 pode-se observar que a partir de 1974, o volume de castanha de caju produzida em Moçambique apresentou um comportamento negativo ao longo dos anos subsequentes até 1978 onde o volume de castanha produzida não ultrapassou a cifra das 61 mil toneladas, uma redução na ordem de 71% se comparado com o volume de castanha produzida em 1974. Com relação à área colhida com caju observou-se, também, que o tamanho da área foi decrescendo da ordem de 340 mil hectares em 1974 para cerca de 110 mil hectares em 1978 representando uma redução de cerca de 70%. Do mesmo modo, a combinação desses resultados (produção e área colhida) aponta para uma redução nos níveis de produtividade dos cajueiros.

Diferentes fatores explicam o decréscimo progressivo na produção da castanha de caju no período imediatamente a seguir à proclamação da independência. Para além dos movimentos da população, ocasionados pelo desenvolvimento das aldeias comunais, ao implicar no abandono ou semiabandono das árvores, inviabilizando o

respectivo tratamento ou substituição por novas sementeiras, que se saldaram num envelhecimento do cajual e na conseqüente diminuição de sua produção, outras causas surgem a fundamentar a quebra no volume de castanha produzida/comercializada no período pós-independência.

Por um lado, tudo indica que as alterações operadas no circuito de comercialização interna, no âmbito da extensão da lógica da economia centralizada ao setor agrícola, conduziram a uma desaceleração na dinâmica da monetarização da castanha de caju produzida no seio da sociedade camponesa. Conforme aponta Lopes Neto (1981) com a independência política do país, e considerando que havia um sistema de exploração do homem pelo homem, no relacionamento comercial *cantineiro*-produtor, o então Governo impôs algumas medidas que contribuíram para a fuga destes comerciantes e conseqüentes fechamentos das *cantinas*. Este fato teve reflexos bastante negativos na apanha da castanha pelos nativos, pois como a maioria detém pequenos plantios, tornou-se pouco vantajoso o deslocamento dos camponeses com suas pequenas produções dos centros de produção até as unidades de processamento e portos de exportação, dadas as grandes distâncias e dificuldades de transporte.

Com efeito, segundo observa Leite (1999) o desmantelamento dos circuitos comerciais implantados na época colonial a que se associou, posteriormente, com a persistência da guerra, a destruição das infraestruturas que no setor agrícola asseguravam os circuitos de abastecimento e comercialização, geraram dificuldades crescentes na satisfação da procura camponesa. Embora as indústrias privadas também possuíssem suas próprias estruturas de compra, o Governo atento às causas do decréscimo registrado na produção, reabriu algumas *cantinas* com o nome de “lojas do povo”, situadas em zonas de concentração de cajueiros, colocando funcionários do Estado para comparar a castanha a dinheiro. Esta forma não tradicional de comercialização, ao que parece, não satisfazia aos nativos, pois, com a escassez de artigos de consumo e até mesmo de alimentos, anteriormente importados, o dinheiro recebido tinha um poder de compra bastante limitado, pelo que os camponeses sentiam-se cada vez menos motivados a trocar castanha por moeda, progressivamente desprovida de poder aquisitivo, dada a escassez de produtos.

A comercialização dos produtos agrícolas, incluindo o caju, originários majoritariamente do setor familiar era, antes da independência, dinamizada por uma rede de retalhistas rurais (os *cantineiros*), reunindo na época mais de seis mil agentes (AGRICON, 1989). Com a independência do país este sistema seria substituído por cooperativas de consumo, e pelo sistema de comercialização estatizado. Com efeito, as diretivas do III Congresso da Frelimo viriam a proibir o comércio privado nas áreas rurais e nas zonas libertadas. Ainda que a partir de 1979/1980, na sequência da promulgação de uma nova lei sobre o comércio privado, se assista à emergência de retalhistas privados empenhados na comercialização agrícola, o modelo de sociedade subjacente ao Plano Prospectivo Indicativo de 1980 continuava a ser o da organização em aldeias comunais. Naturalmente que este modelo não era compatível com a emergência dum sistema de comercialização agrícola dinamizado por retalhistas privados. Contudo, estima-se que cerca de cinco mil retalhistas asseguravam com sucesso a comercialização agrícola. A intensificação da guerra nas zonas rurais levava à destruição desta rede de retalhistas, estimada em finais da década de 1980 em perto de duas mil unidades (AGRICON, 1989).

Por outro lado, da mesma forma que a ausência de abastecimento do setor familiar em bens de consumo essenciais retraía a entrega da castanha; também o preço pago ao produtor/apanhador no quadro da vigência da economia administrada, sobretudo até a primeira metade da década de 1980 era pouco estimulante dado o contexto de escassez e de deterioração do preço relativo da castanha em termos de outros produtos agrícolas manufaturados. Paralelamente, a falta de incentivos materiais à produção de castanha o que explica o desinteresse da sociedade camponesa pela sementeira de novos cajueiros, hábito que se havia instalado nos anos 1960/1970 e a ocorrência de grandes queimadas e o surto de doenças como o [óidio (*Oidium anacardii*), a Broca (*Anthistarcha binocularis*) e a Antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides*)] que afetaram os cajueiros, são apontados por Pedersen (1984) como sendo outros fatores que concorreram para o abandono das árvores e o conseqüente decréscimo dos níveis de produção de castanha.

Alfredo Gamito então Secretário do Estado de Caju na década de 1980 e Governador da província de Nampula em 1993, numa entrevista realizada com Joana

Pereira Leite (1995) sintetiza em três, as causas da decadência da produção do caju no pós-independência: 1) a política da socialização do campo e da concentração da população em aldeias comunais, responsável pela separação dos camponeses dos cajueiros e consequente quebra da sua produção; 2) a ruptura da rede de comercialização assente nos *cantineiros* e o controle Estatal do abastecimento, num contexto de escassez, estimulando o autoconsumo e a desmonetarização da economia familiar e 3) a ruptura das vias de acesso no campo, processo que se agrava em função da guerra.

Note-se ainda que, segundo alguns observadores, a diminuição ocorrida na produção de culturas alimentares no país, sobretudo o amendoim, considerado um dos principais produtos na dieta alimentar dos AF rurais, teria levado os camponeses a suprir as suas carências alimentares pelo aumento do autoconsumo da castanha (cujas características físicas e sabor assemelham-se ao amendoim). Naturalmente que estes fatos diminuíram a disponibilidade de castanha *in natura* que entrava nos circuitos de comercialização, e causaram uma paralisação nas exportações da castanha de caju a partir de 1976 e escassez generalizada da matéria-prima para o parque industrial instalado, que passou a trabalhar com capacidade ociosa de até 60% (Lopes Neto, 1981).

3.2.2 O papel do Estado e a (re)organização socioespacial da produção do caju

Devido à importância estratégica do caju na obtenção de divisas para o país, o então Governo da Frelimo avançou na elaboração e execução de diversas iniciativas políticas e económicas, por um lado, para incrementar os índices de produção da castanha de caju e, por outro, para sustentar a atividade produtiva das unidades de processamento. Desse modo, a intervenção do Estado continuou a ser vital para a sobrevivência do setor cajuícol nacional. Ao mesmo tempo em que proibiu a exportação da castanha *in natura*, o Estado assumiu o monopólio da exportação da castanha processada e a gestão de parte significativa das unidades de processamento⁵². No subsector de produção, o Estado estabeleceu metas de produção,

⁵² A Caju de Moçambique E. E, viria a reunir sob gestão do Estado, sete (três em Maputo, uma em Gaza, Inhambane, Sofala e Nampula) das unidades que constituíam o parque industrial do caju na época colonial, num total de 11 fábricas em atividade e três em fase de instalação (LEITE, 1995).

determinando as regras de distribuição e colocação dos produtos, fixando os preços e abrindo novas áreas de cultivo.

Sob proposta do Secretariado do Estado do Caju, a comissão nacional de salários e preços, aprovava no início de cada campanha os preços a aplicar na comercialização da castanha. Estabeleciam-se os preços mínimos a praticar na compra ao produtor/apanhador e os preços a praticar pela indústria, à porta da fábrica ou pelos agentes da fábrica. Regulava-se sobre os critérios que presidiam ao estabelecimento dos preços intermediários a praticar pelos comerciantes, bem como quais os agentes a quem era autorizada a compra da castanha: comércio privado, comércio estatal, comércio cooperativo e outras estruturas ou entidades. Entretanto, a partir da campanha 1991/1992, no contexto do PRES (Programa de Reabilitação Econômica e Social) se fixaria o preço a pagar ao produtor/apanhador.

Nesse contexto, foi criada em 1977 a “Comissão Coordenadora da Comercialização da Castanha de Caju” que visava o acompanhamento das campanhas de mobilização nas províncias produtoras, a facilitação do crédito e garantir o abastecimento em bens de consumo aos intervenientes no processo. Apesar do fracasso dessas iniciativas em virtude da intensificação da guerra civil, registrou-se alguma melhoria na produção, sobretudo nos três primeiros anos subsequentes à instalação da comissão. A tabela 9 apresenta o comportamento da produção de caju em Moçambique entre as campanhas 1979/1980 a 1982/1983.

Tabela 9 – Comportamento da produção nacional e área colhida com castanha de caju (1979/1980-1983/1984).

Campanhas	Produção (t)*	Área colhida com caju (ha)**
1979/1980	82.800	120.000
1980/1981	84.700	130.000
1981/1982	91.466	130.000
1982/1983	57.323	110.000
1983/1984	17.617	63.000

Fonte: *GTC, 1998; **FAO, 2012.

Da leitura da tabela 9 pode-se observar que a produção nacional de castanha de caju em Moçambique, registrou um relativo aumento nas campanhas 1979/1980, 1980/1981 e 1981/1982. Ainda conforme a tabela 9 pode-se ver que a produção nacional de caju aumentou de cerca de 80 mil toneladas na campanha 1979/1980 para pouco mais de 91 mil toneladas na campanha 1981/1982 representando um aumento de cerca de 10%. Nas campanhas 1982/1983 e 1983/1984 os volumes de castanha produzida voltaram a registrar uma diminuição acentuada no país, causada principalmente tanto pelos efeitos da intensificação da guerra civil como da situação de seca severa que assolou o país em 1983⁵³.

Do mesmo modo, o tamanho da área colhida com caju, experimentou aumentos relativamente significativos nas campanhas 1979/1980, 1980/1981 e 1981/1982 como resultado dos esforços empreendidos pelo Governo. Os decréscimos da produção nas campanhas 1982/1983 e 1983/1984 foram paralelamente acompanhados pela redução do tamanho da área colhida com caju, dada a insegurança ocasionada pela guerra, principalmente no que se refere ao tratamento das árvores e a apanha da castanha.

Com efeito, e conforme as estratégias desenhadas pelo poder político vigente, a produção passou a ser organizada por meio de jornadas voluntárias de trabalho nos finais de semana para ajudar e incentivar os camponeses tanto no tratamento das árvores como na coleta e escoamento do produto. Ao mesmo tempo, foi dada prioridade a instalação de postos de compra de castanha semifixos, nas zonas de

⁵³ Em Moçambique as secas severas têm ocorrido em intervalos de 7 a 11 anos, sendo as secas de menor intensidade as que ocorrem mais regularmente. Conforme se pode observar no quadro abaixo, cerca de 2,46 milhões de pessoas foram afetadas pela seca, entre 1981 a 1983. De acordo com dados históricos, as secas ocorrem na África Austral num regime cíclico, mas ainda não foi possível prevê-las com precisão. Os registros históricos de ocorrência de secas em Moçambique, durante os últimos 30 anos, podem ser visualizados no seguinte quadro:

Ano/período	Descrição/impactos
2002	43 distritos afetados nas províncias do Sul e Centro de Moçambique
1999	Todo o país afetado: um milhão de pessoas afetadas.
1994-1995	Sul e Centro de Moçambique: cerca de 1,5 milhões de pessoas afetadas; escassez de água potável e aparecimento de surto de cólera.
1991-1993	Todo o país afetado: cerca de 1,32 milhões de pessoas afetadas; grande fracasso agrícola; escassez de água potável.
1987	Inhambane: oito mil pessoas afetadas.
1983-1984	Maior parte do país afetado: epidemia de cólera; muitas pessoas morrem devido à seca e a guerra.
1981-1983	Sul e Centro de Moçambique: cerca de 2,46 milhões de pessoas afetadas no país.
1980	Centro e Sul de Moçambique: cerca de 60 mil pessoas afetadas no país.

Fonte: FEWS/UEM/INGC, 2002.

produção, como uma maneira de atenuar a desarticulação da rede comercial de compra da castanha, e que funcionava satisfatoriamente antes da independência. Nessa componente, foi também notória a utilização de operários das unidades de processamento como ativistas no terreno para apoiar as campanhas de comercialização, sensibilizando os camponeses para a importância estratégica da produção e comercialização da castanha de caju.

No tocante ao apoio ao subsetor da produção, importa salientar que durante a época colonial foi desenhado um programa com atuação nos então distritos (hoje províncias) de Cabo Delgado e Nampula ao Norte, Inhambane e Gaza ao Sul do país, visando o ensino das técnicas culturais: o combate à broca (*Anthistarcha binocularis*), o plantio de cajueiros e um trabalho de conscientização junto às populações para a constituição de plantios ordenados. Esse trabalho era efetuado por técnicos portugueses ou moçambicanos brancos. Com a independência do país e a consequente fuga desses técnicos, estes esforços sofreram uma grande paralisação conjuntural com impactos sobre a produção e produtividade das árvores.

Ainda com relação à produção, a semelhança do tempo colonial, o poder político do pós-independência empreendeu uma dura luta contra as queimadas, muito frequentes, levadas a cabo pelos camponeses para facilitar os trabalhos nas *machambas*. O relato que a seguir se apresenta é parte da entrevista realizada durante a pesquisa de campo e, retrata a experiência observada por um produtor de caju no que se refere aos mecanismos de combate por parte do Governo do pós-independência, à prática de queimadas descontroladas.

O Governo da Frelimo como o Governo colonial insistia muito para os camponeses não fazer queimadas descontroladas. E qualquer que queima o mato logo era apanhado porque naquele tempo essa zona aqui já se queimou, o régulo ficava preso. Os chefes ficavam muito rigorosos a procurar a pessoa que queimou. Quem passou aqui a fumar cigarro? Disse tal fulano, ah ele é que lançou fogo. Aquela biata⁵⁴ de cigarro é que queimou já o capim. Era prendido, metia na prisão, o régulo saía. Enquanto não encontrassem a pessoa o régulo tinha que cumprir, porque não controlou (Entrevista-E3)⁵⁵.

⁵⁴ Parte final do cigarro.

⁵⁵ Entrevista realizada no dia 16 de fevereiro de 2012 no posto administrativo de Angoche-Sede.

O Governo procurou ainda conter os inconvenientes que resultavam da dispersão anárquica dos cajueiros, por meio da criação de viveiros visando organizar *machambas* comunais de cajueiros bem como a obrigatoriedade da utilização da castanha como “moeda” de troca para obtenção de bens de primeira necessidade. No que se refere a este aspecto, apresenta-se a seguir o relato de parte da entrevista gravada com um produtor de caju, explicando as estratégias do Governo da Frelimo, no sentido de garantir que realmente a castanha de caju fosse usada como “moeda” de troca.

Samora Machel⁵⁶, naquele tempo tava apoiar um comerciante, dava roupa, não é dar a crédito..., não. Comerciante X é que tem direito levantar mercadoria, aquele que compra castanha. Exemplo: Eu aqui só um comerciante de Aube, vem mercadoria, essas mercadorias quem levanta/compra são os comerciantes de Aube, aqueles que compram castanha da população... porque nessa altura não havia roupa, tava falta de roupa... e lá onde que ia comprar castanha obrigava à população ahh, aquele que não traz castanha não compra roupa. A população era obrigado a produzir castanha e vender. Uma das maneiras de obrigar era dizer que aquele que não vender castanha não compra roupa, então como a população queria roupa, acabava produzindo e vendendo castanha... até pode ter dinheiro, não comprava com seu dinheiro enquanto não vendeu castanha, até descontava naquele dinheiro da castanha, dava roupa e dava o resto do dinheiro (Entrevista-E1)⁵⁷.

Mesmo com a implantação das estratégias descritas, não foi possível conter o decréscimo da produção do caju em Moçambique. A tabela 10 apresenta a distribuição da produção de castanha de caju no país em termos de província e região entre 1981 a 1993.

⁵⁶ Foi o primeiro presidente de Moçambique independente.

⁵⁷ Entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2012 no Posto Administrativo de Namaponda.

Tabela 10 – Produção de castanha de caju por províncias (1980-1993).

Províncias	Produção em toneladas				
	1980/81	1983/84	1986/87	1989/90	1992/93
Total Geral	91466	25311	34822	22107	23935
Cabo Delgado	2.901	592	689	494	573
Nampula	63.160	17.115	22.534	15.134	18.315
Zambézia	11.388	1.580	910	1.839	2.125
Total Região Norte	77.449	19.287	24.133	17.467	21.013
Manica/Sofala	1.527	50	196	31	300
Inhambane	7.854	1.347	6.000	1.968	915
Gaza	4.602	4.582	4.181	2.641	1.707
Maputo	34	45	372	-	-
Total Região Sul	14.017	6.024	10.749	4.640	2.922

Fonte: Leite, 1999.

Comparando as duas primeiras campanhas, observa-se que tanto em nível nacional como das províncias, os níveis de produção de caju baixaram significativamente da campanha 1980/1981 para a campanha 1983/1984. Nesta última, a produção registrou um decréscimo na ordem de 72% se comparada com a campanha anterior. Em nível provincial, Nampula destaca-se a semelhança da época colonial, como o maior centro produtor tendo produzido na campanha 1980/1981 mais de 63 mil toneladas de castanha de caju. A produção voltou a aumentar tanto nas províncias como no país em geral na campanha 1986/1987. Ao que parece, este aumento esteve associado à adesão de Moçambique às Instituições de *Bretton Woods* (IBW) que disponibilizaram ajuda financeira ao país, culminando com a introdução do PRES em 1987.

A baixa produção na campanha 1989/1990 pode estar provavelmente associada à privatização do setor do caju nas vésperas da década de 1990. O aumento da produção na campanha 1992/1993 pode ser explicado, em parte, pelo fim da guerra civil que permitiu alguma segurança no processo de apanha da castanha e dos efeitos positivos dos primeiros momentos da liberalização das exportações de caju. Dadas às dificuldades que caracterizam as instituições do setor do caju em Moçambique, não foi possível coletar dados referentes à área plantada e/ou colhida com castanha de caju no período em análise constante da tabela 10.

3.2.3 O Banco Mundial e a crise da indústria do caju em Moçambique

O BM é uma das principais fontes de assistência financeira no mundo. O seu objetivo principal é auxiliar os países mais pobres e com dificuldades financeiras rumo ao desenvolvimento capitalista, com destaque para o continente africano. Com efeito, a partir da década de 1960 com o início das independências de parte significativa dos países africanos, tornava-se assim fundamental encontrar estratégias que conduzissem ao desenvolvimento econômico desses países, tido como prioridade para o bem-estar de suas populações. No enalço do desenvolvimento, várias estratégias sucederam-se pelo continente, desde as estratégias de inspiração socialista em alguns casos e as adotadas em alguns países de inspiração capitalista, refletindo os desdobramentos geopolíticos da guerra fria.

Estas estratégias levaram a um pesado endividamento dos países africanos principalmente nos anos 1960 e 1970, cujas consequências começaram a se manifestar na década de 1980, com destaque para o aumento das taxas de juros e a queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional (MACUANE, 2005). No caso da África, a crise tomou contornos mais críticos, com o crescimento da proporção da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de 51% em 1982 para 100% em 1992. Para se ter uma ideia da situação, em 1998 o PIB per capita da África subsaariana era de US\$ 3,083 enquanto que a dívida externa era de US\$ 365 per capita (COLGAN, 2001). A solução à crise proposta veio por meio da adoção maciça dos programas de ajustamento estrutural em muitos países africanos nos anos 1980 e 1990 e significou a consolidação do chamado Consenso de Washington, o símbolo do paradigma neoliberal que passou a ditar os destinos do continente, com forte influência das instituições financeiras internacionais (IFI), como FMI e o BM.

Os programas de ajustamento estrutural eram pacotes de reforma de políticas com o objetivo de alcançar estabilidade macroeconômica e um modelo de crescimento baseado nas exportações, assumindo-se que esta receita poderia reduzir a pobreza. Dentre as medidas avançadas, constam o corte nos gastos públicos, a adoção de políticas monetárias e fiscais restritivas, liberalização da economia, desregulamentação dos preços internos, e a privatização das empresas estatais e da provisão de alguns serviços públicos essenciais, como condições para o acesso ao crédito; as chamadas **condicionalidades**. Estas foram se tornando cada vez mais restritivas, até ao ponto de o FMI e o BM dividirem os

empréstimos em tranches e condicionarem os desembolsos à implementação de políticas acordadas (MACUANE, 2005, p. 1-2, grifo do autor).

O viés economicista destas estratégias de desenvolvimento, embora tenha sido seguido posteriormente da sua componente social, não conseguiu resolver os problemas crónicos de pobreza, endividamento e desenvolvimento no continente, levando à críticas sobre os seus efeitos negativos ao debilitar os processos políticos e causar sérios danos económicos e sociais aos países implementadores. Acossados pelo fracasso das estratégias de desenvolvimento pregressas e pela quase impossibilidade de acesso a crédito internacional, contornando as condicionalidades impostas pelas instituições financeiras internacionais, a muitos países africanos só restou ceder e mais uma vez aderir a estas iniciativas (MACUANE, 2005).

Estas organizações, invariavelmente controladas pelos países mais industrializados, têm influenciado e ditado as políticas e estratégias de desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento, baseadas numa concepção uniforme de que políticas são necessárias para se superar o subdesenvolvimento. Atualmente, ganham força as estratégias de redução da pobreza, que se consubstanciam como os únicos instrumentos disponíveis aos países pobres e altamente endividados para terem acesso aos recursos necessários à promoção das estratégias de desenvolvimento. No entanto, e conforme aponta Macuane (2005) pelo seu viés extremamente reducionista, porque uniformizador num contexto de diversidade de países, culturas e instituições, estas estratégias acabam sendo caracterizadas por paradoxos e falácias que minam a sua eficácia nos países onde têm sido implantadas, com especial incidência para o continente africano.

No caso de Moçambique, o primeiro sinal de que a adesão ao BM e FMI era uma condição imprescindível para que o país beneficia-se de apoio para enfrentar a crise foi dado em 1983 quando, por causa da seca, combinada com a intensificação da guerra civil, conforme referenciado, o Governo solicitou ajuda alimentar à comunidade internacional. A ajuda foi, antes, reduzida, obrigando o Governo a assinar o primeiro

acordo com o BM, que disponibilizou imediatamente 45 milhões de dólares⁵⁸. Uma nova onda de pressão internacional deu-se em 1986 quando a ajuda alimentar foi novamente travada até que Moçambique concordasse com o pacote do reajustamento estrutural (formalmente introduzido em 1987). Foram, então, introduzidos pacotes legislativos e montadas determinadas estruturas burocráticas que tornaram possível e viável a transição para o neoliberalismo. Com a adesão a estes programas, a “ajuda” externa aumentou de 360 milhões de dólares em 1985 para 700 milhões em 1987 e pelo menos, um bilhão por ano a partir de 1990 transformando Moçambique no maior beneficiário da “ajuda externa” na África Subsaariana (JOSÉ, 2005).

A implantação dos programas de reajustamento estrutural no país foi não só importante para enfrentar a situação de emergência como também condicionou, de forma decisiva, o fim da guerra no país. No plano econômico, as preocupações centraram-se, sobretudo, no redimensionamento do papel do Estado e no aumento da sua capacidade financeira, procurando reduzir os déficits internos e externos. É assim que a partir da década de 1990⁵⁹ se inicia com o processo de privatização das empresas públicas. Em Moçambique, as privatizações assumiram proporções bastante amplas, atingindo todos os setores que antes tinham sido objeto de intervenção e nacionalização por parte do Estado, com exceção da terra que continua sendo propriedade exclusiva do Estado moçambicano. Na maior parte dos casos, o Estado manteve a sua atividade, concorrendo, embora nas piores condições, com agentes privados.

De modo geral, as privatizações em Moçambique andaram a par de uma pressão para a liberalização dos mercados. É assim, que a articulação entre as privatizações e a liberalização na economia do caju conferiu um modo específico, contextual, ao capitalismo praticado em Moçambique. Entretanto, a pressão do BM sobre o Governo de Moçambique foi, no entanto, determinante para a liberalização da exportação do caju. Mosca (2005) refere que a privatização do setor do caju, constitui(u) um exemplo real da incapacidade reguladora do Estado, por estar atado a

⁵⁸ O Decreto nº 6/84 de 19 de Setembro autoriza a celebração do acordo entre Moçambique e o BM e FMI.

⁵⁹ No início dos anos 1990 apenas uma fábrica da Caju de Moçambique estava em funcionamento no país e era uma das seis fábricas que continuaram nas mãos de privados. Ver Leite (1999, p. 6-7).

interesses de partes envolvidas, tanto da burguesia local, assim como das organizações internacionais, sobretudo do BM, com consequências negativas sobre a produção, o emprego e a conflitualidade social⁶⁰.

Com relação ao setor do caju, Leite (1999) refere que os primeiros sinais desta mudança estratégica relativamente ao futuro do caju em Moçambique estão contidos num estudo do BM sobre o desenvolvimento do setor privado e promoção das exportações. Uma síntese desse documento identificava algumas posições do Banco relativamente ao setor do caju. Entendendo este que no caso da indústria do caju, a privatização só por si, não era suficiente para assegurar a viabilidade econômica do investimento, o estudo chegou as seguintes conclusões: 1) a ineficiência do sistema produtivo moçambicano fundamenta o valor acrescentado mínimo ou mesmo negativo gerado pela atividade de descasque; 2) o baixo preço a que é remunerado o produtor; comparativamente ao preço de exportação, explica a diminuição que se manifesta na produção de castanha. Além do mais, como as receitas resultantes da exportação da amêndoa de fraca qualidade, obtida pelo recurso aos métodos mecanizados utilizados em Moçambique, são inferiores às que resultariam da exportação de castanha em bruto, então exportar amêndoa em vez de castanha determina uma perda de divisas.

Paralelamente, e em função das conclusões do mesmo estudo, o BM recomendou duas medidas para a eliminação das «desvantagens competitivas de Moçambique»: 1) a liberalização da exportação da castanha *in natura*, alegadamente porque aumentaria a transparência, a concorrência e, por conseguinte, os preços e 2) a reconversão da indústria moçambicana para padrões de funcionamento menos mecanizados, mais baratos, com recurso à mão-de-obra intensiva, semelhante aos sistemas de produção das fábricas indianas. Estas recomendações tornaram-se imposições bastante explícitas quando o BM afirmou que a liberalização da exportação da castanha *in natura*, era condição necessária para Moçambique continuar a beneficiar de apoio financeiro (JOSÉ, 2005).

⁶⁰ O caju foi a principal fonte em divisas, um importante setor empregador na indústria transformadora (com cerca de 10 mil trabalhadores em 1977) e uma fonte de rendimento para os camponeses; a comercialização do caju representava uma atividade destacada do comércio rural e de vastas zonas do país. Moçambique era, nos princípios da década de 1970 o maior produtor e exportador mundial de castanha de caju.

Ao impor a liberalização da exportação da castanha *in natura*, o BM desferiu o golpe final contra o setor do caju, já moribundo, ao mesmo tempo em que sua intervenção foi determinante para a reconfiguração das fábricas sob a forma de propriedade privada, e para a adoção de um regime de precarização dos direitos dos trabalhadores. A nova política do caju suscitou uma luta pela apropriação da castanha por parte dos comerciantes e dos industriais de caju, e acentuou as fragilidades econômicas e sociais dos operários e camponeses.

A liberalização da exportação da castanha *in natura* também implicou o fim do racionamento das licenças de exportação, o que levou a proliferação de exportadores e de intermediários formais e informais, ansiosos em lucrar com o negócio da castanha. Entre os produtores e o mercado internacional, passaram a existir mais três níveis de intervenção na cadeia do caju: pequenos intermediários, armazenistas e, finalmente, exportadores e industriais. Não tendo condições para colocar os produtos diretamente nas mãos dos armazenistas ou dos exportadores, os produtores ficaram sujeitos à pressão dos intermediários, formais e informais.

Contrariamente ao que se sucedeu durante os primeiros anos da independência em que o preço da castanha pago ao produtor/apANHADOR era fixado pelo Estado, com a liberalização do mercado da castanha os preços dessa matéria-prima ficaram a depender, por um lado, dos preços do mercado, mas, sobretudo, da boa vontade dos intermediários, que muitas vezes procuravam tirar proveito em prejuízo daqueles. Desse modo, longe de proporcionar ganhos substanciais, o aumento da procura da castanha de caju expôs as fragilidades econômicas e sociais dos produtores, na sua maioria localizados em zonas bastante dispersas e sem mecanismos fortes de representação dos seus interesses bem como a perda significativa de postos de trabalho e da produção. Em síntese, o efeito das medidas introduzidas com a liberalização da economia do caju traduz-se em resultados diferenciados e que podem ser resumidos no seguinte:

a) Globalmente

A sobretaxa foi a única proteção às indústrias do setor e por causa da qual os empresários locais terão se sentido incentivados a comprar as fábricas paralisadas da

então Caju de Moçambique - E. E; as 16 indústrias existentes à altura da aplicação da nova política começaram a fechar em 1997. Em consequência, vilas e pequenas cidades cuja atividade econômica se fazia, em grande medida, em torno de indústrias de descasque da castanha de caju, hoje estão economicamente moribundas: casos de Inhambane; Manjacaze, na província de Gaza; Angoche, Monapo e Lumbo, na província de Nampula. Por outro lado, os efeitos indiretos em perdas fiscais são também consideráveis porque deixaram de entrar nos circuitos comerciais milhões de contos por ano de salários na indústria. Adicionalmente, mais de US\$ 20 milhões de novos investimentos programados para o setor industrial do caju em 1995 foram retidos, ao instalar-se a dúvida entre os investidores. As medidas em implantação no subsetor de produção, porque de médio/longo prazo, ainda não conseguiram reverter o ritmo de envelhecimento do parque cajuícola nacional. A produção comercializada continua a situar-se em média, abaixo das 100 mil toneladas/ano, majoritariamente exportada *in natura* (INCAJU, 2005).

b) Produtores

Inicialmente os produtores beneficiaram de aumentos (modestos) de preços num ambiente geral de baixa inflação; a parcela do preço de exportação retida pelo produtor aumentou de 46% na campanha 1994/1995 para 57% em 1998/1999, 76% em 1999/2000 e 56% em 2000/2001, após uma queda para 42% em 1995/1996. Entretanto, em termos reais, o preço médio pago ao produtor em 2003/2004 baixou aproximadamente 10% se comparado com o preço pago em 1994/1995, conforme a tabela 11.

Tabela 11 – Variação percentual anual de quantidades e preços da castanha (1994/1995=100).

Campanha	Castanha Comercializada %	Castanha Exportada <i>in natura</i> %	Preço Médio Pago ao Produtor (em US\$) %	Preço Médio de Exportação %	Parcela do Preço de Exportação Capturada pelo Produtor %
1994/1995	100	100	100	100	46
1995/1996	198	420	106	117	42
1996/1997	130	199	115	110	48
1997/1998	155	370	113	102	51
1998/1999	172	304	134	108	57
1999/2000	157	340	175	106	76
2000/2001	156	328	75	61	56
2001/2002	150	305	71	56	59
2002/2003	191	481	71	58	57
2003/2004	127	241	88	68	59

Fonte: INCAJU, 2005.

c) Comerciantes

Os comerciantes enfrentaram vantagens decrescentes em termos de redução gradual da sua margem de exportação por efeitos de um crescimento mais rápido dos preços ao produtor, em comparação com o baixo ritmo de crescimento do preço de exportação da castanha *in natura*; a sua margem bruta de exportação tem vindo a decrescer continuamente: passou de 72% em 1995/1996 para 26% em 2000/2001, conforme a tabela 12.

Tabela 12 – Variação das margens brutas da exportação da castanha em bruto (em US\$/kg).

Campanha	Preço Médio ao Produtor	Preço médio de exportação	Taxa de sobrevalorização	Margem bruta de exportação
1994/1995	0,31	0,67	60%	-33%
1995/1996	0,33	0,78	20%	72%
1996/1997	0,35	0,74	14%	59%
1997/1998	0,35	0,68	14%	48%
1998/1999	0,41	0,72	14%	30%
1999/2000	0,54	0,71	18%	-13%
2000/2001	0,23	0,41	18%	26%
2001/2002	0,22	0,37	18%	19%
2002/2003	0,22	0,39	18%	24%
2003/2004	0,27	0,46	18%	19%

Fonte: INCAJU, 2005.

d) Industriais

A indústria de processamento viu a sua competitividade reduzir-se drasticamente (incapacidade de competir, em termos de preços, com os exportadores da castanha *in natura*); essa situação, aliada à ineficiência das tecnologias de produção em uso, à baixa qualidade de castanha comercializada e problemas de gestão, levou à deterioração da situação financeira dos industriais e à consequente paralisação das suas unidades. A título de exemplo, a margem bruta dos industriais, (em relação ao preço ao produtor), nomeadamente dos que usam o processo mecânico de produção, passou de 13,4% em 1994/1995 para -24,7% em 1998/1999 (INCAJU, 2005).

Com efeito, no subsetor de produção, assistiu-se a um grande desinteresse por parte dos produtores, sobretudo em termos de novos plantios de cajueiros e o respectivo tratamento das árvores com impacto sobre a produção e produtividade e até mesmo em termos de área colhida. Do ponto de vista desse trabalho, para além do que já foi exposto; a ausência de estratégias concretas que visassem o incentivo aos produtores em termos de opções tecnológicas de produção, o acesso a crédito e a melhoria dos preços pagos ao produtor no quadro das políticas concebidas pelo BM para o setor do caju em Moçambique, terá certamente conduzido à ocorrência do cenário aqui apresentado.

A esse respeito, Kanji, et al (2004) referem que existem evidências consideráveis de que a estratégia do BM não funcionou. Embora os preços pagos ao produtor/apANHADOR tivessem de fato subido durante os primeiros anos que se seguiram a liberalização do mercado da castanha de caju, os aumentos foram pequenos (atente as tabelas 11 e 12). Os preços dos alimentos e dos bens de consumo básicos também aumentaram. Tendencialmente, os comerciantes beneficiaram mais do que os produtores e, produtores que tinham capacidade para manter a castanha armazenada até ao final da campanha de comercialização beneficiaram mais do que os outros. Contrariamente às expectativas, os produtores plantaram poucas novas árvores.

Em síntese, os ganhos líquidos dos produtores foram desanimadoramente baixos e grandemente contrabalançados pelo desemprego causado pelo colapso do

setor de processamento⁶¹. A tabela 13 apresenta o comportamento da produção nacional e área colhida com castanha de caju nos anos imediatamente a seguir a adesão formal de Moçambique aos programas de ajustamento estrutural.

Tabela 13 – Produção nacional de castanha de caju (1987/1988-1997/1998).

Campanhas	Produção (t)*	Área colhida com caju (ha)**
Total	125.231	200.000
1987/1988	43.883	61.000
1989/1990	50.226	85.000
1991/1992	31.122	54.000

Fonte: *GTC, 1998; **FAOSTAT, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Da leitura da tabela 13 compreende-se que a produção registrou um relativo aumento da campanha 1987/1988 para a campanha 1989/1990 tendo decrescido na campanha 1991/1992. Em termos de área colhida com caju, verificou-se que o seu comportamento foi similar ao da produção. A área colhida com caju no país registrou de igual modo um aumento significativo da campanha 1987/1988 para a campanha 1989/1990 na ordem de 39%, voltando a registrar um decréscimo na campanha 1991/1992. Em termos regionais, verifica-se como se tem vindo a elucidar, que o Norte do país, com destaque para a província de Nampula constitui a região do país onde se concentra a produção de castanha de caju. Embora os volumes de produção tenham decrescido com a liberalização do mercado da castanha, esta região manteve a sua

⁶¹ Castelo-Branco (2008) refere que quando o Governo moçambicano optou por liberalizar a exportação da castanha de caju *in natura* – por pressão do BM – acreditava-se que a concorrência entre comerciantes e o acesso a preços mundiais mais altos para a castanha em bruto do que os praticados pela indústria nacional iriam estimular os camponeses a investir na renovação dos cajuais. O INCAJU chegou a distribuir mudas de cajueiros gratuitamente. No entanto, nem o incentivo dos preços nem o acesso à mudas gratuitas resultaram na renovação dos cajuais familiares. Segundo o mesmo autor, há várias explicações para este problema, mas é a combinação de três fatores que parece dar a explicação mais credível. Estes fatores são: 1) o efeito da exportação em bruto na concorrência entre comerciantes e no aumento do preço aos camponeses foi mínimo, 2) os camponeses preferiram continuar a investir numa rede ampla de opções de vida do que em aumentar o seu compromisso com a produção de caju num contexto em que não têm nenhuma influência sobre mercados e preços e 3) a rede informal de comércio só funcionava para a campanha do caju, consolidando, deste modo, a fragmentação dos mercados que estimulava os camponeses a manterem a diversificação das suas opções em vez de optarem pela especialização.

hegemonia, conforme se pode observar na tabela 14 que apresenta a distribuição da produção de caju por províncias entre as campanhas 1993/1994 - 1996/1997.

Tabela 14 – Produção de castanha de caju por províncias (1993-1996).

Províncias	Produção em toneladas			
	1993/1994	1994/1995	1995/1996	1996/1997
Total Geral	29.987	32.890	66.510	35.810
Cabo Delgado	984	702	2.087	990
Nampula	27.132	16.500	36.650	28.000
Zambézia	1.442	1.213	3.988	1.709
Total Norte	29.558	18.415	42.725	30.699
Manica/Sofala	267	400	4.592	210
Inhambane	38	5.710	8.912	2.790
Gaza	124	8.365	10.231	2.111
Maputo	0	0	50	0
Total Região Sul	429	14.475	23.785	5.111

Fonte: Deloitte & Touche, 1997.

Da leitura dos dados constantes na tabela 14 é possível compreender que a proporção da produção de castanha de caju na região Sul do país foi sempre menor do que a do Norte e este continua sendo o caso, embora se tenha observado relativo aumento da produção no Sul do país. Esta última região tende a proporcionar uma maior variabilidade dos resultados, devido à sua posição geográfica cujas condições edafo-climáticas, de um modo geral, são menos ideais se comparadas com as do Norte do país. Essas diferenciações de base natural tendem a participar na organização dos processos produtivos possibilitando vantagens comparativas ou limitações entre as regiões.

Desse modo, constata-se que as vantagens relativas em termos de solos e clima que caracterizam principalmente a zona litorânea da região Norte do país, com destaque para a província de Nampula, se constituem, enquanto fator natural, nos principais impulsionadores de maior intervenção das políticas públicas nessa região; quer em termos de alocação de capital, quer em termos de criação de infraestruturas técnicas e produtivas necessárias para o setor.

Ainda conforme a tabela 14 observa-se que embora exista uma variação nos níveis de castanha produzida por províncias, a produção de caju mais que duplicou da

campanha 1993/1994 para a campanha 1995/1996 representando um aumento de aproximadamente 122%. Este aumento de castanha produzida/comercializada na campanha 1995/1996 esteve diretamente relacionado com a política imposta pelo BM sobre a liberalização da economia de caju nesse ano. Contudo, a partir da campanha 1996/1997 começou a registrar-se uma desaceleração no ritmo da castanha produzida e/ou comercializada no país que esteve diretamente associada aos posteriores efeitos negativos da liberalização do setor, o que obrigou o Governo a desenhar estratégias para a sua revitalização, conforme se pode apreender na análise que se buscou fazer no item que se segue.

3.3 Organização socioespacial da produção de caju no período 2000-2011

Neste item buscou-se analisar a reestruturação produtiva do setor do caju em Moçambique e as novas formas de organização do espaço produtivo do meio rural. A ênfase dessa análise é direcionada, principalmente à introdução de novas tecnologias no processo produtivo do caju, tanto pela utilização de novas variedades de cajueiros mais produtivos (o cajueiro anão precoce) como pelo recente processo de expansão da cultura do caju pelo país.

3.3.1 A reestruturação espacial do novo modelo produtivo de caju

Quando se analisa o processo de reestruturação produtiva, busca-se adentrar nas transformações da configuração do espaço colocadas em marcha pelo movimento de disseminação e/ou intensificação do capital nas atividades agropecuárias, entendendo-se, pois que a passagem para um novo regime produtivo se faz acompanhada de mudanças importantes no processo das relações sociais de produção. Assim, produz-se uma reestruturação espacial da sociedade via uma redefinição das formas de organização do trabalho e a criação de novos espaços de produção.

Desse modo, e conforme escreve SOJA (1993, p. 194) a reestruturação “[...] implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança”. Segundo esse autor, para a apreensão das transformações socioespaciais fomentadas pela reestruturação, direciona-se o foco da

análise para o movimento combinado de desintegração e manutenção de relações de produção não especificamente capitalista, as quais são eliminadas ou não, conforme o papel que desempenham na reprodução do modo de produção capitalista, bem como das relações estritamente capitalistas – o assalariamento.

No quadro dessa lógica, assiste-se desde os princípios da década de 2000 que a produção cajuícola moçambicana vem passando por um processo de reestruturação produtiva onde a produção passa a receber influência da tecnologia, da ciência e da informação signos do atual período histórico, designado por Santos (1996) de técnico-científico-informacional. Entretanto, a noção de técnica é aqui entendida, conforme aponta Santos (1998) como a que para além do dado puramente técnico, exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. Para esse autor, são estas relações sociais que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar num verdadeiro processo político da produção.

Assim, de acordo com essa noção de técnica a que se propôs seguir nesse trabalho, pode-se estabelecer uma tipologia podendo ser possível dividi-las, conforme aponta Santos (1998) em técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição; técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço.

Desse modo, a mudança da base técnica a que se assiste na produção do caju em Moçambique, se constitui num dos vetores da reestruturação do processo produtivo de caju, influenciando, com alguma incidência, as forças produtivas com reflexo na alteração de parte dos tradicionais sistemas de produção de caju e inaugurando novas formas de produzir no campo; dando assim origem, sobretudo, a um novo uso da terra, que busca incrementar os índices de produtividade e uma redução dos custos de produção.

Essa mudança da base técnica, enquanto vetor de reestruturação da produção de caju está diretamente ligada as novas políticas públicas do Governo que objetivando impulsionar o desenvolvimento do setor e revitalizar a produção de caju, na pretensão

de recolocar o país entre os maiores produtores mundiais desta cultura criou em finais de 1997 o INCAJU, órgão governamental que promove o plantio de cajueiros por meio da produção e distribuição de mudas de caju, o manejo integrado do cajueiro e a monitoria e comercialização da castanha.

A luz da criação deste organismo foi aprovado em 1998 o “Plano Diretor do Caju-Componente Produção”, cujos objetivos se resumem no aumento sustentável da produção e qualidade de castanha que contribua para o crescimento da renda das famílias rurais e uma maior contribuição na balança comercial através da arrecadação de divisas provenientes da exportação.

Para a revitalização do setor do caju, cujos índices de desempenho vinham decrescendo desde o início da década de 1980, sobretudo devido ao envelhecimento do parque cajuícola e à incidência de pragas e doenças, o Plano Diretor do Caju-Componente Produção, definiu a introdução de novos plantios e a intervenção no parque cajuícola existente como elementos que se afiguram, enquanto alternativas; por um lado, para a reposição e expansão do parque cajuícola nacional e por outro, para a recuperação do potencial produtivo dos cajueiros.

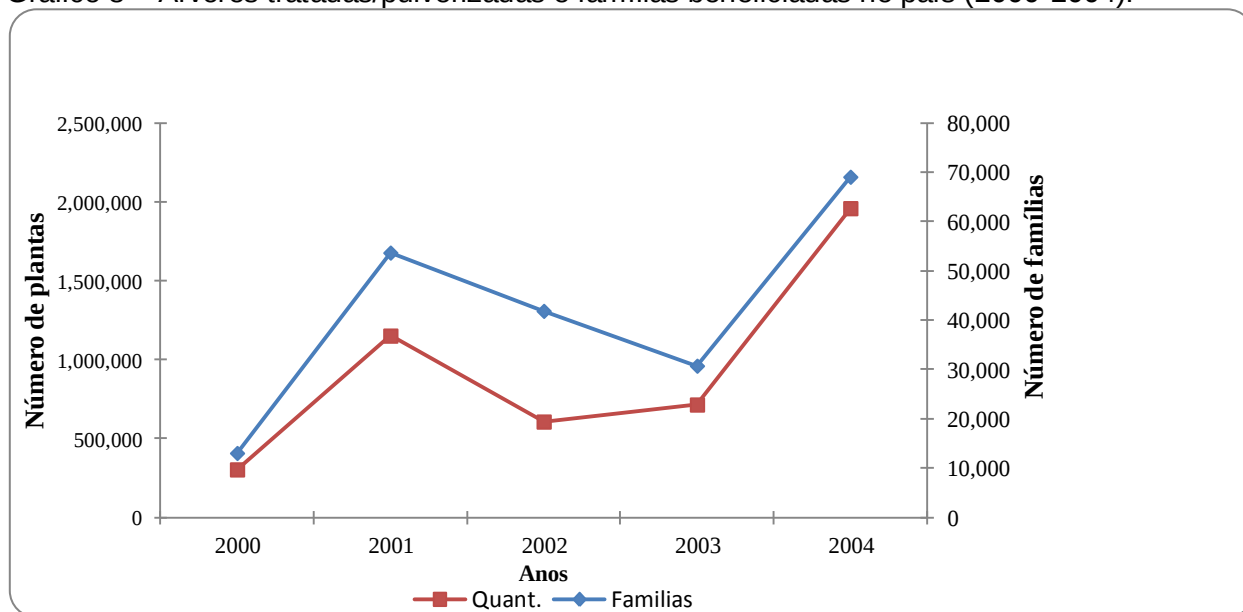
Desse modo, a reestruturação do setor produtivo do caju em Moçambique pode ser analisada sob dois ângulos: 1) pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo e 2) pela dispersão geográfica da produção, a que se soma a questão do melhoramento de incentivos aos pequenos produtores (que representam aproximadamente 95% das explorações agrícolas com caju).

3.3.1.1 Pacotes tecnológicos gerados e disponibilizados

Com relação ao pacote tecnológico, verifica-se um esforço no sentido de utilização de novas e modernas técnicas de produção, por meio da propagação de clones mais produtivos e da difusão de novos métodos de tratamento dos cajueiros, com destaque para os tratamentos químicos e a realização de podas fitossanitárias bem como a disponibilidade de insumos e instrumentos de produção, que têm contribuído, embora não de forma satisfatória, no aumento da produtividade das árvores e na qualidade da castanha produzida. Visando atingir níveis altos de produtividade e de qualidade de castanha, há todo um conjunto de atividades que

objetivam promover junto aos produtores de caju, o manejo integrado dos cajueiros⁶² com ênfase nos tratamentos químicos e/ou pulverização. O gráfico 8 dá uma ideia da dinâmica nacional dos tratamentos químicos de cajueiros entre 2000-2004.

Gráfico 8 – Árvores tratadas/pulverizadas e famílias beneficiadas no país (2000-2004).



Fonte: INCAJU, 2011.

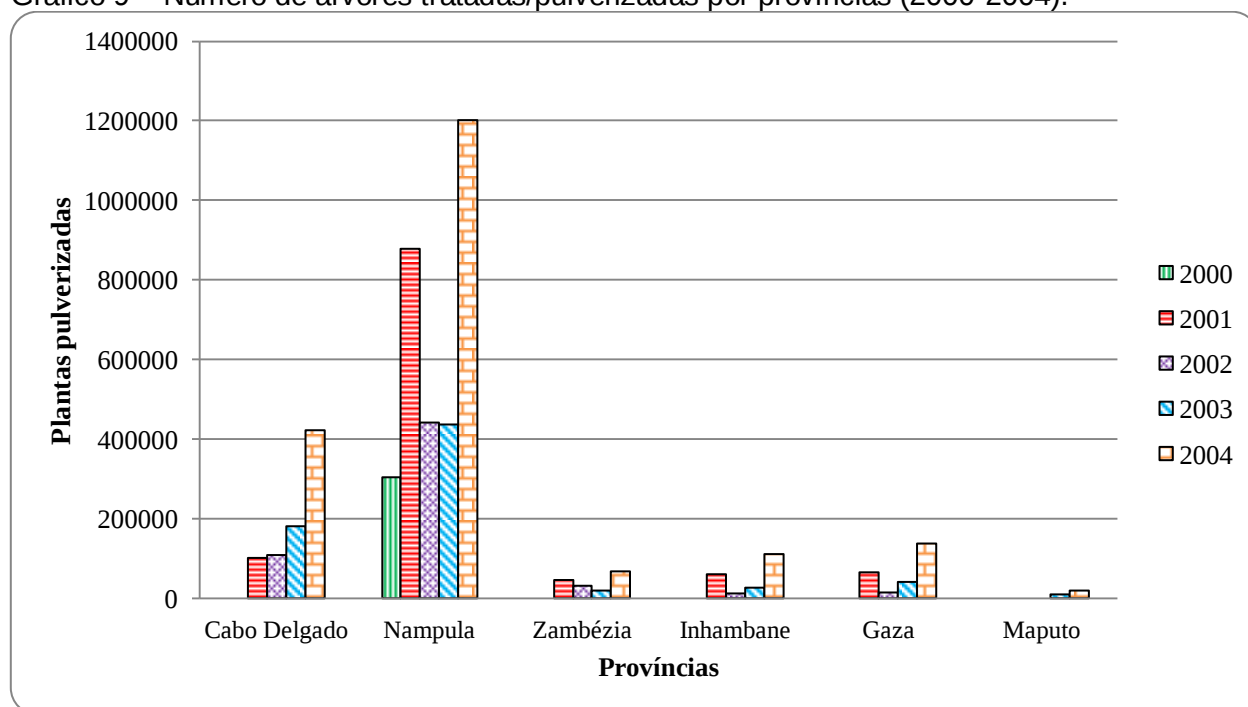
Da leitura dos dados constantes no gráfico 8 observa-se um significativo crescimento tanto no número de árvores tratadas como no número de famílias beneficiadas entre os anos 2000-2004. Ao longo desse período pulverizaram-se no país cerca de 4.731.324 árvores e beneficiados pouco mais de 208 mil AF. O número de árvores tratadas passou de aproximadamente 303 mil em 2000 para perto de 2 milhões de árvores em 2004, representado um aumento em torno de 600%. Com relação ao número de famílias beneficiadas verificou-se que o mesmo passou de aproximadamente 13 mil AF em 2000 para aproximadamente 69 mil famílias em 2004, um aumento em mais de 400% (INCAJU, 2011).

A adoção de vários pacotes de incentivos pelo Governo, junto dos produtores familiares que se constituem nos beneficiários diretos da difusão dessas novas tecnologias, explica os aumentos verificados quer no número de árvores tratadas, quer

⁶² O manejo integrado do cajueiro inclui todas as atividades de limpeza, podas, e/ou tratamento químico e outras práticas culturais (INCAJU, 2011).

na quantidade de famílias beneficiadas e assim a maior adesão dos produtores do setor familiar ao programa. Dentre os incentivos disponibilizados aos produtores do setor familiar, destaca-se a adoção de preços subsidiados na venda de equipamentos e insumos necessários para o tratamento químico; venda de equipamentos e insumos a crédito, com períodos que variavam de 1 a 3 anos conforme se trate de consumíveis ou equipamento, respectivamente; prestação de serviços para o tratamento das árvores dos interessados feito por provedores privados da comunidade, que quase sempre e preferencialmente são também proprietários de cajueiros. Em termos de províncias, observou-se também que o número de árvores quimicamente tratadas cresceu significativamente no período em análise (gráfico 9).

Gráfico 9 – Número de árvores tratadas/pulverizadas por províncias (2000-2004).



Fonte: INCAJU, 2011.

Organização: Frei, 2012.

Conforme os dados constantes no gráfico 9 pode-se observar que existe uma discrepância no número de árvores tratadas tanto por províncias assim como por campanhas e mesmo algumas variações dentro das províncias no decurso de cada campanha. Dentre as províncias, Nampula é a que mais beneficiou do tratamento químico subsidiado pelo Governo ao longo de todas as campanhas. Este fato se

justifica por um lado, pela província ter sido seleccionada na campanha 1999/2000 como província piloto para a divulgação do programa de tratamentos químicos para o controle ao oídio (*Oidium anacardii*), com tratamento de cerca de 300 mil cajueiros (INCAJU, 2011) e, por outro, por se constituir na província que apresenta o maior potencial para a produção de caju e onde também se concentra cerca da metade do volume de castanha produzida e comercializada no país, conforme referenciado.

O programa de tratamento químico de cajueiros, iniciado na campanha 1999/2000, teve uma adesão dos produtores acima das expectativas iniciais, o que se reflete na sua rápida expansão pelas cinco províncias produtoras de caju; efetivamente, das 300 mil árvores tratadas na campanha 1999/2000 em Nampula, abrangendo aproximadamente 13 mil famílias, na campanha seguinte (2000/2001) expandiu-se o programa para as demais províncias e pulverizaram-se cerca de 1.200 mil árvores (quatro vezes mais), envolvendo aproximadamente 52 mil famílias e com utilização de 940 pulverizadores; esse número significou um rendimento de pouco mais de 55 milhões de meticais⁶³ (aproximadamente US\$ 2 milhões) transferidos para os produtores, contra um investimento de cerca de 43 milhões de meticais (cerca de US\$ 1.5 milhões) realizado pelo INCAJU (INCAJU, 2005).

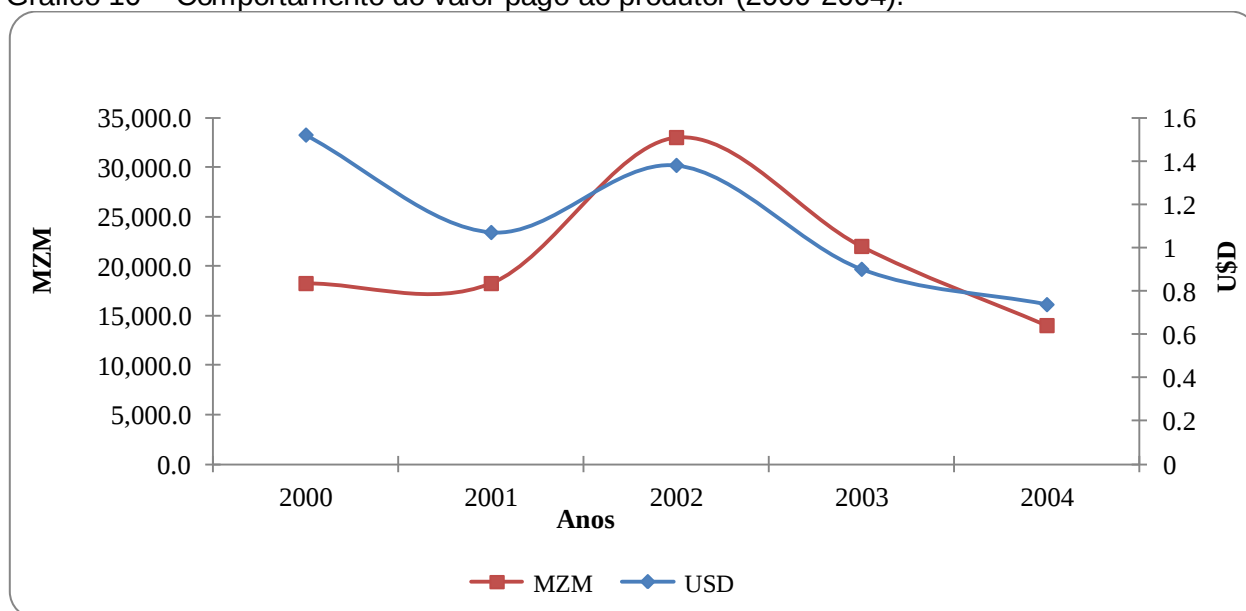
Nas campanhas 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003 foram tratadas cerca de 2,4 milhões de árvores (o que representa aproximadamente 29 mil toneladas de castanha de boa qualidade) e produzidas e distribuídas cerca de 3,0 milhões de mudas de cajueiros enxertados. A forte expansão do programa e o crescendo da pressão dos produtores desejosos de aderir ao programa prende-se com o fato de o mesmo: a) ter provado no terreno a sua viabilidade para o produtor (aumento da produtividade média por árvore de 2-3 kg para 7-10 kg); b) significar, de fato, o aumento da quantidade e

⁶³ Criado a 16 de junho de 1980 por meio da Lei 2/80 de 16 de junho, o Metical é a moeda nacional da República de Moçambique, com curso legal e poder liberatório pleno e ilimitado em todo o território nacional. A designação tem origem numa unidade de peso, que era usada nas transações comerciais em Moçambique no período pré-colonial. Nessa época, um (1) Metical correspondia a 4,83 gramas de ouro em pó e era transportado no interior do cano de uma pena de pato depois de se tapar as extremidades com cera de abelhas. A abreviatura do Metical é “MT”. O centavo é designado abreviadamente por “CT”. O Código do Metical para as transações internacionais, conferido pela Organização Internacional para a Padronização (ISO) é “MZN” 943. Desde a sua criação, o código ISO da moeda nacional era “MZM” 508, tendo sido alterado para “MZN” 943 como resultado da introdução da Nova Família do Metical, a partir de 1 de julho de 2006 (BANCO DE MOÇAMBIQUE, s/d.). No câmbio do dia 01 de fev. de 2013, US\$ 1,00 era cambiado a 30,08 MT.

qualidade da castanha comercializada; c) melhorias bastante perceptíveis na renda obtida pelo produtor e d) ser um programa que, melhorando os rendimentos de todos os intervenientes, tem resultados imediatos e beneficia em primeiro lugar o produtor (INCAJU, 2005).

Em termos de estrutura de custos, esta atividade comporta duas componentes: o serviço prestado pelo provedor e o custo do produto químico. Comumente, o serviço do provedor é tratado como um negócio, pelo que os subsídios ao programa apenas incidem sobre o produto químico e o atomizador (máquina usada para a pulverização dos cajueiros). Inicialmente, o nível de subsídio estava em torno de 60% no ano 2000, reduzindo até à sua eliminação em 2002. Dadas às dificuldades práticas encontradas na implantação do programa, o subsídio concedido ao produtor comportou-se conforme se pode observar no gráfico 10 e na tabela 15.

Gráfico 10 – Comportamento do valor pago ao produtor (2000-2004).



Fonte: INCAJU, 2011.

A comparação entre o nível de subsídio e o índice de aderência dos produtores ao programa, refletido no número de cajueiros tratados, sugere haver uma correlação direta entre estes indicadores. Com efeito, enquanto o aumento de plantas registrado em 2001 (gráfico 9) resulta da expansão geográfica do programa (o nível de subsídio manteve-se). Já nos dois anos seguintes se nota uma considerável diminuição da

aderência dos programas como resposta à diminuição do nível de subsídio, associado à introdução do princípio de pré-pagamento de parte do custo do tratamento, exigência que foi adotada em 2002 para minimizar o risco de não pagamento dos créditos. Em 2004 a grande aderência de produtores envolvidos no programa (gráfico 9), se justifica pelo fato de nesse ano se ter reduzido a percentagem de comparticipação do produtor. Importa notar, entretanto, que o agravamento do custo do tratamento químico no ano 2002 não se deveu apenas à diminuição do subsídio, mas, também à depreciação do Metical face ao Dólar, moeda de referência na aquisição dos produtos químicos para o tratamento do *oídio* (*Oidium anacardii*).

Tabela 15 – Evolução dos custos por planta pagos pelo produtor (2000-2004).

Ano	Paridade (MZM/US\$)	Subsídio ao produtor (%)	Valor pago (MZN)	Valor pago US\$
2000	12,00	60	18,25	1,52
2001	17,00	60	18,25	1,07
2002	24,00	40	33,00	1,38
2003	24,50	50	22,00	0,90
2004	19,00	100	12,00	0,74

Fonte: INCAJU, 2011.

Organização: Frei, 2012.

O Plano Diretor do Caju para 2011-2020 aponta que aproximadamente 116.364 AF beneficiaram em 2010 do programa de tratamento químico de cajueiros contra cerca de 98.690 em 2006 representando um crescimento de cerca de 20% (INCAJU, 2011), o que se deve em grande medida ao aumento significativo do número de árvores tratadas registrado na província de Sofala (460%) e em Gaza (122%). Embora se tenha observado o aumento no número de árvores tratadas nessas províncias, o maior número de famílias que beneficiou do tratamento químico encontra-se baseado na província de Nampula onde mais de metade das famílias produtoras de caju (60%) aderiu ao programa.

Ainda de acordo com o referido Plano Diretor, o número de cajueiros pulverizados cresceu no período 2006-2010 a uma taxa média anual de 15% e o número de produtores envolvidos a uma taxa de 23%. Em 2008 observou-se uma desaceleração no ritmo de crescimento tanto no número de cajueiros pulverizados como no número de produtores que aderiram ao programa, devido principalmente ao

aumento dos preços de combustível necessário para o funcionamento dos atomizadores. Contudo, pode-se dizer que de modo geral, verifica-se um relativo crescimento do número de árvores tratadas no país e principalmente entre as províncias, mas que o número de famílias beneficiadas pelo programa continua reduzido, mostrando, desse modo, a necessidade de uma maior ampliação do programa para o benefício de mais famílias.

Porém, os resultados das pesquisas feitas a cargo do INCAJU, comprovaram a eficácia dos tratamentos a base de produtos químicos (fungicidas) quando combinados com um manejo adequado das árvores (podas e limpezas); pelo que o rendimento médio por árvore tratada passou dos 2-3 kg na campanha 1999/2000 para 12 kg na campanha 2004/2005 (INCAJU, 2011), ou seja, as árvores quando bem tratadas atingem uma produtividade quatro vezes mais em relação à produtividade de uma árvore não tratada.

Chambe (2011) refere que embora haja uma participação do INCAJU com a orientação de quantas vezes por campanha o tratamento químico deve ser feito e a própria provisão do produto químico que chega gratuitamente às famílias (independentemente de pequenos, médios e grandes produtores), é através dos provedores de serviços privados que a atividade de manejo integrado é feita. Assim consoante a capacidade de investimento dos produtores, isto é, aqueles que podem adquirir todos os outros componentes necessários para o tratamento dos cajueiros, passam por um treinamento oferecido pelo INCAJU ou pelas ONG locais no sentido de aprenderem como manuseá-los nos campos de cultivo.

Uma observação que se faz ao programa se relaciona com a questão do produto químico subsidiado. O INCAJU faz a distribuição dos produtos químicos às famílias por via e intermédio do provedor de serviço (também produtor). Constatou-se que o programa beneficia tanto o provedor como as famílias produtoras. Entretanto, a atividade executada pelo provedor é remunerada pelas famílias (às vezes em dinheiro, mas principalmente por meio de uma quantidade de castanha por árvore, previamente acordada) pelo custo de combustível a que este incorre quando efetua as pulverizações. Por esse motivo, fica a percepção de que o provedor é quem mais

benefícios tira do programa, pois, também utiliza o produto químico gratuito no tratamento dos seus cajueiros (CHAMBE, 2011).

Paralelamente, desenvolveram-se outras atividades de manejo como a limpeza dos cajueiros e a introdução da tecnologia de podas fitossanitárias dado que por si só, o tratamento químico não resolve o problema da produtividade e produção. No que se refere à limpeza das árvores, verificou-se que os produtores passaram a manifestar pouco interesse na realização dessa atividade tendo quase que abandonado esta prática que em tempos era comum. Ao que parece, esse fato esteve diretamente ligado à introdução do sistema de tratamento químico das árvores, ao que os produtores passaram a ver nessa nova tecnologia a “chave-única” para o aumento da produção e produtividade.

Como refere Santos (1979) os modos de produção, nesse contexto, expressam um conflito entre o “novo e velho”, e, sua consequente seletividade. Gomes (2010) refere que três elementos fundamentais caracterizam o “novo”: 1) o caráter de ruptura, 2) a imposição do novo e 3) a pretensão de alcançar a totalidade. Assim, o “novo” torna-se sinônimo de legítimo e se impõe no lugar do tradicional ou do antigo, por meio de um mecanismo de ruptura. Conforme esse autor é pela negação daquilo que existia, pela prova de sua inadequação, pelo desvelamento do tradicional, que o novo se afirma.

Desse modo, visando reverter à situação o INCAJU empenhou-se na realização de trabalhos de sensibilização junto aos produtores e ainda foi imposta como uma das condições para que fosse efetuado o tratamento químico das árvores que as mesmas estivessem limpas. A tabela 16 apresenta a dinâmica das atividades de limpeza de cajueiros por províncias entre as campanhas 2003/2004 - 2005/2006.

Tabela 16 – Limpeza de cajueiros por província, (2003-2005).

Províncias	Campanha/número de árvores		
	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Total	1.386.929	2.281.005	3.420.662
Nampula	680.745	1.210.537	2.030.886
Cabo Delgado	431.228	6.23.339	809.233
Zambézia	156.988	195.000	273.598
Inhambane	53.602	60.305	84.429
Gaza	47.346	166.700	184.000
Maputo	17.020	25.124	38.516

Fonte: INCAJU, 2011.

A realização das podas fitossanitárias obedeceu ao princípio geral de introdução de qualquer tecnologia, tendo assim passado pela fase de demonstração, adoção dos meios inovados e início de uma gradual expansão. Embora cientificamente esteja provada como uma prática benéfica para o controle de pragas e doenças e que potencializa o efeito dos tratamentos químicos, os seus resultados não são imediatamente visíveis. Por outro lado, a disponibilidade de mão-de-obra tem sido uma limitante, pois o período das podas é conflitante com o de outras operações culturais nas culturas alimentares. Dados sobre a aplicação desta tecnologia foram sistematizados a partir de 2003 e o comportamento foi conforme se ilustra na tabela 17.

Tabela 17 – Podas fitossanitárias realizadas (2003-2005).

Províncias	Campanhas/número de árvores		
	2003	2004	2005
Total	53.962	160.496	471.927
Nampula	21.223	75.793	114.620
Cabo Delgado	S/i	S/i	204.009
Zambézia	S/i	39.563	68.478
Inhambane	26.564	11.415	51.191
Gaza	6.175	28.700	24.000
Maputo	S/i	5.025	9.629

Fonte: INCAJU, 2011.

Notas: S/i Sem informação

Não obstante os resultados satisfatórios alcançados nesta componente, o programa depara-se com vários obstáculos que limitam a sua plena materialização. A

dificuldade de expansão do Programa, como resultado da fraca capacidade financeira do Estado, agravado pelo baixo índice de recuperação dos créditos junto dos produtores; a fraca capacidade local de assistência técnica ao equipamento, aliada ao fato de muitos dos pequenos produtores ainda não dominarem o conceito de manejo integrado, levando a que muitos deles olhem para os tratamentos químicos como única solução para o incremento da produção, olvidando os demais procedimentos tais como as podas, limpezas, entre outras práticas culturais; figuram como fatores que entravam o sucesso do Programa.

O preço da castanha pago ao produtor que continua a refletir uma relação de desigualdade nos termos de troca entre a agricultura e o comércio, onde os índices de crescimento ou depreciação dos preços de exportação não se refletem na mesma proporção ao nível do produtor; estando este sempre em desvantagem, constitui um fator não menos importante que limita o sucesso das ações do Estado voltadas para o incremento da produtividade e produção da castanha.

Por outro lado, apesar dos esforços realizados visando reduzir o custo dos tratamentos químicos, por meio da introdução de produtos relativamente menos caros, com particular destaque para os genéricos, o custo dos produtos químicos continua a ser um entrave para a massificação do Programa. Do mesmo modo, a fraca colaboração de outros atores envolvidos no processo que preferem prestar mais atenção à comercialização a desfavor de todas as fases precedentes a esta, constitui igualmente um constrangimento de relevo. Com efeito, no passado, os comerciantes rurais participavam de formas diversas, em ações de fomento do caju, o que não acontece no presente onde os comerciantes ficam à espera da época de comercialização e como se não bastasse remuneram mal o esforço do produtor.

Contudo, e conforme aponta o INCAJU (2011) as atividades ligadas ao tratamento químico dos cajueiros geram novas dinâmicas sociais, sobretudo nas regiões produtoras, por meio da promoção de autoemprego no meio rural (como provedores de serviços, mecânicos e operadores). O fato de os tratamentos químicos serem implantados por meio de “privados”, permite que sejam criados micro empreendimentos de propriedade individual e que garantem emprego durante pelo menos quatro meses por ano a um número considerável de indivíduos, geralmente os

provedores de serviços que são os proprietários das máquinas e que como princípio contratam um ou mais operadores que fazem o trabalho de aplicação do produto. Para além destes dois grupos existem também mecânicos formados especificamente para dar resposta às avarias que vão ocorrendo com os atomizadores. Ademais, tem aumentado o volume de negócios dos *gasolineiros*⁶⁴ locais em virtude das enormes quantidades de combustíveis requeridas pelos provedores. A tabela 18 dá uma visão do universo de pessoas envolvidas nas três categorias referenciadas.

Tabela 18 – Número de autoempregos gerados com o tratamento químico de cajueiro no país (2000-2004).

Categorias	Número de Beneficiários (país)
Total	4.509
Provedores	2.146
Operadores	2.300
Mecânicos	63

Fonte: INCAJU, 2011.

3.3.1.2 Renovação do parque cajuícola e a organização espacial da produção

Corrêa (2003) ao firmar a lógica do trabalho, entende que a organização espacial, representada pelo conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos na superfície terrestre, não é somente um reflexo do trabalho humano. Enquanto reflexo passa a ser um meio de vida no presente (produção) e uma condição para o futuro da sociedade (reprodução social). Para esse autor:

A organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social. [...] É através do estabelecimento de um processo produtivo da sociedade, da forma como esta organiza os meios de produção, determina a produção e a transformação do espaço, que o mesmo é produzido e reproduzido. Ou seja, o espaço constitui-se no palco para as diferentes atividades humanas, de acordo com seus distintos interesses (CORRÊA, 2003, p. 54-67).

⁶⁴ Pessoas que se dedicam a venda de combustíveis, principalmente no meio rural.

Moro (1990) refere que a organização do espaço envolve o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais. Para esse autor, o homem organiza e/ou reorganiza o espaço para nele introduzir as estruturas técnicas, administrativas, econômicas que facilitam o seu desenvolvimento pessoal e coletivo. A esse respeito Moreira (1996, p. 35) aponta que:

O arranjo do espaço geográfico exprime o “modo de socialização” da natureza. Tal o modo de produção, tal será o espaço geográfico. O processo de socialização da natureza pelo trabalho social, [...] implica uma estrutura de relações sob determinação do social. Pode-se dizer, então, que o arranjo espacial é produto da articulação das forças produtivas com as relações de produção por meio da socialização da natureza.

Na perspectiva de Santos (1996) é importante colocar que cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço. Essa ordem espaço-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção. Desse modo, destaca-se, então, que o espaço geográfico pode ser visto como produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnico-cultural. Por consequência, apresenta em cada momento histórico as características da sociedade que o produz e/ou reproduz.

Porque a dinâmica é constante no processo evolutivo das sociedades, isso por si só, acarreta transformações profundas, originando novas formas e fazendo com que velhas formas assumam novas funções. Nesse sentido, a análise da organização espacial, no atual período “técnico-científico informacional”, é complexa. A inserção da técnica, de forma diferenciada no espaço, é responsável por resultados distintos, uma vez que a mesma reflete as distintas formações socioespaciais. As transformações no processo produtivo, representadas pelo uso de tecnologias modernas, do capital, inserção de novos cultivos e mudanças nas relações de trabalho, influenciam na organização e reorganização do espaço rural.

No âmbito da organização espacial do processo produtivo do caju em Moçambique, verifica-se que a área plantada com caju tem vindo a expandir-se significativamente no quadro das regiões produtoras, quer pela agregação de novas áreas, quer pelo adensamento dos plantios em áreas onde a cultura já é praticada há anos, ao mesmo tempo em que se busca constituir espacialmente plantações ordenadas de cajueiros, baseadas nas modernas técnicas de produção adotadas pelo setor.

Em nível nacional verifica-se um avanço da fronteira agrícola do fruto em direção as demais regiões do país, com destaque para as províncias de Cabo Delgado ao Norte, Zambézia, Manica e Sofala ao Centro e Gaza ao Sul do país, desconcentrando desse modo o cultivo do caju historicamente concentrado no litoral da região Norte de Moçambique. Mas mesmo com essa dispersão e/ou expansão da produção para outras regiões, o Norte do país e particularmente a província de Nampula, continua sendo o maior centro de produção de castanha de caju em Moçambique concentrando em média cerca de 50% do total da castanha produzida e comercializada no país, conforme se pode visualizar na tabela 19.

Tabela 19 – Evolução da produção nacional de caju (2007-2011).

Províncias	Campanhas (produção em toneladas)				
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Total Geral	94.313	64.150	96.557	112.753	60.229
Cabo Delgado	9.005	8.093	9.660	10.847	11.153
Nampula	46.123	28.877	49.752	54.915	36.974
Zambézia	12.138	3.212	10.843	11.686	2.525
Total Região Norte	67.266	40.182	70.255	77.448	50.652
Manica	6.720	6.038	3.753	4.693	902
Sofala	5.372	1.607	2.985	5.402	1.009
Total Região Centro	12.092	7.645	6.738	10.095	1.911
Inhambane	8.560	8.432	10.510	11.664	3.061
Gaza	6.324	7.778	8.850	13.507	4.567
Maputo	71	113	204	39	38
Total Região Sul	14.955	16.323	19.564	2.5210	7.666

Fonte: INCAJU, 2012.

Da leitura da tabela 19 pode-se compreender que existem enormes diferenças no volume de castanha produzida entre as principais regiões do país. Com efeito,

observa-se que a região Norte concentrou ao longo das campanhas 2007/2008 a 2011/2012 mais de metade da castanha produzida no país (71%), seguida da região Sul (20%) e Centro (9%). Ao que parece, esses resultados estão relacionadas com as diferenças existentes no nível do potencial produtivo quer entre as regiões, quer entre as províncias conduzindo a diferenciações tanto na intensidade como na forma de atuação das políticas públicas, conforme discutido, e consequentemente nas formas de organização do espaço. Ao mesmo tempo, observa-se também que a produção tende a ganhar importância noutras províncias (Manica e Sofala, na região Centro) que historicamente não são tradicionais nessa cultura.

Tendo em conta essas diferenças, principalmente em termos de quantidade de cajueiros, a densidade populacional (tida aqui como fator que condiciona a facilidade de disseminação de tecnologias), a disponibilidade de infraestrutura para multiplicação de mudas, a qualidade das mudas multiplicadas bem como a existência de serviços de apoio e extensão, verificam-se diferenças espaciais nas formas de intervenção do Governo, sendo que os esforços voltados às ações de produção se concentram nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane e Gaza por apresentarem condições relativas que favorecem a implantação das políticas adotadas pelo INCAJU; enquanto que todas as outras províncias constantes da tabela 19 beneficiam do programa de plantio de novos cajueiros geneticamente modificados. Desse modo, pode-se então compreender a influência que a ação desempenhada pelo Estado exerce sobre a (re)organização do espaço produtivo. A esse respeito, Santos (1996, p. 179-184) escreve que:

Os papéis do Estado são também devidos às novas necessidades, às quais a maioria dos indivíduos não poderia isoladamente responder, como as ligadas ao tamanho tecnológico dos instrumentos de trabalho, de comunicação, ou de informação [...]. A escolha pelo poder da forma de satisfação das necessidades coletivas constitui um elemento de reorganização espacial; quer dizer que cada opção realizada pelo Estado em matéria de investimento, mesmo improdutivo, atribui a um determinado lugar uma vantagem que modifica imediatamente os dados da organização do espaço. Assim, se tomamos os problemas do ponto de vista das relações internacionais ou se levamos em consideração os problemas da vida cotidiana do mais modesto cidadão, o Estado aparece como um fator por excelência de elaboração do espaço e deve, pois, ser considerado como o elemento fundamental de seu estudo,

mesmo se a ação do estudo, quanto a reformulação do espaço, é marcada por contingências e por limitações.

Esse autor refere ainda que:

[...] a ação do Estado ou o que o Estado transmite pode ser encarada segundo duas hipóteses: 1) essa ação cria diretamente novas rugosidades ou contribui para reforçar os caracteres da rugosidade já existente, mesmo que isso implique uma mudança de sua natureza, 2) ou a ação do Estado se faz pouco sobre a variação de certos fluxos e se cria novas rugosidades o faz apenas de forma indireta e a *posterior* [...]. Seria preciso examinar o resultado da ação realizada pelo Estado em um subespaço, como consequência da existência de forças internas que neste subespaço impõem certa orientação à atividade do poder. Dentre estas forças citaremos, a população tomada como um todo, a importância da população concentrada, etc. [...]. A análise não seria completa se não contássemos com a possibilidade de separar o que depende da vontade do Estado, quer dizer, o que constitui uma ação consciente da equipe no poder e o que não depende desta vontade, quer dizer, tudo o que pode ser realizado fora dela [...] (SANTOS, 1996, p. 184-186).

Assim, comparando os dados das duas últimas safras constantes da tabela 19, pode-se dizer que Cabo Delgado produziu/comercializou na safra 2011/2012 menos 3% que na safra anterior, Nampula produziu menos 33%, Zambézia menos 79%, Manica menos 81%, Sofala menos 81%, Inhambane menos 78,7%, Gaza menos 66,18%. Desse quadro, pode se deduzir que as províncias que tiveram pior desempenho foram as de Zambézia, Manica, Sofala e Gaza. Segundo o INCAJU (2012) vários fatores são apontados como sendo a causa do fraco desempenho com destaque para fatores de natureza fisiológica (o caráter cíclico da produção do cajueiro), fatores de mercado (baixos preços praticados no mercado internacional), fatores de natureza climática (alteração nos índices de umidade, precipitação, temperatura e ciclones) e fatores de natureza biótica (pragas e doenças).

a) Produção e distribuição de mudas de cajueiros

A introdução de novos plantios usando material vegetativo melhorado é vista pelo INCAJU como alternativa estrategicamente importante para a reposição e expansão do parque cajuícola nacional. Para o INCAJU, a necessidade de implantação

nas áreas de cultivo das novas variedades de mudas produzidas prende-se com o fato de as mesmas apresentarem níveis altos de produtividade e de qualidade de castanha produzida, bem como de serem tolerantes a pragas e doenças e por necessitarem de pouco tempo (em média 2 anos) para que comecem a produzir, quando comparadas com o cajueiro comum.

Dada a importância estratégica que esta componente assume para a revitalização do parque cajuícola nacional e na perspectiva de lhe conferir um maior dinamismo, foi criado pelo INCAJU em 2009, o Programa de Intensificação de Produção e Distribuição de Mudas (IPDM). Esse programa que se enquadra nas linhas orientadoras do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), responde aos objetivos da Estratégia da Revolução Verde (ERV) e está alinhado com a Política Agrária e Estratégia de Implantação (PAEI). O seu objetivo é intensificar a produção de mudas para a expansão do parque cajuícola do país visando incrementar a produção, produtividade e a qualidade da castanha.

Nesse âmbito, o programa tem focalizado as suas atividades no incremento da capacidade de produção e plantio de mudas de cajueiro com elevado potencial produtivo; expansão dos jardins clonais⁶⁵ para responder às necessidades em material de propagação; construção e melhoramento da capacidade de gestão dos viveiros e jardins clonais; fortalecimento e melhoramento da capacidade de distribuição de mudas produzidas; aumento das explorações familiares com cajueiros de alto potencial produtivo e melhoramento dos sistemas de produção de mudas através de introdução de novas tecnologias (INCAJU, 2009).

⁶⁵ Clone é definido como sendo um grupo de plantas com as mesmas características genéticas em razão de serem originadas, por multiplicação assexuada, de um mesmo genótipo (indivíduo), ou seja, de um mesmo ancestral. Significa dizer que, teoricamente, as plantas de um clone, quando não modificadas pelo ambiente, possuem as mesmas características, desde o potencial de sobrevivência até a capacidade produtiva. Portanto, jardins clonais são pomares formados por um ou vários grupos de plantas clonadas, cuja finalidade é a produção de propágulos para formação de mudas de qualidade, destinadas à implantação de pomares e viveiros comerciais. Em outras palavras, são pomares de matrizes selecionadas e clonadas com um objetivo específico de produção de mudas. A vantagem desse tipo de pomar está no fato de que, enquanto uma única matriz fornece uma quantidade limitada de propágulos, os jardins clonais possibilitam a oferta de uma quantidade infinitamente maior de materiais propagativos geneticamente idênticos. Em decorrência, exercem um papel fundamental nos sistemas produtivos que incorporam tecnologia em busca da autosustentabilidade (CAVALCANTI JÚNIOR, 2000).

Contudo, durante a pesquisa de campo apurou-se que a quantidade de mudas produzidas encontra-se abaixo do planificado na maior parte das principais províncias produtoras. A título de exemplo, a província de Nampula que concentra aproximadamente de 50% do parque cajuícola nacional, estimado em cerca de 38 milhões de árvores (CAP, 2009-2010), havia planificado na campanha 2007/2008 a produção de cerca de 700 mil mudas enxertadas, tendo o resultado alcançado a produção de cerca de 550 mil mudas (DPA, 2008), representando 79% da meta da província, ao mesmo tempo em que apenas cerca de 198 mil mudas, ou seja, aproximadamente 36% das mudas produzidas é que foram efetivamente distribuídas aos produtores.

Em Angoche, não foi possível obter dados com relação a quantidade de mudas distribuídas e o que efetivamente é transplantado nos campos de cultivo. Contudo, foi possível constatar que o número de mudas distribuídas é muito inferior a quantidade de mudas produzidas, devido principalmente, conforme apontou um dos entrevistados, ao sistema deficiente de rega que tira a qualidade das mudas, ainda nos viveiros de produção, ao ineficiente sistema de transporte para a distribuição das mudas e as longas distâncias que separam os produtores dos viveiros de multiplicação. Do mesmo modo, constatou-se também que mesmo as mudas que chegam aos produtores, nem todas são efetivamente plantadas, nalgumas vezes devido à negligência dos próprios produtores que se traduz na falta de cuidados com as mudas, noutras vezes, ao que parece ser a hipótese mais provável, devido às dificuldades enfrentadas pelo INCAJU em termos de fazer chegar às plantas no momento certo para o transplante, combinado com a escassez das chuvas.

Com efeito, o INCAJU local conta apenas com uma única viatura para o processo de distribuição de mudas. Ao que parece, esta situação verifica-se um pouco por todas as principais regiões produtoras do país. As fotografias que se seguem foram captadas no decurso do trabalho de campo em Angoche e procuram ilustrar a problemática das atividades ligadas ao processo de produção e distribuição de mudas nos viveiros de multiplicação.

Figura 1 – Problemas com o processo de produção e distribuição de mudas no distrito de Angoche.



Fonte: Frei, 2012.

Não obstante, o INCAJU identificou e disponibilizou para plantação nas áreas de cultivo quatro novos clones de cajueiros de qualidade certificada e que correspondem aos indicadores estabelecidos. Estes clones servem de fonte de material para propagação ao nível do produtor. Trata-se dos “Cashew clone 11.7 PA, Cashew clone 7.10 PA, Cashew clone 5.12 PA e Cashew clone 4.1 AD”, todos identificados e selecionados no Centro de Investigação de Nassuruma, na Província de Nampula. A tabela 20 apresenta com detalhes as características destes clones.

Tabela 20– Clones identificados no Centro de Investigação de Nassuruma-Nampula.

Clone	Peso médio da castanha	Número de castanhas por/kg	% de amêndoa	Tipo de amêndoa	Tolerância a doenças
11.7 PA	11 g	90.8	30.2	W 210	Parcial
7.10 PA	6.7 g	150.4	31.4	W 210	Parcial
5.12 PA	7.7 g	129.9	29.2	W 240	Boa
4.1 AD	6.8 g	147.5	28.7	W 240	Parcial

Fonte: INCAJU, 2008.

Ainda de acordo com o INCAJU (2011) instalaram-se no período 2000-2005 cerca de 90 jardins clonais distribuídos pelas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo. Ao longo do mesmo período produziram-se cerca de 4.430 mil mudas, sendo que a contribuição do setor público foi de 60% e os restantes 40% de outros parceiros como ONGs, projetos, privados e associações de produtores. De igual modo, plantaram-se perto de 10 mil novos cajueiros para a extração de (garfos), conforme se apresenta na tabela 21.

Tabela 21– Número de Jardins clonais implantados (2000-2005).

Província	Número de jardins	Área (ha)	Número de árvores
Total	90	293	9.703
Cabo Delgado	2	12	828
Nampula	41	82	3.382
Zambézia	35	52	3.588
Inhambane	2	7	314
Gaza	5	12	1.383
Maputo	5	5	208

Fonte: INCAJU, 2008.

Conforme se pode observar na tabela 21 a maior contribuição tanto em termos de número de jardins clonais como em termos de área para sua implantação bem como na quantidade de árvores plantadas vem das províncias de Nampula e Zambézia, o que mostra a tendência crescente de desconcentração da produção de caju a partir do Norte do país caminhando em direção às províncias da região Centro e Sul de Moçambique. No caso da Zambézia a contribuição nesta área é quase que na totalidade garantida pelas ONGs que operam na província. De acordo com a mesma fonte, na maioria das zonas agroecológicas foram implantados 31 viveiros públicos, 198

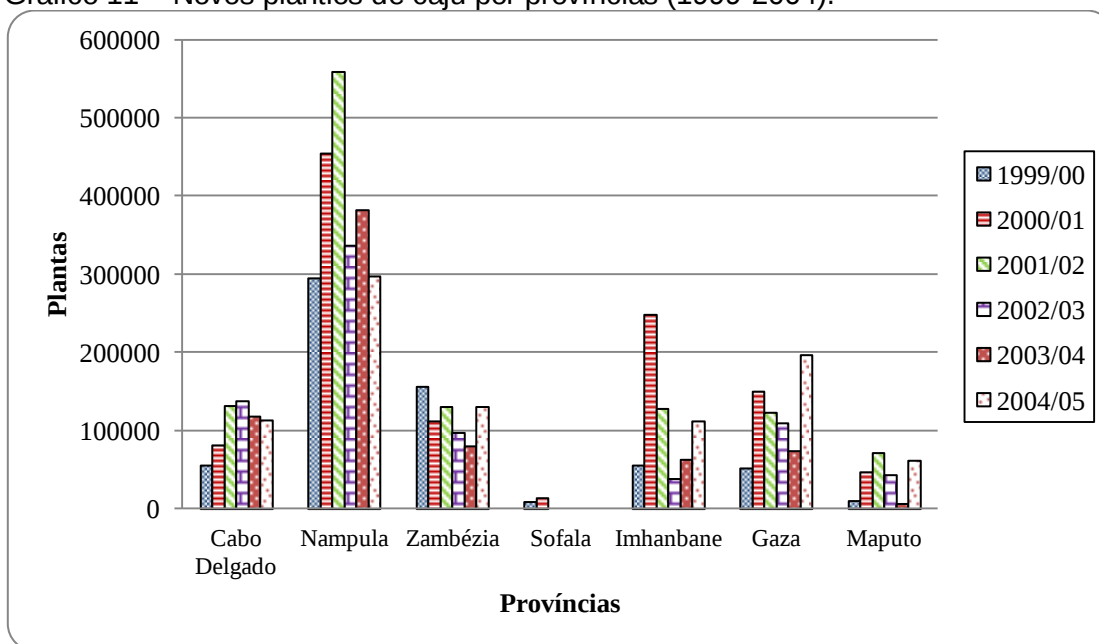
viveiros comunitários e 26 privados. Contudo, a sustentabilidade dos viveiros privados tem sido questionada devido à competitividade que o Estado fornece com mudas altamente subsidiadas (INCAJU, 2011).

b) Novos plantios

As novas plantações usando material vegetativo melhorado, constituem uma das formas que se apresentam para a recuperação dos índices de produção da castanha de caju a médio e longo prazo, em oposição ao manejo integrado que constitui uma medida de curto prazo. Embora os novos plantios sejam a única alternativa sustentável, considera-se que os níveis de intervenção continuam baixos, o que é determinado pela inexistência de material para propagação de qualidade comprovada.

A ação do Governo visando à efetivação de novos plantios e assim a revitalização e/ou renovação do parque cajuícola nacional está baseada em diversas estratégias, com destaque para a adoção de pacotes de incentivos para interessar os produtores e motivar a sua aderência ao programa, por meio de aplicação de preços subsidiados na venda de mudas, sendo que atualmente essa atividade é totalmente gratuita, dado que mesmo com os preços subsidiados, as famílias camponesas não adquiriam as mudas em virtude de suas dificuldades financeiras. Por outro lado, o Governo garante de forma gratuita tanto a assistência técnica das árvores como o transporte das plantas para o campo do produtor. O gráfico 11 ilustra a dinâmica dos novos plantios nas principais províncias produtoras.

Gráfico 11 – Novos plantios de caju por províncias (1999-2004).



Fonte: INCAJU, 2011.

Organização: Frei, 2012.

Da leitura do gráfico 11 é notável uma acentuada desaceleração em termos de quantidade de árvores plantadas nas últimas duas campanhas, comportamento que contrasta com a tendência crescente das três primeiras campanhas do período em análise. Este abrandamento se justifica, não somente pela procura de mudas, mas também pela necessidade de adequar a produção de mudas às reais capacidades do INCAJU em termos de distribuição, assistência técnica e monitoria de todo o processo até que a muda se transforme em planta no campo do produtor; evitando, deste modo, as elevadas taxas de mortalidade verificadas ora nos viveiros por não terem sido distribuídas, ora nos campos dos produtores por falta de assistência. Conforme referenciado, as novas plantações de cajueiros usando material vegetativo tendem a ser intensivas, em termos de área de cultivo, dado o carácter tecnológico a que estão associadas. A tabela 22 mostra a área plantada com novos cajueiros pelo setor familiar no período 2000-2005.

Tabela 22 – Área plantada com novos cajueiros pelo setor familiar (2000-2005).

Províncias	Campanhas (1999-2005)					
	Área plantada com novos cajueiros (ha)					
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Total	14.395	25.142	26.011	17.367	16.415	20.742
Cabo Delgado	1.252	1.844	2.999	3.140	2.683	2.574
Nampula	6.718	10.323	12.705	7.646	8.675	6.766
Zambézia	3.557	2.542	2.954	2.221	1.818	2.977
Sofala	192	307	0	0	0	0
Inhambane	1.274	5.647	2.912	882	1.420	2.548
Gaza	1.181	3.411	2.805	2.489	1.683	4.477
Maputo	221	1.068	1.636	989	136	1.400

Fonte: INCAJU, 2011.

Organização: Frei, 2012.

Com relação aos dados constantes na tabela 22 importa salientar que o cálculo da área plantada com novos cajueiros pelo setor familiar foi feito tomando em consideração o total de novos cajueiros plantados por província, no decurso de cada campanha agrícola e divididos pelo atual número de cajueiros permitidos em um hectare, no compasso recomendado de 15m x 15m que corresponde a 44 cajueiros, não podendo por isso serem concebidos como dados oficiais. Assim, considerando que os cajueiros plantados encontram-se ordenados, obedecendo ao compasso de 15m x 15m, a área total plantada com novos cajueiros no país seria no período em análise de cerca de 120 mil hectares, com perto da metade (44%) concentrados na província de Nampula.

Ainda da leitura da tabela 22 pode-se observar que a área plantada com novos cajueiros teve uma tendência crescente ao longo das três primeiras campanhas, registrando uma diminuição nas duas penúltimas campanhas. Esta diminuição na área plantada com novos cajueiros esteve ligada à dificuldade institucional e logística do INCAJU no processo de distribuição das mudas ao produtor. De modo geral, pode-se dizer que embora a produção de caju esteja concentrada nos produtores familiares, as novas plantações de cajueiros estão demandando novos espaços para o cultivo do caju o que se justifica tanto pelo interesse nas novas técnicas de produção e pela tendência de otimização e expansão da área para o cultivo de caju por parte das famílias camponesas, como pelo aparecimento de novos atores, sobretudo “privados”

interessados no negócio do caju com a recuperação e/ou introdução de plantações comerciais ou pelo menos ordenadas de cajueiros.

As plantações comerciais se constituem enquanto alternativa de produção mais eficiente para a revitalização do setor cajuícola moçambicano, dado que a produção de castanha de caju, dominada pelo setor familiar, em plantações com menos de 100 árvores em média, e em consorciação com culturas alimentares, com níveis de produtividade bastante baixos, em que a dimensão das plantações é em si um constrangimento à aplicação de técnicas e tecnologias de produção intensivas, a introdução de espécies de cajueiros mais produtivos e com níveis elevados de produtividade, como é o cajueiro anão, pelo tipo de cuidados agrotécnicos necessários não se adequa às especificidades do setor familiar.

Por outro lado, a escassez de mão-de-obra, principalmente nas fases de limpeza, podas fitossanitárias e colheitas condiciona a expansão e intensificação das atividades e, mais importante ainda, o custo de oportunidade de uso dessa mão-de-obra no cultivo do caju é conflitante com o seu emprego alternativo em culturas alimentares, de que depende a subsistência das famílias rurais. Desse modo, a agricultura comercial do caju constitui, assim, uma alternativa que deve ser incentivada e apoiada, pois permite a introdução de tecnologias mais intensivas e com resultados em curto prazo. As plantações comerciais atualmente existentes têm áreas que variam entre 11 a 1000 ha (INCAJU, 2008) e a sua distribuição pelo país é conforme se apresenta na tabela 23.

Tabela 23 – Novas plantações comerciais por províncias (1999-2004).

Província	Número de plantas	Área (ha)
Total	223.614	2.736
Nampula	25.900	598
Cabo Delgado	163.500	1.635
Zambézia	12.000	273
Inhambane	9.800	50
Gaza	12.414	180
Maputo	0	0

Fonte: INCAJU, 2008.

Organização: Frei, 2012.

Da leitura da tabela 23 pode-se observar uma maior concentração de plantações comerciais de cajueiros na província de Cabo Delgado implantadas entre 1999 a 2005. Esse dado, explica, por um lado, a tendência de desconcentração da produção para outras regiões do país e, por outro, a sintomática territorialização da produção cajuícola nacional.

Da análise da literatura revista, foi possível compreender que a adoção de pacotes de incentivos (sucintamente analisados em itens anteriores), que o Governo tem vindo a disponibilizar para os atores do caju e o crescente mercado externo da castanha e seus derivados, estão na origem dessas plantações comerciais em Moçambique. No entanto, porque o capital monopolista, ao se expandir no campo, cria e recria estratégias em busca da apropriação da renda e do lucro (OLIVEIRA, 1996), torna-se importante lembrar que a Lei de Terras em Moçambique, como será visto minuciosamente na segunda parte desse trabalho, estabelece que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada. Assim, as áreas ocupadas por essas plantações, constituem mais um incentivo, sobretudo dos governos locais, sendo que as empresas adquirem apenas o direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT).

Mesmo na situação da propriedade estatal da terra, há que lembrar as análises feitas por Oliveira (1987) segundo as quais a renda da terra sob o modo capitalista de produção não resulta apenas da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade (*renda absoluta*), ou seja, do fato de a propriedade da terra ser monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir; mas também, resulta do carácter capitalista da produção (*renda diferencial*). Desse quadro, é possível então compreender que mesmo no contexto da propriedade estatal da terra, essas empresas comerciais ao se implantar no espaço onde se encontram, geram também um tipo de renda da terra, ou seja, a renda diferencial. Do mesmo modo, é possível avançar com a hipótese de que a médio e/ou longo prazo, assistir-se-á a uma maior concentração de terras por essas empresas, “expropriando” ou não as terras das famílias camponesas locais. Nesse sentido, e na opinião desse trabalho, o ideal seria potenciar a produção tipicamente familiar do caju para uma produção comercial familiar.

3.3.2 Espacialização das explorações agrícolas com caju e do parque cajuícola nacional

Conforme dados do Censo Agropecuário 2009-2010 o número de explorações agrícolas com caju em Moçambique era em 2010 de cerca de 1.380.269 explorações entre pequenas, médias e grandes (INE, 2011). Entretanto, o setor de caju em Moçambique é dominado pelas pequenas explorações agrícolas que representam aproximadamente 99,5% das explorações com caju existentes no país, sendo as médias e grandes explorações praticamente inexistentes⁶⁶. O número de explorações agrícolas com caju difere de província para província, conforme se pode observar na tabela 24.

Tabela 24 – Número de explorações com cajueiros por província segundo o tipo de exploração, 2010.

Províncias	Número de explorações			
	Pequenas	Médias	Grandes	Total
	1.372.646	7.451	172	1.380.269
Niassa	13.056	70	0	13.126
Cabo Delgado	107.839	270	5	108.114
Nampula	411.545	657	25	412.227
Zambézia	304.772	285	7	305.064
Tete	1.613	76	0	1.689
Manica	29.632	230	4	29.866
Sofala	85.878	831	29	86.738
Inhambane	219.338	1.767	45	221.150
Gaza	131.507	2.039	35	133.581
Maputo	56.277	940	17	57.234
Cidade de Maputo	11.189	286	5	11.480

Fonte: INE, 2011.

Da leitura da tabela 24 observa-se que existem diferenciações espaciais tanto em termos de número como do tipo de explorações agrícolas com caju entre as províncias. Desse modo, constata-se que o maior número das pequenas explorações agrícolas com caju se concentra nas províncias de Nampula e Zambézia que são ao mesmo tempo as duas províncias mais populosas do país. Essas províncias concentram mais de metade (52%) das pequenas explorações com caju no país, sendo Nampula com 30% e Zambézia com 22%. Em contrapartida, embora sejam poucas

⁶⁶ Ver no ponto 5.2 desse trabalho, o conceito de pequena, média e grande exploração.

numericamente, observa-se que o maior número das médias e grandes explorações com caju no país, se concentra nas províncias localizadas a Sul (Inhambane, Gaza e Maputo) que são ao mesmo tempo as províncias menos populosas de Moçambique depois da província de Niassa, ao Norte e Maputo cidade, ao Sul.

Pela análise desses dados, pode-se compreender que existe uma relação entre o tamanho da população e o tipo de exploração agrícola que caracterizam as principais regiões produtoras do país. Desse modo, é possível deduzir que na região Sul do país os AF têm maior disponibilidade de terra para o cultivo do caju em relação às famílias rurais do Norte e Centro, onde devido à elevada concentração da população se verifica igualmente uma maior pressão sobre a terra.

Por outro lado, ainda que de forma hipotética, pode-se timidamente afirmar que as assimetrias que se observam no nível de desenvolvimento socioeconômico entre o Centro e o Norte em comparação com a região Sul do país, podem também estar na origem desse resultado, dado que grande maioria dos AF da região Sul está ligada a um processo histórico de acumulação de riqueza, principalmente por meio do trabalho remunerado nas minas da vizinha RAS, o que lhes permite(iu) investir em atividades voltadas para o negócio da castanha.

Com relação ao número de árvores de cajueiros disponíveis por províncias, observa-se que Nampula e Cabo Delgado ao Norte, Zambézia ao Centro e Inhambane ao Sul do país, são as províncias que concentram o maior número de cajueiros, conforme se pode ver na tabela 25.

Tabela 25 – Número de árvores de cajueiro por províncias, segundo o tipo de exploração, 2010.

Províncias	Número de árvores/tipo de exploração			
	Pequenas	Médias	Grandes	Total
	37.553.108	488.215	149.993	38.191.316
Niassa	30.079	126	0	30.205
Cabo Delgado	4.672.863	99.945	12.654	4.785.462
Nampula	15.359.183	112.028	66.177	15.537.388
Zambézia	3.222.435	11.241	8.662	3.242.338
Tete	3.751	388	2	4.141
Manica	1.240.605	7.949	811	1.249.365
Sofala	1.272.511	29.839	6.900	1.309.250
Inhambane	8.431.773	135.188	31.349	8.598.310
Gaza	2.846.968	65.197	23.140	2.935.305
Maputo	387.203	18.785	257	406.255
Cidade de Maputo	85.737	7.529	31	93.297

Fonte: INE, 2011.

As diferenças em termos do número de árvores de cajueiros que se observam na tabela 25 estão ligadas à combinação de vários fatores. Por um lado, durante a época colonial o Governo português incentivou o cultivo de caju nas regiões de alta concentração populacional e de condições edafo-climáticas favoráveis ao crescimento da planta, quer em termos de criação de infraestruturas necessárias ao processo produtivo, quer por meio da implantação de unidades de processamento da castanha *in natura*, fato que também explica a maior concentração do parque cajuícola nacional na província de Nampula.

Por outro lado, e mesmo até hoje, observou-se que depois da independência do país o então Governo continuou a potenciar as regiões de grande concentração de produção da castanha herdadas do período colonial; principalmente em termos de sensibilização das populações sobre a importância econômica do fruto para o incremento da renda familiar e da obrigatoriedade na utilização da castanha como moeda de troca para a aquisição de bens manufaturados por parte das famílias camponesas dessas regiões. Atualmente, o foco da produção nacional de caju continua concentrado na província de Nampula, sendo que a partir do ano 2000 com o início das atividades do INCAJU, assiste-se a um processo de expansão da fronteira do caju, conforme discutido anteriormente.

3.4 A problemática da produção de caju em Moçambique

Durante a época colonial, e mesmo com a intervenção do INCAJU a partir do ano 2000, o setor do caju em Moçambique nunca conseguiu superar na opinião desse trabalho, dois problemas fundamentais: 1) o modelo produtivo baseado na produção espontânea e não ordenada dos cajueiros e 2) a discrepância entre as zonas de produção e a localização das unidades de beneficiamento. Com relação ao primeiro aspeto, observou-se que a produção tinha crescido ao longo do período colonial, mas de forma muito irregular. Embora fosse recomendada pelas autoridades governamentais, a cultura ordenada do cajueiro nunca teve uma expressão relevante.

Da síntese da bibliografia revista foi possível compreender que existe um denominador comum que caracterizou o mecanismo de produção da castanha de caju tanto no período colonial como no pós-independência. Nestes dois períodos, constatou-se, que o incremento dos níveis de produção de castanha alcançados no país esteve sempre ligado a produção forçada do fruto. Ao que parece, a explicação reside no fato de que no âmbito do sistema de cultivo praticado, os cajueiros muitas vezes não fazem parte das culturas cultivadas. No caso da maior parte dos pequenos produtores trata-se de camponeses de semisubsistência que cultivam predominantemente milho, mandioca, feijão, amendoim e outras culturas para o consumo próprio.

Em função disso, na maior parte das vezes os cajueiros crescem espalhados em todas as partes da terra e a atenção dada pelo produtor a esta cultura é, no entanto mínima, havendo mesmo um número significativo de produtores que se limitam a esperar pela época de apanha da castanha. Segundo Mole (2000b) esta atitude é motivada fundamentalmente pelo fato de não existirem opções tecnológicas acessíveis financeiramente aos pequenos produtores para o incremento da produção e ainda porque a produtividade das árvores se apresenta baixa, fazendo com que a produção de caju no setor familiar represente mais "colheita" do que "agricultura"; mesmo sendo um importante produto agrícola a proporcionar às famílias uma renda em dinheiro.

Quanto à discrepância entre zonas de produção e locais de processamento, o problema subsistiu desde 1950 momento em que se assistiu ao início da expansão industrial e é, em boa medida, tributário da concentração das atividades econômicas

em dois polos, Lourenço Marques⁶⁷ e Beira. Ribeiro (2010) refere, por exemplo, que a primeira unidade de processamento a produzir de forma regular e de modo prolongado no tempo colonial instalou-se nos arredores de Lourenço Marques, numa zona onde o cajueiro nunca foi abundante. Esta discrepância agravou-se progressivamente, levando a que nos primeiros anos da década de 1970 Lourenço Marques tivesse 1,2% da produção e 25% da capacidade de processamento instalada. Ao invés, Inhambane com 25,5% da produção tinha apenas 3,5% da capacidade de processamento instalada no território.

Entretanto, a partir do ano 2000 assiste-se ainda que de forma isolada o aparecimento de pequenas e médias unidades de beneficiamento da castanha em zonas consideradas de maior produção em nível dos distritos. Em Angoche, por exemplo, depois da paralisação total das unidades de processamento na década de 1990, existiam em 2012, duas unidades de Beneficiamento da castanha: a Caju Ilha pertencente ao grupo Gani Comercial com capacidade de processamento instalada em torno de 2.500 toneladas/ano e a fábrica da OLAM, da qual não foi possível apurar a capacidade de processamento instalada.

Outro problema que caracteriza o modelo técnico produtivo da cajucultura moçambicana se relaciona com a questão da produtividade dos cajueiros. Em tempos líder mundial na produção e exportação de castanha e amêndoa de caju, os níveis de produção e produtividade do cajueiro continuam bastante abaixo do potencial produtivo possível para Moçambique, tomando como padrão as mais de 200 mil toneladas produzidas e comercializadas nos princípios dos anos 1970 e a produtividade de 9 kg por árvore, registrada no final do período colonial.

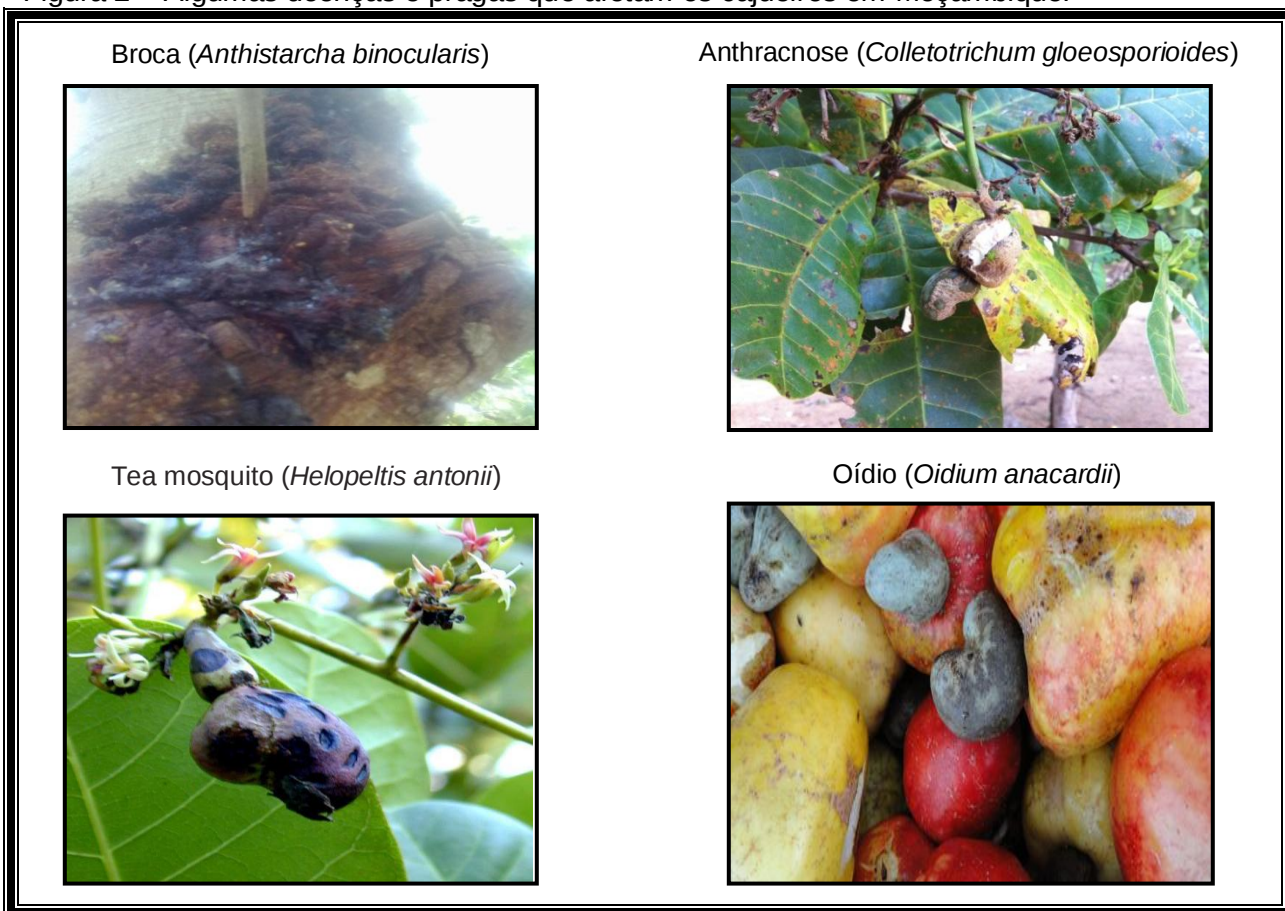
Atualmente a produtividade por árvore está em torno de 3-8 kg/planta quando se poderia produzir entre 10-15 kg/planta. De modo geral, as quedas de produção e produtividade a que se assistem na cajucultura moçambicana, constituem o corolário das diferentes políticas e estratégias adotadas igualmente nos diferentes períodos da construção da nação moçambicana, desde as políticas de socialização do campo que caracterizaram os primeiros anos da independência, passando pelo período da guerra

⁶⁷ Atual cidade de Maputo - capital do país.

civil e posteriormente da liberalização do mercado do caju, conforme analisado anteriormente.

Somado a isso, destaca-se o envelhecimento das árvores (60-70% têm mais de 25 anos)⁶⁸, os condicionantes de base natural: principalmente as variações climáticas e os condicionantes de natureza biótica, sobretudo as doenças e pragas: o oídio (*Oidium anacardii*), antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides*) e podridão (*Cryptosporiopsis perennans*), que tem um efeito devastador sobre os rendimentos. A praga de “Tea mosquito”, (*Helopeltis antonii*) e a cochonilha (*Dactylopius coccus*) constituem de igual modo algumas doenças cuja ação resulta também na perda total dos cajueiros. As fotos que se seguem, buscam ilustrar parte dos problemas no que se refere a doenças e pragas que afetam a produção e produtividade dos cajueiros em Moçambique.

Figura 2 – Algumas doenças e pragas que afetam os cajueiros em Moçambique.

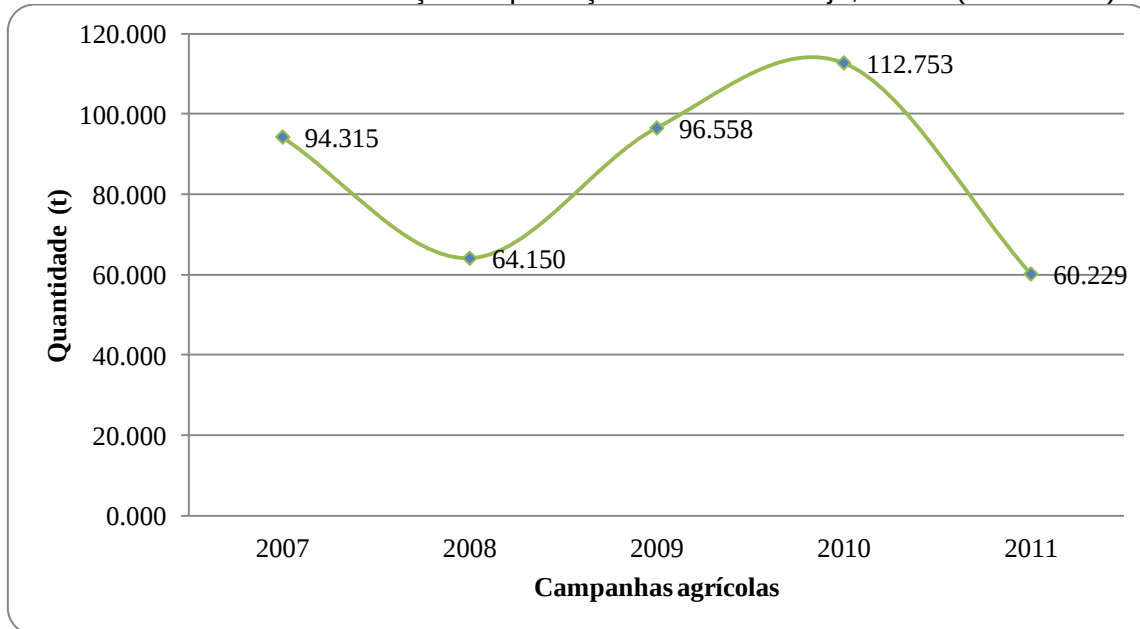


Fonte: Frei, 2012; Google Imagens, 2012.

⁶⁸ INCAJU, 2011.

Segundo o INCAJU (2011) outro grande problema que afeta a componente de produção de caju em Moçambique é o fato de praticamente em todas as regiões produtoras o cajueiro ser considerado uma cultura de rendimento que faz parte de um sistema de cultivo no qual as culturas alimentares são prioritárias, portanto, os camponeses gerem o seu tempo de trabalho no cajueiro em função destas culturas. Desse modo, volvidos pouco mais de 35 anos depois da independência do país em 1975, o nível mais elevado de produção conseguido foi de pouco mais de 100 mil toneladas na safra agrícola 2010/2011 (INCAJU, 2011), conforme se pode observar no gráfico 12.

Gráfico 12 – Dinâmica da evolução da produção nacional do caju, safras (2007-2011).



Fonte: INCAJU, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Da leitura do gráfico 12 pode-se observar que a colheita na safra 2011/2012 esteve aproximadamente 44% abaixo da colheita anterior. Esta desaceleração no ritmo da produção na campanha 2011/2012 esteve em parte relacionada com a crise econômica que atingiu a maioria dos países desenvolvidos onde o consumo da amêndoa de caju tem o seu maior mercado, concorrendo com outras nozes, como a noz da nogueira (*Juglans regia* L), a avelã (*Corylus avellana* L.), a peçã [*Carya illinoensis* (Wangenh.) K. Koch], a amêndoa [*Prunus dulcis* (Mill.) D. A. Webb], a

macadâmia (*Macadamia integrifolia* Maiden & Betcher) o pistácio (*Pistacia vera* L.), a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl), o amendoim (*Arachis hypogaea* L.) e os mixes com o amendoim para a redução do preço final (BARROS, et al, 2008).

Nos principais países importadores de amêndoa (EUA e UE) registrou-se um declínio de 10% a 20% na demanda de amêndoa durante o último trimestre de 2011. Parte do declínio foi devido à prevalência de preços altos no mercado o que consequentemente causou a falta de interesse de compra nos retalhistas e distribuidores dos maiores países consumidores. Embora a procura da amêndoa tenha baixado 10% a 20% nos maiores centros consumidores, no Brasil a situação é diferente. Nesse país, verificou-se um crescimento na demanda da amêndoa de caju, principalmente da amêndoa partida, a mais utilizada na indústria de confecção de alimentos.

Mole (2000a) refere que o declínio significativo da produção atual de caju em Moçambique, quer em quantidade como em qualidade, tem sido atribuído, entre outros fatores, à negligência a que foram deixados muito dos cajueiros depois da independência como resultado da guerra; da crise econômica que reduziu os incentivos aos produtores de investirem no caju; ao reduzido financiamento à pesquisa agrônômica e a um esforço efetivo de extensão. Na lista dos constrangimentos que afetam a produção do caju em Moçambique e particularmente no DA pode também incluir-se a dificuldade de acesso a terra, conforme será tratado adiante.

Num outro estudo realizado por Mole (2000b) sobre os fatores que afetam a produtividade dos cajueiros no país, verificou-se que para além dos fatores genotípicos têm influência significativa o tipo de solos, a densidade das árvores, as variações nas características do tipo do produtor bem como o efeito negativo (embora não significativo, estatisticamente) da mão-de-obra no rendimento dos cajueiros.

Segundo esse autor, para muitos dos pequenos produtores, a falta de mercados alimentares fiáveis nas zonas rurais, a falta de oportunidades de geração de rendimentos monetários fora da *machamba*, juntamente com os baixos incentivos económicos na produção de caju, forçam os camponeses a darem prioridade no trabalho em atividades de produção de culturas alimentares e, desta forma, a adiarem

as atividades de produção do caju para mais tarde na campanha agrícola (MOLE, 2000b). Porque algumas das atividades recomendadas com um impacto potencialmente forte no rendimento dos cajueiros não podem ser adiadas dentro do calendário agrícola, elas não são simplesmente realizadas, contribuindo assim para a incidência de doenças e pragas e para o consequente declínio da produtividade dos cajueiros.

Um estudo realizado por Grobe-Ruschkamp e Seelige (2008) sobre mercados no contexto de desenvolvimento de cadeias de valores de produtos agrícolas aponta, dentre os principais fatores que influenciam a baixa produtividade do caju em Moçambique, a substituição inadequada de árvores antigas que já passaram sua vida econômica; a mortalidade elevada das mudas fornecidas pelos doadores, controle insuficiente de pragas e doenças aliada ao uso de técnicas impróprias de pulverização e de controle de doenças; gestão defeituosa, incluindo práticas inadequadas na poda de árvores, insuficiente limpeza e falta de controle dos incêndios bem como do espaçamento adequado entre as árvores.

PARTE II: A PRODUÇÃO DE CAJU E A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ANGOCHE

Nesta secção, buscou-se analisar a organização socioespacial do DA decorrente da atividade cajuícola. Visando atingir esse objetivo, a secção começa por uma caracterização do distrito tendo em conta os aspectos de base natural e de ordem social e económica, que se afiguram como elementos responsáveis pela (re)organização espacial do distrito. Num segundo momento, empreendeu-se um esforço no sentido de analisar os diferentes sistemas de produção de caju praticados e suas relações com a organização socioespacial de Angoche. Por fim, faz-se a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, cuja evidência, conforme se discriminou na introdução desse trabalho, está baseada nas informações e/ou opiniões de 60 AF produtores de caju, selecionados no distrito, no decurso da pesquisa de campo.

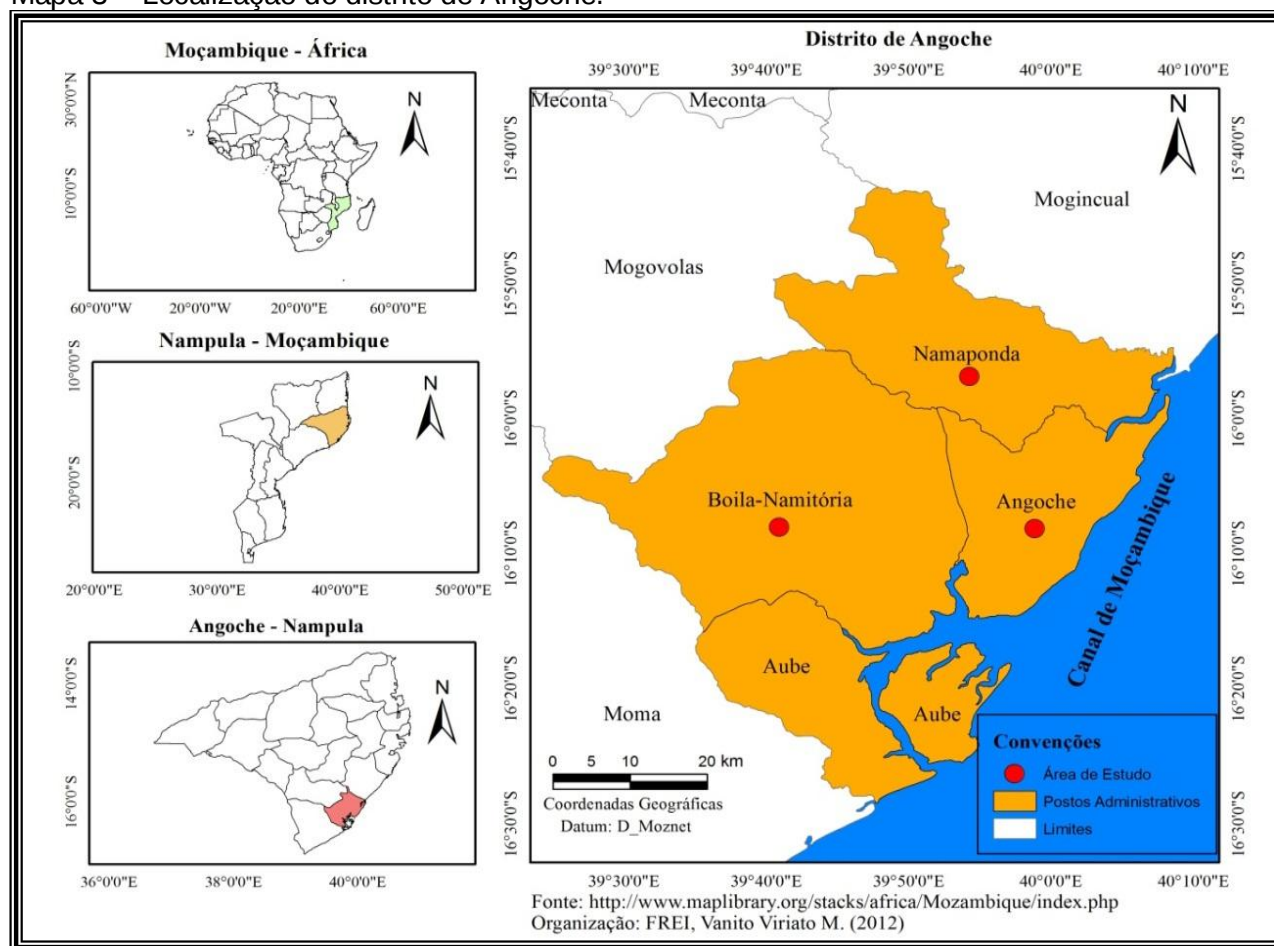
Na medida do possível, buscou-se fazer uma análise paralela entre os dados empíricos coletados e os dados secundários disponíveis em censos agropecuários e demográficos realizados no país e em documentos oficiais bem como na literatura existente sobre a matéria. Porque alguns aspectos como a estrutura fundiária, a estrutura agrária, a tipologia dos produtores de caju e os atores do setor são comuns à realidade moçambicana, entendeu-se que seria oportuno fazer a sua análise nesta parte do trabalho, dado que a natureza desses elementos também se repete no DA.

4 DADOS DE CONTEXTO SOCIOESPACIAIS SOBRE O DISTRITO DE ANGOCHE

4.1 Localização geográfica

O DA está localizado na zona costeira a Sul da província de Nampula entre os paralelos 15° 52,9' e 16° 21,8' de latitude Sul e entre os meridianos 39° 54,2' e 39° 45,2' de longitude Este. O distrito é confinado a Norte pelo distrito de Mogincual, a Sul com o distrito de Moma, a Este com o Oceano Índico e a Oeste com o distrito de Mogovolas (MAE, 2005), conforme o mapa 3. Com uma superfície de 3.056 km² (INE, 2007), o distrito encontra-se dividido em sete localidades distribuídas em quatro postos administrativos: Angoche-Sede, no posto administrativo de Angoche; Aube e Catambo, no posto administrativo de Aube; Boila, Nabruma e Malapa, no posto administrativo de Boila-Namitória, e Namaponda, no posto administrativo de Namaponda.

Mapa 3 – Localização do distrito de Angoche.

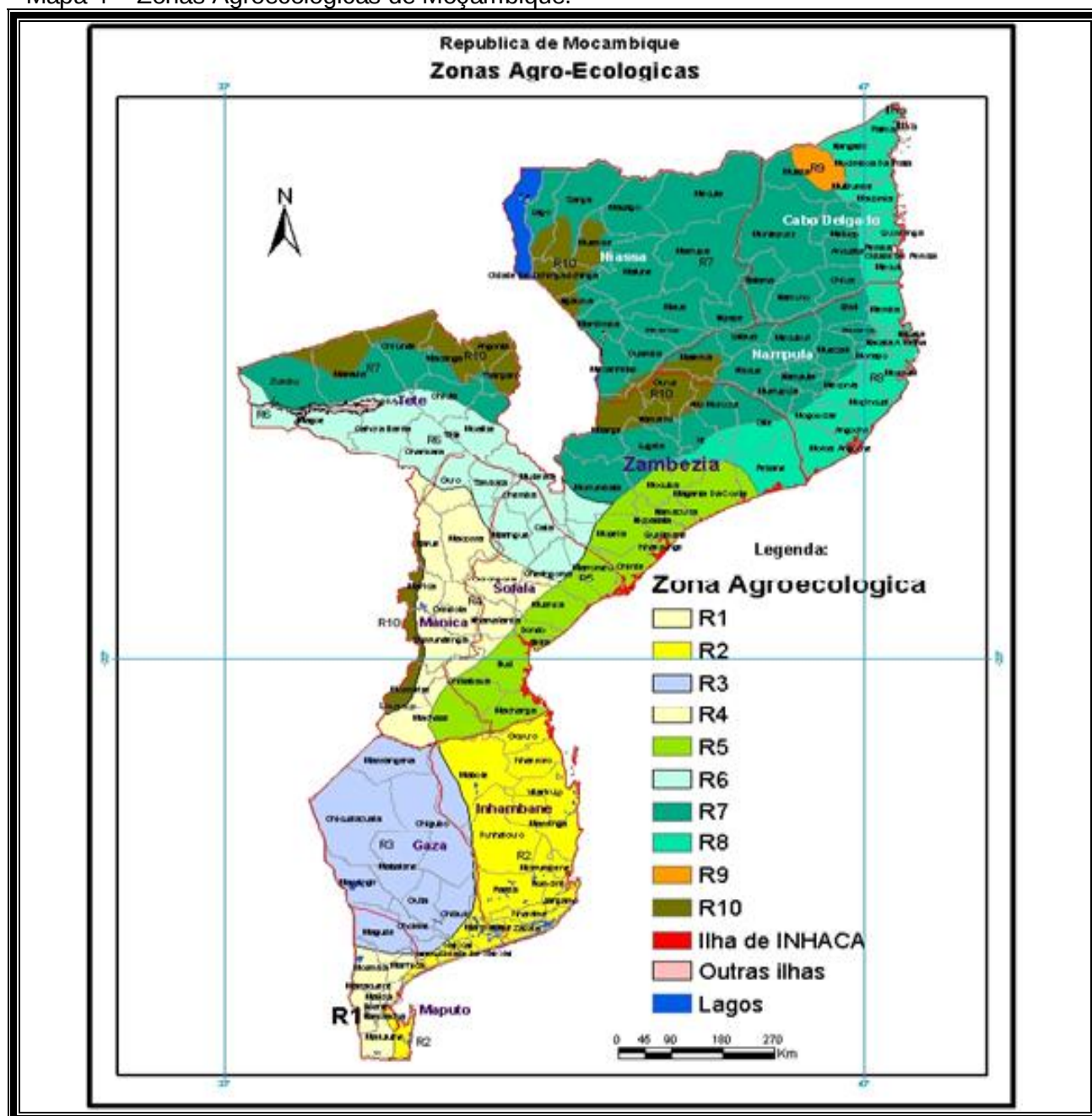


Fonte: <<http://www.maplibrary.org/stacks/africa/Mozambique/index.php>> Acesso: ago. 2012.
Organização: Frei, 2012.

4.2 Clima e solos

O DA enquadra-se na Zona Agroecológica R8 que se estende desde Pebane, na província da Zambézia, até Quionga na província de Cabo Delgado, conforme se pode visualizar no mapa 4.

Mapa 4 – Zonas Agroecológicas de Moçambique.



Fonte: Ministério de Agricultura-MINAG, 2012.

Disponível em: <http://www.minag.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=64>

Acesso: 01. ago. 2012.

A Zona Agroecológica R8 ocupa uma área de 88.000 km² e se caracteriza por altitudes que variam de 0 a 200 metros. O relevo é em geral plano a suavemente ondulado. Em termos de geologia, mais de 90% das rochas são metamórficas e eruptivas do Pré-Câmbrico, constituídas pelo complexo gnaisse-granítico do Moçambique Belt. A faixa litoral compreende as rochas sedimentares do Quaternário e do Terciário. Os principais tipos de solo desta zona são os Luvisolos, Cambissolos e Arenossolos (MUCHANGOS, 1999).

O clima desta região é do tipo tropical chuvoso de savana (Aw). A precipitação média anual varia entre 800 a 1.200 mm/ano e ocorre entre os meses de novembro e abril/maio. A temperatura média durante o período de crescimento das culturas varia entre os 24-26°C. A evapotranspiração potencial é da ordem dos 1.400 a 1.600 mm/ano. A baixa pluviosidade associada a temperatura elevada resulta numa deficiência de água crítica para a produção agrícola pela ocorrência de secas frequentes e subperíodos secos durante o período de crescimento das culturas. As culturas alimentares predominantes nessa região são a mandioca, a *mexoeira*⁶⁹ e o arroz de sequeiro nas zonas baixas. Entre as culturas de rendimento praticadas, a mais importante é a castanha de caju (SITOE, 2005).

De modo geral, a faixa onde predomina o cajueiro no país é caracterizada por quantidade de precipitação que varia de 800 a 1.200 mm/ano, embora em algumas áreas possam ocorrer mais de 1.400 mm/ano. Em Inhambane, na costa Sul, as precipitações médias anuais atingem a 911 mm/ano, enquanto que em Angoche, está média sobe para 1.057 mm/ano. A época das chuvas no Sul do país ocorre de meados de novembro a fins de fevereiro. Na região Norte, onde a produção é mais significativa, a safra inicia-se em princípio de outubro e termina em finais de fevereiro.

Conforme se pode observar, principalmente na região Sul, há coincidência entre o período das chuvas e a safra; e a castanha oriunda desta região é de inferior qualidade, apresentando-se, não raras vezes, enrugada e com alto teor de umidade. Nos períodos de intensa precipitação, a maturação da castanha e pedúnculo não se

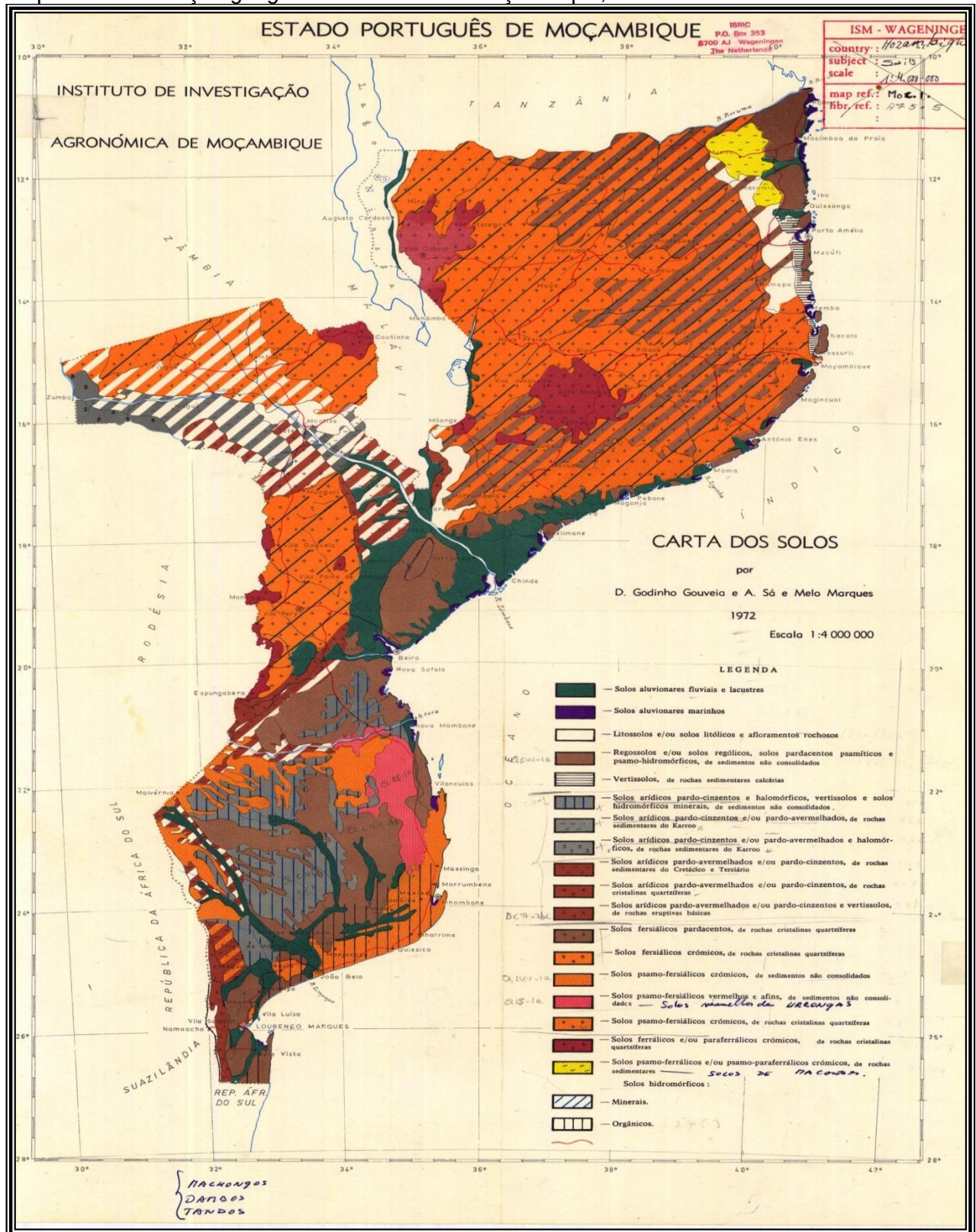
⁶⁹ *Mexoeira* é o nome dado em Moçambique à espécie *Pennisetum glaucum*, um cereal nativo da África muito importante na agricultura de subsistência e na alimentação dos seus povos. No Brasil é conhecido de milheto. <wikipedia.org/wiki/mexoeira> Acesso: 13 jun. 2013

processa concomitantemente, originando um produto de má qualidade. A temperatura média anual ao Norte é de 26-28°C enquanto que no Sul desce para 22-24°C. Os valores de umidade relativa média anual mantêm-se entre os limites de 70-80%. A velocidade média dos ventos está entre 5 a 10 km/h, ocorrendo, não raras vezes, rajadas fortes que ocasionam sérios prejuízos às colheitas, (LOPES NETO, 1981).

No caso específico de Angoche, o distrito é caracterizado por um clima tropical do tipo subúmido seco, que é característico de toda a faixa costeira do país e está sob influência da zona tropical e de baixas pressões, o que concorre para a ocorrência de ciclones. O estado de tempo é condicionado pela posição da zona de convergência intertropical a que correspondem duas estações: 1) quente e chuvosa, com aguaceiros e trovoadas frequentes, que vai de novembro a abril, 2) seca e menos quente, que vai de maio a outubro. A temperatura média anual do distrito fica em torno dos 25,8°C e a umidade relativa do ar na ordem de 70,3%. A precipitação média mensal é de aproximadamente 56,3 mm/ano (MAE, 2005). Segundo Andrade (2005) a temperatura média anual propícia para o desenvolvimento da cultura do cajueiro deve estar em torno de 27°C (24°C e 28°C) com limites entre 22°C e 32°C. Do mesmo modo, a umidade relativa do ar deve estar na ordem de 70% e 80%.

Os solos do distrito são arenosos, lavados a moderadamente lavados, predominantemente amarelo e castanho acinzentados, quer seja da cobertura arenosa do interior, quer seja das dunas arenosas costeiras. O distrito possui ainda alguns solos da faixa do grés costeiro, de textura arenosa e franco-argiloso-arenosa de cor alaranjada. Os solos arenosos hidromórficos de depressões e baixas ocorrem alternados com as partes de terreno mais elevadas (MAE, 2005). O mapa 5 apresenta a distribuição dos solos de Moçambique, no qual é também possível identificar os solos que predominam no DA.

Mapa 5 – Distribuição geográfica dos solos de Moçambique, 1972.



Fonte: <http://eusoiils.jrc.ec.europa.eu/esdb_archive/eudasm/africa/images/maps/download/afr_epdm.jpg>
Acesso: 15 jan. 2013

4.3 A Estrutura socioeconômica

Os primeiros registros conhecidos sobre Angoche sugerem que o nascimento da cidade está relacionado, por um lado, com o crescimento do comércio do ouro na África Central e ao longo das escarpas do rio Zambeze e, por outro lado, com as crises políticas na ilha vizinha de Kilwa. Devido a sua localização geográfica, Angoche ofereceu sempre boas condições de acesso aos mercados do ouro através do Zambeze; e foi em Angoche, concretamente na ilha de Catamoio, onde se fixaram os sultões dissidentes de Kilwa, fugidos dos conflitos internos (NEWITT, 1972).

A região de Angoche foi durante muito tempo frequentada por vários povos, provenientes do interior da antiga província de Moçambique e vindos das regiões além-mar, que procurando o sucesso comercial acabaram por aí se estabelecer definitivamente. Isendahl (2002)⁷⁰ *apud* José (2005) levanta a hipótese de existirem povos angocheanos anteriores ao assentamento dos sultões de Kilwa, sugerindo que este momento apenas representa o marco temporal a partir do qual a cidade passou a desempenhar um papel econômico e político relevante na costa oriental africana.

Angoche tornou-se desde essa época um centro regional com grande vitalidade. Assim, nesse período, as atividades econômicas [...] eram a caça, a coleta, [...] o artesanato de transformação e o comércio. A caça e a coleta permitiam satisfazer parte das necessidades alimentares das comunidades, mas, ao mesmo tempo, forneciam os produtos destinados ao mercado internacional [...] (NEGRÃO, et al⁷¹, 1996, p. 26 *apud* BAIA, 2004, p. 174).

A economia agrária dessas sociedades teve sempre uma importância considerável. Nesta zona, onde a terra era abundante e os instrumentos de produção escassos, era o Homem o fator de produção principal. O controle do processo econômico não repousava na apropriação dos meios produtivos, mas antes, no controle do produtor e da sua reprodução. A chave do poder e da riqueza não estava nestas sociedades no controle da terra, mas no controle dos homens e das mulheres através dos quais se garantia a produção da riqueza (PEREIRA, 1997). O desenvolvimento da

⁷⁰ Isendahl, Christian. **Angoche**: an Important Link of the Zambezian Gold Trad. In: Development of Urbanism from a Global Perspective. Uppsala: Uppsala Universiteit, 2000.

⁷¹ NEGRÃO, José, et al. **A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais**. Projeto COMRES, Maputo: CEA, 1996.

povoação de Angoche esteve assim vinculado com a exploração de recursos naturais e ao comércio marítimo (NEGRÃO, 1996), principalmente de escravos.

Mattos (2010) aponta que no início do século XVIII o comércio em Angoche primeiro de ouro, depois de marfim e mais tarde de escravos, tinha a participação de um pequeno número de estrangeiros. Todavia, já em meados do mesmo século, com os crescentes incentivos portugueses, suaílis e árabes ao comércio, sobretudo de escravos, Angoche tornou-se num dos mais importantes centros econômicos da África oriental. No século XIX já era um grande ponto comercial de escravos destinados a Zamzibar, Comores, Europa e América. A expansão política e econômica do sultanato de Angoche ocorreu nessa época, ligada notadamente ao controle do comércio de escravo, à conquista de novas terras e de áreas de influências políticas.

A dominação colonial portuguesa de Angoche efetivou-se apenas no início do século XX momento em que foi derrotado Farrallahi (ou Farelay), o poderoso chefe local que durante vários anos impôs a sua governação nos territórios reclamados por Portugal. O controle político-militar e administrativo de Angoche, respondia então, aos interesses coloniais de Portugal, pressionado pelo expansionismo britânico e pelas posteriores obrigações, resultantes da Conferência de Berlim. Desde então, Angoche foi definitivamente integrada na organização administrativa da colônia de Moçambique e sujeita às políticas econômicas e sociais definidas pelo Estado (JOSÉ, 2005).

O início da produção agrícola e industrial do caju a partir da segunda metade do século XX produziu importantes transformações sociais e econômicas em Angoche. Por um lado, o mercado contribuiu para a alteração da organização social das comunidades, confrontadas com a necessidade de assegurar o domínio (à propriedade) privada e individualizada do cajueiro. O cajueiro passou então a ser transacionado entre os homens, tornando a família mais individualizada e afastada da matriz matrilinear que a estruturava. Por outro lado, cresceram os níveis de proletarianização dos angochanos, transformando completa e decisivamente a base econômica e social da população da Cidade (PEREIRA, 1997; JOSÉ, 2005). A cadeia produtiva do caju passou a ser um elemento de extrema importância para a vida da cidade, criando, desse modo, novas formas de produzir no campo, antes baseadas fundamentalmente no comércio e na agricultura de alimentos.

4.3.1 População

Segundo dados do último Recenseamento Geral da População e Habitação realizado no país, o DA contava com uma população recenseada em 2007, de 276.471 habitantes, uma densidade populacional de 90,47 hab./km² e um total de 70.782 AF, conforme se ilustra na tabela 26.

Tabela 26– População total e densidade populacional de Angoche em relação a província, 2007.

	Distrito	Província	% em relação à província
Superfície (km ²)	3.056	79.010	3,9
População	276.471	3.985.613	6,9
Densidade populacional	90.47	50.44	-
Nº total de agregados familiares	70.782	994.230	7.1

Fonte: INE, 2007.

Da leitura da tabela 26 observa-se que embora ocupe apenas 3,9% e 6,9% da superfície e população total da província respectivamente, o DA possui uma densidade populacional elevada e bem acima da média provincial, o que tem levado, não raras vezes, a ocorrência de casos de conflitos relacionados com o uso e aproveitamento da terra para a produção agrícola, conforme será visto mais adiante.

Composto por três zonas ecológicas: a costeira (onde se encontra a cidade), as ilhas e o interior, a população do distrito se encontra distribuída de forma irregular, majoritariamente concentrada ao longo da zona costeira e o interior do distrito, sendo que as ilhas representam as zonas menos povoadas. Esse fato se justifica, por um lado, pela diversidade das atividades econômicas e, por outro, pela relativa facilidade de comunicação com outras zonas e possivelmente às infraestruturas de que as duas primeiras dispõem.

Dadas às especificidades, compreende-se então que essas zonas desempenham funções diferentes que ao mesmo tempo influenciam diferentes formas de organização socioespacial do distrito. Desse modo, verifica-se que as zonas situadas ao longo da costa do distrito, desempenham funções que vão desde a atividade pesqueira, a produção familiar de bens alimentares e de mercado, com destaque para a castanha de caju, até funções político-administrativas, no caso da

cidade de Angoche. As zonas localizadas no interior do distrito cumprem funções basicamente de produção de alimentos bem como de culturas de rendimento, com destaque para a castanha de caju. Já nas ilhas, verifica-se que a pesca se evidencia como a atividade principal praticada pelos AF.

Entretanto, análises de entrevistas realizadas apontam para um cenário de demanda de terra para cultivo nas zonas localizadas no interior do distrito, devido principalmente à escassez de terra para a prática da agricultura de subsistência (na zona costeira) ao que se pode combinar com a redução da produção pesqueira e provavelmente o subemprego da mão-de-obra na cidade. Embora não comprovado pelos dados da pesquisa de campo, acredita-se também que essa demanda de terra, esteja em parte ligada à potenciais produtores interessados no negócio da castanha de caju, motivados, sobretudo, pelos incentivos adotados pelo Governo. Não podendo adquirir terra em zonas estrategicamente localizadas, o cultivo em terras do interior, torna-se uma alternativa viável.

A esse respeito, importa referir que durante a pesquisa de campo, constatou-se que, embora em Moçambique a terra constitua propriedade do Estado, o acesso a ela, não raras vezes se mostra oneroso para o pequeno produtor. Em Angoche, o acesso à terra foi mencionado pelos produtores selecionados, como um constrangimento para o aumento do número de pés de caju e conseqüentemente da produção. Os pequenos produtores, principalmente jovens, poderiam ter acesso à terra para cultivo de culturas anuais (como milho e feijões⁷²), mas não são cedidos terra exclusivamente para o plantio de mudas de caju o que implica no uso mais permanente das mesmas. A tabela 27 toma em consideração os AF questionados durante a pesquisa de campo e dá uma ideia sobre a dinâmica dos conflitos ligados ao uso e aproveitamento da terra no DA.

⁷² Principalmente Feijão-nhemba [*Vigna unguiculata* (L.) Walp.], conhecido no Brasil por feijão-caupi e Feijão-boer [*Cajanus cajan* (L.) Huth], conhecido no Brasil por feijão-Andú.

Tabela 27– Ocorrência e causas de conflito de terra no distrito de Angoche.

Postos administrativos	NI	Já teve casos de conflito de terra				Qual foi a principal causa do conflito	
		Sim	Não	Se Sim, com quem		Problemas sociais	Outro
				Parente	Outro		
Total	60	7	53	2	5	3	4
Angoche-Sede	20	3	17	0	3	2	1
Namaponda	20	2	18	1	1	0	2
Boila-Namitória	20	2	18	1	1	1	1

Fonte: Frei, 2012.

Notas: NI – Número de inquiridos.

Os dados constantes na tabela 27 corroboram com os resultados de estudos⁷³ que apontam para a existência de casos de conflitos de terra no DA. Desse modo, verificou-se que dos 60 AF questionados, sete agregados, correspondentes a 11,6% do total da amostra da pesquisa, declararam terem sido vítimas de conflito de terra envolvendo parentes e/ou pessoas alheias. O depoimento que a seguir se apresenta foi gravado durante a pesquisa de campo com um produtor de caju e ilustra o exemplo de casos de conflitos de terra que ocorrem no DA.

Eu tenho tido problemas com outras pessoas por causa da minha terra. Só para te dar um exemplo, essa terra que estas a ver aqui, eu «comprei» com o antigo dono que também produzia caju. A maior parte dos cajueiros que estão aqui, eu encontrou quando comprei essa terra e como vês, já estão velhos. Já há três anos que estou tentando plantar novos cajueiros porque esses já estão velhos e quase não produzem nada. O que acontece é que naquela parte ali sempre que eu planto novas mudas aparece um senhor a tirar as mudas porque segundo ele aquela parte desse terreno era de seus pais e lhe pertence. A primeira vez que ele fez isso fui ao Conselho Municipal para legalizar o terreno e os homens do Conselho Municipal vieram aqui e colocamos os marcos para delimitar o terreno. Mesmo assim, essa pessoa veio de novo e tirou os marcos que o Conselho Municipal enterrou. Falei com ele e ele insistiu que aquela parte do terreno lhe pertence. Mais uma vez, plantei de novo novas mudas e ele veio tirar de novo. Como eu não gosto de discutir com as pessoas, preferi perder e esquecer aquela parte e deixar com ele, só para evitar confusão (Entrevista-E2)⁷⁴.

⁷³ Ver por exemplo o Perfil do distrito de Angoche (2005).

⁷⁴ Entrevista realizada no dia 07 de junho de 2012 no Posto Administrativo de Angoche.

De acordo com os resultados das entrevistas realizadas junto aos produtores, a maior parte desses conflitos está ligada, principalmente à demarcação dos limites das parcelas e/ou *machambas* e à invasão dos limites das *machambas* por outros camponeses. O primeiro caso é característico das explorações agrícolas de caju tipicamente familiares, a maior parte delas herdadas de seus antecessores e com áreas que variam entre um a quatro hectares e é em parte motivado pela falta de consenso quer entre os herdeiros da mesma linhagem do AF, quer entre estes e os herdeiros e/ou proprietários das *machambas* limítrofes.

O segundo caso é característico das explorações agrícolas de caju com tendência à tipologia média, na maioria das vezes adquiridas por meio de compra e pelos direitos costumeiros e com dimensões variando entre cinco a 10 ha ou relativamente superiores e é motivado por um lado, pela falta de consenso entre os proprietários das *machambas* limítrofes, quanto aos respectivos limites. Por outro lado, porque a maior parte desses AF que possuem áreas relativamente maiores para o cultivo do caju, é confrontada com a falta de disponibilidade de recursos e de mão-de-obra, sobretudo familiar, faz com que os mesmos não consigam explorar efetivamente as suas parcelas.

Em consequência, parte significativa da terra pertencente a esses AF permanece ociosa, conduzindo assim, ao aparecimento de outros intervenientes interessados em explorar essas terras com ou sem autorização dos detentores costumeiros da terra e/ou de seus “proprietários”. Desse quadro, percebe-se que os AF com mais terra, são ao mesmo tempo, os mais afetados pelos conflitos relacionados ao uso e aproveitamento da terra, dado que não se verificou pelo menos um caso de AF com tamanho de área menor que um hectare vítima desse conflito.

4.3.2 Estrutura fundiária

Durante a vigência do colonialismo português, os mecanismos de distribuição, ocupação e de posse de terra tendiam sobremaneira a satisfazer os objetivos da metrópole em detrimento das populações nativas. Segundo Araújo [1980 e 1990] dum lado, encontravam-se as grandes plantações estrangeiras dos agricultores colonos e dos grandes criadores de gado que ocupavam as terras mais férteis e de fácil acesso,

possuindo extensas áreas de terras expropriadas aos seus anteriores possuidores, os camponeses moçambicanos.

ARAÚJO [1980 e 1990] refere ainda que do outro lado, encontravam-se estes últimos, que se viam empurrados para as terras menos férteis, de mais difícil acesso, e que apenas ocupavam pequenas parcelas numa agricultura familiar de sequeiro, pouco produtiva. Se por um lado, as áreas de agricultura colonial obrigavam a afastar a população rural para procurar outras terras de cultivo, por outro lado, utilizava uma mão-de-obra recrutada entre essa mesma população. Esta população, atraída pela oferta de trabalho, ainda que sub-remunerado, instalava as suas *machambas* familiares e a sua residência na área circundante da plantação ou do colonato, mas de forma que a habitação e pequena “propriedade” familiar constituíssem uma unidade territorial bem definida, numa distribuição dispersa e irregular.

No tempo colonial existia a possibilidade de obtenção do título privado da terra (MOSCA, 2011). Logo após a independência do país em 1975 o Governo da então República Popular de Moçambique definiu como preocupação fundamental do seu desenvolvimento a planificação socialista da economia, conforme discutido em itens anteriores. Uma das bases essenciais para essa planificação foi o conhecimento exato da distribuição territorial da população e das suas relações de produção. Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomadas pelo então Governo, foi a nacionalização da terra, como forma de acabar com os desequilíbrios existentes no campo, e para permitir uma planificação de acordo com os objetivos do desenvolvimento econômico do país. Assim, a terra passou a ser propriedade do Estado, não podendo ser alienada ou vendida, sendo apenas possível a obtenção de títulos de usufruto, ou seja, o DUAT e a transação de benfeitorias e melhorias efetuadas pelo titular.

Paralelamente, o Governo apostou também por um desenvolvimento agrícola baseado nas *machambas* estatais, aldeias comunais e cooperativização com os camponeses na exploração da terra para fins produtivos assim como habitacionais. De acordo com a Constituição da República de Moçambique de 1990 no artigo 109, pode-se ler que: “A terra é propriedade⁷⁵ do Estado. A terra não pode ser vendida, ou por

⁷⁵ Em Moçambique, entende-se por propriedade da terra - o direito exclusivo do Estado, consagrado na Constituição da República de Moçambique, integrando, para além de todos os direitos do proprietário, a

qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada. Como meio universal da criação de riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano”.

Manhicané Jr. (2007) refere que mesmo no ambiente de coletivismo protagonizado pela Administração Estatal, denotam-se incompatibilidades na interação empresas estatais e o setor familiar que obedeciam a lógicas contraditórias de produção e produtividade. Segundo esse autor, o elemento socioeconômico da terra sempre constituiu o “nó de estrangulamento” para o Estado em Moçambique desde a era pré-colonial, uma vez que é através deste elemento que a maioria das unidades familiares exerce o culto aos ancestrais, reprodução da linhagem e a sua estratégia de produção para o consumo e para o mercado.

Relativamente à ocupação de terra para fins aráveis, Mosca (2011) refere que não existem mudanças fundamentais quanto à distribuição e áreas cultivadas por família camponesa, quando comparado com a estrutura agrária do período colonial. Os pequenos produtores continuam com parcelas de dimensão semelhante à existente antes da independência. As grandes plantações (açúcar, algodão, chá, citrinos, coco e pecuária), mantêm-se com superfície de centenas ou milhares de hectares, muitas delas nas mesmas zonas onde se encontravam instaladas anteriormente. As explorações dos pequenos produtores (menos de 10 hectares) possuíam em média 1,5 hectares por exploração.

Após a independência os camponeses tinham expectativas de ocupar as terras não utilizadas pelas grandes explorações agrícolas capitalistas, mas estas foram transformadas em empresas estatais alargando a semiplotarização do campesinato, sem que houvesse melhorias nas condições materiais de vida e de trabalho. Com as reformas e o início da privatização das empresas estatais na década de 1990 verificou-se, em muitos casos, que estas foram entregues aos antigos proprietários, utilizando as mesmas relações de trabalho e de produção (ou ainda mais discriminatórias e exploradoras) e com sistemas produtivos idênticos.

Pitcher⁷⁶ (2000) *apud* Mosca (2005) indica numerosos casos de conflitos de terras nas zonas periféricas das principais cidades, nos sistemas de regadio e com os deslocados e refugiados de guerra a quando do regresso aos seus locais de origem. Em muitos casos, a ocupação de terras é autorizada sem conhecimento de quem as utilizou durante décadas e gerações e sem participação das autoridades locais, tanto do Estado como dos poderes tradicionais.

Com o alargamento do processo de privatizações e a abertura do país ao neoliberalismo, combinados com as imposições e pressões do BM, o qual exigia uma nova lei onde fosse permitida a propriedade privada da terra, começa-se assim a questionar a propriedade da terra em Moçambique. É nesse quadro que foi aprovada a Política Nacional de Terras - nº 10/95 de 17 de outubro e a nova Lei de Terras – nº 19/97 de 1 de outubro regulamentada pelo Decreto – nº 66/98 de 8 de dezembro, onde foram incorporados novos dispositivos legais que reconheciam a existência de outros atores nos processos de alocação e administração da terra como as comunidades locais e a ocupação da terra⁷⁷ de “boa fé” (quando o indivíduo esteja a utilizar a terra há pelo menos 10 anos). Nesse sentido, o artigo 12 da Lei de Terras nº 19/97 combinado com o Decreto nº 66/98 do Regulamento da Lei de Terras, preconiza que o direito de uso e aproveitamento da terra⁷⁸ em Moçambique é adquirido por:

- 1) ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a constituição; 2) ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos 10 anos; 3) autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou coletivas segundo critérios estabelecidos pela Lei; 4) exceptuam-se os casos em que a ocupação recaia sobre áreas reservadas legalmente para qualquer fim, ou seja, exercida nas zonas de proteção parcial⁷⁹.

⁷⁶ PITCHER, M. Anne (2000). **Transforming Mozambique: The politics of privatization, 1975-2000**. Cambridge University Press.

⁷⁷ Entende-se por ocupação – a forma de aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos 10 anos, ou pelas comunidades locais (LEGISLAÇÃO SOBRE A TERRA, *apud* HOFFMAN, 2011).

⁷⁸ Por direito de uso e aproveitamento da terra, entende-se, o direito que as pessoas singulares ou coletivas e as comunidades locais adquirem sobre a terra com as exigências e limitações previstas na Lei (*Ibid.*, p. 5).

⁷⁹ Bem do domínio público, destinado à conservação ou preservação de certas espécies animais ou vegetais, da biodiversidade, de monumentos históricos, paisagísticos e naturais, em regime de manejo preferencialmente com a participação das comunidades locais, determinado em legislação específica. Ver artº 7 e 8 da Lei de Terras nº 19/97.

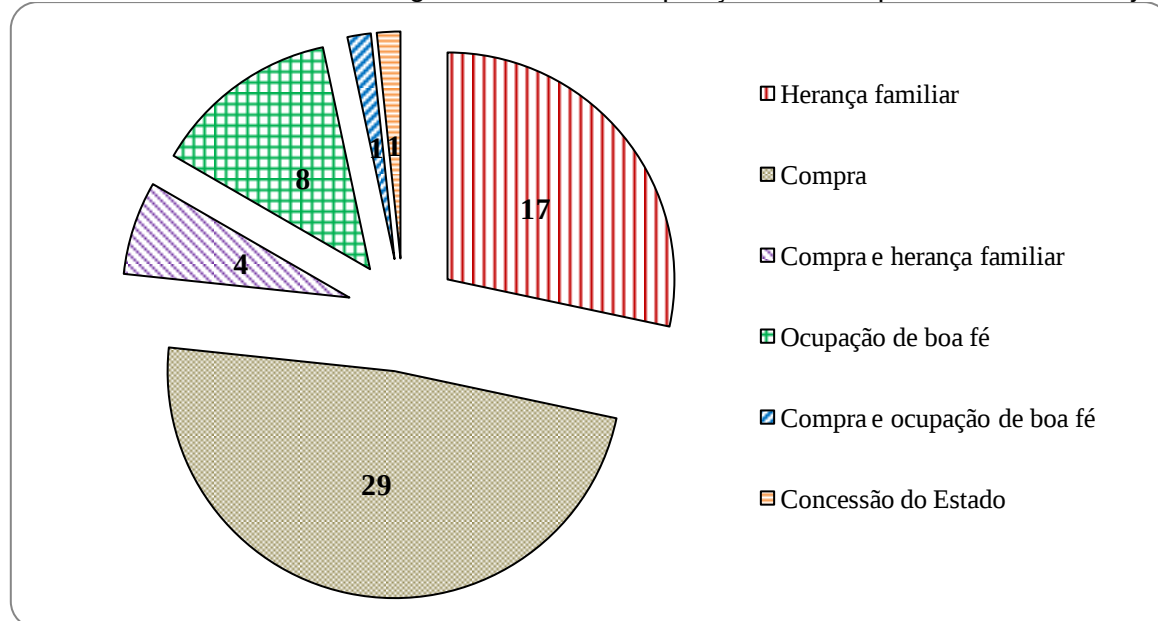
Da leitura dessa Lei, percebe-se que a partir de então, foram formalmente reconhecidos os sistemas de direito consuetudinário da terra, permitindo, de modo geral, o acesso à terra pelos cidadãos, ao mesmo tempo em que foi garantido o direito de uso e aproveitamento da terra para fins de atividades econômicas. Mesmo assim, percebe-se que em função dessa Lei não foi de nenhuma forma garantida a propriedade privada da terra, sendo que a lei 19/97 veio reforçar a preservação da propriedade pública da terra, na qual camponeses e suas comunidades continuam com direitos reservados de explorá-la.

Ribeiro (2006) refere que existe um debate que aponta para uma precariedade da Lei de Terras em Moçambique. Este autor afirma que, da forma como a Lei está concebida conduz à instabilidade da estratégia de desenvolvimento da agricultura, que incentiva investimentos estrangeiros no setor. Entretanto, o mesmo autor reconhece que, a não privatização da terra nunca se constituiu em problema para os interessados na exploração agrícola comercial, mostrando exemplos de grupos empresariais agrícolas que continuaram em Moçambique, mesmo depois da independência, como são os casos das empresas, Grupo Entrepasto e João Ferreira dos Santos (JFS). Estas empresas detêm o título de direito de uso e aproveitamento da terra, geralmente concedido num prazo máximo de 50 anos, renováveis.

No quadro da estrutura fundiária de Moçambique, é comum a percepção de que o país possui muita terra, quando comparada com a densidade populacional. Contudo, Mosca (2005) adverte que, embora essa hipótese seja verdadeira globalmente, é necessário considerar as disparidades da distribuição da população. No caso do DA, caracterizado por uma forte densidade populacional, o acesso a terra para a produção de caju e de outras culturas é, conforme apontam os resultados dos questionários aplicados no decurso da pesquisa de campo, adquirido na maioria das vezes ou por via dos sistemas de direito consuetudinários da terra, ou por meio da compra, conforme se demonstra no gráfico 13. Seguindo a forma como é feita a transmissão do poder nas famílias, o DA é caracterizado pela presença de uma sociedade predominantemente matrilinear. Segundo Negrão [1980 e 1990] o sistema matrilinear é aquele onde a sucessão do poder linhageiro é transmitida pela linha materna e exercido pelos varões

que têm laços de parentesco com a genearca⁸⁰, sendo comum a transmissão dos direitos de propriedade e de autoridade do irmão para o filho da irmã.

Gráfico 13 – Número de AF segundo formas de aquisição de terra para o cultivo do caju.



Fonte: Frei, 2012.

Da leitura do gráfico 13 pode-se observar que dos 60 AF o equivalente a 100% da amostra selecionada no distrito, 29 AF correspondentes a 48,3% conseguiu obter terra para o cultivo do caju por meio de “compra” e 28,3% correspondente a 17 AF por meio de herança familiar. Nota-se ainda, que existe grupo de AF que conseguiu obter terra para o cultivo de caju através da ocupação de “boa fé”, sendo mínima ou nula a percentagem de AF cedidos terra pelo Estado ou em regime de arrendamento.

De modo geral, os dados apontam que apesar de em Moçambique a terra ser propriedade do Estado e não poder ser vendida ou, por qualquer outra forma alienada, hipotecada ou penhorada, há sinais da existência do “mercado informal da terra”. Conforme discriminado, nesse “mercado”, o que normalmente “se vende e/ou se compra” não é a terra, mas sim as benfeitorias existentes e as melhorias feitas pelo titular. Seja como for, fica claro que em Moçambique a terra é realmente transacionada entre os cidadãos e que o acesso a ela, não raras vezes, se mostra trabalhoso. Essa

⁸⁰ A primeira fundadora ou progenitora de uma família ou uma linhagem.

constatação explica, de certo modo, os resultados constantes no gráfico 13 em que dadas às dificuldades encaradas pelos AF no processo de aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra e na pretensão de plantar mais árvores de caju, os AF acabam preferindo “comprar” a terra que esperar que o Estado lhes conceda.

Outra explicação para esse fato é que provavelmente estejam entrando novos AF interessados no negócio da castanha de caju motivados em parte pelas políticas do Governo que investe em iniciativas de revitalização da produção do caju por meio da assistência técnica e distribuição gratuita de clones mais produtivos e resistentes às doenças e pragas, fato que faz com que os novos AF interessados no negócio da castanha, não tendo a possibilidade de adquirir terra por herança ou pela concessão do Estado optem pela sua “compra”.

Nesse sentido, os AF economicamente menos favorecidos acabam transacionando parte de suas parcelas de terra aos AF economicamente mais favorecidos que estes. Sublinhe-se que são raros os casos em que os AF transacionam toda a sua parcela de terra, pois como se discriminou anteriormente, a terra constitui nessas unidades familiares um elemento importante para a sua reprodução social e para o cultivo de culturas quer para o consumo, quer para o mercado. Desse fato, resulta que os AF menos favorecidos não são confrontados com escassez de terra para o cultivo de culturas alimentares utilizando as mesmas terras para o cultivo do caju em regime de consorciação.

Por outro lado, os AF que adquirem terra através da “compra” tendem a ampliar a sua área para o cultivo do caju, não havendo, no entanto sinergias entre as culturas alimentares e/ou outras culturas de rendimento com a produção do caju, quer em termos de importância, quer no que se refere ao uso e ocupação da terra, conforme o depoimento de parte da entrevista realizada com um gestor ligado aos Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE) de Angoche.

[...] tem havido nos últimos tempos alguma procura de mudas de caju por parte dos produtores, mas para dizer que há aquela tendência dos produtores irem mais para a castanha em detrimento das culturas alimentares ou vice-versa, eu acho que não, provavelmente porque a

árvore do caju leva seu tempo, talvez fossem culturas como o algodão, pudessem fazer isso (Entrevista-E3)⁸¹.

Da análise desse depoimento pode-se deduzir, que dada a natureza do cajueiro, que é uma planta perene e que pode permanecer em produção no campo de cultivo em um período de aproximadamente 25 a 35 anos em média, no caso do cajueiro comum, e até 15 a 20 anos no caso do cajueiro anão-precoce, não se verifica uma disputa em termos de ocupação do espaço entre a cultura do caju e outras culturas quer alimentares, quer de rendimento praticadas pelos AF. Contudo, é preciso evidenciar que mesmo em regime de consorciação, a cultura do caju está demandando novos espaços, o que se justifica, conforme o depoimento apresentado, pela demanda em mudas de caju pelos AF.

4.3.3 Estrutura agrária

Durante o período colonial desenvolveram-se no DA duas formas de agricultura: a agricultura colona e a agricultura de subsistência realizada pelos nativos. A agricultura da população colona encontrava-se baseada numa economia de plantações, onde grande parte da população nativa estava forçosamente integrada na produção agrícola de culturas de exportação, principalmente o coco, a castanha de caju, o sisal e o arroz. Paralelamente, produziam-se também nas áreas da população colona culturas anuais (milho, amendoim e feijões), para além de hortaliças. As terras alocadas à agricultura colona eram mais férteis, quando comparadas às terras da população “indígena”.

Na agricultura de subsistência, a alternativa era ocupar parcelas de terras residuais, caracterizadas por terras menos férteis e baixa produção e produtividade. Assim, a estratégia usada pela população nativa consistia em dividir as culturas em relação aos tipos de solos, considerando o tipo de cultura que melhor se adaptaria aos referidos solos. Nos solos mal drenados, a população “indígena” aproveitava para o cultivo de hortas que consorciavam com culturas como o amendoim. Já nos solos bem drenados cultivavam a mandioca, feijões e milho.

As culturas “indígenas” consideradas de rendimento e, conseqüentemente, para a venda eram o arroz, o cocó e a castanha de caju. As fruteiras, com destaque para o

⁸¹ Entrevista realizada no dia 08 de junho de 2012 no Posto Administrativo de Angoche.

caju, eram plantadas nas zonas próximas as habitações, sendo que o cajueiro ocupava a maior área. Ficava como área destinada para o cultivo de alimentos para os indígenas apenas um hectare ou menos por família (CHAMBE, 2011).

Chambe (2011) refere ainda que após a independência, a agricultura ficou baseada numa tipologia em que existiam áreas em favor e uso pelas unidades produtivas familiares em contraposição às áreas em uso pelos agricultores portugueses que passaram a empresas agrícolas estatais. Este tipo de organização socioespacial, que conforme se referenciou, condicionou o surgimento das aldeias comunais que, para Araújo [1980 e 1990] não foi mais que tentar concentrar o povoamento outrora disperso e bastante irregular que espelhava a ocupação e posse de terra em favor da população colona e dar uma nova organização à atividade econômica rural.

Os desastrosos resultados da política de socialização do campo, amplamente analisados e discutidos em itens anteriores, que não foram refletidos apenas em Angoche, mas um pouco por todo o país, foi o fosso entre o número da população agrupada nas aldeias e os recursos naturais nela disponíveis, sobretudo a falta de terra arável para o cultivo. No caso do caju, conforme discriminado, assistiu-se ao abandono das plantações por parte dos produtores que deviam concentrar-se nas aldeias comunais. Contudo, ainda que de forma indireta, as populações continuaram forçadas ao cultivo do fruto pelo novo Governo.

De modo geral, a estrutura agrária do distrito, no período pós-independência, encontrava-se dividida em dois setores distintos: o setor estatal com as empresas agrícolas estatais e as cooperativas agrícolas; e as aldeias comunais representadas pelo setor familiar de produção. Casal (1998) *apud* Chambe (2011) refere que no contexto da produção coletiva, as terras familiares são anexadas ao setor estatal e as populações passam a procurar áreas agrícolas cada vez mais distantes das aldeias comprometendo todo o sistema agrário familiar com:

- As *machambas* próximas às aldeias passam a ter um tempo de pousio reduzido, provocando baixa produtividade da terra;
- A redução do tempo de trabalho nas *machambas* familiares quando, por um lado, tinham que fazer longos percursos para alcançar as *machambas* e por

outro, condicionados a transferência de força de trabalho para a produção cooperativa;

- Menos áreas disponíveis para as famílias (era atribuído cerca de meio hectare por família perto da aldeia);
- Os instrumentos de trabalho começaram a ficar cada vez mais escassos, pois, as próprias empresas agrícolas estatais que deveriam prestar os serviços de assistência às famílias estavam sem recursos.

Conforme discutido, essa forma de organização socioespacial da produção acabou por ser extinta, pois, dificultava em muito o modo tradicional de produção familiar, demonstrado pelas resistências manifestadas pelos camponeses. Atualmente, o sistema agrário do distrito é dominado pelo segmento agrícola familiar que contribui praticamente com o total da produção tanto de culturas alimentares como de rendimento. Entre as principais culturas alimentares praticadas no distrito, encontram-se a mandioca, consorciada com leguminosas de grão como o feijão-nhamba (feijão-caupi) e amendoim. O arroz é também uma importante cultura para os AF tanto para o consumo como para a venda e beneficia de incentivos por parte do Governo do distrito. Esses dados corroboram com os resultados das entrevistas realizadas, quando se buscou questionar a um técnico do SDAE de Angoche sobre as principais culturas alimentares praticadas no distrito com ênfase para a safra 2010/2011.

As principais culturas alimentares que se praticam, logicamente estão a mandioca, o alimento base da nossa população, os feijões (feijão bôer); temos o arroz, digamos que é a nossa bandeira em Angoche. Ou seja, mandioca, feijão e arroz, essas são aquelas que na pirâmide eu ponho no topo, depois vem as outras, temos o forte aqui da batata doce. O amendoim aqui é mais de rendimento, o amendoim ganhou posicionamento bom devido principalmente ao preço do mercado; já andamos entre 14 a 15 mil toneladas por ano. Milho... não somos grandes produtores, fazemos milho sim, mas não com aquela dinâmica que havia de desejar, mas faz-se milho e vende-se mais milho fresco, em forma de maçaroca, poucas famílias guardam o milho, mas há famílias com hábitos alimentares que consideram o milho para farináceo para sua alimentação. O amendoim foge um pouco de cultura alimentar, por causa dos hábitos alimentares da população (Entrevista-E3)⁸².

⁸² Entrevista realizada no dia 22 de fevereiro de 2012 no Posto Administrativo de Angoche.

No DA, a agricultura é a atividade dominante e envolve quase todos os AF. De modo geral, a agricultura no distrito é praticada manualmente em pequenas explorações familiares e em regime de consorciação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões com o recurso a tratores, sobretudo na cultura do arroz. O arroz de sequeiro é produzido nas planícies aluviais dos principais rios que drenam a costa e planícies estuarinas, sendo normalmente produzido em bacias de inundação preparadas para o efeito. A produção agrícola é feita predominantemente em regime de sequeiro, mas existem pequenas infraestruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície e represas com potencial para irrigar pequenas áreas agrícolas. Quando se buscou questionar sobre os instrumentos e técnicas utilizadas na produção de culturas alimentares, junto a um técnico do SDAE de Angoche, apurou-se a seguinte informação:

[...] a maior parte da nossa produção é ainda do regime familiar. O uso da *enxada de cabo curto* é ainda uma realidade dominante. É claro de que através de vários programas, quer a nível do Ministério da Agricultura, quer do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta e do Fundo de Desenvolvimento Distrital, temos adquirido alguns tratores que nos facilitam essa atividade. Honestamente temos cinco tratores, três foram comprados através dos vulgos sete milhões, temos um trator em cada posto administrativo e entregamos a gestão dos chamados pequenos fóruns. Os outros dois vieram do Fundo de Desenvolvimento Agrário e outro do setor privado. Então, estes tratores são poucos e nós privilegiamos aquilo que chamamos de blocos (grandes extensões de terra lavradas e parceladas para o setor familiar e com assistência técnica, sobretudo da produção de arroz), porque quando os camponeses estão muito dispersos é difícil. Entretanto ainda estamos naquela altura de lavar pequenas *machambas*. Então para dizer que sim, ainda continuamos com agricultura de *enxada de cabo curto*, mas gradualmente, principalmente na cultura do arroz estamos a entrar em técnicas mecanizadas (Entrevista-E3)⁸³.

Em termos de quantidades produzidas, o distrito registrou melhoria tanto no aumento da produção como na expansão das áreas de cultivo, conforme se pode observar na tabela 28.

⁸³ Entrevista realizada no dia 22 de fevereiro de 2012 no Posto Administrativo de Angoche.

Tabela 28– Produção e área colhida com as principais culturas alimentares no distrito de Angoche, campanhas (2006/2007 – 2011/2012).

Safras	Principais culturas com exceção da castanha de caju									
	Produção em toneladas/área colhida em hectares									
	Milho		Arroz		Mandioca		Amendoim		Feijões	
	Prod.	Area	Prod.	Area	Prod.	Area	Prod.	Area	Prod.	Area
Total	76.695	50.254	79.215	61.053	1.192.084	200.106	74.980	86.086	34.621	31.330
2006/07	6.400	8.000	6.407	9.214	192.000	32.000	9.100	15.305	1.869	4.399
2007/08	6.800	8.500	6.650	9.500	198.000	33.000	9.100	14.000	2.250	5.000
2008/09	5.356	6.695	7.277	8.086	194.094	32.349	9.836	15.132	2.037	4.527
2009/10	18.938	8.867	15.881	9.053	187.600	34.104	13.715	13.879	7.592	5.582
2010/11	19.351	9.067	18.000	12.000	211.445	34.104	13.879	13.879	8.373	5.582
2011/12	19.850	9.125	25.000	13.200	208.945	34.549	19.350	13.891	12.500	6.240

Fonte: SDAE-Angoche, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Notas: Prod. = Produção

Da leitura da tabela 28 observa-se que houve um aumento na produção das principais culturas anuais praticadas no distrito da campanha 2006/2007 para a campanha 2007/2008 o que também foi acompanhado por uma ligeira expansão das áreas de cultivo. A produção registrou, de modo geral, uma queda na campanha 2008/2009 com exceção da cultura do arroz e do amendoim que observaram um ligeiro aumento. Esse aumento foi devido em parte aos incentivos oferecidos aos camponeses pelo Governo local, sobretudo na cultura do arroz por meio da utilização de tratores nas *machambas* de camponeses organizados (geralmente em associações) e do alargamento dos serviços de extensão tanto da rede pública como de parceiros e privados. O aumento na produção do amendoim esteve ligado, sobretudo aos “bons” preços praticados no mercado o que de certa forma tem motivado os camponeses na sua produção.

Ainda de acordo com a tabela 28 pode-se também observar que tanto a produção quanto a área de cultivo das principais culturas voltaram a aumentar da campanha 2009/2010 para a campanha 2011/2012. Este aumento está também relacionado aos esforços que o Governo local exerce junto aos camponeses principalmente na distribuição de sementes melhoradas e no acesso aos serviços de extensão. De modo geral, a agricultura do setor familiar é caracterizada por baixos índices de produção e produtividade, principalmente quando relacionada com a

extensão das áreas por elas ocupadas. Esse cenário é principalmente influenciado pela ausência de mecanização da produção, uso insuficiente senão ausente de técnicas de fertilização de solos, agravado pela ocorrência de ciclones e da dependência quase total das condições climáticas, principalmente da precipitação.

No quadro dos sistemas de cultivo praticados no DA, há ainda a considerar a importância do cajueiro e de outras culturas de rendimento como o coqueiro, gergelim ou simplesmente sésamo (*Sesamum indicum* L.) e sisal, quer como produtos que garantem a segurança alimentar ou como fonte de rendimento para as famílias camponesas. Entre as culturas de rendimento praticadas, o sistema produtivo de caju é o mais representativo, ao que se seguem o cocó, o gergelim e embora não significativo, o sisal.

5 PRINCIPAIS ATORES DO SETOR AGRÍCOLA DO CAJU

O setor agrícola do caju em Moçambique e particularmente no DA, envolve não somente os pequenos produtores, os comerciantes, os processadores e exportadores, como também, conta com forte participação, conforme será visto adiante, de uma série de organizações nacionais e internacionais (públicas e privadas), com destaque para o INCAJU. Não menos importante neste conjunto de atores que participam no setor do caju em Moçambique estão as autoridades tradicionais que facilitam e/ou permitem a atuação das várias instituições e organizações bem como a implantação das políticas públicas junto as comunidades locais, por meio de sua sensibilização. Nos itens subsequentes, fez-se um esforço no sentido de caracterizar e descrever o perfil e o papel dos principais atores do setor cajuícola moçambicano, particularmente no DA.

5.1 O INCAJU e as Organizações Não Governamentais (ONG)

No DA o INCAJU intervém junto aos pequenos produtores por meio de atividades de fomento, distribuição gratuita de mudas de caju e dos serviços de extensão focados principalmente na assistência técnica e no tratamento químico dos cajueiros. Segundo depoimento de um técnico do INCAJU sediado em Angoche mostrou ser insuficiente a capacidade de cobertura total à assistência prestada aos produtores, devido principalmente à falta de recursos financeiros, mão-de-obra e transporte para a distribuição de mudas. De acordo com essa fonte, para minimizar os efeitos derivados da indisponibilidade de recursos e de mão-de-obra no processo de produção da castanha de caju, o INCAJU distrital conta com o apoio direto do SDAE local, por meio da rede de extensão nacional e com a colaboração do IPDM, que apoia o INCAJU em Angoche na contratação de trabalhadores temporários. Estes trabalhadores apoiam o INCAJU nos trabalhos ligados à produção de mudas junto aos viveiros.

Na área da pesquisa, o INCAJU tem o seu programa nacional de investigação do caju visando o melhoramento de clones por cruzamentos artificiais, introdução de germplasma (modificações genéticas com base em sementes provenientes da África Ocidental, Tanzânia e Brasil), microzoneamento de áreas, produção de semente policlonal, identificação de clones resistentes e/ou tolerantes às pragas e doenças

fungícas. A investigação é realizada em parceria com os órgãos do Estado, como o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) também subordinado ao MINAG, e que se constitui no órgão governamental responsável pela pesquisa agrária no país. Paralelamente, os programas de investigação contam também com a parceria de empresas internacionais, principalmente a EMBRAPA e a *Japan Internacional Cooperation Agency* (Jica) que em conjunto promovem a capacitação e a formação de técnicos moçambicanos ligados ao setor por meio de cursos de treinamento em produção, pós-colheita e processamento industrial do caju, visando qualifica-los para exercerem a pesquisa e a transferência de tecnologia em Moçambique.

As ONGs nacionais e internacionais exercem suas atividades junto aos produtores familiares em coordenação com os programas estabelecidos pelo INCAJU. O foco destas organizações está voltado para a assistência técnica junto aos pequenos produtores, promovendo a sua organização em associações, buscando melhorar os vínculos de mercado como a renda obtida com a produção de caju.

Segundo Grobe-Ruschkamp e Seelige (2005) a província de Nampula conta com a presença de ONGs que exercem suas atividades no setor do caju tais como a *Cooperative League of the United States of America* (CLUSA), a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), a *Netherlands Development Organization* (SNV), o programa Agrifuturo financiado pela USAID e a Agência de Desenvolvimento Francesa (AFD). O distrito de Angoche contou, num passado recente, com o apoio da SOFREGO, uma empresa nacional que apoiava o INCAJU no processo de produção e distribuição de mudas para novos plantios. Os resultados do projeto foram positivos na medida em que parte significativa dos AF participantes da pesquisa de campo declarou que as suas plantações de caju são o resultado da implantação e materialização do referido projeto.

Junto às comunidades encontra-se ainda um grupo de provedores de serviços, na maior parte deles também produtores de caju. De acordo com o MINAG (2007) *apud* Chambe (2011) os provedores de serviço fazem parte de um dos mecanismos mais comuns para a disseminação de informação por meio da extensão de produtor para produtor, uma vez que o serviço de extensão pública em si não consegue atingir diretamente um grande número de agricultores por contatos diretos. É neste contexto

que o INCAJU dispõe de um grupo de provedores de serviços privados nas atividades de assistência prestada aos pequenos produtores de caju, fundamentalmente no que se refere ao tratamento químico do cajueiro. Em Angoche, não foi possível apurar junto ao INCAJU local, tanto o número de provedores, como os dados referentes a sua distribuição geográfica pelo distrito.

Assim, aqueles produtores com um pouco mais de capacidades e habilitados em termos de investimentos se beneficiam de crédito para aquisição do conjunto necessário para o tratamento dos cajueiros. Nesse sentido, o INCAJU iniciou o recrutamento de provedores com o incentivo a adquirirem o pulverizador a crédito e preços subsidiados. Atualmente, os provedores adquirem a preços normais, ainda que facilitados em parcelamentos ou pagamentos únicos no final do ciclo agrícola. Na sequência, os provedores passam por um treinamento e capacitação sobre gestão e utilização dos produtos de tratamento com base em fundos públicos, não existindo, no entanto, qualquer ligação contratual destes com o INCAJU, sendo seu trabalho, pago pelos produtores de caju assistidos (CHAMBE, 2011).

Para o INCAJU, estes provedores acabam sendo o foco das atenções quando operam como facilitadores, prestando serviços de pulverização junto àqueles menos possibilitados. Por meio deles, o INCAJU obtém o efeito multiplicador da assistência técnica, observando-se assim, uma forte ligação entre estes com os pequenos produtores familiares não apenas na qualidade de provedores, como também o primeiro elo para a comercialização da castanha *in natura*. Na condição de mais possibilitados, na maior parte dos casos, estes provedores de serviços são também comerciantes lojistas locais, que compram e concentram a castanha de caju dos pequenos produtores familiares (CHAMBE, 2011).

5.2 O segmento agrícola familiar

Conforme dados do CAP 2009-2010, as atividades produtivas em Moçambique são exercidas em explorações agropecuárias⁸⁴ que podem ser tanto de natureza familiar como empresarial. De acordo com esse Censo, no primeiro caso trata-se de

⁸⁴ A designação exploração agropecuária é utilizada em virtude de não existir no país a propriedade privada da terra. O conceito de exploração agropecuária, consta da página de glossário desse trabalho.

uma unidade econômica de produção agropecuária sob uma gestão singular baseada na exploração fundiária destinada a produção agrícola, pecuária ou ambas, sem ter em consideração os aspectos legais de posse (título) ou tamanho. Trata-se de uma exploração em que pelo menos 75% da mão-de-obra agrícola é fornecido pelo AF do produtor e que não recebem salário. A área total da exploração agropecuária familiar (EAPF) abrange todas as parcelas (*machambas*), próprias ou ocupadas em pleno uso, em pousio, terras com árvores de fruta, com pastagens privadas, hortas e outras pequenas parcelas (geralmente não consideradas *machambas*) à volta da casa. Ela constitui uma unidade de gestão autônoma em que grande parte das decisões é tomada pelo chefe do AF. No entanto, a gestão pode também ser exercida por um ou mais indivíduos ou um ou mais AF, ou por uma pessoa jurídica, como corporação, cooperativa ou agências governamental ou estatal.

A exploração agropecuária empresarial (EAPE) é caracterizada pela utilização de tecnologia relativamente intensiva (maquinaria e equipamento agrícola), mão-de-obra permanente e assalariada, área total maior ou igual a 10 ha, uso de sementes melhoradas, uso de agroquímicos, uso regular de medicamentos veterinários. O seu objetivo principal é o lucro e os resultados da sua atividade são destinados, sobretudo ao mercado. Tanto num como noutro tipo, as terras da exploração agropecuária podem ser constituídas por uma ou mais *machambas*/parcelas/blocos, localizadas numa ou mais áreas geográficas ou administrativas, desde que utilizem os mesmos meios de produção. Segundo o CAP 2009-2010 a tipologia dessas explorações vai desde a pequena, média e grande exploração. Essa classificação toma por base a área da terra sob cultivo de culturas anuais e permanentes, o número de efetivos de espécies pecuárias, o uso da rega e a prática de horticultura, fruticultura ou floricultura, em conformidade com os critérios representados no quadro 2.

Quadro 2 – Fatores para classificação da tipologia das explorações agrícolas.

Fatores	Limite 1	Limite 2
Área cultivada não irrigada (ha)	10	50
Área cultivada irrigada, Pomares em produção, Plantações, Hortícolas, Floricultura (ha)	5	10
Número de cabeças de Gado Bovino	10	100
Número de Caprinos/Ovinos/Suínos	50	500
Número de Aves*	2.000	10.000

Fonte: INE, 2011.

Seguindo essa abordagem, considera-se pequena exploração se todos os fatores forem menores que o limite 1, representado no quadro 3. Se um fator for maior ou igual ao valor do limite 1 e menor que o do limite 2, classifica-se como média exploração. Se pelo menos um fator for maior ou igual ao do limite 2, classifica-se como grande exploração. Nos casos de áreas cultivadas irrigadas, pomares⁸⁵ em produção, plantações⁸⁶, horticultura e floricultura, considera-se pequena exploração aquela cuja área é inferior a cinco hectares; média exploração quando varia entre cinco e 10 hectares e grande exploração quando maior que 10 ha. O CAP 1999-2000⁸⁷ observa que dependendo da sua ligação, ou não, com os AF, as explorações ligadas às famílias podem ser pequenas ou médias. Aquelas que pela dimensão, não têm ligação com as famílias, são normalmente consideradas de grandes explorações. Desse modo, é possível compreender que o conceito sobre EAPF é uma definição genérica do que constitui o segmento agrícola familiar em Moçambique. Através desta definição pode-se ainda extrair o conceito de pequeno produtor familiar.

Mole (2000a) refere que os pequenos produtores de caju não são um grupo homogêneo, podendo ser estabelecida uma tipologia desses produtores em função da área de terra disponível ao AF por adulto equivalente e pelas diferenças entre os grupos de produtores no que se refere à dotação de recursos e a posse de cajueiros por sistemas de produção nos quais eles se encontram. Nesta tipologia, o autor considera pequenos produtores de caju aqueles com uma área de terra equivalente a 2.7 ha, com até 48 unidades de cajueiros por AF e a mão-de-obra empregue na

⁸⁵ Referem-se “a uma parcela ou um conjunto de parcelas com plantação ordenada de árvores de fruta em crescimento e/ou em produção” (INE, 2002, p. 61).

⁸⁶ No âmbito do CAP 1999-2000 as plantações referem-se às culturas fruteiras nomeadamente ananaseiro, bananeira, videiras, maracujás, morangueiras plantadas em monocultura de uma forma ordenada (INE, 2002).

⁸⁷ INE, 2002.

unidade de produção é em mais de 50% proveniente do AF. Embora este seja um critério de limite 1 da classificação apresentada no quadro 3, tanto pela área de terra disponível, quanto pela quantidade de árvores de fruteiras (no caso o número de cajueiros) em produção, no presente estudo, adotou-se o limite máximo dos critérios de classificação apresentados no quadro 4 que ilustra as várias categorias do pequeno produtor de caju; segundo a tipologia proposta por Mole (2000a).

Quadro 3 – Tipologia dos pequenos produtores de caju.

Indicadores	Variáveis	Categorias de produtores por terra por adulto equivalente			Pequeno produtor típico
		Baixo	Médio	Alto	
Demografia	Tamanho do agregado familiar	5.0	3.6	3.8	4.2
	Idade do chefe do agregado familiar	41	46	59	48
Recursos	Mão de obra em adulto equivalente	2.7	2.4	1.9	2.4
	Área de terra por agregado familiar (ha)	2.7	3.4	4.7	3.5
	Nº de cajueiros por agregado familiar	48	73	60	63

Fonte: Mole, 2000a.

Em função dos dados constantes no quadro 4 pode-se facilmente compreender que os AF da categoria que tem menos terra por adulto equivalente têm um tamanho do AF relativamente maior e um maior potencial para uma maior força de trabalho. Quer dizer, os AF com mais membros para alimentar para o mesmo número de adultos que as outras categorias, têm uma maior taxa de dependência. Como consequência, os produtores com menos terra e menos cajueiros têm maior probabilidade de serem vulneráveis e pouco capazes de se envolverem em atividades de maior risco.

Estas diferenças tipológicas entre os pequenos produtores rurais são unânimes com as constatações de Castelo-Branco (2008) quando analisa os desafios do desenvolvimento rural em Moçambique. Este autor encontra um setor rural heterogêneo caracterizado por dois grupos distintos de AF que vivem de fato da agricultura: por um lado, se encontram os que podem ser denominados de “muito pobres”, que não conseguem diversificar o seu leque de atividades, frequentemente por causa da limitação de oportunidades de emprego decente, e por outro lado, “os mais abastados” (camponeses médios ou mesmo empresários agrícolas), que em algum momento da sua vida economicamente ativa passaram com sucesso por anos de trabalho

assalariado e outras formas de sobrevivência e acumulação, o que lhes permitiu investir na agricultura (expansão das áreas de cultivo, aquisição de meios de produção melhores – incluindo tração animal ou mecânica e sistema de irrigação – recrutamento de força de trabalho) e construir uma base como produtores comerciais ou semicomerciais independentes.

O primeiro grupo é mais numeroso que o segundo e é instável. Em períodos de intensa procura de força trabalho tende a desaparecer, enquanto que em períodos de crise de emprego tende a aumentar; já o segundo grupo é vulnerável, mas tende a consolidar-se e a destacar-se dos outros. Mole (2000a) refere que nestes grupos existe uma associação positiva e forte entre a posse de terra e a concentração de cajueiros – aqueles AF com mais terra também possuem mais cajueiros. Além disso, essa relação estende-se também até aos padrões de rendimento e consumo. Os AF com menos terra têm menos cajueiros e menores níveis de rendimento.

De acordo com síntese da bibliografia revista e dos resultados da pesquisa de campo, foi possível constatar que os produtores de caju do setor familiar têm em média 40 a 60 árvores por cada família (o que representa em média menos de dois hectares ocupados com caju), embora as diferenças existentes em termos de número de árvores podem ser maiores. A produção do setor familiar é caracterizada por baixos rendimentos e tem sido referida como sendo de má qualidade. Portanto, a unidade a ser estudada é a pequena exploração agropecuária que tem como sujeito o pequeno produtor familiar de caju, conforme se buscou discutir no item que se segue.

6 SISTEMAS PRODUTIVOS DE CAJU IDENTIFICADOS NO DISTRITO DE ANGOICHE E SUAS CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS

Segundo Peixinho (2006) a análise da organização do espaço, por meio de sistemas produtivos, visa à compreensão de como a dinâmica desses processos produz diferenciações espaciais. Citando um exemplo do espaço rural, que se compõe de diferentes espacialidades resultantes das suas formas de organização, o autor refere que a sua análise pode ser feita por meio do uso da base natural, da estrutura fundiária, das relações de trabalho e do padrão tecnológico. Nesse sentido, a organização dos processos produtivos depende da forma como essas dimensões se compõem. Esse autor refere ainda que:

As condições do relevo e edafo-climáticas, por exemplo, participam na organização dos processos produtivos possibilitando vantagens comparativas ou limitações. A estrutura fundiária, por sua vez, apesar de ser discutível um tamanho ideal para as propriedades rurais, tem sido um dos principais motivos do debate sobre o desenvolvimento do campo [...]. Já as relações de trabalho, base de toda organização produtiva, marcam como a produção se realiza. Por último, o padrão tecnológico indica, dentro do processo produtivo, as mediações entre as outras três dimensões, pois estabelecem as relações entre condições da base natural, o tamanho da propriedade e o uso das relações de trabalho, podendo representar maior intensificação do uso de capital (PEIXINHO, 2006, p. 24).

O processo evolutivo dos sistemas agrícolas se dá a partir de uma dinâmica interna à própria organização da produção; ou seja, apesar das interações que se dão entre a forma de exploração e sua relação com o mercado, a dinâmica está centrada no próprio processo interno da propriedade. A unidade produtiva pode evoluir ou regredir, dependendo do sistema agrícola que ela desenvolve (PEIXINHO, 2006). No DA, o cultivo do caju é realizado em unidades de produção agrícola associadas aos AF que os levam a se tornarem no centro de análise de sistemas de produção agrícolas.

No contexto das unidades produtivas, Dufumier (2007)⁸⁸ *apud* (Chambe, 2011) refere que os sistemas de produção estão em combinação mais ou menos coerente com diversas atividades neles incluídos: os cultivos, a criação e a transformação de

⁸⁸ DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007.

produtos que ocorrem na unidade. Pode ocorrer nos sistemas de produção agrícola, a simultaneidade de culturas numa mesma porção de terra, que podem por um lado, se manifestar em relações de concorrência entre as culturas ou, por outro, representar simplesmente aumentos na produtividade por unidade de área.

A organização das atividades das unidades incorpora elementos técnicos, econômicos, bem como sociais, pois, as suas inter-relações articulam técnicas agrícolas disponíveis ou a serem criados pelos trabalhadores agrícolas que, por sua vez, vão gerar uma produção que se destina ao autoconsumo e/ou a geração de valor. Por essa razão, os autores incorporam a categoria social aos sistemas de produção. Tal categoria do sistema de produção está presente no estatuto social da mão-de-obra, no estatuto do produtor, no seu modo de acesso à terra e na dimensão da unidade agrícola, resultando em combinações que possibilitam a renovação dos seus meios de produção e de suas atividades (MAZOYER E ROUDART⁸⁹, 2010 *apud* CHAMBE, 2011). Citando Bandini (1995)⁹⁰ a mesma autora afirma que os sistemas de produção ocorrem em cada unidade com características distintas, mas que no final todas elas contem a identidade de organização, o tamanho das unidades e produção resultante, os contratos de trabalhos (se existirem), as relações com os mercados.

No caso do caju, o estudo realizado por Grobe-Ruschkamp e Seelige (2010) sobre a análise da cadeia de valor do caju em Moçambique, distingue três formas de localização das plantações de cajueiros. A primeira engloba cajueiros abandonados que crescem em terras comunais (matagais) que não pertencem a nenhum agricultor individualmente. Os frutos destas árvores são colhidos de vez em quando pelos habitantes dos povoados. A segunda forma de localização dos cajueiros pertence aos pequenos produtores, que crescem sem espaçamento regular, espalhadas pelos terrenos, preferencialmente perto das habitações. Muitos dos proprietários das árvores não efetuam o cuidado devido com as plantas, limitando-se na apanha dos frutos. A terceira parte de cajueiros, que também não obedece a um espaçamento regular localiza-se em parcelas de terras de produtores que diferentemente do segundo caso, tomam o devido cuidado com as árvores, encarregando-se regularmente da poda,

⁸⁹ MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

⁹⁰ BANDINI, Mário. **Economia Agrária**. Lisboa: Fundação Caloutste Guilbenkian, 1959.

limpeza dos terrenos e controle fitossanitário bem como procedem ao plantio regular de cajueiros. As fotografias 1 e 2 ilustram o exemplo de algumas dessas formas de localização dos cajueiros fotografadas durante a pesquisa de campo em Angoche.

Figura 3 – Formas de localização dos cajueiros.



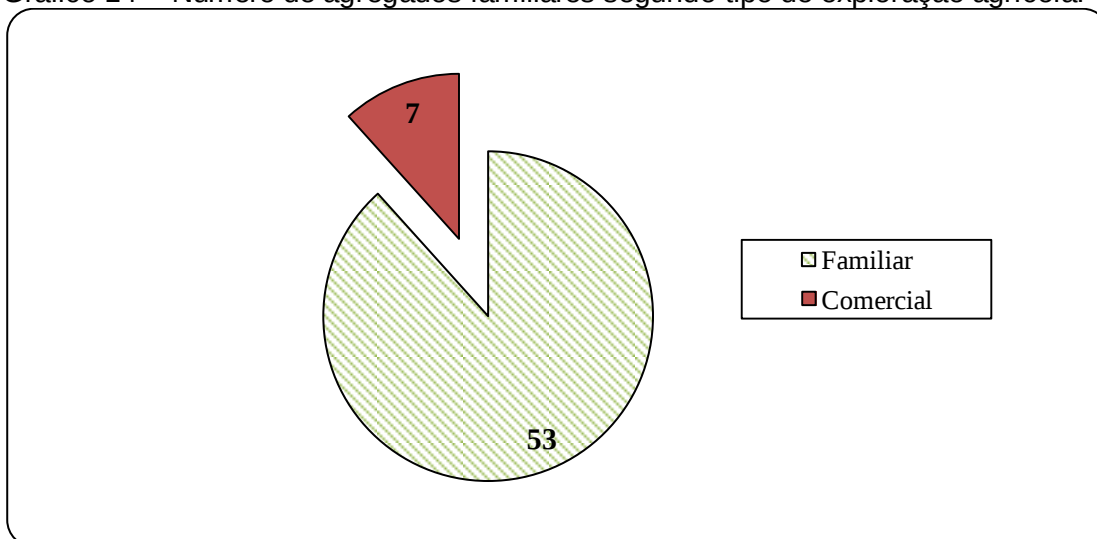
Fonte: Frei, 2012.

A classificação dos sistemas de produção pode ser feita usando-se de vários critérios. O INCAJU faz a distinção dos sistemas de produção com base na categorização dos produtores de caju, considerando dois grandes grupos: os produtores familiares e os produtores comerciais (CHAMBE, 2011). É nesse quadro que a pesquisa buscou identificar os sistemas produtivos de caju praticados no DA com base no uso de indicadores socioeconômicos, tais como a caracterização dos agregados, os meios de produção utilizados, as relações sociais de produção, o número de cajueiros e o tamanho da área plantada com caju.

Dados da pesquisa de campo revelam que dos 60 AF produtores de caju selecionados no distrito, o equivalente a 100% da amostra, 90% deles são chefiados por homens e apenas 10% por mulheres. Do mesmo modo, constatou-se que 53 AF, o equivalente a 88,3% do total da amostra selecionada, possuem explorações agrícolas

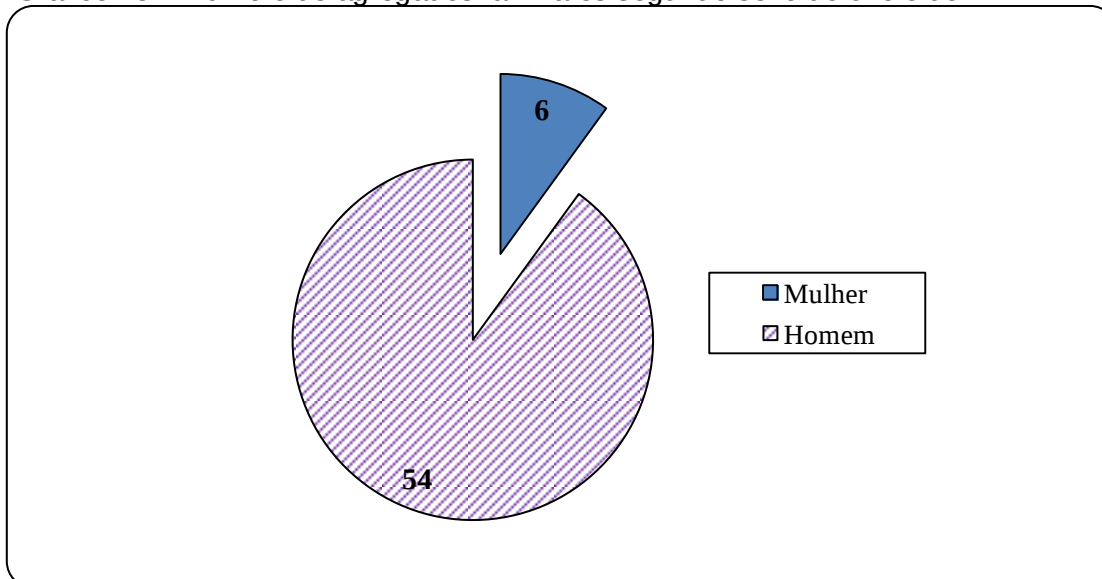
do tipo familiar, chefiadas tanto por homens como por mulheres, e apenas 11,7% dos AF é que possuem explorações agrícolas empresariais ou no mínimo comerciais, chefiadas exclusivamente por homens (atente aos gráficos 14 e 15). Entre aqueles AF chefiados por homens e aqueles chefiados por mulheres e, entre estes e aqueles cuja produção é de caráter empresarial/comercial, observaram-se diferenciações nos modos da organização da produção, o que possibilitou estabelecer uma tipologia dos sistemas produtivos de caju praticados no DA.

Gráfico 14 – Número de agregados familiares segundo tipo de exploração agrícola.



Fonte: Frei, 2012.

Gráfico 15 – Número de agregados familiares segundo sexo do chefe do AF.



Fonte: Frei, 2012.

Desse modo, e de acordo com os resultados dos questionários e das entrevistas realizadas, foi possível identificar no DA, dois principais sistemas produtivos do caju: 1) o sistema de produção agrícola familiar, que pode variar entre o sistema produtivo chefiado por homens e o sistema produtivo chefiado por mulheres e 2) o sistema produtivo agrícola comercial, chefiado exclusivamente por homens. Estes resultados assemelham-se aos obtidos por Chambe (2011) no seu estudo sobre sistemas de produção agrícola de caju e o modo de vida dos pequenos produtores familiares de Manjacaze, no qual a autora identifica três principais sistemas de cultivo: 1) sistema de produção baseado em AF chefiados por mulheres, 2) sistema de produção baseado em AF com decisões compartilhadas e 3) sistema produtivo baseado em AF chefiados por homens.

Desse quadro, é possível avançar, embora timidamente, com a ideia de que os sistemas produtivos de caju em Moçambique se repetem espacialmente por entre as regiões produtoras de caju no país, dado que a caracterização desses sistemas se assemelha em muito com os sistemas produtivos de caju identificados em Angoche. Contudo, a diferença entre os sistemas identificados por Chambe (2011), em Manjacaze e, os identificados em Angoche, na visão desse trabalho, é que enquanto em Manjacaze a autora pôde identificar um sistema de produção, onde as decisões são compartilhadas, em Angoche, não foi possível identificar um caso em que as decisões do processo produtivo do caju fossem compartilhadas. A seguir, fez-se um esforço no sentido de analisar e caracterizar a organização socioespacial dos sistemas de produção de caju identificados em Angoche no decurso da pesquisa de campo.

6.1 Sistemas de produção agrícola familiar

6.1.1 Sistema produtivo baseado em AF chefiados por mulheres

Em conformidade com o gráfico 15 é possível observar que seis dos 60 AF, o equivalente a 10% da amostra selecionada no DA pertence à AF em que os responsáveis por todas as etapas que compreendem o processo produtivo do caju são mulheres, maior parte delas viúvas ou solteiras com idade igual ou superior a 50 anos. Conforme refere Chambe (2011) a característica comum dessas produtoras é terem um AF em número reduzido, variando entre um a quatro adultos e crianças menores e em

idade escolar, quando existem. Segundo essa autora, esta dificuldade impacta negativamente no trabalho agrícola, fundamentalmente com as plantações de cajueiro. Consequentemente a utilização da terra neste sistema produtivo é bastante reduzida. As áreas disponíveis para o trabalho (as referidas *machambas*), normalmente encontram-se a volta do terreno para a habitação, variando em média entre meio a um hectare e não ultrapassando os dois hectares.

A falta de capacidade de utilização de parcelas maiores de terra torna a organização deste sistema de produção bastante diversificado com recurso ao consórcio de culturas numa única parcela, onde as principais culturas anuais são mandioca, feijões (*feijão-nhemba* e *feijão-boêr*), amendoim e milho. O baixíssimo nível tecnológico é característico deste sistema de produção, de tal forma que os únicos utensílios de trabalho são a enxada de cabo curto e, em alguns casos catanas (facões). Com relação às plantações de cajueiro, percebeu-se que a totalidade das famílias pertencentes a este sistema produtivo, apenas cuidam e sobrevivem dos cajueiros herdados ou plantados há mais de 30 anos. Neste contexto, além de dividir espaço com outras fruteiras junto às habitações, observam-se esporadicamente alguns cajueiros nas *machambas* consorciadas com as culturas anuais, e outros mais distantes das habitações e que na maioria tornam-se resíduos da floresta nativa (CHAMBE, 2011).

O problema com a mão-de-obra reflete-se em grande medida no cuidado com os cajueiros que se torna inexistente para as famílias. Entretanto, a consorciação em que estão sujeitas as plantações de cajueiros facilitam a limpeza dos terrenos e controle de plantas daninhas nas *machambas*. Na época da colheita, fase caracterizada por uma maior demanda de mão-de-obra, estas famílias geralmente, quando podem, solicitam apoio de membros de outros AF, ao que como pagamento do trabalho efetuado, recebem parte da castanha coletada, previamente acordada. Esses acordos são dos mais variados tipos, mas, geralmente, pagasse um quilograma de castanha por árvore.

Em termos de rendimento obtido com a venda da castanha, constatou-se que a maioria desses AF consegue uma renda em média abaixo dos US\$ 50,00 por cada safra agrícola. Apenas em dois dos casos, constatou-se haver AF que conseguem obter uma renda que pode variar entre US\$ 50 a 150 US\$. Em todos os casos das famílias

chefiadas por mulheres, pela qualidade da sua atividade e pelo que foi apresentado, observa-se que a única finalidade deste sistema produtivo é a sobrevivência que, em muitos casos, chega a não atingir ganhos suficientes de produtividade e em um nível de produção tal que os possa manter durante o ano. Daí que, o total da produção é praticamente dirigido para o autoconsumo familiar.

6.1.2 Sistema produtivo baseado em AF chefiados por homens

Para este sistema de produção, observou-se que existe maior disponibilidade de terra para o trabalho agrícola, havendo inclusive relato de famílias com mais de uma *machamba*. Dados do campo estimam que neste sistema de produção, as famílias possuem em média entre dois ou mais hectares de terra disponível para o cultivo de caju e de outras culturas tanto alimentares como de rendimento, havendo casos de famílias que chegam a ter até nove hectares.

O sistema de cultivo é também convencional, com rotatividade menor das *machambas* em atividade, uma vez que não possuem terras suficientes para pousios mais longos de mais de uma campanha agrícola. Nestas famílias não existem diferenças muito grandes em termos da forma de consorciação de cultivos com relação ao primeiro sistema de produção identificado. Geralmente o consórcio de culturas observa-se entre as plantações de cajueiros e duas ou mais culturas anuais (principalmente *feijão-nhemba*, amendoim e mandioca), em caso adequado de localização das *machambas*, o arroz e a batata doce (CHAMBE, 2011).

Quanto aos utensílios de trabalho assemelha-se grandemente ao primeiro sistema produtivo encontrado. Basicamente o trabalho agrícola é efetuado mediante o uso de *enxada de cabo curto* e para a poda e outros cuidados com os cajueiros, quando acontecem usam instrumentos como catanas (facões) e machados (CHAMBE, 2011). A fertilização do solo é feita ou pelo sistema de pousio ou pela incorporação de restos de plantas no solo. A mão-de-obra é basicamente familiar operando com uma força de trabalho até quatro adultos ou mais.

As mulheres adultas participam de trabalhos, alguns juntamente com os homens como o plantio, a limpeza, a poda e apanha da castanha. As crianças menores e em idade escolar dedicam-se simplesmente a apanha, quando ela ocorre. Ainda com

relação à apanha, verifica-se frequentemente nesses AF a solicitação de mão-de-obra adicional, dado que, em muitos casos, a mão-de-obra familiar mostra-se insuficiente para a realização com sucesso desta atividade. Essa mão-de-obra “contratada” pelo AF em média entre duas a quatro pessoas, não só é utilizada no processo de apanha, mas também no de limpeza das *machambas* com caju e o seu pagamento é feito geralmente em castanha no caso da apanha e, em dinheiro no caso da limpeza.

Nesse sistema produtivo é comum entre os AF o tratamento químico das árvores, ao que a produtividade das mesmas é relativamente maior quando comparada com o primeiro sistema. Para a realização do tratamento químico dos cajueiros, as famílias dispõem do produto químico, gratuitamente distribuído pelo INCAJU. Parte desses AF possuem atomizadores para o serviço de pulverização das árvores, ao que eles mesmos, se encarregam no tratamento químico dos cajueiros. Outra parte de AF não dispõe da máquina de pulverização, ao que solicitam o trabalho de provedores e singulares para o tratamento químico das árvores (CHAMBE, 2011), sendo que o pagamento do serviço efetuado é também em castanha, geralmente dois quilogramas por cada árvore pulverizada.

A renda média obtida por esses AF com a venda da castanha varia entre US\$ 50 a US\$ 150 por cada campanha agrícola, podendo haver AF que chegam a obter uma renda de até aproximadamente US\$ 300 por safra. Entretanto, constatou-se haver também nesse sistema, casos de AF cuja renda obtida com o negócio da castanha se situa abaixo dos US\$ 50. Essas diferenças se justificam quer pelo número de cajueiros, quer pelo nível de cuidado com as plantas e mesmo pelo tamanho de área cultivada com caju disponível para os AF. Diferentemente do primeiro sistema identificado, constatou-se que neste sistema as famílias não só utilizam os rendimentos adquiridos com a castanha para a sobrevivência como também, aplicam parte desse rendimento na aquisição de insumos agrícolas utilizados para o incremento da produção e produtividade tanto nas culturas alimentares como no cultivo de caju.

6.2 Sistema produtivo comercial

De acordo com dados da pesquisa de campo, fazem parte deste sistema de produção sete produtores (atente ao gráfico 14) que têm em comum o fato de serem

também provedores de serviço para o tratamento químico dos cajueiros. A característica fundamental destes produtores os liga a um processo anterior de acumulação de capital. Todos eles fazem parte de um grupo de indivíduos aposentados de outras atividades remuneráveis, como funcionários públicos, professores ou comerciantes. São também produtores mais instruídos, alfabetizados variando entre o terceiro nível de alfabetização até a conclusão do ensino básico (CHAMBE, 2011). Apenas um caso foi identificado em que, embora pertencendo a este sistema de produção, o responsável pelo AF não passou por um processo de acumulação anterior de capital, muito menos pelo processo de formação escolar. No geral, os AF deste grupo são do tipo alargado, sendo que todos eles além das esposas e filhos, têm mais algum parente que mora na unidade familiar e ainda outros tantos como seus dependentes.

Neste sistema de produção existe mais disponibilidade de terra embora grande parte dela não seja efetivamente explorada. Em média a área de terras em atividade agrícola varia entre seis a 10 hectares. Na maior parte dos casos são terras adquiridas por via de “compra” e noutros casos trata-se, de terras herdadas da família, em que juntamente com elas vieram as primeiras plantações de cajueiros pertencentes às unidades produtivas do sistema. O número de árvores de cajueiros mencionado neste sistema foi de um mínimo de cerca de 1000 e um máximo de 3.000 árvores. As novas plantações de cajueiros são constituídas por mudas de cajueiro anão precoce, gratuitamente distribuído pelo INCAJU.

Segundo Chambe (2011) os produtores desse sistema mostram uma preocupação mais acentuada no cuidado dedicado aos cajueiros em todas as fases de produção do caju. As podas são evidentes e normalmente executadas pelo próprio produtor, chefe do AF. Os tratamentos fitossanitários, além de ocorrerem, primeiro pela condição de provedores de serviços, também acontecem em maior número de árvores tornando mais elevada a produtividade dos cajueiros obtendo maior produção no final da safra.

O aproveitamento das terras nesse sistema de cultivo é feito mediante utilização de certas parcelas com a atividade agrícola, pousio de dois a três anos e uma terceira parte cedida como empréstimo. Neste caso, normalmente são *machambas*

onde há plantações de cajueiros ainda produtivos. Assim, para manutenção dos terrenos, como também a preservação das terras em poder da família, estas optam por ceder as parcelas na forma de empréstimo a outros AF, que as utilizam sem pagar qualquer valor, quer em dinheiro ou em espécie, beneficiando os “proprietários” das terras, apenas dos serviços de limpeza efetuados por estes, no decurso das suas atividades de cultivo.

Os recursos acumulados pelos produtores deste sistema foram fundamentais para que pudessem se firmar como produtores de caju e agricultores em caráter mais avançado em comparação com os dois sistemas apresentados. Adicionalmente, motivados com as políticas do INCAJU, diante das facilidades disponíveis no início dos programas de pulverização de cajueiros, estes aderem a atividades de provedores de serviços. Ainda que na totalidade deles considere a agricultura como sua atividade principal, a maioria destes produtores acumula nas suas unidades produtivas uma diversidade de atividades, sendo característico o fato de também serem comerciantes, criadores de gado (principalmente o bovino), lojistas e líderes comunitários. Neste contexto, a totalidade dos rendimentos deste grupo acumula entre a renda com a atividade de provedores de serviços, a renda das diversas atividades descritas anteriormente e a renda da atividade agrícola. Assim, observa-se um leque vasto de acumulação de renda neste grupo de produtores que, de certa forma, viabiliza os investimentos que têm feito na atividade agrícola, particularmente com a produção de caju (CHAMBE, 2011).

Outro aspecto que caracteriza grande parte dos produtores deste sistema é o fato de também aparecerem no mercado de caju como agentes intermediários que comprem a castanha do pequeno produtor comum, vendendo-a posteriormente às unidades de processamento e/ou aos armazenistas. O rendimento médio obtido por estas famílias com a venda da castanha por campanha varia entre os US\$ 185 a US\$ 370, existindo nesse sistema, AF que conseguem obter uma renda equivalente a US\$ 500 ou mais com o negócio da castanha. O lucro resultante desse negócio é na maioria dos casos, destinado tanto para a manutenção das *machambas* com culturas alimentares, como nas plantações com cajueiros, quer por meio de agregação de mais áreas para o cultivo, quer pela alocação de insumos para o incremento dos índices de

produção e produtividade. Por outro lado, os lucros obtidos, são também aplicados na melhoria das condições materiais de vida desses AF. A foto 3 apresentada a seguir, refere-se a uma casa em construção utilizando material convencional, e constitui um exemplo ilustrativo da aplicação dos lucros obtidos com a venda da castanha, nesse sistema produtivo.

Foto 1– Casa em construção como resultado do negócio da castanha.



Fonte: Frei, 2012.

A utilização da mão-de-obra é mais complexa para estas unidades produtivas. Em geral, o sistema opera com força de trabalho numa média de quatro pessoas ou mais, todas elas, membros do AF do produtor. Entretanto, empregam também em torno de dois a quatro membros de outros agregados parentes do produtor, aos quais considera seus dependentes (CHAMBE, 2011). Uma terceira parte de mão-de-obra refere-se aos trabalhadores temporários que são “contratados” em decorrência da apanha da castanha de caju, podendo variar entre cinco até 20 ou mesmo 30 trabalhadores. Aos dois primeiros grupos de força de trabalho não existe o pagamento de salário. A explicação é sustentada com a posição de que os membros do mesmo AF fazem parte das suas obrigações o trabalho agrícola da unidade familiar. O segundo grupo, recebe ajuda alimentar com as colheitas no final da campanha agrícola. Assim

apenas o terceiro grupo, relativo à força de trabalho temporário, recebe um pagamento pelo serviço de apanha de castanha, pagamento este feito geralmente em espécie.

Neste sistema de produção também é frequente o consórcio de culturas. Entretanto, diferentemente dos dois sistemas abordados, neste, os cajueiros estão consorciados com uma ou duas culturas apenas (principalmente mandioca, amendoim e/ou feijão), sobretudo nas *machambas* com novas plantações de cajueiros. Neste caso, existe disponibilidade de terras próprias para implantação de hortas e o cultivo de arroz em escala relativamente maior, porém localizadas nas baixas ou nas proximidades das lagoas. Constituem culturas comuns a este sistema o arroz, o amendoim, o milho, a mandioca, feijões, hortícolas no geral e batata doce. Com relação aos meios de trabalho, observou-se que alguns produtores usam tratores no trabalho agrícola. Mas basicamente os meios de trabalho são semelhantes aos dois sistemas anteriormente descritos. Em termos de utensílios de trabalho não difere muito dos outros sistemas, com relação à utilização da *enxada de cabo curto*, machados, catanas (facões), como únicos instrumentos no trabalho agrícola. O uso de insumos agrícolas é também adotado com maior frequência no controle de pragas tanto na cultura do caju como em outras culturas, a exemplo do arroz (CHAMBE, 2011).

Quadro 4 – Síntese dos sistemas agrícolas de caju identificados em Angoche.

Indicadores	Variáveis	Sistemas agrícolas identificados		
		Sistema agrícola familiar típico		Sistema agrícola familiar comercial
		Chefiado por mulheres	Chefiado por homens	
Demografia	Tamanho do AF	≥1≤4 mebrs	≥2≤14 membros	≥2≤14 membros
	Sexo do chefe do AF	Feminino	Masculino	Masculino
Recursos	Mão-de-obra disponível por AF	≥1≤4 membros	≥4≤12 membros	≥4≤12 membros
	Tamanho de área por AF (ha)	≥0.5<2.0	≥2.0<10.0	≥10.0<30
	Nº de cajueiros por AF	≥10≤30	≥20<500	≥500 até 3000+
	Tipo de cajueiros existentes	Comum	Comum e Anão precoce	Comum e Anão precoce
	Tecnologia	Tradicional	Relativo tratamento químico das árvores	Tratamento químico das árvores
Renda	Rendimento médio obtido (US\$)	≤ 50	≥50≤300	≥185≤400
	Destino da renda	Subsistência familiar	Subsistência familiar e relativa aquisição de insumos agrícolas	Subsistência familiar e aquisição de insumos agrícolas

Fonte: Frei, 2013

7 A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CAJU EM ANGOCHE

No ponto anterior buscou-se caracterizar e analisar os sistemas de produção de caju identificados no DA, com destaque para as formas de organização da produção, bem assim, as suas relações com a dinâmica espacial. Entretanto, Peixinho (2006) adverte que apenas a caracterização do sistema produtivo não é suficiente para apreender a constituição da espacialidade de um modelo de produção. Para esse autor, é necessário compreender sua dinâmica espacial, pois é a partir dessa que se pode estabelecer as diferenciações espaciais. Assim, nesta parte do trabalho, fez-se um esforço visando analisar como a produção cajuícola praticada em Angoche, participa da dinâmica socioespacial do distrito, tomando como base os resultados dos questionários aplicados aos 60 AF selecionados.

Nesse contexto, Santos (1996, p. 162) avança com um conceito de produção que se torna oportuno apresentar. Para esse autor, “a produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido”. Esse autor refere ainda que:

[...] produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis [...] O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço [...]. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio [...]. Pela produção o homem modifica a natureza primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando-a. Ao se tornar produtor, isto é, um utilizador consciente dos instrumentos de trabalho, o homem se torna ao mesmo tempo um ser social e um criador do espaço. A evolução espacial é assim dada pela combinação dos fatores e das relações de produção [...] (SANTOS, 1996, p. 161, 162 e 163).

O espaço, assim como a sociedade, está em constante evolução, modificando-se a cada período técnico. A dinâmica espacial é, portanto, o movimento, o processo espacial dado na relação das mudanças que as ações sociais produzem modificando o espaço construído. Estas mudanças promovem a criação de novas formas espaciais funcionalizadas para atender às demandas socioprodutivas do período técnico atual, bem como atua sobre as antigas formas, (re)funcionalizando-as (PEIXINHO, 2006). É nesse contexto que a seguir se buscou analisar a organização das atividades

produtivas do caju bem assim a sua relação com a dinâmica socioespacial em Angoche.

7.1 Organização socioespacial das atividades produtivas de caju

A produção da castanha de caju no DA compreende três fases principais: o plantio de mudas, o manejo integrado dos cajueiros e a fase de apanha/colheita da castanha. A análise e a caracterização dessas fases que compõem o processo produtivo do caju em Angoche são apresentadas nos itens que se seguem.

7.1.1 O plantio de mudas e as formas de ocupação do espaço

Dada à exigência da planta, sobretudo no que diz respeito à quantidade de água disponível no solo, o plantio de novas mudas de cajueiros ocorre geralmente entre os meses de dezembro a janeiro, período em que se registram os maiores volumes de precipitação e de umidade no solo, podendo, no entanto, prolongar-se até meados de abril, consistindo basicamente no plantio de mudas de caju, a maior parte delas fornecidas pelo INCAJU.

Porém, ainda que não representativo, existem casos de AF que visando aumentar o número de árvores de caju e impossibilitados de obter as referidas mudas, utilizam as sementes mais produtivas (geralmente do cajueiro comum) extraídas das próprias *machambas*. Não havendo uma produção irrigada, as novas plantações de cajueiros ficam dependentes das condições dos elementos climáticos (principalmente a precipitação), o que impacta negativamente no seu crescimento e consequentemente na produção e produtividade das árvores.

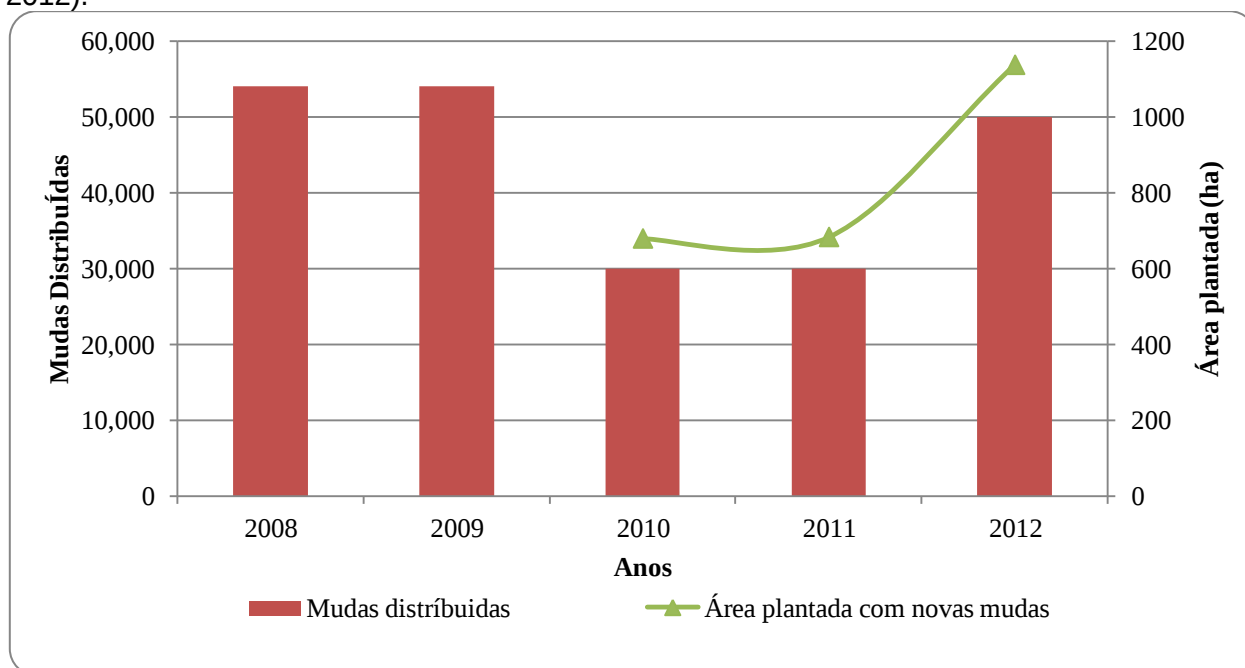
A maior parte dessas novas plantações é feita em parcelas (as referidas *machambas*) consorciadas sempre com culturas alimentares básicas (principalmente mandioca e *feijão-nhemba*), mesmo quando se tratando de abertura e/ou agregação de novas áreas para o cultivo do caju. Nesse quadro, observa-se que pela consorciação, não são registrados casos de maior ocupação de área plantada com caju em relação e/ou em detrimento das culturas alimentares conforme analisado anteriormente, entendendo-se, desse modo, que os antigos espaços se encontram em um processo de adaptação permanente para atenderem as novas formas de organização social da

produção. O tamanho médio das parcelas com as novas plantações de caju varia em consórcio com culturas alimentares, em média, entre um a três hectares, conforme será visto mais adiante.

Nesse quadro, assiste-se no DA desde princípios da década 2000 ao surgimento de uma nova forma de organização do espaço produtivo, em resultado da reestruturação produtiva do setor cajuícol moçambicano com impacto sobre a produção e organização do espaço local, quer pela introdução de novas tecnologias e práticas culturais, quer pela maximização das áreas de cultivo existentes como pela agregação de novas áreas para o cultivo do caju, extinguindo e/ou alterando as antigas formas de organização da produção e do espaço e, criando novas formas.

Com relação às novas práticas culturais, observa-se que os produtores de caju no distrito tendem a aderir à utilização de novos pacotes tecnológicos como a utilização do cajueiro anão precoce em substituição do cajueiro comum, o tratamento químico dos cajueiros e a realização de podas fitossanitárias. O gráfico 16 apresenta o número médio de mudas de cajueiro anão precoce distribuídas e a respectiva área plantada com os novos cajueiros no DA ao longo de quatro campanhas consecutivas.

Gráfico 16 – Número de mudas distribuídas e área plantada com novas mudas no DA (2008-2012).



Fonte: INCAJU-Angoche, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Com relação ao processo de produção e distribuição de mudas, importa referir que a semelhança do que foi discutido a respeito dos problemas que envolvem esse processo, o cenário se repete no DA. Dados de observação de campo apontam que nesse distrito o índice de produção e de distribuição de mudas encontra-se abaixo do planejado. A título de exemplo, nas campanhas 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012 o DA distribuiu respectivamente 78%, 88% e 84% abaixo do total das mudas produzidas nesses anos, devido ao deficiente sistema de irrigação que reduz a qualidade das mudas, ainda nos viveiros de produção e principalmente, as dificuldades de transporte das mudas dos viveiros de produção para os campos de plantio dos produtores⁹¹. Entretanto, da leitura do gráfico 16 pode-se observar que no DA a quantidade de mudas de caju distribuídas aos produtores aumentou consideravelmente em todas as campanhas com exceção do decréscimo registrado na passagem da campanha 2009/2010 para 2010/2011. Do mesmo modo, observa-se também uma tendência de expansão da área plantada com caju no quadro das unidades familiares de produção.

De acordo com dados de observação da pesquisa de campo, constatou-se que a necessidade de ampliação dos rendimentos provenientes da produção do caju por parte dos AF, que se reflete no aumento da demanda por mudas de caju, tem demandado novos espaços para o cultivo dessa fruteira. Esse processo de busca por novos espaços para a implantação de novas plantações de cajueiros está se dando por meio de dois mecanismos principais. Por um lado, pela utilização de áreas dominadas pelo cultivo de culturas alimentares, dado que o cajueiro, conforme referenciado, permite a consorciação do seu cultivo com essas culturas (principalmente mandioca e *feijão-nhemba*). Esta prática é ainda potencializada pela natureza dessas novas plantações de cajueiros, que, em regra, ocorrem em espaçamento de 15m x 15m o que facilita ainda mais essa consorciação.

Segundo informações coletadas em entrevistas realizadas, foi possível identificar duas razões fundamentais que fazem com que as novas plantações de cajueiros apareçam sempre consorciadas com culturas alimentares: 1) a relativa escassez de terra que caracteriza o DA e particularmente os AF envolvidos na produção do caju 2) a necessidade de garantir que a limpeza das plantações e a poda

⁹¹ Esta matéria foi amplamente discutida no decurso da primeira parte do trabalho.

dos cajueiros possa realmente acontecer, aproveitando o tempo que é dedicado ao cuidado das culturas alimentares. Já que as referidas culturas e as plantações de cajueiros encontram-se na mesma *machamba* do AF, torna-se fácil cuidar do seu tratamento, poupando assim esforço e tempo até mesmo dinheiro, caso as plantações dos cajueiros estivessem em outras *machambas*, provavelmente distantes.

Por outro lado, verifica-se que para atender a demanda por novos espaços, desencadeada pelas novas plantações de cajueiros, os AF tendem a agregar e/ou incorporar novas áreas de cultivo, principalmente junto aos limites circunscritos às respectivas *machambas*. Conforme referenciado, os novos espaços agregados e/ou incorporados constituem “subespaços” do “espaço maior” (que compreende toda a área da exploração familiar). Entretanto, existem AF em que dadas as limitações no que se refere ao tamanho de suas “propriedades” e/ou motivados pelo lucro da castanha, quer seja o pequeno produtor comum, quer seja o médio ou grande produtor de caju, tendem, geralmente, por via de “compra”, adquirir novas áreas para o cultivo do caju. Este aspecto demonstra até certo ponto, a dificuldade que se tem em definir qual o tamanho ideal para uma exploração familiar. A tabela 29 mostra a dinâmica da demanda por novos espaços para o cultivo de caju pelos AF.

Tabela 29 – Número de agregados familiares segundo tamanho de área ampliada para o cultivo de caju e as razões de ampliação, campanha 2011/12.

Postos administrativos	NI	Você ampliou a área para o cultivo do caju na campanha 2011-2012							Porque razão aumenta a área de cultivo do caju		
		Sim	Não	Se Sim, indique o tamanho da área ampliada (ha)					Consumo familiar e aumento de renda	Apenas aumento de renda	Outro
				<1	≥1<3	≥3<5	5+	NL			
Total	60	17	43	9	4	1	1	2	14	0	3
Angoche-Sede	20	5	15	1	0	1	1	2	4	0	1
Namaponda	20	6	14	4	2	0	0	0	4	0	2
Boila-Namitória	20	6	14	4	2	0	0	0	6	0	0

Fonte: Frei, 2012.

Notas: NI – Número de inqueridos; NL – Não se lembra.

Da leitura dos dados constantes na tabela 29 pode-se perceber que 17 AF o equivalente a 28,3% da amostra selecionada no distrito, aumentaram a área para o cultivo de caju na campanha 2011/2012. Pode ainda se ler em conformidade com a respectiva tabela, que grande parte dos AF que afirmaram ter expandido sua área para

o cultivo do caju, pertence à categoria dos que aumentaram menos de um hectare, seguido da categoria dos que expandiram sua área até dois hectares. Embora globalmente esses resultados possam indicar aparentemente uma menor pressão sobre a terra, eles sugerem novas (re)funcionalidades dos antigos espaços, antes ociosos ou dominados exclusivamente pelo cultivo de culturas alimentares, o que evidencia o peso que a produção de caju está exercendo na (re)organização do espaço produtivo do DA.

Entretanto, se por um lado é possível compreender que a cultura do caju está demandando novos espaços para o seu efetivo desenvolvimento, por outro lado, registra-se um processo inverso, em que parte significativa dos AF tende a diminuir suas áreas com cultivo de caju, que segundo explicação dos produtores, visa maximizar a produção e exercer um maior controle sobre as árvores. As particularidades desse processo a que se preferiu chamar de “expansão e retração” das áreas para o cultivo do caju pelos AF, podem ser mais bem compreendidas por meio dos dados constantes da tabela 30 que mostra a dinâmica das áreas plantadas com caju entre o período que os AF se integraram na atividade em comparação com a safra 2011/2012.

Tabela 30– Número de AF segundo área plantada com castanha (entre a integração na atividade e a campanha 2011/2012).

Postos administrativos	NI	Área média plantada com caju no início (ha)					Área média atual plantada com caju (ha)				
		< 1	≥ 1<5	≥ 5 < 10	10 +	NL	< 1	≥ 1<5	≥ 5 < 10	10 +	NL
Total	60	18	29	8	4	1	13	35	6	2	4
Angoche-Sede	20	3	7	5	4	1	2	9	6	2	1
Namaponda	20	5	12	3	0	0	3	14	0	0	3
Boila-Namitória	20	10	10	0	0	0	8	12	0	0	0

Fonte: Freij, 2012.

Notas: NI – Número de inquiridos; NL – Não se lembra.

Pelos dados constantes na tabela 30 observa-se que existe uma tendência de os AF ampliarem suas áreas para o cultivo do caju. Comparando os dados, pode-se ver que houve uma concentração na categoria de AF que possuem entre um a quatro hectares de terra cultivada com caju, deslocando para essa categoria produtores com menos de um hectare de área plantada e aqueles cujo tamanho da área era igual ou

relativamente maior que cinco hectares bem como os que na classificação do CAP eram considerados como sendo produtores comerciais de caju, dado o tamanho de área plantada ser superior a 10 hectares.

Nesse quadro, entende-se que por um lado, como resultado das políticas do INCAJU que promove a distribuição gratuita de mudas de maior produtividade e assistência técnica aos produtores, os pequenos produtores típicos de caju, sentem-se motivados em ampliar as suas parcelas para o cultivo do fruto ao mesmo tempo em que aqueles produtores com áreas relativamente maiores tendem a reduzi-las, dadas as dificuldades, sobretudo financeiras que os impossibilita em adquirir mão-de-obra e meios de produção adequados, para que toda a área seja efetivamente explorada.

Tanto num, como noutro caso, as novas parcelas ampliadas muitas vezes provém da parte da *machamba* que não estava sendo realmente explorada e nalgumas vezes pela compra de novas parcelas. Como se evidenciou, a “cultura” do caju em Moçambique e particularmente no DA aparece sempre consorciada com culturas alimentares básicas, sendo por isso difícil definir limites que precisem as áreas efetivamente ocupadas pelo cajueiro e as áreas ocupadas pelas culturas alimentares.

7.1.2 O manejo integrado dos cajueiros e as formas de organização social da produção

O manejo integrado do cajueiro compreende fundamentalmente, três tipos de atividades: 1) limpeza dos terrenos, 2) realização de podas fitossanitárias e 3) tratamento químico dos cajueiros. Para além de garantir que os cajueiros possam efetivamente se desenvolver, a limpeza dos terrenos realizada pelos AF visa, sobretudo, proteger os cajueiros dos efeitos negativos das queimadas descontroladas ao mesmo tempo em que garante o sucesso da fase de apanha da castanha, dado que sem esse procedimento *a priori*, a apanha da castanha torna-se complicada. A tabela 31 apresenta a dinâmica das atividades de limpeza dos terrenos nos quatro postos administrativos do distrito, no decurso de quatro campanhas consecutivas.

Tabela 31– Limpezas realizadas e número de famílias beneficiadas no DA (2008-2011).

Campanha	Distrito		Postos administrativos							
			Angoche		Namaponda		Boila-Namitória		Aube	
	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF
Total	1977.907	58.798	151.127	3.950	489.121	20.560	1104.684	26.951	232.975	7.337
2008	414.800	10.503	38.321	766	98.890	2.597	198.211	5.720	79.378	1.420
2009	463.186	8.643	44.720	1.866	145.453	4.347	227.694	1.251	45.319	1.179
2010	630.101	24.232	28.836	658	112.238	8.315	448.561	13.149	40.466	2.110
2011	469.820	15.420	39.250	660	132.540	5.301	230.218	6.831	67.812	2.628

Fonte: INCAJU-Angoche, 2012.

Organização: Frei, 2012.

A estratégia utilizada pelos AF no sentido de garantir que as atividades de limpeza dos terrenos possa efetivamente acontecer, consiste em contratar mão-de-obra adicional, podendo variar de duas até mais de 10 ou 15 pessoas, dependendo do tamanho da área e do número de cajueiros disponíveis aos AF. O mecanismo de pagamento dessa mão-de-obra varia das mais diversas formas, desde o pagamento em espécie, em alimentos básicos até em dinheiro, baseando-se sempre em acordos previamente estabelecidos entre as partes. Entretanto, da leitura dos dados constantes na tabela 31 pode-se observar que Boila-Namitória e Namaponda constituem os postos administrativos onde ocorreu o maior número de limpezas. As razões desse fato são apresentadas em paralelo na análise dos dados da tabela 33.

À semelhança dos tratamentos químicos, as podas fitossanitárias visam o incremento direto dos níveis de produtividade e de produção das árvores e são realizadas pelos AF com a participação do INCAJU, por meio de assistência técnica e disponibilização dos produtos químicos necessários para a execução da atividade. O comportamento desta atividade é apresentado na tabela 32 que abrange os quatro postos administrativos do distrito.

Tabela 32– Podas fitossanitárias realizadas e número de famílias beneficiadas no DA (2008-2011).

Campanha	Distrito		Postos administrativos							
			Angoche-Sede		Namaponda		Boila-Namitória		Aube	
	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF
Total	99.365	3.341	24.918	1.038	26.590	934	23.991	665	10.866	704
2008	13.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	29.858	1.082	9.789	376	8.470	273	8.341	263	3.258	170
2010	25.601	756	7.529	326	8.230	255	6.584	102	3.258	73
2011	30.906	1.503	7.600	336	9.890	406	9.066	300	4.350	461

Fonte: INCAJU-Angoche, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Com relação aos tratamentos químicos das árvores, observa-se que no DA os AF aderem, sobremaneira, à tecnologia de pulverização das árvores. Essa aderência se justifica, sobretudo, pela mobilização que o INCAJU local realiza junto aos produtores e principalmente pela distribuição gratuita dos produtos químicos necessários à pulverização. Entretanto, o número de árvores e famílias beneficiadas com o tratamento químico difere entre os postos administrativos, conforme se pode observar na tabela 33.

Tabela 33 – Número de cajueiros pulverizados e famílias beneficiadas no DA (2008-2011).

Campanha	Distrito		Postos administrativos							
			Angoche		Namaponda		Boila-Namitória		Aube	
	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF	Nº de Cajueiros	Nº de AF
Total	1257.184	33.992	83.101	2.492	302.750	11.452	459.404	14.677	145.481	5.371
2008	266.448	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	324.612	9.528	25.741	991	109.270	3.121	146.387	4.312	43.214	1.104
2010	319.080	11.964	28.460	496	98.960	4.551	152.393	5.329	39.267	1.588
2011	347.044	12.500	28.900	1.005	94.520	3.780	160.624	5.036	63.000	2.679

Fonte: INCAJU-Angoche, 2012.

Organização: Frei, 2013.

Estes pacotes tecnológicos, gratuitamente oferecidos pelo INCAJU, participam da organização do espaço local, na medida em que por meio deles, os produtores tendem a otimizar as suas áreas de cultivo, ampliando a sua produção e produtividade.

Entretanto, da leitura dos dados constantes na tabela 33 observa-se que o posto administrativo de Boila-Namitória é o que apresentou o maior número de árvores e famílias beneficiadas com o programa de pulverização de cajueiros, durante as campanhas 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012. Com significativa importância em termos de número de árvores tratadas e de famílias beneficiadas, está também o posto administrativo de Namaponda, ao que se seguem os postos administrativos de Aube e Angoche.

Nas tabelas 31 e 32 viu-se, também, que os postos administrativos de Boila-Namitória e Namaponda foram os que apresentaram maior número de limpeza e podas fitossanitárias realizadas bem como de famílias beneficiadas. Dados de campo apontam que a diferença registrada quer no número de árvores, quer no número de famílias beneficiadas entre os postos administrativos se justifica, por um lado, pelas diferenças existentes, principalmente no que se refere ao potencial produtivo de cada posto administrativo e, por outro lado, ao maior ou menor grau de organização dos produtores em associações, que facilitam, não só, uma maior intervenção do INCAJU, como também o acesso à insumos, assistência técnica e mercados por parte dos produtores.

Com efeito, verificou-se que os postos administrativos de Boila-Namitória e Namaponda concentram o maior número de cajueiros do distrito, sendo que o posto administrativo de Boila-Namitória é o que apresenta maior número de associações de produtores de caju.

7.1.3 Colheita

Esta fase é dedicada à apanha da castanha. No DA a colheita do caju começa no início do mês de novembro após o término da estação seca, que para os pequenos produtores é a estação crítica no que se refere à segurança alimentar. Por esse motivo as famílias afetadas por escassez de alimentos colhem a castanha de caju o mais cedo possível e o vendem diretamente para poderem usar a renda monetária para a compra de alimentos básicos. Entretanto, observa-se que no decurso desta fase há uma perda significativa da produção, devido a fracas práticas agrícolas, de pós-colheita e de armazenamento, que levam a uma significativa deterioração do valor comercial da castanha e à incapacidade de o próprio produtor vender a sua castanha em função do

comportamento do mercado, por exemplo, retendo a castanha em momentos de baixo preço para vendê-la em alturas de escassez e obter, assim, preços mais elevados.

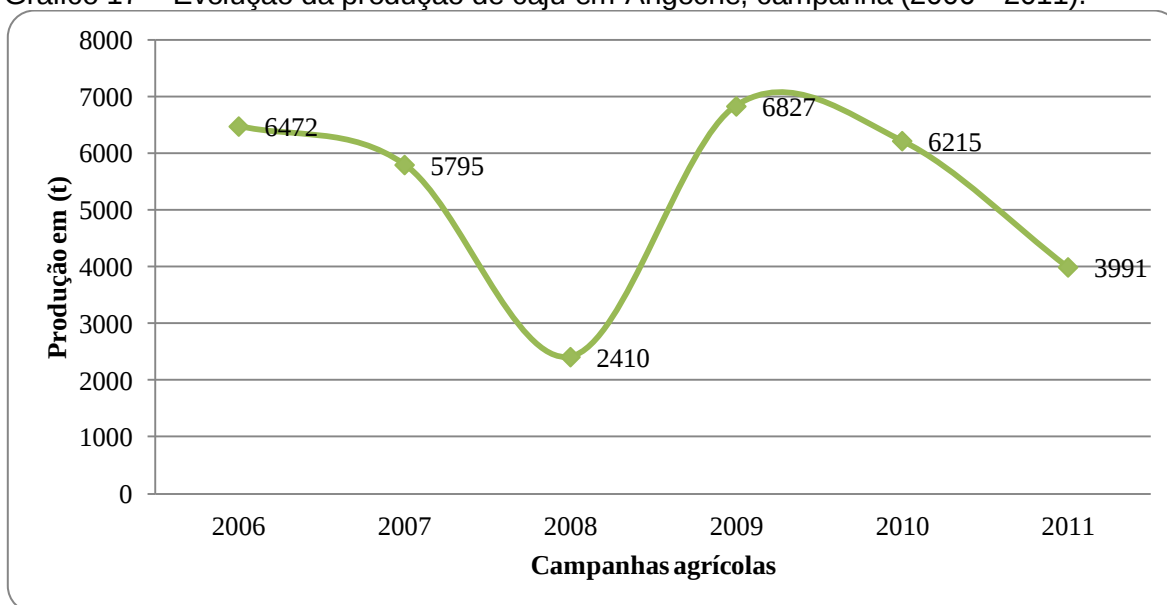
De todas as fases do processo produtivo da castanha de caju, esta é a mais exigente em termos de mão-de-obra necessária, visto que o processo de colheita/apanha da castanha é totalmente manual. Conforme dados de campo coletados em Angoche, a necessidade em mão-de-obra adicional nesta fase é característica daqueles pequenos produtores que têm em média 100 ou mais cajueiros. Desse modo, visando garantir que toda a castanha seja realmente retirada da plantação, várias estratégias são utilizadas pelos AF quer no que se refere à contratação de força de trabalho, quer no que diz respeito às formas de pagamento. O número de pessoas a contratar pelos AF varia conforme o número de cajueiros disponíveis e da mão-de-obra familiar existente.

De modo geral e dependendo dos fatores já mencionados, podem ser contratadas entre quatro até cerca de 30 ou mesmo 50 pessoas para o processo de apanha. Em termos de mecanismos de pagamento da mão-de-obra adicional, verificou-se que tanto os proprietários como os trabalhadores, muitas vezes preferem pagar e/ou receber o valor do trabalho realizado geralmente em espécie, algumas vezes por produtos alimentares básicos em virtude da insegurança alimentar que caracteriza a maior parte das comunidades rurais em Angoche, noutras vezes, por meio da própria castanha e, raras vezes, em dinheiro. O valor a ser pago varia em função do acordo realizado entre as partes e do volume de trabalho prestado.

7.2 Produção

Na campanha 2011/2012, a colheita no DA só conseguiu atingir um volume de cerca de 3.900 t, o equivalente a 10% do total da castanha produzida e comercializada na província de Nampula, representando de igual modo, cerca de 40% abaixo da colheita anterior registrada no distrito. Cenário parecido foi observado tanto nos outros distritos da província de Nampula como no país em geral. O gráfico 17 mostra o desempenho da produção de caju no DA ao longo de seis campanhas consecutivas.

Gráfico 17 – Evolução da produção de caju em Angoche, campanha (2006 - 2011).



Fonte: INCAJU-Nampula e Angoche, 2012.

Organização: Frei, 2012.

Comparando os volumes de produção das campanhas representadas no gráfico 17 pode-se dizer que a produção manteve-se igualitária em todas as campanhas com a exceção das campanhas 2008/2009 e 2011/2012. Segundo informações coletadas durante a pesquisa de campo, a queda da produção na campanha 2008/2009 foi fundamentalmente influenciada pela ocorrência do ciclone Jokwe⁹² que implicou na destruição de quantidades incalculáveis de cajueiros com consequência nos volumes de castanha produzida e coletada. Já na campanha 2011/2012 vários fatores são apontados como estando na origem da queda da produção, entre eles, a ciclicidade do cajueiro, os baixos preços praticados no mercado internacional, pragas e doenças e fatores de natureza climática.

Com relação à ciclicidade, importa referir que o ciclo de produção do cajueiro é de 4 a 5 anos, ou seja, se um cajueiro atinge o seu pico de produção num ano, leva 4 a 5 anos para voltar a ter um pico de produção; nos anos intermédios irá começar por ter produções mais baixas, que vão crescendo até atingir de novo um pico, processo que se repete até a árvore ficar improdutivo (a esperança de vida de um cajueiro é de 20 a

⁹² O ciclone Jokwe (designação do JTWC: 22S) foi um intenso ciclone tropical que afetou o extremo Norte de Madagáscar e a costa das províncias de Nampula e Zambézia, em Moçambique, no decurso do mês de março de 2008.

40 anos, o que explica grandemente o envelhecimento do parque cajuícola nacional iniciado na década de 1950). A um ano de boa produção, segue-se normalmente um ano de produção cada vez mais fraca, até atingir-se um mínimo relativamente ao ano de pico (em média dois a três anos depois), a partir do qual volta a verificar-se crescimento até atingir-se um novo pico, repetindo-se sucessivamente o ciclo. Os níveis de produção de castanha de caju tanto no DA como na província de Nampula e no país em geral, acompanha o ciclo acima referido. Os dados constantes do gráfico 17 mostram claramente a evolução verificada na produção da castanha de caju entre as campanhas 2006 a 2011 evidenciando em parte a ciclicidade referida.

A melhoria verificada nas outras campanhas foi influenciada em parte pelas atividades de pulverização de cajueiros e da entrada em produção das mudas distribuídas aos produtores pelo INCAJU. No contexto dos AF questionados, os dados também apontam para um decréscimo na quantidade de castanha produzida na campanha 2011/2012. Os resultados das entrevistas realizadas com produtores de caju e gestores ligados ao setor indicaram o atraso na floração e frutificação dos cajueiros, aliado a falta de chuvas e as altas temperaturas registradas como estando na origem da baixa produção de caju na campanha 2011/2012. A tabela 34 mostra a dinâmica da produção de caju dos AF selecionados no DA.

Tabela 34 – Número de agregados familiares segundo a produção média anual de caju.

Postos administrativos	NI	Produção média de caju no início em (kg)					Produção média atual de caju em (kg), Safra 2011/2012				
		<100	≥100 <500	≥500 <1000	1000 +	NL	<100	≥100 <500	≥500 <1000	1000 +	NL
Total	60	16	26	6	11	1	22	25	5	8	0
Angoche-Sede	20	4	8	1	6	1	10	4	1	5	0
Namaponda	20	5	9	3	3	0	3	12	3	2	0
Boila-Namitória	20	7	9	2	2	0	9	9	1	1	0

Fonte: Frei, 2012.

Notas: NI – Número de inquiridos; NL – Não se lembra.

Da leitura da tabela 34 percebe-se que o volume de produção da castanha de caju registrou uma diminuição na campanha 2011/2012, se comparada com o momento em que os AF fizeram a sua primeira colheita de caju. As maiores variações no volume de quantidade de castanha produzida registraram-se nas duas categorias extremas.

Por um lado, aumentou o número de AF que não consegue produzir mais do que 100 kg de caju e, por outro lado, diminuiu o número de AF que conseguia produzir mais do que uma tonelada de castanha de caju. Do mesmo modo, pode-se afirmar que os produtores de caju tendem a concentrar-se nas categorias intermédias, principalmente na dos que produzem entre 100 kg até 500 kg de castanha de caju. Nesse quadro entende-se que apesar dos esforços que são realizados pelo INCAJU desde o ano de 2000, visando revitalizar a produção de caju, os pequenos produtores de caju não têm conseguindo ampliar a sua produção, embora tenha havido na campanha 2011/2012 um aumento no número de AF que ampliaram suas áreas cultivadas com caju bem como o número de cajueiros existentes.

7.2.1 Posse de cajueiros

De modo geral, observou-se que muitos dos pequenos produtores tendem a aumentar o número de cajueiros em suas plantações, principalmente por meio de clones melhorados e de maior produtividade distribuídos pelo INCAJU. Contudo, dados do campo revelam a existência de um número considerável de produtores que não sendo beneficiados pelo programa de distribuição de mudas, optam pelo plantio de plantas derivadas de sementes dos cajueiros mais produtivos da própria *machamba*. Em muitos casos, esses produtores não chegam a serem beneficiados das mudas ofertadas, devido principalmente às dificuldades de transporte por parte do INCAJU e porque os produtores são confrontados com as longas distâncias da sua exploração agrícola para os referidos viveiros onde se encontram as mudas. A tabela 35 mostra a tendência da evolução no número de cajueiros disponíveis aos AF de acordo com os resultados dos questionários aplicados no decurso da pesquisa de campo em Angoche.

Tabela 35 – Número de agregados familiares segundo o número médio de cajueiros.

Postos administrativos	NI	Nº médio de cajueiros no início				Nº médio atual de cajueiros (campanha 2012)			
		< 100	≥100<500	≥500<1000	1000 +	<100	≥100<500	≥500<1000	1000 +
Total	60	33	16	2	9	29	16	2	13
Angoche-Sede	20	11	3	0	6	10	2	1	7
Namaponda	20	8	8	2	2	7	6	1	6
Boila-Namitória	20	14	5	0	1	12	8	0	0

Fonte: Frei, 2012.

Notas: NI – Número de inquiridos.

Da leitura da tabela 35 observa-se que houve uma diminuição no número de produtores com menos de 100 árvores e um aumento no número de produtores com 1000 árvores ou mais. Contudo, parece não ser muito certo afirmar que houve um deslocamento direto de produtores da categoria com menos de 100 árvores para a categoria de produtores com 1000 árvores ou mais. Ao que parece, houve transferência, talvez equitativa de parte dos produtores de uma categoria para outra. Seja como for, o que fica claro, é que a maioria dos AF produtores de caju possuem em média menos de 100 cajueiros o que corrobora com resultados de vários estudos realizados nesse âmbito. Do mesmo modo, verifica-se também uma tendência de os produtores aumentarem o número de seus cajueiros, com concentração na categoria de produtores que possuem entre 100 a 500 árvores. Dito de outro modo, significa dizer que a cultura do caju, embora em regime de consorciação com culturas alimentares básicas, está ganhando importância na medida em que os pequenos produtores estão plantando cada vez mais cajueiros em suas terras destinadas ao cultivo de culturas alimentares.

7.2.2 Produtividade das árvores

De modo geral e conforme discutido largamente em itens anteriores, a produtividade dos cajueiros em Moçambique é considerada extremamente baixa (2-3 kg/planta) se comparada com os índices alcançados no período colonial (8-9 kg/planta), quando se poderia produzir 10-15 kg/planta. As razões que determinam os baixos níveis de produtividade das árvores no país como o acentuado envelhecimento dos cajueiros, fatores de natureza biótica (doenças e pragas), fatores de natureza climática

(temperatura e precipitação, incluindo ciclones), fatores de natureza sociológica (principalmente o uso da mão-de-obra familiar) e a falta de opções tecnológicas de produção para a maioria dos pequenos produtores; já foram amplamente discutidos no decurso do trabalho. A tabela 36 apresenta os resultados empíricos da pesquisa e demonstra o estado de produtividade das árvores no DA com base nos depoimentos dos 60 AF selecionados.

Tabela 36 – Número de agregados familiares segundo a produtividade das árvores.

Postos administrativos	NI	Produtividade média por cajueiro no início (período colonial até 1990) kg/planta					Produtividade média atual (safra 2011/2012) kg/planta				
		< 2	≥ 2 < 5	≥ 5 < 9	10 +	NL	< 2	≥ 2 < 5	≥ 5 < 9	10 +	NL
Total	60	8	27	8	5	12	20	19	7	2	12
Angoche-Sede	20	1	10	3	1	5	10	4	2	0	4
Namaponda	20	3	11	2	4	0	6	9	3	2	0
Boila-Namitória	20	4	6	3	0	7	4	6	2	0	8

Fonte: Frei, 2012.

Notas: NI – Número de inqueridos; NL – Não se lembra.

Os dados constantes na tabela 36 evidenciam a crescente diminuição dos índices de produtividade das árvores em nível do setor familiar. Conforme se pode observar, o número de AF cuja produtividade das árvores se situava abaixo de dois kg/planta passou de oito, no memento em que os AF iniciaram as suas atividades de cultivo de caju para 20 AF na campanha 2011/2012, representando um aumento de 150% no número de AF selecionados que não conseguem atingir a produtividade de dois kg/planta. Do mesmo modo, observa-se que nas categorias subsequentes há uma redução significativa no número de AF cuja produtividade das árvores se situava entre dois até perto de cinco kg/planta ou mais. Assim, em função dos dados apresentados na tabela 36 pode-se chegar à conclusão de que em Angoche a produtividade dos cajueiros se concentra em torno de menos de cinco kg/planta, o que provavelmente esteja se observando um pouco por entre as regiões produtoras de caju no país.

7.2.3 Mão-de-obra

Conforme discutido em itens anteriores, a produção de caju em Moçambique é desenvolvida predominantemente em pequenas explorações que representam aproximadamente 99,5% das explorações agrícolas com caju no país. No DA constatou-se que a mão-de-obra utilizada nas atividades ligadas ao cultivo de caju é em mais de 70% fornecida pelo próprio AF, que dependendo das particularidades de cada família e, sobretudo das fases em que as atividades exigem mais força de trabalho, as famílias são forçadas a adquirir mão-de-obra adicional. De modo geral, o tempo gasto com o cultivo de caju pelos AF resulta das horas em que as famílias se encontram nas *machambas* cuidando das atividades nas culturas alimentares, salvo quando se tratar da época de apanha da castanha. A tabela 37 mostra o tamanho da força de trabalho familiar e assalariada bem como o número de horas gastas no processo de produção de caju em Angoche.

Tabela 37– Número de AF segundo a utilização de mão-de-obra familiar e contratada e número de horas gastas com o cultivo de caju.

Postos administrativos	NI	A sua família ajuda voce nas atividades de cultivo de caju						Tem trabalhadores “contratados” na produção do caju						Nº de horas gastas na produção do caju		
		Sim	Não	Se sim, indique quantos			Sim	Não	Se sim, indique quantos			<3	≥3<5	5+		
				<5	≥5<10	10+			<5	≥5<10	10+					
Total	60	46	14	31	12	3	36	24	7	14	15	25	20	15		
Angoche-Sede	20	13	7	6	6	1	10	10	3	5	2	7	10	3		
Namaponda	20	19	1	14	3	2	16	4	2	5	9	11	4	5		
Boila-Namitória	20	14	6	11	3	0	10	10	2	4	4	7	6	7		

Fonte: Frei, 2012.

Notas: NI – Número de inqueridos.

Da leitura dos dados constantes na tabela 37 verifica-se que dos 60 AF selecionados no distrito, mais da metade, ou seja, 46 AF o equivalente a 76,6% da amostra afirmaram que contam com o apoio de mão-de-obra familiar nas atividades ligadas ao cultivo de caju. Conforme se pode ver, o tamanho da força de trabalho familiar utilizada varia entre os AF, dependendo principalmente da composição dos mesmos. Aqueles AF com mais membros têm, geralmente, uma maior força de trabalho familiar. Entretanto, verifica-se também que uma parte dos AF não conta com a ajuda

de mão-de-obra familiar nos trabalhos agrícolas com caju. De acordo com dados coletados no campo, várias são as razões que estão na origem desse fato: a) as diferenças no tamanho e na composição dos AF; b) a capacidade de contratação de mão-de-obra. A combinação desses fatores é que dita a utilização ou não da força de trabalho familiar.

Ainda da leitura da tabela 37 observa-se que parte significativa dos AF contratam mão-de-obra adicional, geralmente temporária, para a efetiva realização das atividades produtivas, em virtude principalmente da insuficiência da força de trabalho familiar. Conforme discutido, essa força de trabalho contratada é remunerada geralmente em espécie e nalgumas vezes em dinheiro.

A esse respeito, Santos (1978) faz o seguinte questionamento: em que medida a existência de trabalhadores assalariados, ainda que temporários, provoca a emergência de uma relação social de produção capitalista no interior do processo de trabalho camponês? Assim, esse autor refere que:

Para além da aparência da forma de assalariamento, é preciso considerar a realidade substancial da relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em que a amplitude da família o permite (SANTOS, 1978, p. 43-44).

Desse modo, pode-se, então, concluir que, tanto do lado da procura quanto do lado da oferta é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade de utilização do trabalho assalariado, bem como seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês.

7.3 Circuitos espaciais de comercialização de castanha

Embora já se tenha analisado ainda que de forma transversal em itens anteriores, se julgou oportuno retomar nesta parte do trabalho, a análise sobre os mecanismos de comercialização da castanha de caju em Moçambique e particularmente no DA desde o período colonial, passando pelo período pós-independência até o da liberalização da economia do caju. Assim, esse item buscou descrever e analisar de forma sucinta como a castanha de caju produzida pelos AF entra no circuito comercial desde as zonas de produção até a sua exportação. Desse modo, o item começa por uma análise do processo de comercialização interna e externa da castanha durante o período colonial e em seguida faz-se a análise do mercado da castanha no período pós-independência com ênfase para a década de 1990 caracterizada pela liberalização da economia do caju.

7.3.1 Comercialização interna da produção doméstica

Conforme analisado, durante o período colonial, a castanha de caju era utilizada como moeda de troca para aquisição de bens de que as famílias camponesas não podiam extrair de suas *machambas*. A esse respeito, Ribeiro (2010) afirma que ao contrário de hoje, em que o pagamento em dinheiro é a regra, durante o período colonial prevalecia a troca direta de castanha por outros produtos. Desse modo, os africanos entregavam parte da colheita desta cultura aos *cantineiros*⁹³ em troca de produtos básicos como o sabão, o sal, o fósforo, o petróleo, entre outros⁹⁴.

Regra geral, o processo de comercialização da castanha durante o período colonial fazia-se exclusivamente por meio dum único tipo de retalhista, o *cantineiro* ou lojista do campo, que constituía o elo entre o produtor e o mercado. O *cantineiro* encaminhava a produção diretamente para as fábricas ou, então, atuava como agente

⁹³ Designação atribuída aos comerciantes do meio rural.

⁹⁴ Incluíam-se produtos alimentares (açúcar, peixe seco, óleo, farinha), instrumentos de trabalho (enxadas, foices, catanas 'facões') e bens domésticos (rádio, bicicletas).

de compras do grande armazenista (geralmente exportador), que lhe fornecia crédito para compra de artigos para suas lojas. Os *cantineiros* eram geralmente financiados pelos exportadores e, às vezes, pelos industriais, como forma de garantir o suprimento de certa parcela da castanha coletada. Visando compreender melhor como se dava a venda e/ou compra da castanha durante esse período, urgiu no decurso da pesquisa de campo em Angoche, questionar sobre como a partir das áreas de cultivo, a castanha de caju entrava no mercado, ao que se obteve a seguinte resposta:

Quem vendia castanha na loja... na fábrica ninguém vendia, a não comerciante. O camponês comum vendia na loja. Própria o dono do cajueiro como eu aqui, naquele tempo custava... quando for muita castanha, saía ir ter com o branco que tem loja... eu tenho 20 sacos⁹⁵ de castanha. Ele saía com carro dele vir carregar e ir pesar, ah... mas aí e mais tarde... depois de montar as fábricas. Antes das fábricas, castanha quando levava na Índia, ah... era... falava com as pessoas, vir carregar castanha na cabeça para na loja... antes da fábrica falava com as pessoas, eu ali em casa tenho tantos sacos de castanha, cada saco dividia um com amigo dele e carregava para lá eh, cada coisa vou pagar 7,5 escudos⁹⁶ ah, agora dos 7,5 quando vir mandava minha mulher fazer comida, comer aquele trabalhador que carregou e cada um ia a casa dele com 7,5 dele (Entrevista-E2)⁹⁷.

O relato apresentado corrobora com o que já foi descrito por vários autores, como Ribeiro (2010), Leite (1995, 1999, 2000) e Mole (2000b) que trabalham com a temática da cajucultura moçambicana e, evidencia um dado novo ao apresentar dois mecanismos distintos de compra da produção nativa de castanha de caju durante o período colonial, tendo como fator de comparação o momento antes e depois da implantação das unidades de beneficiamento da castanha no DA.

Da leitura do depoimento é possível compreender que antes da implantação das unidades de processamento, os camponeses produtores de caju se organizavam das mais diferentes formas visando colocar a sua produção no mercado. Em um segundo momento, com a instalação das unidades de processamento (três unidades no total, implantadas em Angoche: a Antenes pertencente a *Anglo-American Corporation of South Africa*; a Cajuca – Sociedade Industrial do Caju e Derivados; a Companhia de

⁹⁵ Tratava-se geralmente de sacos de 50 kg.

⁹⁶ Ver nota de rodapé número 30.

⁹⁷ Entrevista realizada no dia 07 de junho de 2012 no Posto Administrativo de Angoche.

Culturas de Angoche-CCA), registra-se o processo inverso, ou seja, são agora os *cantineiros* que vão ao encontro dos produtores para deles comprarem a castanha.

Esse fato pode ser explicado em parte pela lei da oferta e da procura que com a implantação das unidades de beneficiamento, desencadeou-se um processo de demanda por castanha de caju *in natura* visando aprovisionar as indústrias em termos de matéria-prima para o seu efetivo funcionamento. Um fato bastante interessante sobre a corrida pela castanha é o que Ribeiro escreve em seu livro “ENTRE MARTELOS E LÂMINAS: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique”:

Quando os cajueiros começavam a ficar carregados de flores, e depois apareciam os frutos, todos se preparavam para apanhar o caju. Simultaneamente, os exploradores (cantineiros e comerciantes) começavam por seu lado a preparar os camiões com os quais iriam recolher a castanha junto aos camponeses, em troca de géneros de vestuários [...] (RIBEIRO, 2010, p. 240).

Lopes Neto (1981) refere que no período colonial, eram fixadas, anualmente, “Normas Anuais de Comercialização”, com o estabelecimento de preço mínimo a ser pago ao produtor/apanhador pelo comerciante e para os diferentes tipos de intervenientes no processo de caju, prática esta continuada na primeira década após a independência, até à liberalização da comercialização na década de 1990. Nesse sentido, o produtor tinha um fraco papel na negociação do preço da castanha. A única entidade que influenciava os preços e as regras de comercialização no período colonial era o chamado Grémio dos Industriais, entidade que corporizava a política protecionista de então, segundo a qual só se poderia exportar depois de abastecida a indústria de descasque.

Esse autor aponta que de 1965 até 1968 os preços pagos por tonelada de castanha *in natura* estavam fixados em 2.200 escudos (aproximadamente 69 dólares) e em 1970-1971 em 2.600 escudos (81 dólares aproximadamente). Em nível das fábricas, as castanhas eram cotadas de acordo com uma classificação baseada em três diferentes padrões (I, II e III). Essa classificação era realizada mediante análises a partir de amostras colhidas de cada partida de castanhas, onde eram considerados o teor de umidade, teor de castanhas avariadas e impurezas. Na atualidade, com escassez de

matéria-prima verificada parece que este sistema não tem sido observado integralmente (LOPES NETO, 1981).

Entretanto, analisando o comércio e as formas comunitárias de produção na Ásia, África e América, Oliveira (1987) refere que no processo de dominação colonial, o capitalismo não destruiu integralmente as comunidades nativas. Após a sua dominação pela força, utilizava as formas de produção dessas comunidades para fazê-las produzir mercadorias, ou então transformava os produtos das mesmas em mercadorias, fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial. De acordo com esse autor, foi assim que o capitalismo submeteu os povos da Ásia, África e América aos seus interesses comerciais, extraíndo, assim, excedentes para a realização da acumulação primitiva do capital.

No caso africano, a transformação da economia comunitária primitiva de subsistência fez-se também pelo processo de aceleração da mercantilização. O poder político colonial forçou tanto por meio da violência como da obrigatoriedade no pagamento dos impostos e do cultivo de culturas obrigatórias as comunidades à monetarização da economia primitiva. A sociedade nativa foi desse modo sofrendo distorções que a desfiguraram. Os chamados “bens de prestígio”, nos quais estava incorporado o excedente do modo tradicional, passam a ser comprados. O processo de mercantilização aprofundou-se, obrigando os membros da comunidade a irem à busca do dinheiro, quer tornando-se produtores mercantis, quer oferecendo sua força de trabalho.

Desse quadro, pode-se compreender, como se tem vindo a insistir, que o capitalismo colonial praticado em Moçambique se desenvolveu não necessariamente a custa das relações capitalistas de produção, mas antes pelo contrário, teve a sua vitalidade fundamentalmente assente em relações não capitalistas de produção, baseadas, regra geral, na exploração do excedente de produção e da força de trabalho da população nativa.

7.3.2 Comercialização externa da produção

Observe-se antes de mais, que a valorização da produção da castanha de caju moçambicana se deve aos comerciantes e agentes de compra indianos, radicados em Moçambique, que, a partir dos anos 1920, iniciaram a sua exportação para suprir as fábricas de beneficiamento indianas. As exportações de castanha moçambicana para a Índia passaram de uma média de 1.000 t anuais no período 1919-1926 para 31.700 t em 1946.

O incremento das exportações de castanha *in natura* após a II Guerra Mundial, foi bastante rápido, atingindo um máximo de 124.300 t em 1964, ano que marca um período de decréscimo (em função da crescente industrialização local), que se acentua progressivamente, principalmente após a independência em 1975. A partir de 1976 houve uma paralisação destas exportações, por diminuição da produção e pela elevada capacidade de beneficiamento industrial montada no próprio país. Uma análise do período 1973/1976 mostra que Moçambique exportou uma média anual de 46.375 t, sendo 81% do total vendido à Índia e 19% para outros países, inclusive o Brasil (LOPES NETO, 1981).

De modo geral, o fluxo de exportação no período colonial processava-se da seguinte maneira: o *cantineiro* comprava a matéria-prima ao produtor/apANHADOR e a fornecia ao exportador, que por sua vez, possuía ligações com as indústrias indianas de beneficiamento. Os exportadores abasteciam as lojas do campo (*cantinas*) por conta de futuras aquisições, possuindo assim uma rede de intermediários que lhes garantia uma quantidade mínima de castanha. Até 1969/1970 a compra de castanha moçambicana foi feita de modo individual pelas diversas fábricas indianas. A partir daquela safra, entretanto, foi criada naquele país a *Índia State Trading Corporation* com uma subsidiária, a *Cashew Corporation of Índia*, órgão estatal que passou a controlar e centralizar as importações, fixando inclusive preços unitários para o produto. Com a independência, as vendas da castanha *in natura* passaram a ser centralizadas pelo Governo moçambicano através da ENACOMO (Empresa Nacional de Comercialização de Moçambique), que negociava diretamente com os compradores. Por falta de excedentes exportáveis, as vendas de castanha *in natura* moçambicana para o exterior sofreram solução de continuidade a partir de 1976.

Com o início do processo de liberalização da economia do caju na década de 1990 assiste-se no país a uma transformação radical do processo de comercialização da castanha de caju. Assim, para além do *cantineiro* rural, verificou-se a entrada de um novo operador, o vendedor ambulante (também denominado interveniente).

O retalhista é o primeiro agente local (formal) que compra a castanha dos camponeses e intermediários. Em seguida, a castanha acumulada em lotes maiores é encaminhada para os grossistas de nível distrital, que por sua vez, encaminham-na ou às fábricas ou aos exportadores, transportando-a em caminhões de certa capacidade. Em virtude da competição neste setor, algumas indústrias de caju têm procurado encurtar o canal de distribuição comprando diretamente dos comerciantes ou aceitando entrega direta da castanha à fábrica pelos produtores/intermediários. Alguns operadores, como fábricas e grandes comerciantes/exportadores têm estado a operar através de postos de compra e agentes. Uma das consequências da entrada de novos atores na comercialização é o alongamento do canal de distribuição e a consequente redução e redistribuição das margens de lucro. Assim, o canal de distribuição é representado pelo seguinte esquema:

**Produtor/Apanhador → Intermediário → retalhista → armazenista distrital →
armazenista provincial → fábrica ou exportador.**

Algumas das grandes e/ou médias unidades de processamento ensaiaram há anos atrás o estabelecimento do canal direto, **apanhador → fábrica**, mas não houve sucessos nesta operação, principalmente devido à insignificância das quantidades vendidas, sobretudo quando se destinassem a indústrias de porte médio e grande, isto é, que processam acima de 1.000 t/ano de castanha de caju.

Na província de Nampula e particularmente em Angoche, o comprador ambulante da castanha de caju pode ser desde um independente informal até um assalariado em licença de férias/ou não que se envolve na comercialização da castanha durante a época da campanha de caju; estes informais vendem a castanha a outros intermediários. No caso da região Sul do país, sobretudo, na cidade de Maputo, alguns destes compradores informais, majoritariamente senhoras, têm em vista o

processamento informal da castanha para a produção de amêndoa, que depois é vendida informalmente em Maputo, na África do Sul e na Suazilândia.

Nas Províncias de Gaza e Inhambane, ainda no Sul do país, alguns destes informais compram castanha para processá-la eles próprios e/ou vendê-la a outros processadores informais. A amêndoa resultante deste processamento é também vendida, sobretudo em Maputo, na Suazilândia e na vizinha África do Sul em pequenas embalagens. Outra parte é vendida na Macia (província de Gaza) e no distrito de Meconta (província de Nampula), em unidades volumétricas de diversos tamanhos. Em Maputo é vendida nos mercados e nas ruas. Na Macia e em Meconta a amêndoa é vendida ao longo da rodovia nacional número 1 e ao longo da rodovia Nampula-Nacala (Meconta) respectivamente. Na província de Cabo Delgado, particularmente em Nangade, também se verifica um forte processamento doméstico da castanha. A foto 4 que foi captada na rodovia que liga a cidade de Nampula ao distrito costeiro de Angoche, no decurso da realização do segundo campo, ilustra como é realizado o comércio informal da amêndoa resultante do processamento doméstico da castanha.

Foto 2 – Comércio informal da amêndoa de castanha.



Fonte: Frei, 2012.

Em Angoche, constatou-se que os produtores de caju efetuam o processamento doméstico da castanha, não para a venda, mas sim, para o consumo próprio. Ao que parece, este aspecto está ligado à falta de hábito dos AF produtores de caju, nesse tipo de negócio. Desse modo, a castanha produzida pelos AF é na sua totalidade vendida *in natura*, sendo poucos os AF familiares que conseguem vender diretamente às unidades de processamento, devido principalmente às baixas quantidades produzidas, já que as fábricas limitam o mínimo de castanha a comprar a partir de meia e/ou uma tonelada em diante. Conforme se pode observar na tabela 38, dos 60 AF questionados durante a pesquisa de campo apenas 6,6% o correspondente a quatro AF da amostra selecionada em Angoche, afirmaram ter vendido a castanha diretamente a unidade de processamento.

Tabela 38– Número de AF segundo tipo de castanha vendida, mercados e renda adquirida.

Postos administrativos	NI	Tipo de castanha vendida, mercados e renda adquirida								
		Tipo de castanha vendida		Mercado			Renda adquirida (US\$)			
		<i>In natura</i>	Processada	Fábrica	Comerciante	Outro	<100	≥100<500	500+	NL
Total	60	60	0	4	55	1	34	16	7	3
Angoche-Sede	20	20	0	4	16	0	10	3	4	3
Namaponda	20	20	0	0	19	1	7	10	3	0
Boila-Namitória	20	20	0	0	20	0	17	3	0	0

Fonte: Frei, 2012.

Notas: NI – Número de inqueridos; NL – Não se lembra.

Se a entrada de novos atores no contexto da liberalização do mercado trouxe maior competitividade no setor, teve também resultados negativos; efetivamente, o aumento do número de operadores, sobretudo dos informais e a liberalização das exportações de castanha de caju num ambiente de baixa produção, teve como resultado uma “corrida à castanha” em que o mais importante é comprar a máxima quantidade possível (e de preferência aos mais baixos preços possíveis) de castanha e vendê-la aos mais altos preços possíveis. Nesse processo a qualidade joga um papel totalmente subalternizado, já que não se premeia a qualidade e vende-se/compra-se tudo o que é colocado no mercado.

A pressão da demanda exacerbou, adicionalmente, a consolidação da figura do “apanhador” que, não sendo proprietário dos cajueiros (e recorrendo muitas vezes ao furto), é quem traz o produto ao mercado, em detrimento, inclusive, do produtor. Fenômenos como colocação no mercado de castanha imatura, arrancada das árvores, cozida, demasiado húmida e com um elevado grau de impurezas constituem também um desenvolvimento colateral da abertura do mercado. Como consequência assiste-se hoje a um sistema de comercialização desregrado e a ausência de um sistema básico de normalização e qualidade, que tenha como pedra basilar o premeio à qualidade da castanha comercializada.

Estes desenvolvimentos são acompanhados por um elevado grau de desonestidade entre os intervenientes, em que contratos firmados no início, ou antes, do início da campanha são quebrados em prol de, por exemplo, preços mais elevados no momento da comercialização, mesmo quando estão envolvidos adiantamentos de recursos financeiros para a comercialização; a incapacidade do sistema judicial em sancionar as quebras de contratos constitui um obstáculo ao combate a estas práticas nocivas.

Outro desenvolvimento que está a ocorrer, ainda que de forma incipiente, é o surgimento de associações de produtores, envolvidas na produção de castanha, na compra de insumos agrícolas e serviços e na comercialização de castanha. Em Angoche, este movimento associativo é impulsionado, sobretudo por organizações não governamentais em parceria com o INCAJU por meio do SDAE. É de destacar neste movimento associativo dos camponeses o acesso organizado à informação sobre mercados, preços, bem como a exploração conjunta das oportunidades de negócios, o que traz economias de escala comerciais na compra de insumos e serviços e na venda e transporte dos produtos agrícolas. Por outro lado, este processo permite alargar a capacidade de negociação dos camponeses associados, constituindo-os em interlocutores válidos na discussão dos diversos problemas do setor do caju no distrito.

7.4 Aproveitamento industrial do pedúnculo da castanha

O pedúnculo ou pseudofruto representa cerca de 90% do peso do caju e, embora tenha alto poder nutritivo, propriedades medicinais e sabor acentuado, verifica-se que praticamente nos principais países produtores de castanha de caju, há um imenso desperdício do mesmo nas colheitas anuais, devido, sobretudo, à maior valorização da amêndoa e do baixo investimento no seu aproveitamento. Estima-se que no mundo o seu aproveitamento esteja em torno de 12%, sendo o segmento de processamento de suco integral o mais representativo no aproveitamento industrial dessa matéria-prima. O grande desperdício do pedúnculo é devido ao reduzido período de pós-colheita, associado à pequena capacidade de absorção da indústria, curto período de safra e inexistência de métodos econômicos de preservação da matéria-prima.

Conforme dados coletados durante a pesquisa de campo em Fortaleza e Pacajus no Estado de Ceará-Brasil, foi possível apurar que a maior capacidade instalada para o aproveitamento industrial do caju no mundo encontra-se no Brasil, onde várias fábricas industrializam produtos do caju, embora seja a minoria que faz o aproveitamento integral, ou seja, processamento do pedúnculo e da castanha. Parte das fábricas fazem a extração do líquido da casca da castanha (LCC), aproveitando também o excedente de casca de outras indústrias menores. Em Angoche, conforme dados coletados durante a pesquisa de campo, constatou-se que os AF produtores de caju não fazem o aproveitamento artesanal e/ou industrial do pedúnculo, conforme se pode observar na tabela 39, situação que se repete um pouco pelo país.

Tabela 39 – Destino da castanha de caju e do falso fruto.

Postos administrativos	NI	Destino da castanha produzida e do falso fruto						
		Destino da castanha de caju			Destino do Pseudofruto			
		Apenas venda	Apenas consumo	Venda e consumo	Apenas consumo	Apenas venda	Venda e consumo	Outro
Total	60	24	0	36	9	24	9	18
Angoche-Sede	20	11	0	9	6	1	6	7
Namaponda	20	3	0	17	2	10	2	6
Boila-Namitória	20	10	0	10	1	13	1	5

Fonte: Freij, 2012.

Notas: NI – Número de inqueridos.

De acordo com dados de entrevistas realizadas, o principal fator de desperdício do pedúnculo da castanha pelos AF está relacionado com a conjuntura nacional do próprio subsetor de processamento da castanha em que praticamente a totalidade das unidades de processamento não processam o falso fruto reduzindo e/ou banindo desse modo, o mercado do pedúnculo da castanha por parte das famílias produtoras que ficam sem onde vender o respectivo pedúnculo. A venda do pedúnculo a que se refere na tabela 39 é aquela realizada pelos AF em que os compradores são também famílias produtoras ou não de caju, que o utilizavam para a produção de bebidas alcólicas de fabrico caseiro. Na maioria dos casos, os AF utilizam o caju para o consumo direto como produto de mesa e nalgumas vezes como forma de pagamento da força de trabalho contratada, quando assim este o desejar. Fora isso, o pedúnculo é totalmente desperdiçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem querer concluir...

Cientes das mais variadas dificuldades encaradas no processo de concepção desse trabalho, o esforço da pesquisa aqui empreendida caminhou no sentido de buscar trazer uma nova forma de abordar a temática do caju em Moçambique, com ênfase na análise geográfica do setor cajuícola nacional, ou seja, na compreensão das formas de organização do processo produtivo do caju no país e particularmente no distrito de Angoche, bem assim a sua relação com as formas de organização do espaço produtivo local, já que a maioria dos estudos realizados no país sobre essa temática está voltada para a análise econômica do setor, com destaque para a indústria de processamento e da comercialização da castanha de caju.

Assim, embora não sejam constatações conclusivas, os resultados da pesquisa permitiram-nos descortinar pontos essenciais que poderão ser utilizados como “ponta pé de saída” para futuros estudos que pretendam embarcar na interpretação geográfica do processo produtivo do caju em Moçambique. Desse modo, e em conformidade com os resultados da pesquisa, pode-se dizer que:

A cultura do caju em Moçambique constitui importante fonte de rendimento monetário para milhares de agregados familiares rurais (1,3 milhões) e pode representar até 70% da receita monetária das famílias camponesas (GTZ, 2008).

Como sistema produtivo, a cajucultura moçambicana (particularmente a praticada no distrito de Angoche), possui uma estrutura característica diferenciada, principalmente tendo em conta as especificidades dos principais atores envolvidos, os pequenos produtores de caju.

A materialidade espacial desse sistema produtivo foi determinada pelos modelos de desenvolvimento socioeconômicos adotados no país, que em períodos históricos diferentes influenciaram também de modo diferente as formas de organização do respectivo processo de produção, com impacto sobre seus atores bem como na organização do espaço produtivo nacional e particularmente do distrito de Angoche.

De modo geral, pode-se considerar que o processo de espacialização da cultura do caju em Moçambique se deu praticamente de forma simultânea pelas regiões produtoras, atendendo, sobretudo, à lógica de ocupação e penetração mercantil desencadeada pelas potências europeias, particularmente na África oriental e ocidental.

Assim, verifica-se que a cultura do caju no país se concentra ao longo da faixa costeira, como resultado, em parte, do referido processo de ocupação que tendo se desencadeado praticamente em simultâneo um pouco por toda a zona litorânea do país, combinado com as condições edafo-climáticas favoráveis ao cultivo do fruto que caracterizam essa região, ao que posteriormente se somou a criação de infraestruturas básicas necessárias ao desenvolvimento do setor, conduziram a que a produção de caju em Moçambique fosse característica da zona litorânea do país.

A relação entre esse setor e a organização do espaço produtivo rural no distrito de Angoche remonta desde finais da década de 1920 momento que marca o início da produção dirigida do caju para fins comerciais mais avançados, processo que se intensificou a partir dos anos 1960 a 1980 com a implantação das primeiras unidades de processamento da castanha.

Nos últimos anos, assiste-se a uma reestruturação do setor cajuícola nacional, com destaque para o subsetor da produção quer pela introdução de novas tecnologias no processo produtivo da castanha, traduzido no uso do cajueiro anão precoce e na adoção de novas práticas culturais como o tratamento químico das árvores e a realização de podas fitossanitárias.

A mudança da base técnica a que se assiste na produção atual do caju em Moçambique, está influenciando as forças produtivas com reflexo na alteração de parte dos tradicionais sistemas de produção de caju e inaugurando novas formas de produzir no campo, dando assim origem, sobretudo, a um novo uso da terra, que busca incrementar os índices de produtividade e uma redução dos custos de produção. Essa mudança da base técnica, enquanto vetor de reestruturação da produção de caju está diretamente ligada às novas políticas públicas do Governo, que, aliás, constituíram-se desde a época colonial em fator determinante do ordenamento do espaço produtivo.

Paralelamente, esse processo de reestruturação da produção do caju em Moçambique está também sendo acompanhado por uma expansão da fronteira

agrícola do caju, quer pela agregação de novas áreas, quer pelo adensamento de plantios em terrenos onde a cultura já é praticada, ao mesmo tempo em que se busca constituir espacialmente plantações ordenadas de cajueiros.

Em nível nacional, verifica-se um avanço da fronteira agrícola do fruto em direção as demais regiões do país, desconcentrando desse modo o cultivo do caju historicamente concentrado no litoral da região Norte de Moçambique. Entretanto, constatou-se que as pequenas explorações agrícolas de caju que representam aproximadamente 95,5% do total das explorações são características das regiões Centro e Norte do país enquanto que as médias e grandes explorações predominam na região Sul. As diferenças em termos de distribuição da população e seus reflexos no uso da terra bem como as alternativas com o trabalho remunerado são apontadas como sendo os fatores que estão na origem dessa constatação.

No caso particular do distrito de Angoche, constatou-se que a produção do caju está concentrada nas mãos dos pequenos produtores que são responsáveis por aproximadamente 99% da castanha de caju produzida e comercializada no distrito. Trata-se de produtores de subsistência com área de terra disponível para o cultivo do caju em média inferior a três hectares, com até menos de 100 cajueiros e mais de 50% da mão-de-obra empregue é fornecida pelo próprio agregado familiar.

No conjunto dos sistemas agrícolas de caju praticados no distrito, constatou-se existirem diferenciações entre os agregados familiares, ao que foi possível identificar dois principais sistemas de produção: familiar e comercial. No sistema agrícola familiar, foi possível também diferenciar entre o sistema agrícola baseado em agregados familiares chefiados por mulheres e o sistema agrícola baseado em agregados familiares chefiados por homens. Do mesmo modo, constatou-se que a cultura é explorada na quase totalidade em regime de sequeiro e em consorciação com culturas básicas alimentares, sendo caracterizada por baixos níveis de produção e produtividade.

Contudo, pode-se dizer que o espaço produtivo de Angoche, está gradualmente sendo territorializado pela cultura do caju, dado que os pequenos produtores estão plantando cada vez mais cajueiros em suas terras até então destinadas ao cultivo de culturas alimentares.

Do quadro apresentado, pode-se vislumbrar que o setor do caju em Moçambique continuará influenciado a organização do espaço produtivo local, principalmente nas regiões onde o cultivo do fruto se apresenta com grande potencial de crescimento, se for a considerar-se que a cultura do caju tende a instalar-se, principalmente em *machambas* antes destinadas exclusivamente a produção de culturas alimentares básicas.

Paralelamente, como resultado das políticas públicas adotadas para o setor, com destaque para o subsetor da produção, que prevê o aumento não só de novos plantios de cajueiros como também da produtividade em até 9 kg/planta e da produção de caju em cerca de 350 mil toneladas ao ano a partir de 2020, assistir-se-á a médio e longo prazo ao surgimento significativo de plantações comerciais de caju ligadas a empresas privadas, cuja materialidade no espaço demandará por novas áreas de cultivo do fruto que provavelmente serão alocadas junto ao setor familiar o que poderá diminuir a posse e controle de terra por parte das famílias camponesas.

Do mesmo modo, assistir-se-á a médio e longo prazo, a uma gradual transformação da produção tipicamente familiar do caju para uma produção familiar comercial intensiva tanto em tecnologias como em área de cultivo, sobretudo para aqueles AF mais possibilitados e provavelmente a emergência de sinergias entre a produção de alimentos e a produção de caju.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. **Moçambique em transição**: Um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo e Gotemburgo: CEEI-ISRI e Padrigu, 1994.

AGRICON. A rede comercial retalhista. In: _____. **Proposta de Programa de Apoio da Suécia para a Comercialização 1990,1991 com perspectivas até 1993**. Maputo, 1989.

ANDRADE, Renata Aparecida de. **Evolução da Cultura do Caju no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.todafruta.com.br/portal/icNoticiaAberta.asp?idNoticia=6009>> Acesso em: 10 set. 2012.

ARAÚJO, Manuel Garrido Mendes de. **As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população rural na República Popular de Moçambique**. Maputo: [s.n.], [entre 1980 e 1990].

BAIA, Alexandre H. M. A exploração do ecossistema dos mangais enquanto apropriação do espaço na cidade de Angoche. **Revista Espaço e Tempo**, São Paulo, GEOUSP, n. 15, p. 171-174, 2004.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Cadernos do Banco de Moçambique**: Notas e moedas do Metical. [S.I.], Disponível em: <http://www.bancomoc.mz/FILES/GPI/caderno_2.pdf> Acesso em: 01 jan. 2013.

BLID, Nina; ZHOU, Emerson; MATAVELE, Rosário (Coord.) **Estudo de mercados no contexto de desenvolvimento de cadeias de valores de produtos agrícolas**. Maputo: HELVETAS, 2008.

BARROS, L. M.; CRISÓSTOMO, J. R.; PAIVA, J. R.; OLIVEIRA, Vitor Hugo de. O agronegócio do caju. In: Ana Christina Sagebin Albuquerque e Aliomar Gabriel da Silva. (Org.). **Agricultura Tropical**: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008, v. 1, p. 341-357.

CAHEN, Michel. Moçambique: A economia política de democracia, 1975-1984. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, n. 8 e 9, p. 307-312, 1998.

CARDOSO, Fernando Jorge. **Gestão e desenvolvimento**: Moçambique no contexto da África Sub-Sahariana. Lisboa: Fim de Séculos Edições, 1993.

AGRICULTURA de Moçambique Pós-independência: da experiência socialista à recuperação do modelo colonial. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, Lisboa, III série, n. 21, p. 47-66, 2008.

CASTELO-BRANCO, Carlos Nunes. **Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique**: contributo crítico com debate de postulados básicos. Maputo: IESE, 2008.

CAVALCANTI JÚNIOR, Antônio Teixeira. **Formação dos jardins clonais na Embrapa Agroindústria Tropical**. Fortaleza: Embrapa - Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical/Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2000. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/cnpat/cd/jss/acervo/lt_003.pdf> Acesso em: 10 jan. 2013.

CHAMBE, Maria Albertina Gomes Chale. **Sistemas de produção agrícola do caju e o modo de vida dos pequenos produtores familiares de Manjacaze**. Dissertação de Mestrado (M) em Agronegócios, Brasília: UnB, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2011, 199 p.

COLGAN, Ann-Louise. **Africa's Debt – Africa Action Position Paper**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.africaaction.org/action/debtpos.text.htm>> Acesso em: 03 fev. 2013.

COMTRADE. Disponível em: <<http://www.comtrade.un.org>> Acesso em: 15 nov. 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Maputo: Plural Editores, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Organização espacial. In: _____. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 51 – 84.

CORREIA, Milton. **Norte de Moçambique, 1886-1918**: soberania, dominação e administração coloniais. Dissertação de Mestrado (M) em Educação/Ensino de História. Maputo: Universidade Pedagógica de Moçambique, Faculdade de Ciências Sociais, 2010, 73 p.

DELOITTE & TOUCHE ILA (África). **Cashew marketing liberalisation impact study, Mozambique**. Final Report, Maputo: Ministry of Industry, Trade and Tourism, 1997.

DIREÇÃO PROVINCIAL DE AGRICULTURA-DPA. **Balanço da campanha – 2007/2008, referente ao 3º trimestre**. Nampula, 2008.

FAOSTAT. **Key statistics of food and agriculture external trade**. Disponível em <<http://www.faostat.fao.org/UH>>. Acesso em: 13 maio 2012.

FERRÃO, Virgílio. **Compreender Moçambique**. Maputo: DINAME, 2002.

FEWS/UEM/INGC. **Atlas for disaster preparedness and response in the Limpopo basin**. Maputo: FEWS Net, 2002.

FLORÊNCIO, Fernando. O papel das autoridades tradicionais na transição para a democracia em Moçambique. **Brief Papers n°6/98**, Lisboa: CesA, 1998.

FRELIMO. **Linhas fundamentais do Plano Prospetivo Indicativo para 1981-1990**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1980.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GROBE-RUSCHKAMP, Aloise; SEELIGE, Kathrin. **Análise da cadeia de valor do caju em Moçambique**. Iniciativa Africana do Caju, Acra e Maputo: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ), 2010.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE O CAJU-GTC. **Informações estatísticas**. Maputo, 1998.

GTZ (Bill & Melinda Gates Foundation). **Grant proposal**: competitive african cashew value chains for Pro-Poor Growth, [S.l.], 2008.

GUANZIROLI, Carlos Enrique, SOUZA FILHO, Hildo Meirelles, JUNIOR, Ailton Saboya Valente (Coord). **Cadeia produtiva da castanha de caju**: estudo das relações de mercado. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

HEDGES, David (Coord.). **História de Moçambique**: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Maputo: Livraria Universitária-UEM, vol. 2, 1999.

HOFFMAN, Luísa. **Legislação sobre a Terra**: Lei de Terras n. 19/97 e Regulamento da Lei de Terras – Decretos n. 66/98 e 1/2003. Nampula: Fórum Terra, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE CAJU. **Avaliação do Plano Director I**. Maputo, 2008.

_____. **Relatório anual**. Maputo, 2012.

_____. **Plano Director do Caju 2011 – 2012**. Maputo, 2011.

_____. **Programa de Intensificação da Produção e Distribuição de Mudas de Cajueiros-IPDM**. Maputo, 2009.

_____. **Plano Director do Caju: Componente Comercialização e Industrialização**. Maputo: 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo Agro-Pecuário-CAP 1999-2000**: resultados definitivos – Nampula. Maputo, 2002.

_____. **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007**: Resultados Definitivos-Moçambique. Maputo, 2007.

_____. **Censo Agro-Pecuário-CAP 2009-2010**: resultados definitivos – Moçambique. Maputo, 2011.

JOSÉ, André Cristiano. **Narrativas de resistência contra as “promessas sem destino”**: crise da indústria do caju e lutas do quotidiano em Angoche. Dissertação Mestrado (M) em Sociologia. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Programa em “Pós-colonialismos e Cidadania Global”, 2005, 244 p.

_____. Autoridades ardilosas e democracia em Moçambique. **Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC**, Lisboa, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/nl/ensaios.sph>> Acesso em: 20 abr. 2012.

KANJI, et al. **Liberalização, gênero e meios de sustento**: Castanha de caju em Moçambique. [S.l.], 2004.

LEITE, Joana Pereira. A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial. **Ensaio de homenagem a Francisco Pereira de Moura**, Lisboa: ISEG/UTL, 1995.

_____. A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial. **Documentos de Trabalhos n.º 57**, Lisboa, CeaA, 1999. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/DocTrab_57.prf> Acesso em: 10 dez. 2011.

_____. A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial. Lisboa. **Lusotopie**, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, p. 295-332, 2000.

LEITE, Joana Pereira; KHOURI, Nicole. História Social e Económica dos Ismailis de Moçambique – século XX. **Coleção Documentos de Trabalho n.º 92**, Lisboa, CEaA, 2011.

LOPES NETO, Alfredo. **A agroindústria do caju no Nordeste do Brasil e em outros países grandes produtores**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1981.

MACUANE, José Jaime. Os paradoxos do desenvolvimento *à la carte*. In: XI ASSEMBLEIA GERAL DA CODESRIA, 2005, Maputo. **Resumos...** Maputo: CODESRIA, 2005. Disponível em: <<http://www.codesria.org/IMG/pdf/macuane.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2012.

MANHICANE, Tomás Junior. **Economia da terra e redução da pobreza**. Maputo: IESE, 2007.

MARTINS, J. [Joaquim] P.[Pedro] de. **O Brasil e as Colónias Portuguesas**. 5. ed. aumentada, Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira-Livraria editora, 1920.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

_____. **O cativo da terra**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOS, Augusto Regiane. **As dimensões da resistência em Angoche**: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1984-1910). Tese de Doutorado em História, São Paulo: USP, 2012, 313 p.

Marx, Karl. **El Capital**. México-DF, Fondo de Cultura Economica, 1975, tomo I, cap. XXV, p. 651.

MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL-MAE. **Municípios de Moçambique**. Disponível em <www.mae.gov.mz> Acesso em: 05 nov. 2012.

_____. **Perfil do distrito de Angoche – província de Nampula**. Maputo, 2005.

MOLE, Paulo Nicua. **Oportunidades de desenvolvimento do setor familiar de caju e suas relações com a segurança alimentar na província de Nampula, Moçambique**. Relatório de Pesquisa n. 42, Maputo: MINAG, 2000a.

_____. **An economic analysis of smallholder cashew development opportunities and linkages to food security in Mozambique's northern province of Nampula**. PhD Dissertation, Michigan: Michigan State University, 2000b, 275 p.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton. (Org). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 35 – 49.

MORO, Dalton Aureo. A organização do espaço como objeto da Geografia. **Revista de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 1-19, abr. 1990.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

_____. **Políticas agrárias de (em) Moçambique, 1975-2009**. Maputo: Escolar, 2011.

MUCHANGOS, Aniceto dos. **Moçambique**: paisagens e regiões naturais. Maputo: Edição do Autor, 1999.

NEGRÃO, José. Contribuição para História de Moçambique. **Canal de Moçambique** [1980 e 1990] p. 82-84.

Disponível em: <http://macua.blogs.com/mocambique_paratodos> Acesso em: 20 jul. 2012.

NEGRÃO, José, et al. **A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais**. Projeto COMRES, Maputo: CEA, 1996.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lisboa: Publicações Europa-América Lda. 1997.

_____. The Early History of the Sultanate of Angoche. **The Journal of African History**, vol. XIII, Number 3, 1972. p. 397-406.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

PAUL, Brad. **Fábricas no campo**: transformação rural e organização do trabalho no triângulo do caju em Moçambique. Maputo: TechnoServe-Moçambique, 2008.

PEDERSEN, Mogens. **Apresentação de um estudo de caju no distrito de Eráti**. Mimio: Ministério da Agricultura-República Popular de Moçambique-Programa CRED-Napai, 1984.

PEIXINHO, D. M. **A dinâmica socioespacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)**. Tese de doutoramento em Geografia, Rio de Janeiro: UFRJ/ CCMN/Depto de Geografia, 2006, 208 p.

PEREIRA, Luíz Filipe. **A dinâmica das transformações no espaço da província de Nampula**, 1997. Disponível em: <http://www.iid.org.mz/dinamica_das_transformacoes_no_espaco_da_prov_nampula.pdf> Acesso em: maio 2012.

RIBEIRO, Fernando Bessa. A questão fundiária em Moçambique: Dinâmicas globais, atores e interesses locais. In: **Congresso Africanista na Covilhã**, maio 2006. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/africa/Fernando%20Bessa%20Ribeiro_A%20quest%C3%A3o%20fund%C3%A1ria%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf> Acesso em: 08 ago. 2012.

_____. **Entre Martelos e Lâminas**: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. **Por uma nova Geografia**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SDAE-Angoche. **Relatório Anual**. Angoche, 2012.

SINDICAJU. **Exportação**. Disponível em <<http://www.sindicaju.org.br/exportacao.html>> Acesso em: 14 jun. 2012.

SITOE, Tomás Adriano. **Agricultura familiar em Moçambique**: estratégias de desenvolvimento sustentável. Maputo: [s.n.], 2005.

_____. Evolução dos sistemas agrários no vale do Infulene, cidade da Matola - província de Maputo: uma abordagem sistêmica. In: 4º Congresso Brasileiro de Sistemas, 2008, Franca-SP. **Anais...** Franca-SP: Uni-FACEF, 2008. p. 1-23.

SOJA, E.W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Editor, 1993.

UACIQUETE, Américo; CAMPOS, Tiana. **Relatório de consultoria sobre mapeamento da produção e atualização da cadeia de valores**. Nampula: SNV, 2012.

USAID – Brasil. **Análise da indústria de castanha de caju**: inserção de micro e pequenas empresas no mercado internacional. vol. I, Brasil, 2006.

WEBER, Max. **História econômica general**. 4. ed. México: Fondo de Cultura Econômica, 1964.

WAKEFIELD, Edward Gibbon. **A view of the art of colonization**. New York: Augustus M. Kelley Publ. 1969.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. **Entre narros & mulungos**: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c.1890- c.1940. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São 1998, 553 p.

GLOSSÁRIO

Agregado familiar (AF): Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, tenha ou não relações de parentesco, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento e cujas despesas para a satisfação das necessidades essenciais são suportadas parcial ou totalmente em conjunto (INE, 2011).

Assistência técnica: Conjunto de cuidados prestados por um técnico agropecuário (de qualquer nível) público, privado ou de ONG visando manter a sanidade animal e/ou vegetal, por medidas profiláticas e/ou curativas (INE, 2011).

Associação agrária: Organização de camponeses ou produtores agrícolas ou agropecuários legalizados ou não visando à defesa ou satisfação dos interesses comuns dos seus membros, ligados com a produção, conservação, processamento e comercialização (INE, 2011).

Campanha agrícola: Período da atividade agrícola que decorre em geral de setembro de um ano a agosto do ano seguinte. Está dividida em duas épocas: 1ª época (chuvosa) e 2ª época (seca) (INE, 2011).

Chefe do agregado familiar: Pessoa responsável pelo agregado familiar ou aquela que para efeitos de inquérito ou recenseamento é indicada/reconhecida como tal pelos restantes membros (INE, 2011).

Comunidade local: Agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, lugares de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (Fórum Terra, 2011).

Crédito agrícola ou agrário: Empréstimo para fins agropecuários, dado à exploração (ao agregado familiar ou algum membro do agregado familiar) em dinheiro ou espécie, por Banco, entidade Governamental, ONG ou uma outra organização ou entidade vocacionada (INE, 2011).

Culturas anuais: Culturas que ocupam o terreno, normalmente por um período não superior a uma campanha agrícola (INE, 2011).

Culturas alimentares básicas: Culturas cuja produção é mais utilizada para alimentação das pessoas [milho, arroz, mapira (*Sorghum bicolor*), mexoeira (*Pennisetum glaucum*), amendoim, mandioca, feijões em geral] (INE, 2011).

Culturas em consorciação: Prática de várias culturas na mesma parcela e em convivência na maior parte dos seus ciclos vegetativos (INE, 2011).

Culturas de rendimento: Culturas que em regra, são destinadas a venda como finalidade principal. Normalmente passam por um processamento industrial (INE, 2011).

Culturas permanentes: Culturas que ocupam a terra durante um longo período (citrinos, cajueiro, coqueiro) e fornecem repetidas colheitas (INE, 2011).

Direito de uso e aproveitamento da terra: direito que as pessoas singulares ou coletivas e as comunidades locais adquirem sobre a terra, com as exigências e limitações da Lei de Terras vigente no país (Fórum Terra, 2011).

Exploração agrícola (EA): Unidade económica de produção agrícola sob uma gestão singular, baseada na exploração fundiária e destinada a produção agrícola, sem ter em consideração os aspectos legais de posse (título) ou tamanho. A gestão pode ser exercida por um ou mais indivíduos ou um ou mais agregados familiares, ou ainda por uma pessoa jurídica, como corporação, cooperativa ou agências governamentais ou estatais. A exploração pode ter uma ou mais parcelas (INE, 2011).

Machamba/parcela: Superfície/porção de terra separada de outras por fronteiras naturais (rios, montes) ou artificiais (estradas, sebes, demarcações com outras *machambas*) que se destina a produção agrícola (INE, 2011).

Machamba cultivada: consiste na área com culturas anuais, áreas com culturas permanentes mais área em pousio parcial e com pastagens cultivadas, não incluindo área com pastagem natural (INE, 2011).

Mão-de-obra: É o conjunto de indivíduos em idade economicamente ativa. (Por definição, em Moçambique é de 15 a 70 anos) (INE, 2011).

Membro do agregado familiar: Todo o indivíduo que cumpra principalmente, as seguintes condições: pessoa habitualmente residente no alojamento; indivíduo temporariamente ausente, desde que faça despesas a cargo do mesmo e/ou contribua para o orçamento comum e que não esteja ausente por um período superior a seis meses (INE, 2011).

Mercado interno/mercado único: Espaço economicamente integrado onde foram abolidos definitivamente os obstáculos à livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais, através de eliminação das barreiras físicas, técnicas e fiscais (INE, 2011).

Monocultura: É o cultivo de uma única cultura num dado espaço de cultivo, geralmente em grandes áreas (ex: cana-de-açúcar, soja).

Plantações: Culturas perenes ou permanentes plantadas em monocultura de forma ordenada (INE, 2011).

Pomar: Parcela ou conjunto de parcelas com plantação de árvores de fruta em crescimento e/ou em produção (INE, 2011).

Pulverização: Distribuição de gotas fito-fármaco mais ou menos finas fazendo-as incidir sobre o alvo a tratar (INE, 2011).

Responsável da *machamba*: Indivíduo que cuida da machamba e que pode tomar decisões operativas sobre ela (INE, 2011).

Rotação de culturas: Prática agrícola que consiste na alternância de culturas numa dada parcela em épocas ou campanhas sucessivas (INE, 2011).

Terra arável: Terra apta para prática agrícola, ou que tem potencialidades e propriedades agroquímicas para o desenvolvimento das culturas (INE, 2011).

Terras em pousio: Terras que tenham pelo menos um ano sem terem sido cultivadas e são consideradas como tal por um período de 5 anos (INE, 2011).

Título de uso e aproveitamento de terra: Documento oficial emitido pela autoridade competente que confere ao destinatário, o direito de uso e aproveitamento de terra à pessoa(s) ou entidade(s) que assim o solicitarem para fins agropecuários (Fórum Terra, 2011).

Zona alta: Terras que se localizam longe das correntes de água (bacias, vales, lagos lagoas). É onde normalmente se praticam as culturas de sequeiro menos exigentes à água (INE, 2011).

Zona baixa: Terras geralmente situadas perto das correntes de água (bacias, vales, rios, lagos, lagoas) ou com níveis de lençol freático e de umidade elevada, onde normalmente se praticam culturas exigentes à água (INE, 2011).